

TESE I

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Implementação de um Código de Obras para o melhor planejamento e gerenciamento do espaço edificado das unidades da UNEMAT.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
 Gabriel S. Ferrão – Funcionário
 Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
 Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
 Jair Reck - Professor
 Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
 Cláudia Negreiros – Professora
 Dulcídio Mangueira – Professor
 Osmar de Barros – Acadêmico
 Adailton Alves da Silva - Professor
 Emivan F. da Silva – Professor
 Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
 Fabrício Schwanz da Silva - Professor
 Raul Abreu de Assis – Professor
 Marfa Magali Roehrs – Professora
 Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
 Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
 Robinson Alves Lemos – Professor
 Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
 Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
 Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE XXVI

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Levantamento das necessidades de infra-estrutura física de salas de aula e laboratórios necessários para adequação dos cursos já existentes para elaboração e divulgação de cronograma de execução único para toda a Unemat.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário
 Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário
 Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário
 Emerson Mendonça – Funcionário
 Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

TESE XVI

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROPOSTA / TESE:

Art. Vincular a COVEST a pró-reitoria de ensino.

AUTORES:

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Gisele Carignani – Professora

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Marfa Roehrs – Professora

Dulcídio Mangueira – Professor

Sonia M. dos Santos Filho - Acadêmica

Osmar de Barros – Acadêmico



Tese Congresso Universitário – Formação de um Instituto de Ciências Agrárias

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
- III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Dentro dos cursos das áreas de agrárias dentro da UNEMAT que envolvem os campi de Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova Xavantina: Agronomia é observado uma necessidade urgente de políticas específicas dentro da Universidade para atender as demandas dessa área.

Essas demandas já foram observadas pelos representantes dos cursos de Agronomia da UNEMAT, dentro da comissão de reestruturação curricular, que se reuniram na semana de em 04/09/2008 e elaboraram um documento que foi entregue ao magnífico reitor, reivindicando os seguintes itens:

1. Criação de uma Comissão Permanente dos cursos de ciências agrárias da UNEMAT, formada por professores lotados nos Departamentos de cada Campus, definidos pelos Colegiados de Cursos, com a finalidade de discutir em Reuniões Anuais as políticas de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de Graduação e Pós-graduação.
2. Criação do Instituto de Ciências Agrárias.
3. Devido às particularidades regionais, sugere-se que o limite de carga horária dos cursos de agronomia seja alterado para 4320 h.
4. Deve-se prezar pela qualidade do ensino em nossos *Campi*, portanto, é extremamente necessário a fragmentação das turmas de aulas práticas e o aporte em estrutura nos Cursos de Agronomia.
5. Realização imediata do concurso para Professores e Técnicos, para provimento das demandas em todos os *Campi*.

A área de agrárias é de grande importância dentro do Estado de Mato Grosso, pois representa-se intimamente ligada ao setor produtivo do Estado e que contribui na matriz econômica de cada região em que os cursos estão locados e participando da diversidade econômicas dessas regiões. Os cursos da UNEMAT da área de agrárias enquanto formadores de recursos humanos apresentam desafios específicos na região como contribuir para a elevação do IDH, questões ambientais, promoção do desenvolvimento incluyente, integrado e sustentável. Portanto é necessário um conjunto de ações e políticas próprias para o curso o que pode ser conseguido através da agregação em uma unidade diferenciada como Instituto em que seja direcionado as devidas competências sobre a área de agrárias.

3. PROPOSTA / TESE (Podem abranger uma ou mais linhas de reflexão; poderão ter no máximo 20.000 caracteres, incluindo espaços, devendo respeitar o seguinte padrão: fonte ARIAL, tamanho 12, espaçamento 1.5, formato .PDF).

Formação de um Instituto de Ciências Agrárias em que estejam integrados os cursos da área de Agrárias os campi de Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova



Xavantina: Agronomia.

A responsabilidade desse novo órgão será de permear, implementar e executar as políticas da Instituição para essa área do conhecimento, bem como aspectos quanto a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira; sendo o gestor de cargo eletivo dentro da linha de reflexão de Gestão democrática, transparente e participativa buscando direcionar os cursos para a gestão sistêmica de todos os fatores que envolvem a área de agrárias, consolidando os cursos de agrárias como referencias no estado de Mato Grosso para a pesquisa, ensino e extensão.

4. RESUMO (O resumo deve ser elaborado conforme a ABNT e informar o problema de forma objetiva, a justificativa e as propostas como solução para os problemas destacados). Deve contemplar informações, com um máximo de 300 palavras de forma que permitam uma adequada caracterização da pré-tese / tese como um todo.

O objetivo da presente proposta é a criação de um Instituto de Ciências Agrárias que irá permear, implementar e executar as políticas da Instituição para essa área do conhecimento, bem como aspectos quanto a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira; sendo o gestor de cargo eletivo dentro da linha de reflexão de Gestão democrática, transparente e participativa buscando direcionar os cursos para a gestão sistêmica de todos os fatores que envolvem a área de agrárias, consolidando os cursos de agrárias como referencias no estado de Mato Grosso para a pesquisa, ensino e extensão. O novo Instituto deverá congrega os cursos que envolvem os campi: Alta Floresta: curso de Agronomia e Engenharia Florestal, Cáceres: Agronomia; Tangará da Serra: Agronomia; Pontes e Lacerda: Zootecnia e Nova Xavantina: Agronomia, bem como a responsabilidade de criação de novos cursos da área.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Marco Antonio Barelli
Zulema Netto Figueiredo
Delmonte Roboredo
Julio César Wojciechowski
Maricilia Conceição Cardoso de Arruda
Gilmar Laforga
Giuliana Zilocchi Miguel
Vilma Barretto Vila
Cassiano Cremon
Leonarda Grillo Neves
Mônica Josene Barbosa
Petterson Baptista da Luz

TESE XXIV

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Definição clara das atribuições do coordenador de campus e do diretor administrativo.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário
Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário
Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário
Emerson Mendonça – Funcionário
Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO DA UNEMAT

PRÉ-TESE
INSTITUTO DE LINGUAGEM
RECONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA
PARA INSTITUTOS E FACULDADES

CÁCERES – MT
2008

II CONGRESSO DA UNEMAT
PRÉ –TESE DO INSTITUTO DE LINGUAGEM
RECONFIGURAÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA PARA OS INSTITUTOS E
FACULDADES

Instituto de Linguagem – Histórico

Com o curso de Letras nasce uma Universidade!!!

No dia 20 de Julho de 1978, foi criado o Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que marcaria sua história como uma Instituição para interiorizar e descentralizar o ensino superior no estado de Mato Grosso. Com base na Lei nº 703, foi publicado o Decreto Municipal 190, criando o Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e à Assistência Social, com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Passa a funcionar como Entidade Autárquica Municipal em 15 de agosto do mesmo ano.

Por meio do Decreto Federal 89.719, de 30 de maio de 1984, foi autorizado o funcionamento dos cursos ministrados pelo Instituto. Em 1985, com a Lei Estadual 4.960, de 19 de dezembro, o Poder Executivo institui a Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, que visa promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural.

A Lei Estadual 5.495, de 17 de julho de 1989, altera a Lei 4.960 e atendendo às normas da legislação de Educação passa a denominar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC).

Em 1992, a Lei Complementar nº 14, de 16 de janeiro, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) passa a denominar-se

Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT), cuja estrutura organizacional é implantada a partir de maio de 1993.

Em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (Funemt). Para vencer as barreiras geográficas impostas pela gigantesca extensão territorial, desenvolve em uma estrutura multi-campi. Fica criada a Sede Administrativa em Cáceres e novos campi em diferentes pontos do Estado: Sinop, Alta Floresta, Nova Xavantina, Alto Araguaia, Pontes e Lacerda, Médio Araguaia (localizado em Luciara), Vale do Teles Pires (Colíder), Barra do Bugres e Tangará da Serra.

Em 10 de janeiro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso homologa e aprova os Estatutos da Funemat e da Unemat por meio da Resolução 001/95-CEE/MT, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 14 de Março de 1996.

Em 10 de agosto de 1999 a Universidade é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação por cinco anos, passando então a gozar de autonomia didática, científica e pedagógica. Com o desmembramento da Sede Administrativa foi criado o Campus Universitário de Cáceres Jane Vanini e, em seguida criou-se o Campus Universitário de Juara.

O Instituto de Linguagem, pioneiro dessa Instituição, foi criado em 1995 e, inicialmente, no ato de sua criação recebeu a denominação de Centro de Ciências Humanas. A gestão do referido centro ficava a cargo do Diretor(a), e do Conselho Didático-Científico, CODIC, órgão constituído por Chefes de Departamento e representantes docentes e discentes.

De sua criação, em 1995, até a presente data, vários foram os professores que desempenharam o papel de Diretores do Instituto de Linguagem: Profa. Dra. Vera Regina Martins e Silva, Profa. Edileuza, Prof. Dra. Fabíola Sartin Dutra Parreira, Prof. Ms Taisir Mahamudo Karim, Prof. Wellington Quintino, Prof. Isaac Newton Ramos e Profa. Ms Maristela

Kury Sarian. O IL encontra-se sob direção da Profa. Dra. Ana di Renzo desde julho de 2008, quando foi eleita, pelo voto direto, pela comunidade acadêmica.

Contando hoje, aproximadamente, com 64 professores mestres, 29 doutores, 20 graduados e 20 alunos bolsistas de projetos de pesquisa, sendo que possui um Dinter em andamento e um Procad com mestrado próprio em preparação.

A profa. Ana di Renzo realizou um Fórum nos últimos 16 e 17 para definir políticas para a área da linguagem com participação de todos os campi da Instituição que possuem curso de Letras e Comunicação Social. A política para assegurar aos docentes prioridade à pesquisa, ao ensino e à extensão, de modo a formar ambiente favorável à atividade criadora, contribuindo com a melhoria social, tem sido um desafio constante para o IL.

Neste sentido, o IL tem sido um lugar importante de confluência e de discussões da área de linguagem muito contribuindo para o destaque cada vez maior que a Instituição tem tido dentro e fora de seu espaço de atuação.

Hoje, a UNEMAT está presente em todas as regiões do Estado, de maneira direta através de seus campi e núcleos pedagógicos e de alunos que atende de todas as partes de Mato Grosso e do Brasil.

Em 30 anos, a UNEMAT cresceu, expandiu por todo estado, diversificou e a sua estrutura inicial reclama premente reestruturação intitucional para fazer frente às exigências do seu papel no contexto regional, nacional e internacional, como instituição pública, gratuita, de referência.

Nessa ordem reestruturação interna e à redefinição das suas relações com as várias unidades e departamentos da Universidade

A Resolução 022/2003- CONSUNI dispõe De acordo com o estatuto da UNEMAT, atualmente, o Instituto apresenta-se sob a seguinte designação:

**CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA**

Art. 37 Os Órgãos de Administração Didático-Científico compreendem:

- I – Institutos e Faculdades;
- II – Departamentos.

**Seção I
Dos Institutos e Faculdades**

Art. 38 Os Institutos e Faculdades organizar-se-ão em Departamentos que congreguem disciplinas afins, com objetivo de estabelecer o regime de cooperação entre docentes da mesma área de conhecimento, tendo em vista a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Neste momento singular na história institucional, a tese do Instituto de Linguagem propõe o fortalecimento das relações interdepartamentais, como base das ações de pesquisa, ensino e extensão. Essas políticas acadêmico-científicas dos Institutos serão efetivamente consolidadas mediante a autonomia financeiro-administrativa.

Com a descentralização das decisões acadêmico-científicas das Pró-reitorias, instâncias como o CONEPE e o CONSUNI serão reordenadas, dando maior fluidez e operacionalidade às ações tanto desses Órgãos Colegiados quanto dos Institutos e Departamentos.

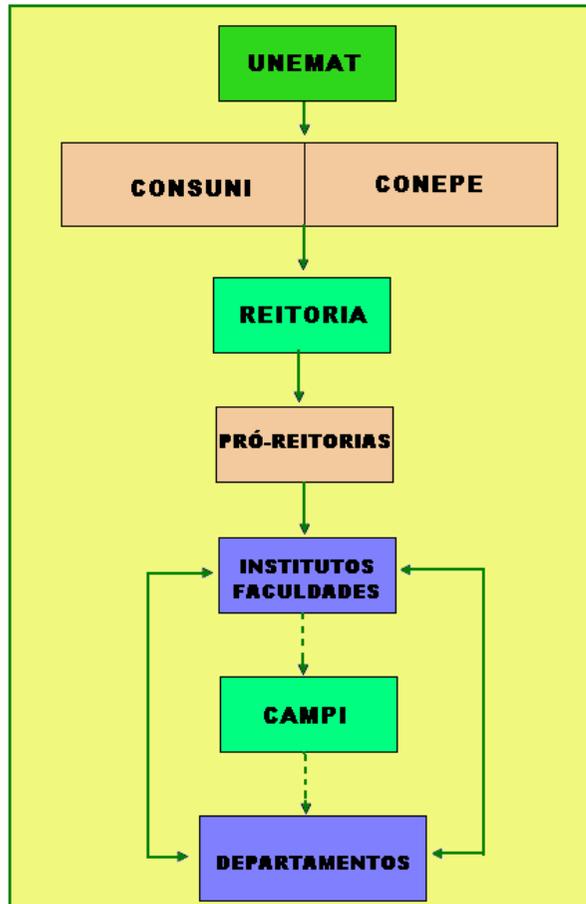
A base de nossa proposta ancora-se em três importantes diretrizes para o desenvolvimento das áreas: descentralizar, democratizar, reduzir custos das atividades meios, com vistas a

investimentos nas atividades fins, potencializando recursos financeiros e de pessoal.

Em outras palavras, no modelo de gestão da estrutura institucional atual, demanda gastos da ordem de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) só com o deslocamento, estadia e alimentação dos membros do CONEPE (46 Chefes de Departamento, representantes docentes, discentes e , funcionário etc...). Um modelo de gestão oneroso que inviabiliza a instituição.

Na presente proposição, conforme (quadro 1) ter nos Institutos e Faculdades um órgão colegiado – a Congregação, que possa definir as políticas de ensino, pesquisa e extensão, intensifica-se a articulação com os Departamentos que passam a se sentir mais pertencidos como o envolvimento direto nas atividades científicas e a gestão corrente das atividades dos Institutos e faculdades, a articulação é maior e desafoga PROEg e PRPPg.

(Fig. 1)



(Fig. 2)



A tese do Instituto de Linguagem e seus co-autores tem como proposição inicial a reconfiguração da estrutura da Unemat, no que concerne aos Institutos e, conseqüentemente, aos Departamentos e Órgãos Colegiados.

O fato de os Institutos, no modelo atual, funcionarem efetivamente como organismo cartorial ou rota de transição burocrática esvazia o espaço de articulação das políticas de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes áreas do conhecimento. Essas políticas estão alocadas no espaço das pró-reitorias, instâncias que deveriam ocupar-se das políticas macro-institucionais. Daí que as atividades fins da

Universidade ficam subsumidas e circunscritas a princípios administrativos e legais.

Assim, o Instituto de Linguagem propõe o deslocamento/descentralização dessas ações para os INSTITUTOS/FACULDADES, os quais passariam a gerenciar as políticas de Pesquisa, Ensino e Extensão pertinentes as áreas, mediante a constituição de um órgão colegiado, denominado CONGREGAÇÃO. Tal procedimento reconfiguraria o quadro-pessoal alocado nesses órgãos, tornando as pró-reitorias mais ágeis e operacionais, além de redimensionar suas próprias competências e transferir aos Institutos/Faculdades as funções que lhes são específicas em relação às atividades fins da Universidade.

A Congregação será composta pelo Diretor do Instituto/Faculdade; Chefes de departamentos; Coordenador da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenadores de Centros de Pesquisa; Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Linguagem, com as seguintes atribuições:

- a- planejar, definir e acompanhar as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, em consonância com as macro-políticas da UNEMAT;
- b- submeter aos Órgãos Colegiados Superiores pertinentes o Plano Anual de ações elaborado pela Congregação;
- c- submeter aos Órgãos Colegiados Superiores a aprovação do relatório das atividades desenvolvidas;
- d- deliberar sobre reformulações curriculares e matérias pertinentes aos cursos de graduação e programas de pós-graduação, considerando as especificidades das matrizes curriculares de cada Departamento;
- e- articular e propor políticas de formação continuada aos docentes da Rede e alunos egressos da UNEMAT, através de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*;
- f- autorizar o aceite de doação de bens e imóveis à UNEMAT;

- g- eleger e delegar representações para atuação nos Órgãos Colegiados;
- h- submeter à aprovação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão as atividades pertinentes a esta matéria a serem desenvolvidas nos Departamentos;
- i- apoiar, acompanhar e avaliar as atividades das Unidades a ele vinculadas;
- j- elaborar o Plano Orçamentário do Instituto/Faculdade e acompanhar sua execução da destinação de recursos;
- k- propor a admissão e dispensa de docentes e de servidores técnicos e administrativos, bem como modificações no regime de trabalho destes, respeitada a legislação em vigor;
- l- compor comissões examinadoras, estabelecer os programas e decidir todas as matérias relativas aos concursos para provimento de cargos ou empregos de professor, em todos os níveis, na forma estabelecida pelas normas gerais de concursos da UNEMAT;
- m- atribuir encargos acadêmicos aos docentes do Instituto/Faculdade;
- n- manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes e de servidores técnicos e administrativos da ou para o Instituto;
- o- propor e aprovar critérios para a avaliação do desempenho e da progressão de docentes e de servidores técnicos e administrativos vinculados ao Instituto/Faculdade, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade;
- p- aprovar relatórios de desempenho de docentes e de servidores técnicos e administrativos para fins de acompanhamento, estágios probatórios e progressões;

q- deliberar sobre afastamento de docentes e de servidores técnicos e administrativos, vinculados ao Instituto/Faculdade para fins de qualificação, intercâmbio ou cooperação técnica;

r- praticar os atos de sua alçada relativos ao regime disciplinar;

s- julgar os recursos que lhe forem interpostos;

t- instituir comissões, especificando-lhes expressamente a competência;

u- avocar a si o exame e a deliberação sobre matéria de interesse do Instituto;

y- aprovar as contas da gestão do Diretor e de recursos alocados aos órgãos e setores vinculados ao Instituto.

x- organizar o processo eleitoral da Direção do Institut/Faculdade entre seus pares, através de voto paritário e secreto, para nomeação do Diretor do Instituto, observado o disposto no Regimento e Estatuto da UNEMAT;

w- deliberar sobre a criação, o desmembramento, a fusão ou a extinção dos Centros de Pesquisa e de seus Cursos, tanto em nível de Graduação quanto em nível *lato sensu* e *strictu sensu*.

z- elaborar e aprovar seu próprio Regimento, bem como o Regimento dos Departamentos, de forma a articular esses Organismos na consolidação das atividades fins da Universidade, uma vez que são os Departamentos as Unidades BASE da Instituição;

Desse modo os Institutos/Faculdades passam a constituir-se instância propositiva, deliberativa e executiva das políticas específicas das diferentes áreas do conhecimento, contando com as representações efetivas igualmente gerenciadas nos Departamentos.

É a nossa proposição, abaixo subscrevemo-nos

Ana Di Renzo
 Vera Maquea
 Fabiola Sartin
 Eliana de Almeida
 Olímpia Maluf
 Leila Bisinoto
 Valdir Silva
 Elisabeth Batista
 Vera Regina
 Elizangela Patrícia da Costa
 Vanessa Fabiola
 Sílvia Regina Nunes
 Madalena Machado
 Nilce Maria da Silva
 Olandina Della Justina
 Patrícia Vasconcelos
 Aroldo de Abreu
 Viterico Maluf
 Elizete Dall'Comune
 Francisco Lledo
 Olga Maria
 Aristides
 Vilma Barreto Vila
 Marcelo Horn
 Evaldo
 Walnice Vilalva
 Maria Luceli Batistote
 Edileuza Gimenes
 Rosely Romanelli
 Gleide Amaral
 Sandra Raquel
 Jocineide Karin
 Taisir Mahamudo Karim



1. LINHA DE REFLEXÃO:

(X) I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;

() II – Orçamento e Financiamento da Universidade;

() III – Gestão democrática, transparente e participativa;

() IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;

() V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) tem ao longo do tempo contribuído para o fortalecimento da educação escolar indígena específica e diferenciada no estado de Mato Grosso e, por consequência, em nível nacional. Para tal, tem adotado práticas visando a oferta de Educação Superior para povos indígenas.

A oferta de cursos de formação com currículos específicos e diferenciados tem sido uma das ações da UNEMAT no campo da Educação Superior Indígena. A partir do ano 2000 a universidade iniciou a execução dos Cursos de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, após ter participado das discussões estabelecidas para sua concepção, com representação na então Comissão Interinstitucional e Paritária designada para este fim no ano de 1997. São oferecidos três Cursos de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza; e Ciências Sociais. Quanto à metodologia, os cursos obedecem a um regime especial e são desenvolvidos de forma intensa e presencial nos períodos de férias e recessos escolares, com atividades cooperadas entre docentes e cursistas nos períodos em que estes estão ministrando aulas nas escolas indígenas. Durante as etapas intermediárias, os estudantes desenvolvem atividades de Estágio nas escolas de suas aldeias, acompanhados por professores da instituição, aproximando ainda mais a universidade da realidade vivida em cada comunidade indígena, contribuindo dessa forma para a consolidação de uma educação escolar específica e diferenciada, que atenda aos anseios de cada povo. O currículo é flexível e definido com ampla participação dos estudantes e demais envolvidos no contexto, partindo de pressupostos, como a afirmação da identidade étnica e valorização dos costumes, língua e tradições de cada povo. Propõem-se também a buscar respostas para os problemas e expectativas das comunidades, assim como compreender os processos históricos em que as comunidades indígenas e outras formas de sociedade estão



mergulhadas. Para isso, aponta-se para o estudo e utilização das línguas indígenas no trabalho docente e o debate sobre os projetos de vida e de futuro de cada povo. Ao longo de oito anos de execução os cursos contam com três turmas, que atendem a 340 estudantes de 45 diferentes etnias.

O estabelecimento de parceria com instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal para a oferta de cursos de formação é fundamental para a consolidação e pleno desenvolvimento de iniciativas como os Cursos de Licenciatura, cuja realização se concretiza por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), a Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia de Mato Grosso (SECITEC/MT), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), o Ministério da Educação (MEC) e a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. Além do apoio recebido da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP/MT).

Estabelecer parceria e buscar apoio junto à instituições não-governamentais, em particular, as organizações de representação indígena do estado de Mato Grosso e de outros estados, também constitui a postura da UNEMAT, que em iniciativas como os Cursos de Licenciatura conta com a participação da Organização de Professores Indígenas de Mato Grosso (OPRIMT) e o Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEI/MT). Além da busca de cooperação técnica entre organizações de outros estados como a Organização de Professores Indígenas do Acre (OPIAC), a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e com outras universidades como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Inserir-se no contexto das políticas de acesso dos povos indígenas à Educação Superior, da UNEMAT, a abertura das instâncias administrativas e regulamentais da instituição à participação indígena, como Colegiado de Estudantes Universitários e Colegiado de Curso. Os Cursos de Licenciatura, por exemplo, se destacam pela ampla participação dos cursistas nas decisões tomadas (pedagógica e administrativa), através de discussões estabelecidas no âmbito do Conselho de Educação Escolar Indígena e no Colegiado de Curso.

A chamada dos movimentos e demais envolvidos com a questão da Educação Superior Indígena para a discussão, por meio da realização de eventos visando desde a formação dos formadores de profissionais que atuam ou irão atuar na educação escolar



indígena (professores, técnicos, entre outros), até o estabelecimento de discussões sobre o processo de formação em geral. Um exemplo dessa postura foi a realização, juntamente com parcerias, da I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena – CIESI 2004.

A continuidade da formação dos egressos tem composto a pauta acadêmica. No período compreendido entre 2002 e 2004 a UNEMAT ofertou uma especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados. Atualmente prevê-se a abertura de uma nova turma do referido curso. Esta nova turma ofertará 50 vagas específicas para professores indígenas egressos da UNEMAT e de outras IES, com o apoio da SEDUC/MT e da SECITEC/MT.

Considerando a necessidade de fortalecer as ações desenvolvidas pela UNEMAT em prol da Educação Superior indígena em Mato Grosso, em agosto de 2007, criou-se o Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI), que absorveu os Cursos de Licenciatura. Este programa tem por objetivo a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; promoção de cursos de formação continuada, acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

A UNEMAT entende que além de possibilitar o acesso dos povos indígenas à Educação Superior, também é necessário garantir a permanência dos ingressos ao longo do curso e, o mais importante, que o referido curso venha a atender as reais necessidades da comunidade indígena a qual o estudante pertence. Tal postura, objetiva permitir que a formação ofertada ao estudante indígena, além de trazer benefícios pessoais, possa oportunizar o provimento de benefícios a sociedade, mediante sua própria expectativa. Com o propósito de garantir a continuidade dessa política de fortalecimento da Educação Superior Indígena, apresenta-se como pré-tese a proposta a seguir.



3. PROPOSTA / TESE (Podem abranger uma ou mais linhas de reflexão; poderão ter no máximo 20.000 caracteres, incluindo espaços, devendo respeitar o seguinte padrão: fonte ARIAL, tamanho 12, espaçamento 1.5, formato .PDF.

A presente pré-tese tem como propósito garantir a plena implementação dos objetivos do Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI), que constituem: a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; a abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; a promoção de cursos de formação continuada; o acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação; e a administração do Museu Indígena a ser implantado.

Diante do exposto, a pré-tese apresentada corresponde a seguinte proposta:

- Criação de um *Campus* Indígena na cidade de Barra do Bugres/MT, com a infraestrutura para a realização das aulas das etapas presenciais dos cursos executados, o alojamento dos cursistas durante as etapas e a instalação da sede administrativa e demais dependências a serem utilizadas pelo Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI) no desenvolvimento de suas ações.

A criação de um *Campus* Indígena atenderia a crescente dos Cursos de Licenciatura para os quais está prevista a abertura de mais duas turmas com 50 estudantes já para o ano de 2009. Também estariam sendo atendidos os estudantes de outros cursos a serem implementados, entre eles, o curso de Enfermagem Indígena, cuja proposta encontra-se em fase de construção.

Durante as etapas presenciais, as instalações referentes a hospedagem e alimentação dos estudantes indígenas são custeadas pelo programa, por meio das parcerias firmadas entre SEDUC/MT, SECITEC/MT, UNEMAT, FUNAI, MEC e Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. Com o apoio da FUNASA e da Secretaria Municipal de Saúde de Barra do Bugres, o programa disponibiliza aos estudantes atendimento de saúde nas etapas, com o acompanhamento de uma enfermeira, um veículo com motorista e medicamentos básicos. Em função destas características o programa necessita de um espaço físico próprio para o desenvolvimento das atividades.

A formação nos níveis além da graduação também está contemplada nesta proposta, visando oferecer as instalações para a execução da segunda turma do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que deverá ser executado



em 2009. A disponibilização de um espaço próprio abre a possibilidade da abertura de um curso de mestrado, para atendimento aos professores indígenas.

A educação nos níveis Fundamental e Médio terá a possibilidade de utilizar este espaço para a realização de evento e das etapas presenciais de projetos de formação em magistério, como o Projeto Hayô, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), e que até o momento não dispõe de sede própria. Os eventos, a exemplo da Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena realizada em 2004 e os cursos de formação continuada, como o Curso de Formação de Gestores na Educação, disporão de um local específico para serem realizados.

Por fim, a criação de um *Campus* Indígena irá garantir a execução das metas estabelecidas para o PROESI em função de seus objetivos, sendo elas:

- Garantir o pleno funcionamento do programa e de sua equipe, mantida com recursos da UNEMAT, composta por: 01 coordenador geral (Professor Doutor – 40 horas); 01 coordenador administrativo (Professor – 40 horas); 01 coordenador financeiro (PTES – 40 horas); 01 coordenador pedagógico (Professor – 40 horas); 03 assessores pedagógicos (Professores – 30 horas); 02 assessores administrativos (PTES – 40 horas); 02 bolsistas (Bolsa Monitoria – 20 horas).

- Publicar materiais que socializem as ações desenvolvidas no âmbito dos cursos do programa, podendo servir de material de apoio a outras Instituições de Educação Superior que pretendem desenvolver cursos específicos para povos indígenas, e materiais de caráter didático-pedagógico que possam apoiar as atividades desenvolvidas nas escolas indígenas das aldeias, por meio das séries Institucional, Periódicos, Práticas Interculturais e Experiências Didáticas.

- Aproximar o projeto cada vez mais da realidade escolar das comunidades indígenas, sistematizando o cronograma de visitas às aldeias durante as etapas intermediárias, para maior efetividade do acompanhamento pedagógico, estreitando a relação entre universidade e sociedades indígenas.

- Fortalecer e ampliar as parcerias existentes com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – SECITEC/MT a própria Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Ministério da Educação – MEC, a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

- Estabelecer novos convênios de cooperação técnica e fortalecer os convênios já



existentes com outras Instituições de Educação Superior tais como UNICAMP, USP, UFRJ/Museu Nacional, UFGD, ESP/MT, entre outras, e com organizações de representação do movimento indígena tais como Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso – OPRIMT e organizações de outros estados como OGPTB, OPIAC, entre outras.

- Promover cursos de extensão que contribuam para a divulgação da diversidade étnica e cultural existente junto à sociedade em geral e a afirmação da multiculturalidade.

- Desenvolver atividades de pesquisa sobre a temática indígena em parceria com instituições de fomento, visando embasar e aperfeiçoar as atividades dirigidas a essa área.

- Viabilizar a participação de estudantes indígenas nos cursos de graduação da UNEMAT, acompanhando-os com relação às atividades desenvolvidas.

- Continuar com as atividades curriculares dos cursos de licenciatura no que se refere a formação da segunda turma do projeto (Turma 2005-2009), o que inclui a realização de mais 02 Etapas de Planejamento e Formação, 02 Etapas de Estudos Presenciais e 03 Etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (Etapas Intermediárias), a contar do semestre 2008/2.

- Continuar com as atividades curriculares dos cursos de licenciatura no que se refere a formação da terceira turma (Turma 2008-2012), o que inclui a realização de mais 08 Etapas de Planejamento e Formação, 08 Etapas de Estudos Presenciais e 09 Etapas de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa (Etapas Intermediárias), a contar do semestre 2008/2.

- Ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas, com a abertura de 100 novas vagas em parceria com a SEDUC/MT e a SECITEC/MT, realizando o vestibular no segundo semestre deste ano, constituindo a quarta e a quinta turma do programa (Turma 2009-2013).

- Desenvolver a segunda turma do curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, em parceria com a SEDUC/MT e a SECITEC/MT, que ofertará 50 vagas específicas para professores indígenas egressos dos cursos de licenciatura do programa e de cursos de outras instituições, iniciando a partir do primeiro semestre de 2009.

- Implantar e administrar o Museu Memória e Identidade Indígena, em parceria com o Ministério da Cultura – MINC.



- Concluir as atividades da segunda turma do programa (Turma 2005-2009), com a realização da Colação de Grau prevista para o segundo semestre de 2009.

- Ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura específicos para a formação de professores indígenas, com a abertura de 50 novas vagas, constituindo a sexta turma do programa (Turma 2010-2015).

- Desenvolver a terceira turma do curso de Especialização Lato Sensu em Educação Escolar Indígena, com a oferta de 50 novas vagas.

- Ampliar a oferta de formação com a criação de um curso de Enfermagem na área indígena, disponibilizando 50 vagas (Turma 2011-2016).

- Concluir as atividades da terceira turma do programa (Turma 2008-2012), com a realização da Colação de Grau prevista para o segundo semestre de 2012.

- Ampliar a oferta de formação com a abertura de um curso de Mestrado em Educação Escolar Indígena (*stricto sensu*).

- Concluir as atividades da quarta turma do programa (Turma 2009-2013), com a realização da Colação de Grau prevista para o primeiro segundo semestre de 2013.

4. RESUMO (O resumo deve ser elaborado conforme a ABNT e informar o problema de forma objetiva, a justificativa e as propostas como solução para os problemas destacados. Deve contemplar informações, com um máximo de 300 palavras de forma que permitam uma adequada caracterização da pré-tese / tese como um todo.

Esta pré-tese tem como proposta a criação e implantação de um *Campus* Indígena na cidade de Barra do Bugres/MT, com a infra-estrutura necessária para a realização das aulas das etapas presenciais dos cursos realizados; alojamento dos cursistas durante as etapas; e instalação da sede administrativa e demais dependências a serem utilizadas pelo Programa de Educação Superior Indígena Intercultural (PROESI) no desenvolvimento de suas ações. O PROESI tem como metas: a execução e a abertura de Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; a abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; a promoção de cursos de formação continuada; a publicação de material de apoio didático-pedagógico e científico para a Educação Escolar Indígena; o apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão para atendimentos das necessidades das comunidades indígenas de Mato Grosso; o acompanhamento de estudantes indígenas nos cursos de graduação; e a



administração do Museu Indígena a ser implantado. Estas ações demandam a disponibilidade de um espaço próprio para atender desenvolvimento das atividades, contribuindo para o fortalecimento da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso em Nível Básico e Superior.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Elias Renato da Silva Januário - professor

Fernando Selleri Silva - professor

Jardel Ribeiro - técnico

Loike Kalapalo - estudante

Maisa Cuteme Taukane - estudante

Rivelino Fulvio Linhares - técnico

Sandra Regina Gutierrez - técnico

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVDRSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (I) Perfil Da Universidade ...
 (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
 (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
 (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
 (V) Planejamento Institucional

ESTRUTURA ORGANIZACIONA

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

A organização institucional da UNEMAT produz seus efeitos na insatisfação sentida por quase toda comunidade acadêmica. Desnecessárias longas digressões sobre esta problemática. Consideremos suficiente elencar os principais problemas identificados na estrutura atual:

- Concentração das funções de gestão superior na sede administrativa;
- As unidades das estruturas da Reitoria e Pró-reitorias não refletem as suas funções de gestão das políticas gerais de Ensino, Pesquisa, Extensão,
- Baixa autonomia dos campi, com concentração de poder na figura do Coordenador que centraliza o poder de gestão administrativa e pedagógico-científica, retirando, também por essa via, a autonomia dos Departamentos;
- Esvaziamento do papel dos departamentos;
- Sobrevalorização do Território (Campus) em detrimento do desenvolvimento das Áreas de Conhecimento;
- Concentração de poder nas funções de administração geral em detrimento das funções de gestão acadêmica,
- Soterramento de áreas de conhecimento que não possuem "lugar" na estrutura programática, mas, que possuem grande tradição de produção científica; caso das Ciências Sociais (Sociologia, Política, Antropologia);
- Departamento coincide com o curso, impondo a interpretação errônea de que todo departamento deve corresponder, necessariamente, a um curso;
- Esvaziamento do papel das Faculdades e Institutos, que não possuem função de fato;
- Fragmentação das áreas de conhecimento, em decorrência da criação de cursos e campi sem planejar o desenvolvimento institucional. O planejamento institucional deveria significar não somente a criação de cursos e campi, mas, fundamentalmente, a definição das áreas do conhecimento que a universidade pretende desenvolver.

- Distanciamento entre as áreas de conhecimento, pela inexistência de unidade de coordenação, com poder para fazê-la e pela fragmentação das áreas dos cursos criados nos campi;
- Dificuldade de aplicar o conceito de faculdade na junção das áreas, sem incorrer no isolacionismo de cursos;
- Fragmentação das atividades finalísticas e de gestão da universidade;
- Baixo nível de responsabilização institucional, pelo esvaziamento das atribuições das unidades de gestão acadêmica nos departamentos, nos campi e na direção central;
- Baixa capilaridade da função planejamento, sendo entendida como unidade específica, não como prática político-institucional que permeia todas as unidades e ações;
- Inexistência de sistema de informação, de prestação de contas (*accountability*), mesmo com 03 pró-reitorias que, em tese, poderiam fazê-lo (Planejamento, Administração, Finanças);
- Fragmentação de funções de gestão em 03 pró-reitorias: Planejamento/Orçamento, Administração, Finanças;
- As denominações das unidades dos órgãos centrais (unidades da Reitoria e Pró-reitorias) não refletem as suas responsabilidades institucionais, tornando pouco claro o lugar da execução das tarefas que envolvem a gestão/coordenação das políticas de pesquisa, ensino e extensão;
- Como as unidades programáticas (faculdades, institutos e departamentos) são esvaziadas, não há espaço claro na estrutura organizacional para o planejamento e coordenação das políticas finalísticas (fortalecimento das atividades de ensino pesquisa e extensão por área de conhecimento);
- A atividade de extensão, ao ser tomada como unidade apartada da pesquisa, distorce o seu conceito, transformando as ações da unidade responsável pela extensão em ações desprovidas de sentido acadêmico/científico; a extensão passa a ser algo episódico, temporário e exógeno à pesquisa e ao ensino;

3

- Necessidade de fortalecimento da unidade responsável pela política de apoio/assistência estudantil, integrando à perspectiva de convivência comunitária, tanto do ponto de vista interno da universidade; quanto da relação desta com a sociedade em geral.

3. PROPOSTA

A percepção dos gargalos da gestão, tendo em vista a estrutura organizacional da UNEMAT, impõe mudanças que visem alterações na organização de cargos e funções da Administração Central, dos 11 campi que compõem a universidade e, dos Institutos e Faculdades existentes. O pressuposto é que estrutura pode e deve sofrer ajustes de melhoria para refletir melhor os esforços de cooperação das diferentes instâncias que promovem o fim último e mais importante da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão, com vista a uma cultura de gestão mais democrática e participativa ao mesmo tempo em que as unidades e agentes internos exerçam sua autonomia na construção de uma Universidade Pública, Autônoma, Democrática, de Qualidade e auto-referenciada.

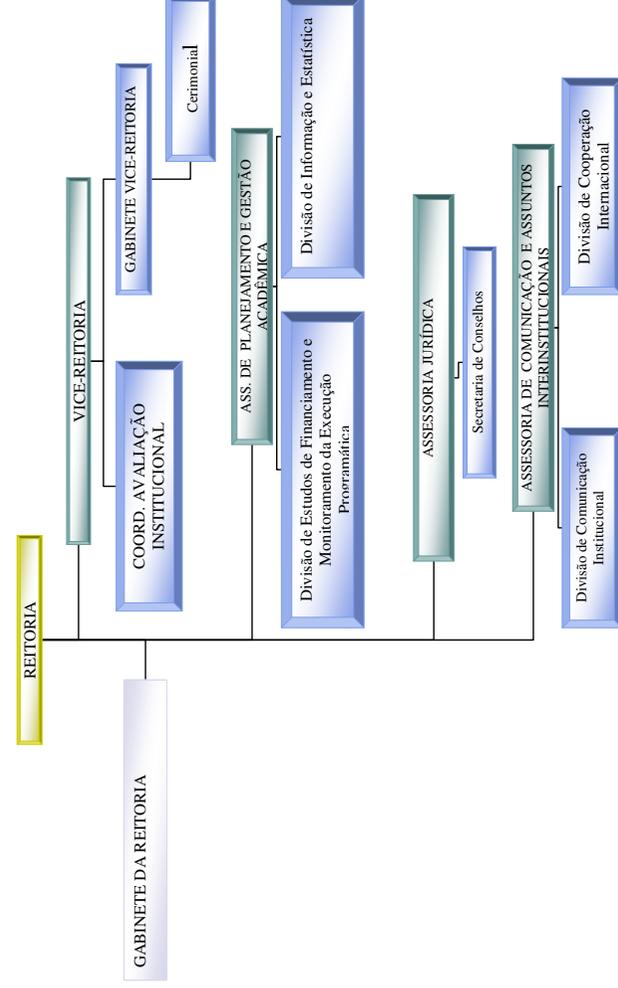
Como estratégias para o alcance desses objetivos, esta proposta de estrutura se baseia em quatro princípios fundamentais:

a) Fortalecimento das Áreas de Conhecimento, b) Autonomia e articulação das unidades organizadoras do trabalho docente; c) Organização orientada para as atividades finalísticas da Universidade, d) Democratização da estrutura de gestão acadêmica.

As questões de fundo que levam ao conjunto de proposições apresentadas são as constatações de que a UNEMAT possui estrutura organizacional concentradora, auto-referente, pouco resolutiva e pouco agregadora de recursos institucionais passíveis de serem potencializados para a produção de Ciência, Arte, Cultural e Tecnologia.

A estrutura é o meio pelo qual uma organização define as regras de mobilidade dos atores sociais, para obtenção dos fins institucionais. Compõe o acervo de recursos que incidem sobre a Capacidade de Governo, definida por Carlos Matus (1993) em sua *Teoria Social e Teoria do Planejamento*. O que se busca aqui é pensar uma estratégia de liberação de energias criativas que permitam o desenvolvimento pleno da Universidade. Para isso foi necessário também pensar sobre o lugar do governo (da universidade) na condução dessa liberação, na construção de caminhos institucionais que permitam essa liberação. Nesse sentido, a proposta de nova estrutura para a UNEMAT começa pelo seu governo central: A reitoria. Em seguida tomam-se as demais unidades: Campi, Faculdades, Institutos, Departamentos, Conselhos, Coordenações... Todo esforço é presidido pelos princípios expostos e, a partir deles que se constrói uma alternativa de organização institucional para UNEMAT. Este documento é resultado de experiências vivenciadas, observações, estudos e análises que permitiram chegar neste ponto ainda seminal de reflexão sobre nossa realidade acadêmica. Necessário se faz o cotejamento com outros estudos, outras experiências, outros olhares que se darão nesse II Congresso da Universidade do Estado de Mato Grosso. Em seguida apresentamos as propostas:

3.1. Direção Superior: REITORIA Organograma Reitoria e Vice-Reitoria



3.2. Pró-Reitorias.

3.2.1 Pró-reitoria de Ensino - PREN

A) Câmara de Ensino de Graduação - CEG

Coordenação de Ensino – CE
 i) Divisão de Normatização Acadêmica
 ii) Divisão Central de Gestão de Equipamentos e Estrutura de Ensino

Coordenação de Ensino em Modalidades Diferenciadas – CEMD

- i) Divisão de Ensino a Distância;
- ii) Divisão de Modalidades Parceladas
- iii) Divisão Educação Indígena

Coordenação de Avaliação de Ensino de Graduação – CAEG

Coordenação de Políticas de Acesso ao Ensino Superior – CPAES

- i) Divisão Vestibular - DIVEST
- ii) Divisão de Modalidades Alternativas de Acesso ao Ensino Superior DMAAES

B) Câmara de Ensino de Pós-Graduação - CEPG

Coordenação de Pós-Graduação – CPG

Coordenação de Qualificação e Avaliação de Pessoal Docente – CQAPD
 Coordenação de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação – CACPG

3.2.2. Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - PPE

Coordenação de Pesquisa e Extensão – CPE
 Coordenação de Financiamento da Pesquisa e Extensão - CFPE
 Coordenação de Pós-Graduação – CPG
 Coordenação de Comunicação Artística e Científica – CCAC
 - Editora

3.2.3. Pró-reitoria de Administração e Finanças - PAF

Coordenadoria de Planejamento Orçamentário - CPO
 Coordenadoria de Contabilidade e Patrimônio - CCO
 Coordenadoria de Contratos e Convênios - CCC
 Coordenadoria de Sistemas de Informação – CSI
 Coordenadoria de Gestão do Trabalho Técnico
 i) Divisão de Qualificação e Avaliação de Pessoal Técnico
 ii) Divisão de Avaliação de Pessoal Técnico

3.2.4. Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Convivência Comunitária – PAECC.

Coordenação de Assistência Estudantil - CAE
 Coordenação de Apoio aos alunos Cotistas – CPPAC
 Coordenação de Cultura e Eventos – CCE
 Coordenação de Bolsas e Intercâmbio Estudantil – CBIE

3.3. Direção Programática

3.3.1. ESTRUTURA DA DIREÇÃO PROGRAMÁTICA

CENTROS: ORGANIZAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Unidades:

- 2.1. Colegiados – Deliberativos de políticas de ensino, pesquisa, extensão no âmbito de sua competência, composto pelas representações de cada área e segmento que o compõe.
- 2.2. Centros* – Grandes áreas de Conhecimento, que congregam departamentos e cursos num determinado território/campus e integrando todos os cursos da UNEMAT;
- 2.3. Institutos – Unidades de pesquisa/extensão ligados aos Centros, congregam grupos/núcleo de pesquisas de diferentes depts e campi, em temas de interesses comuns.
- 2.4. Departamentos – Unidades que organizam a atividade de ensino, pesquisas e extensão em âmbito departamental.

* Nos campi onde não houver mais que 01 departamento que componha o Centro, será garantido a criação do Centro que congrega o departamento existente e o Chefe/coordenador do Departamento acumulara a função de Coordenador de Centro, até se crie outros cursos naquele Centro, são os casos de Juara, Colider e Pontes e Lacerda.

3.3.1.1 Centro de Ciências Sociais e Aplicadas - CCSA

Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos:
 - Ciências Jurídicas
 - Ciências Econômicas
 - Ciências Administrativas
 - Ciências Contábeis
 - Turismo

3.3.1.2. Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Linguagem – CFCHL

Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos

- História
- Geografia
- Pedagogia
- Letras
- Comunicação
- Filosofia e Ciências Sociais

3.3.1.3. Centro de Ciências Agrárias, Saúde e Ambiente - CCA
Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos
 - Agronomia
 - Biologia
 - Zootecnia
 - Engenharia Florestal,
 - Educação Física
 - Enfermagem

3.3.1.4. Centro de Exatas e Tecnológicas.
Unidades:

- a) Colegiado de Centro
- b) Institutos de Pesquisa:
- c) Colegiado Departamental
- d) Departamentos
 - Matemática
 - Ciência da Computação
 - Arquitetura e Urbanismo
 - Engenharia dos Alimentos
 - Engenharia da Produção Agroindustrial
 - Engenharia Civil

3.4. Apoio Local à gestão Programática: Prefeitura do Campus (direção exercida por técnico de carreira).

Unidades:

- Divisão de Apoio à Normatização Acadêmica - DANA
- Divisão de Gestão da Biblioteca Regional - DGBR
- Divisão de Gestão Orçamentária e Financeira - DGOF
- Divisão de Transporte e Patrimônio - DTP

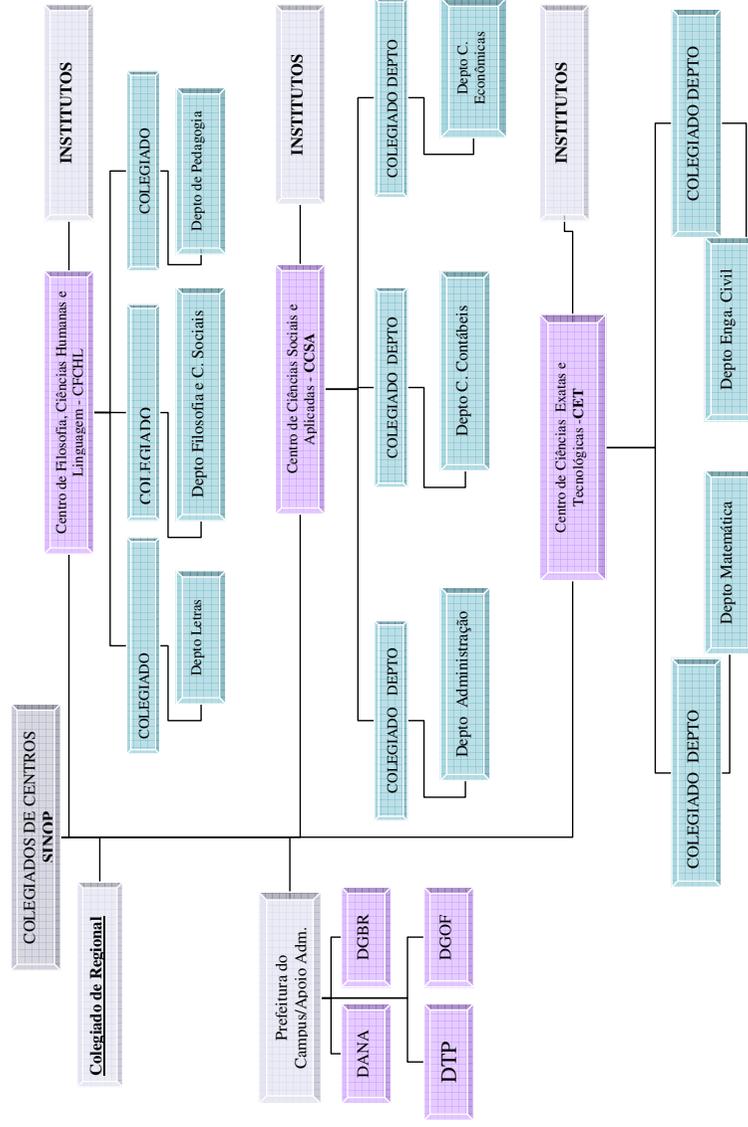
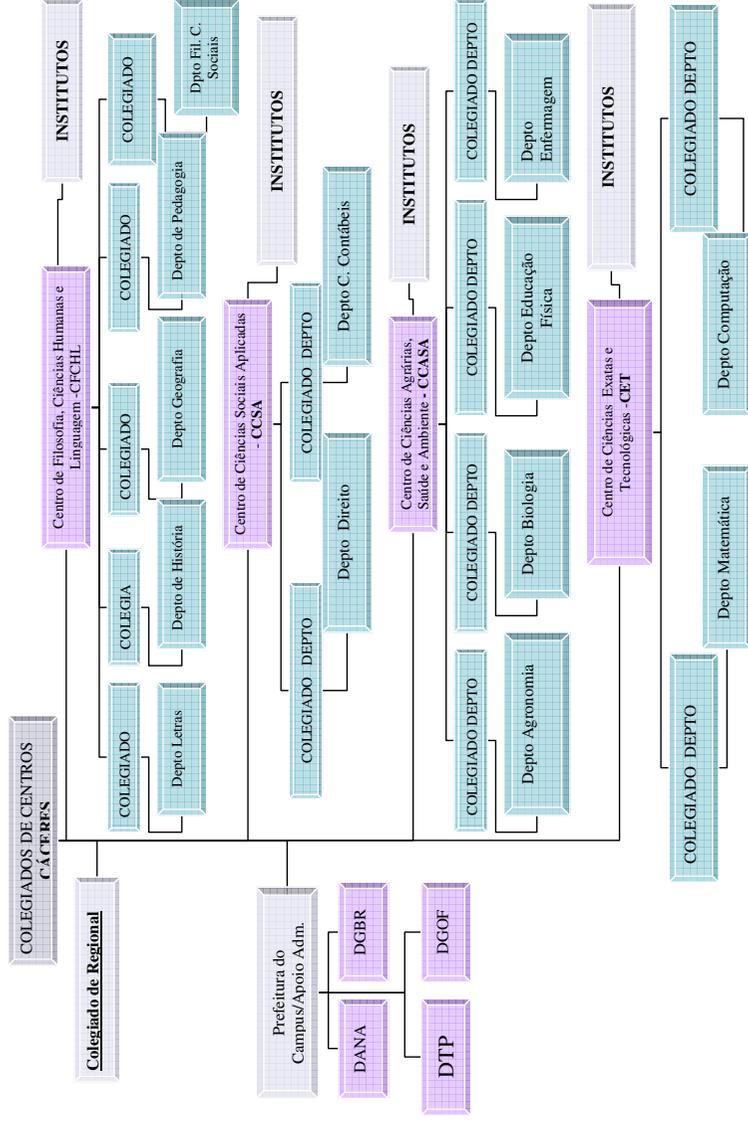
3.4.1. Equipe Técnica de Apoio Administrativo* -

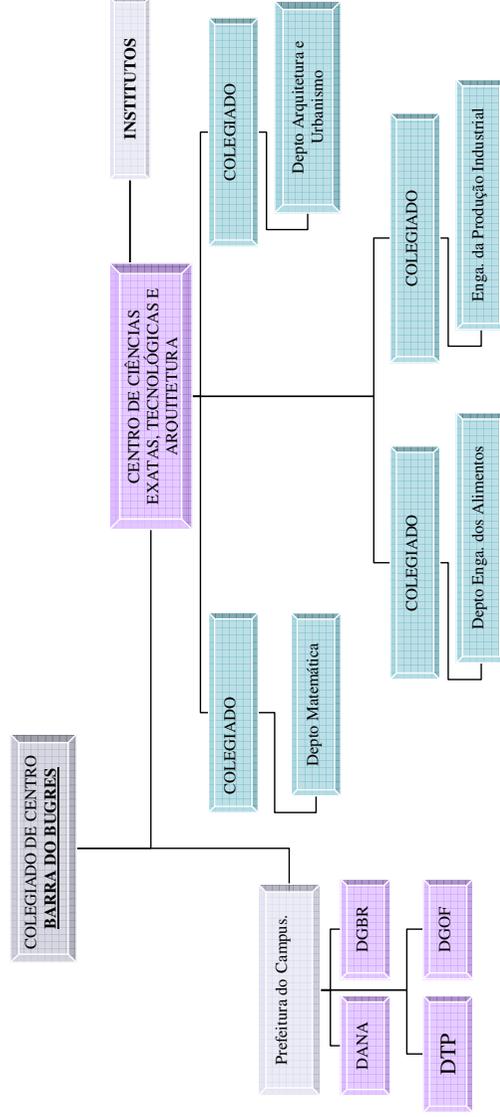
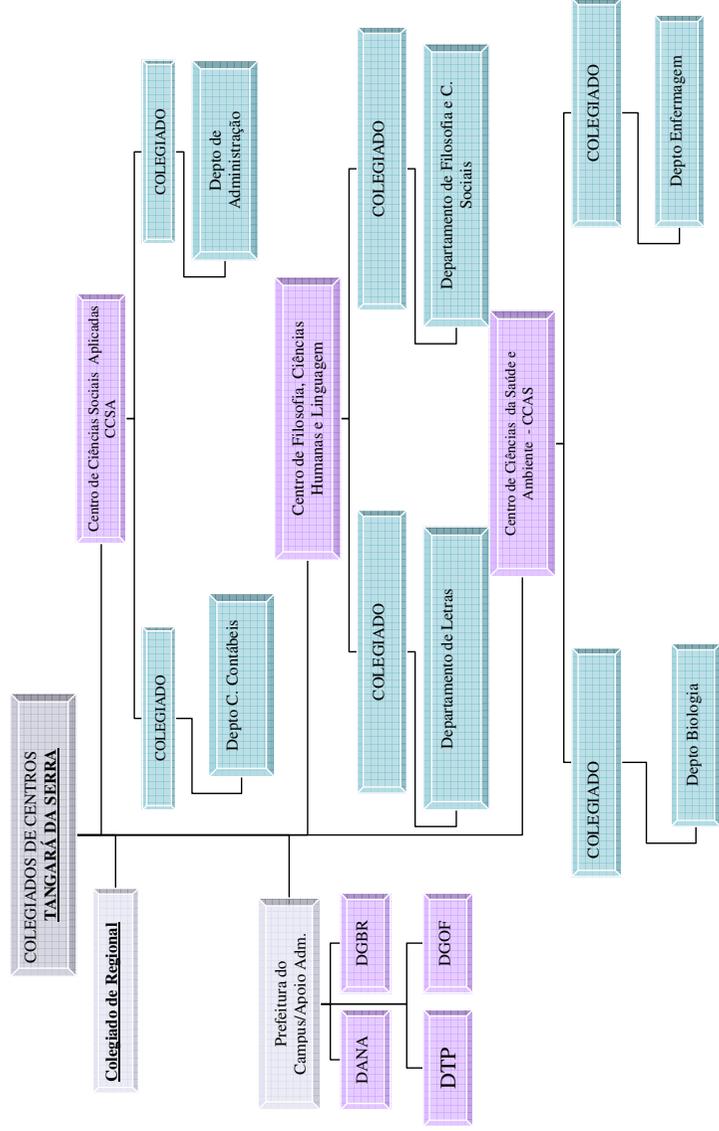
- Apoio Administrativo e Financeiro
- Controle Acadêmico

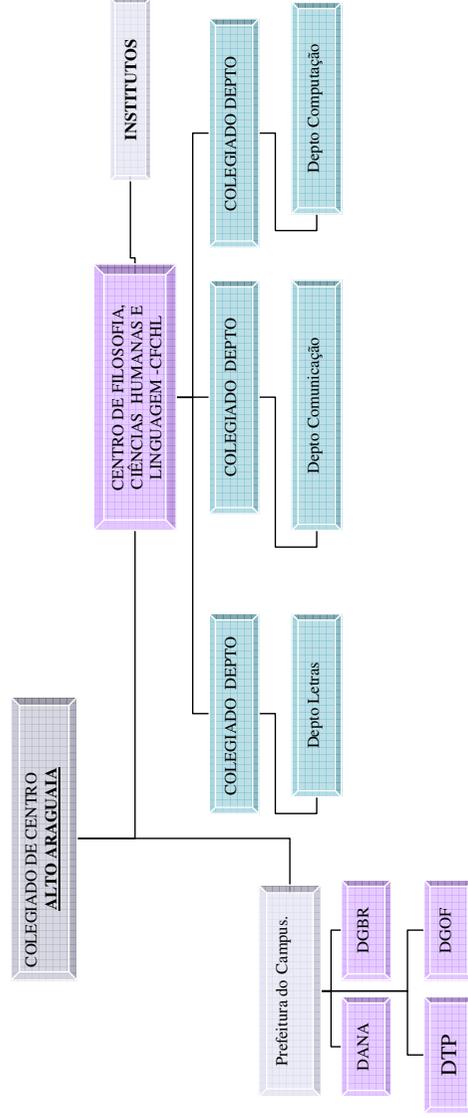
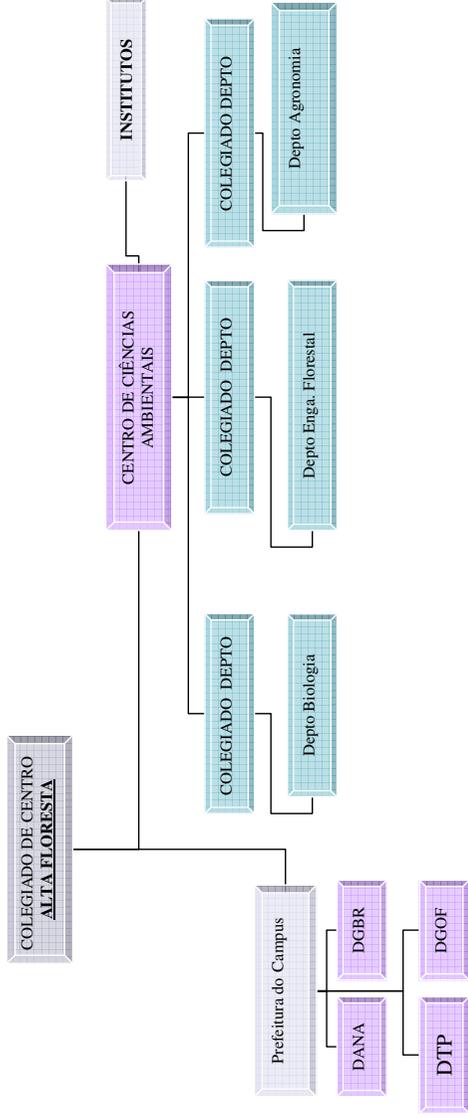
*Para campus integrantes de centros não localizados no próprio campus e tenham no máximo 02 cursos.

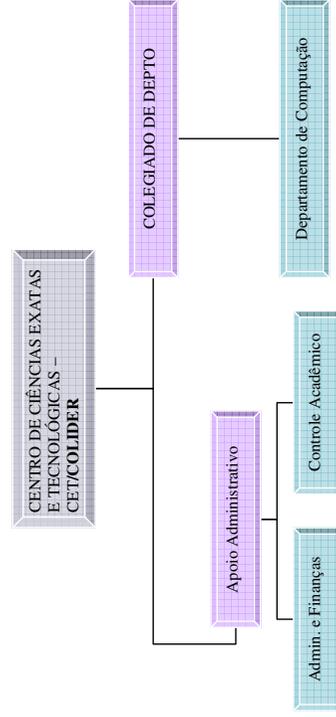
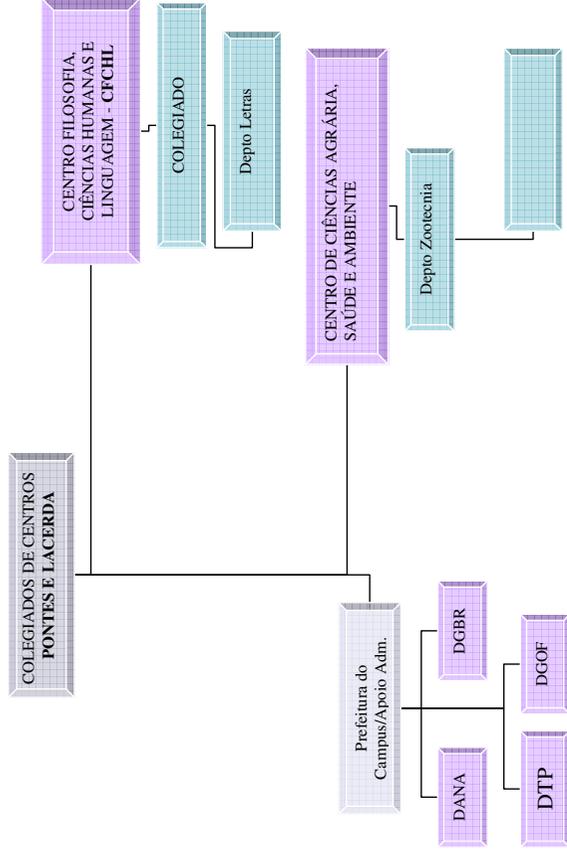
3.5. ANEXOS:

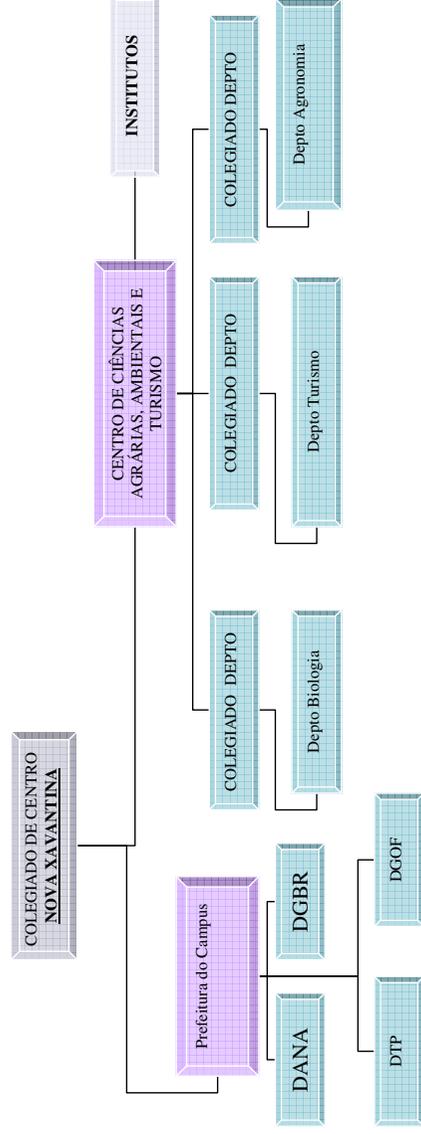
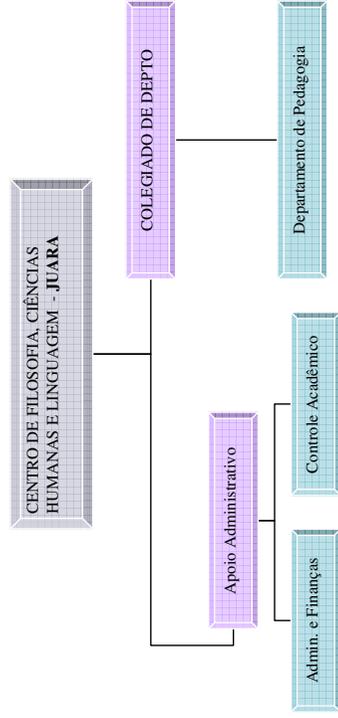
ORGANOGRAMA DOS CENTROS

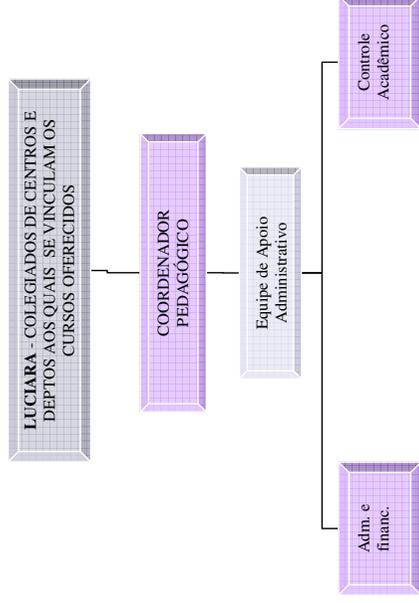












4. RESUMO

Esta é uma proposta de nova estrutura para a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, a ser discutida no II Congresso Universitário. Trata-se de engenharia institucional que leva em conta 04 princípios fundamentais: a) Fortalecimento das Áreas de Conhecimento, b) Autonomia e articulação das unidades organizadoras do trabalho docente; c) Organização orientada para as atividades finalísticas da Universidade, d) Democratização da estrutura de gestão acadêmica. A proposta se coloca como um meio de operacionalização desses princípios e, para isso, define alguns eixos centrais: Extinção das Faculdades como unidades centralizadas de organização dos departamentos; organização de Centros por grandes áreas de conhecimento, descentralizado em cada campus; autonomia de gestão aos Departamentos com gestão compartilhada por deliberações de Conselhos de Centros e Departamentais; ampliação do compartilhamento da gestão dos meios (recursos de administração geral) com a carreira dos Profissionais Técnicos do Ensino Superior - PTES, através da instituição da Prefeitura de campus sob direção dessa carreira. Ao final, são anexados os organogramas da estrutura proposta.

5. AUTORES

Anézio Martins Santana (Sinop)
André Milhomem (Colider)
Dirceu da Silva (Sinop)
Denizalde Jesiel Rodrigues Pereira (Sinop)
Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
Egestaine (Colider)
Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
Edna Luzia Almeida Sampato (Cáceres)
Ilima Ferreira Machado (Cáceres)
Ivone Cella da Silva (Sinop)
Iza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
Jaqueline Pasuch (Sinop)
João Ivo Puhl (Cáceres)
Josete Cangussu (Tangará da Serra)
Julio César dos Santos Brandão
Kiiwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
Leni Hack (Cáceres)
Marcos Fábio da Silva (Sinop)
Maria de Fátima Castilho (Sinop)
Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
Maria Madalena de Lima Silva
Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
Otávio (Cáceres)
Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)
Raquel (Colider)

Regis Queiroz Gonçalves
Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
Triago Oliveira (Sinop)



PRÉ-TESE XX – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- (X) III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Devido ao fato de que o regime de dedicação exclusiva estava atrelado à existência de fomento para realização da pesquisa e à institucionalização dos projetos, o CONEPE tinha a atribuição de elaborar os editais internos de pesquisa e homologar projetos que fossem aprovados por agências de fomento externas, como a FAPEMAT ou o CNPQ.

Entretanto, com a reforma do PCCS, a força produtiva de muitos docentes foi liberada, uma vez que os mesmos podem se dedicar exclusivamente à instituição. Dessa forma, como em muitas áreas de pesquisa existe a possibilidade de realização de projetos sem fomento, vemos como necessidade a agilização da institucionalização dos projetos.

Além disso, acreditamos que os projetos são melhor avaliados quando julgados por profissionais da mesma área, de maneira que os colegiados de curso se apresentam como instância adequada para o julgamento dos projetos de pesquisa sem financiamento.

Finalmente, gostaríamos de observar que é de interesse institucional a realização e institucionalização desses projetos, exatamente pelo fato de que o tempo de trabalho do professor já está sendo financiado pela instituição, de forma que a institucionalização do projeto não acarreta nenhum ônus para a instituição.

A mudança de instância de análise de projetos de pesquisa para os colegiados de curso ajudariam a agilizar no processo de institucionalização e também de diminuir a carga de trabalho do CONEPE.

3. PROPOSTA / TESE

Alterar o parágrafo VIII do artigo 21 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

VIII – homologar projetos de pesquisa e extensão, aprovados em editais e demandas espontâneas e projetos de pesquisa e extensão aprovados pelos colegiados de curso e colegiados regionais.

Incluir na resolução 018/2008 do CONSUNI que define as atribuições dos colegiados de curso a seguinte função (artigo 5, parágrafo XXII):

XXII – Analisar e emitir parecer de projetos de pesquisa e extensão que não necessitem de financiamento.



4. RESUMO

Pré-tese que aborda a questão da institucionalização de projetos de pesquisa sem fomento externo. A proposta sugere que os colegiados de curso tenham autonomia para julgar e homologar os projetos de pesquisa sem fomento externo, através de uma modificação da atribuição dos colegiados de curso.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Luciana Mafalda Elias de Assis, Robinson Alves Lemos, (Discentes) Fabiano da Silva de Ávila, Vivianne Santiago Cavalcante. (Fucionário),Ademir Cardoso da Silva.

TESE XXII

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional

PROPOSTA/TESE:

Definição de organograma padrão para todos os campus e da Sede Administrativa, com seus devidos cargos e atribuições.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário
Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário
Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário
Emerson Mendonça – Funcionário
Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS DE ALTO ARAGUAIA
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO LOCAL
COMISSÃO ORGANIZADORA

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Carlinho Viana de Sousa, Prof. Dr.ª. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto: Gestão Financeira do Orçamento previsto para os Campi pelos respectivos Campi

Hipótese ou Tese:

A centralização do sistema financeiro da universidade prejudica a realização de atividades do cotidiano universitário.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

Uma vez planejado o orçamento de cada campus e tendo sido aprovados no CONSUNI, com regras justas e claras, é importante propiciar aos campi a autonomia na ordenação das despesas previstas para melhor atender às necessidades locais.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto, Prof. Dr.ª. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

Mais autonomia para os *campi*: O Campus local apresenta condições de atender plenamente os requisitos de produzir atividades de pesquisa, ensino e extensão (como destinação e controle de recursos), de forma autônoma, sem a necessidade de submeter às proposições à Sede, buscando agilizar processo decisório administrativo.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

- 1) para evitar a burocratização dos processos, testes para seleção de bolsistas podem ser organizados totalmente no campus local, como também contratação de professores pelo teste seletivo.
- 2) A Desburocratização, sem necessidade de recorrer à sede para organizar os processos, contribui para decisões serem colocadas em prática com agilidade.
- 3) Todo evento que é organizado com recursos depositados na conta da UNEMAT sofre com falta de rapidez na liberação.
- 4) Os campus locais podem propor e gerir cursos de pós-graduação por conhecer com mais propriedade as necessidades locais.

TESE XI

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROBLEMA / JUSTIFICATIVA:

Perfil da Universidade quanto a sua Autonomia didático -pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

PROPOSTA / TESE: Autonomia de gestão financeira

ART... Deverá a partir da aprovação do novo regimento a receita destinada da Unemat seja repassada diretamente aos Campi, via CNPJ do mesmo, respeitando critérios (peso) relacionado ao ensino, pesquisa e extensão.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
Gabriel S. Ferrão – Funcionário
Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Dulcídio Mangureira – Professor
Osmar de Barros – Acadêmico
Adailton Alves da Silva - Professor
Emivan F. da Silva – Professor
Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
Fabrício Schwanz da Silva - Professor
Raul Abreu de Assis – Professor
Marfa Magali Roehrs – Professora
Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
Robinson Alves Lemos – Professor
Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavallante - Acadêmico

TESE XXV

LINHA DE REFLEXÃO: Orçamento e Financiamento da Universidade.

PROPOSTA/TESE:

Definição clara dos critérios para divisão de recursos entre os campus.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

TESE X

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT.

PROPOSTA / TESE:

Art. - Transferência da Reitoria para Várzea Grande como sendo centro catalizador facilitando o acesso e comunicação com todos os campi.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
 Gabriel S. Ferrão – Funcionário
 Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
 Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
 Jair Reck - Professor
 Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
 Cláudia Negreiros – Professora
 Dulcídio Mangueira – Professor
 Osmar de Barros – Acadêmico
 Adailton Alves da Silva - Professor
 Emivan F. da Silva – Professor
 Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
 Fabrício Schwanz da Silva - Professor
 Raul Abreu de Assis – Professor
 Marfa Magali Roehrs – Professora
 Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
 Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
 Robinson Alves Lemos – Professor
 Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
 Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
 Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE II

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Por ser a UNEMAT uma instituição pública, com *Campi* distribuídos em diversas regiões do Estado, as quais apresentam características específicas de acordo com sua localização (Pantanal, Cerrado e Amazônia Legal) e condições climáticas diferenciadas, destaca-se a necessidade de adequação das edificações e espaços de convívio às peculiaridades e determinantes locais.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
 Gabriel S. Ferrão – Funcionário
 Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
 Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
 Jair Reck - Professor
 Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
 Cláudia Negreiros – Professora
 Dulcídio Mangueira – Professor
 Osmar de Barros – Acadêmico
 Adailton Alves da Silva - Professor
 Emivan F. da Silva – Professor
 Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
 Fabrício Schwanz da Silva - Professor
 Raul Abreu de Assis – Professor
 Marfa Magali Roehrs – Professora
 Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
 Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
 Robinson Alves Lemos – Professor
 Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
 Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
 Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

TESE III

LINHA DE REFLEXÃO: PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

PROPOSTA / TESE:

Questão ambiental, no contexto contemporâneo de sustentabilidade, deverá ser uma premissa fundamental no desenvolvimento de projetos, trabalhando-se a arquitetura regional, o estudo de técnicas e materiais locais visando à utilização eficiente desses meios e técnicas, bem como a preservação adequada deste conhecimento conforme a região e a cultura.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Mangureira – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabrizio Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico



PRÉ-TESE XIX – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- () III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A Universidade do Estado de Mato Grosso conquistou vitórias imensuráveis com a aprovação dos novos PCCS, da categoria dos docentes e da categoria dos funcionários. Os benefícios dessas vitórias certamente terão repercussão na qualidade do ensino e no crescimento institucional, que deve ser notado, e cobrado pelo segmento dos alunos.

Mas, no tocante a esta pré-tese, queremos abordar a questão da estruturação mínima para o trabalho docente. Segundo o PCCS dos docentes (lei complementar Nº 320 - 2008), são atribuições dos docentes da UNEMAT:

Art. 6º São consideradas atividades da Carreira dos Docentes da Educação Superior:

I – as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à produção do conhecimento, à ampliação e à difusão do saber e da cultura;

II – as inerentes ao exercício de direção, coordenação, chefia e assessoramento na própria instituição ou em outras previstas em lei;

III – as inerentes às atividades sindicais, científicas ou representativas de classe ou de categoria profissional.

Parágrafo único. A definição do que são atividades de ensino, de pesquisa e de extensão bem como a sua regulamentação serão elaboradas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE.

E ainda:

§2º Os docentes integrantes da Carreira da Educação Superior terão as seguintes atribuições, entre outras definidas pelos Conselhos Superiores da Universidade:

I – Professor Auxiliar – Classe A: Exercício das atividades de ensino na graduação, participação em atividades de pesquisa e extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores, orientação de monografia de graduação, participação em banca de concurso público para Professor Auxiliar e, eventualmente, gestão universitária;

II – Professor Assistente – Classe B: Além das atribuições da classe de Professor Auxiliar, exercício das atividades de ensino na graduação, elaboração, coordenação e participação em projetos de pesquisa e de projetos de extensão, orientação de bolsistas de ensino, pesquisa e extensão, aperfeiçoamento, participação em banca de concurso público para Professor Assistente, e, eventualmente, gestão universitária;

III – Professor Adjunto – Classe C: Além das atribuições da classe de Professor Assistente, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-



graduação stricto sensu, orientação de alunos de pós-graduação stricto sensu, participação em banca de concurso para Professor Adjunto, e, eventualmente, gestão universitária;

IV – Professor Associado – Classe D: Além das atribuições da classe de Professor Adjunto, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-graduação stricto sensu, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, atividades de pós-graduação, participação em banca de concursos para Professor Associado, e, eventualmente, gestão universitária;

V – Professor Pleno – Classe E: Além das atribuições da classe de Professor Associado, exercício das atividades de ensino na graduação e em curso de pós-graduação stricto sensu, exercerá a coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico dos grupos de produção de conhecimento, participação em banca de concurso para Professor Pleno e, eventualmente, gestão universitária.

Faremos aqui uma um breve resumo dessas atribuições, tomando a liberdade de simplificá-las. A leitura dos artigos acima citados nos permite concluir que o docente da carreira Universitária deverá:

- a) Preparar aulas para os cursos de graduação
- b) Orientar alunos em monografias de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado, e outros.
- c) Atender e selecionar bolsistas e monitores
- d) Elaborar, participar, coordenar e executar projetos de pesquisa e extensão

Pois bem, naturalmente há de se esperar que essas atividades de dêem em um *local e horário* determinados. Ou seja, se o docente deve preparar aulas ou atender um bolsista deverá fazê-lo em algum lugar, e o local óbvio para que isso ocorra é na própria Universidade.

Atualmente, isso nem sempre é possível. Simplesmente porque os docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso ainda não possuem um local de trabalho. Não existe (por mais absurdo que isso pareça!) um local reservado para que os docentes realizem seu trabalho previsto no PCCS. Imagine que retirássemos do funcionário do setor financeiro sua mesa, sua sala e seu computador: como o mesmo realizaria suas funções? Ou ainda, se negássemos ao chefe de departamento seus arquivos, conexão a *Internet*, armários, telefone, mesa: como o mesmo garantiria a continuidade do andamento do curso de seu departamento?

Ora, mas isso é exatamente o que se passa neste exato momento com a classe dos docentes na Universidade do Estado de Mato Grosso. Os docentes não possuem local de trabalho fixo. Atualmente, aqueles que realmente desejam dedicar-se à instituição procuram um lugar “livre”, um canto para tentar exercer suas funções precariamente. Imagine que o funcionário do financeiro tivesse que, a cada dia procurar um computador livre, carregar todos seus arquivos e notas consigo toda vez que tivesse que trabalhar. E mais ainda, haverá dias em que o mesmo simplesmente não encontrará instalações livres para efetuar seu trabalho, atrasando, inevitavelmente suas atividades. É claro, alguns docentes têm remediado essa situação trabalhando em suas próprias casas, onde tem a estrutura necessária, como mesa, armários, conexão com a *Internet*, livros, etc.

Obviamente essa situação não pode perdurar. Se queremos exigir, e devemos exigir, de nossa classe de docentes empenho no crescimento da Universidade, devemos



fornecer o mínimo de condições para o trabalho docente. Isso é exatamente o que aborda esta pré-tese.

Assim, esta pré-tese é a favor do estabelecimento de uma estrutura mínima para a pesquisa e para o trabalho docente, sendo que investimentos extras devem ser obtidos pelo próprio docente através da busca de recursos junto às instituições de fomento.

3. PROPOSTA / TESE

Para que o trabalho docente possa ser realizado de forma eficiente e digna, indicamos as seguintes necessidades *mínimas* de infra-estrutura:

- i) Sala de 15 m² para três docentes (uma sala para três docentes)
- ii) Mesas e cadeiras de escritório
- iii) Armário com chave
- iv) 3 (três) computadores com acesso à *Internet*
- v) Ar condicionado

Obviamente, o corpo docente está buscando exercer suas funções apesar dessas deficiências na infra-estrutura, mas é necessário um plano de execução para implementar essa estruturação mínima.

No longo prazo, acreditamos que a quantidade de recursos captados pelos projetos de pesquisa dos professores irão superar o investimento inicial realizado.

Propomos então que a pró-reitoria de finanças crie um plano de estruturação para o trabalho docente que tenha um prazo determinado para ser completado, cumprindo com as exigências acima.

4. RESUMO

Pré-tese que aborda o problema de falta de local de trabalho para os docentes da instituição e sugere a implantação de um programa de estruturação mínima para os docentes da instituição.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Jair Reck, Marfa Magali Rohers, Kapitango. Luciana M. Elias de Assis (Discentes) Vivianne Santiago Cavalcante. (Funcionário), Ademir Cardoso da Silva.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
(X) II – Políticas de Ensino e Graduação;
() III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
(X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
(X) V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a finalidade precípua da UNEMAT da oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão, e também pelo respeito aos princípios éticos e da administração pública, o respeito pela diversidade, pela pluralidade, pela igualdade de condições de acesso e permanência nas diversas modalidades de ensino oferecidas. A presente tese visa à discussão e a inclusão de políticas de acessibilidade, ergonomia e segurança física e mental no ambiente de trabalho, expandindo-se para a universidade como um todo.

3. PROPOSTA / TESE

Acessibilidade, Ergonomia e Segurança Física e Mental no Ambiente de Trabalho

Da acessibilidade

Acessibilidade é o direito de acessar a rede de informações, o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

A UNEMAT deve proporcionar acessibilidade de forma potencializadora em todo seu âmbito acadêmico, de forma planejada e acompanhada por profissionais qualificados.

Para fins de acesso, a UNEMAT deverá viabilizar:

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

Acessibilidade – condição para utilização, de forma segura e autônoma, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos da universidade, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Barreiras – liberdade de movimento, circulação com segurança e possibilitar acesso a meios de informação e comunicação;

Ajuda técnica – Qualificação constante de funcionários e professores para atendimento de qualidade a usuários portadores de necessidades especiais. Além de produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;

Desenho universal – concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

A acessibilidade deve ser implementada não como uma política assistencialista, pois o objetivo possui como objetivo dar assistência. Deve ser compreendida como liberdade e acesso igualitário sem distinção de gênero, etnia, credo, forma física e mental. A não disponibilidade de informação e de comunicação é compreendida como uma barreira, não só para o PNE, mas para toda a comunidade. Sendo assim, a universidade deve promover a implantação atualizada desses meios de maneira irrestrita para a difusão do conhecimento.

É necessário lembrar-se da importância de professores e funcionários qualificados no âmbito da universidade, para que possam se relacionar adequadamente com portadores de necessidades especiais. Além disso, é preciso adquirir equipamentos destinados a esse tipo de atendimento. Assim a Universidade deve olhar seu público com as mais diferentes características e dificuldades para garantir um ensino de qualidade.

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

Da Ergonomia

Atualmente o real significado da ergonomia é desconhecido e mau interpretado, a qual vem se transformando e afetando as organizações e o ser humano. A Ergonomia tem por objetivo prevenir lesões musculares, utilização de equipamentos de informática ergonômicos, mobílias adequadas e confortáveis para organização e o trabalho, conforto físico do ser humano, sistemas de informação compreensível e de alta usabilidade.

É bom salientar que conforto no ambiente de trabalho não é sinônimo de ergonomia, pois segundo MORAES e MONTÁLVÃO;

“Ergonomia Trata da comunicação do homem com a máquina, trabalho e o ambiente para torná-lo seguro e confortável. Tem como objetivo melhorar a condição do trabalho humano e a segurança no trabalho, minimizando a carga física e mental, aumentando a produtividade da organização”

O profissional técnico da UNEMAT em situações do seu cotidiano interage com vários componentes em seu trabalho como: equipamentos, mobílias, formando interfaces (energéticas e posturas), formando interfaces ambientais, cognitivas e organizacionais. Por meio destes têm as seguintes preocupações no que tange a ergonomia:

Ergonomia Física – É a carga física sofrida pelo corpo humano em situações de trabalho. Fatores como: movimentos repetitivos, manuseio de matérias, força excessiva, posturas desfavorável, relacionada com desordens músculo-esquelético, podem trazer ou ocasionar danos irreversíveis a saúde do profissional técnico, afetando assim sua qualidade de vida intra e extra Universidade.

Ergonomia Cognitiva – É a análise da capacidade e dos processos de formação e produção de conhecimentos em sistema em geral. Incluem carga mental de trabalho, desempenho de habilidades, erro humano, interação entre o ser humano e o computador. O respeito cognitivo do PTES é fundamental

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

para uma boa produção no ambiente de trabalho, bem como influência diretamente na qualidade de vida do servidor.

Ergonomia Organizacional – A UNEMAT deve buscar um equilíbrio sócio-técnico entre as pessoas, tecnologia, incluindo a estrutura organizacional, políticas e processos. Podendo ser utilizada nos níveis operacional, tático e estratégico.

Assim, o princípio básico da Ergonomia é projetar o ambiente de trabalho que satisfaça as necessidades do trabalhador. De forma ideal, o ambiente de trabalho deve ser flexível o bastante para se adaptar às necessidades de cada indivíduo particularmente. Se o ambiente não é convenientemente projetado, o servidor acaba se adaptando ao ambiente, o que muitas vezes além de causar fadiga e desconforto, ainda reduz a produtividade.

Em se tratando de equipamentos de informática e mobiliário específico para meios informatizados, já existe o estudo e a disponibilidade dos mesmos. Porém, a UNEMAT deve compreender que a aquisição de bens não deve ser voltada apenas para o valor financeiro, é necessário incluir no momento dessa decisão as particularidades do setor a que se destina, os funcionários e o tipo de serviço que a ele se agregam.

A utilização de meios para viabilizar qualidade de vida no ambiente de trabalho, proporcionará também uma melhora dessa qualidade extra-universidade. Para ter um controle dos riscos de lesões e doenças causadas pela má qualidade da estrutura do ambiente de trabalho, a universidade deve prevenir implementando, um centro de ginástica laboral para acompanhamento dos funcionários nos seus respectivos setores, detecção de erros ergonômicos, seções de ginásticas laborais, treinamento para que os funcionários realizem atividades laborais antes e durante o ambiente de trabalho.

Considerações Finais

Devido ao avanço tecnológico que ocorre de forma continua em nossa sociedade, a aplicação da ergonomia torna-se indispensável, principalmente dentro de uma instituição de ensino, que visa formar profissionais capacitados

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

e qualificados para o mercado. A universidade têm a obrigação de inserir a acessibilidade e a ergonomia no contexto de ensino, para que não só seus profissionais técnicos e professores tenham conforto físico e mental, mas também para que seus acadêmicos saiam da universidade com essa consciência que a universidade que lhe proporcionou.

São indiscutíveis os benefícios para a UNEMAT e de seus funcionários. A produtividade e a relação dos funcionários com a instituição como um todo, melhoria de forma significativa. Uma instituição que deseja promover e difundir conhecimento deve observar não só o livro que está em suas mãos, mas também todo o ambiente em que ele se encontra.

É preciso interpretar a aplicação da acessibilidade e a ergonomia no ambiente de trabalho, não só como uma política institucional, mas sim como um dever que a ela incube, uma vez que deve existir legislação e regumentação na universidade, para que não fique a mercê da vontade própria da gestão de seus administradores.

4. RESUMO

A presente tese, ***Acessibilidade, Ergonomia e Segurança Física e Mental no Ambiente de Trabalho***, têm por objetivo implementar definitivamente nas Leis e Resoluções da UNEMAT, o compromisso com a promoção da acessibilidade em todo o seu âmbito acadêmico, a aplicabilidade da ergonomia de forma planejada, acompanhada e definitiva nos setores administrativos da universidade. É dever da UNEMAT promover acessibilidade, uma vez que existe legislação que a obriga a cumprir, porém deve ser vista não como uma política assistencialista, mas sim de inclusão de toda a comunidade acadêmica nos mais diversos aspectos, disponibilizando comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. É primordial também a atenção a ergonomia e a saúde dos servidores que atuam no âmbito administrativo da UNEMAT, ou seja, a destinação de recursos com planejamento adequado com qualidade de vida no ambiente de trabalho é de suma importância para o bem estar dos profissionais que neles atuam, e como consequência aumento na prod

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

laborais, dotados de profissionais formados na área, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, orientar, incentivar, promover exercícios no ambiente de trabalho.

5. AUTORES

Marcelo Pereira Dantas da Silva;
Josafá Gomes Pereira;
Daniela Lamartina do Carmo Barbosa;
Gasparino de Lima Cirqueira;
Neuzabete Silvino da Silva Lima;
José Maria de Souza.

This document was created with the trial version of Print2PDF!
Once Print2PDF is registered, this message will disappear!
Purchase Print2PDF at <http://www.software602.com/>

Título da Pré-tese: **A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA UNEMAT**

LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da universidade;
 () II – Orçamento e financiamento da universidade;
 () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
 () IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
 (x) V – Política de expansão da universidade.

PROBLEMA/JUSTIFICATIVA: No nosso entendimento a atualmente não é possível realizar ensino, pesquisa e extensão sem o apoio da informática e das telecomunicações. A UNEMAT carece de uma política sólida para efetuar a entrega dos dados aos usuários de forma rápida e segura.

RESUMO: Esta pré-tese, fruto da discussão de alguns profissionais da área de TIC, pretende propor práticas já consagradas no mercado para implementar uma estrutura de sistemas de dados na forma de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

AUTORES: Amir Fonseca Montecchi Junior, Erick Duclert Stoelben, Jeferson Alexandre Soares Gonçalves, Jeferson Odair Diel, Ruberval Gomes e Rui Ogawa

PRÉ-TESE PARA T.I.C. (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

A UNEMAT necessita atualmente de dados gerenciais para gerir suas atividades que sejam fornecidos por um conjunto de sistemas de informações capaz de fornecer esses dados de forma precisa, com um tempo de resposta adequado.

Ainda hoje, essa necessidade é suprida com a criação de interfaces entre os sistemas de informação do nível operacional dos *campi* universitários e os sistemas de informação gerencial, normalmente utilizando uma infra-estrutura de comunicação precária e até mesmo obsoleta. As conseqüências são problemáticas: a duplicidade de informações, o alto custo de processamento, a precariedade das redes e a falta de pessoal altamente qualificado não permite um performance satisfatório desses sistemas para seu usuário final.

Surge então, a necessidade de remodelagem não somente dos dados da UNEMAT, mas também de toda infra-estrutura de rede, buscando a melhoria dos sistemas a nível operacional, a redução dos custos de manutenção de sistemas, e principalmente a priorização do fornecimento de informações gerenciais confiáveis por parte da gama automatizada de sistemas na UNEMAT. O modelo de dados da UNEMAT deve ser criado com base em levantamento das funções e análise de dados da instituição.

Esse trabalho deverá ser realizado através do levantamento de necessidades, análise de custo-benefício da solução apresentada (hardware, software e pessoal) priorização dos projetos (planejamento dos sistemas) e acompanhamento dos resultados.

Sabemos que na UNEMAT atua-se sem planejamento a curto, médio e longo prazo. E se olharmos para as áreas de TIC, globalmente, observamos a seguinte situação:

- Usuários insatisfeitos;
- Analistas desmotivados com a UNEMAT, gerando rotatividade crescente de pessoal;
- Quase nula participação da alta gestão na forma de apoio à Informática;
- Documentação (quando existente) falha e desatualizada;

- Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), quando existentes desenvolvidos sem a visão dos PDI dos *campi*.

O planejamento estratégico da organização em termos de automação é o que chamamos de PDTIC.

Ele deve conter:

- A filosofia e os objetivos a serem atingidos pelos sistemas da UNEMAT;
- Planejamento de quando cada sistema será desenvolvido/alterado com um cronograma de duração e ordem contemplando a prioridade de implementação;
- Custos e benefícios de cada projeto, onde deve-se contemplar investimentos de hardware, software, recursos humanos, bem como a previsão em termos de quantidade para cada um desses itens;
- Itens de risco dos projetos, tendências e expectativas do usuário e da UNEMAT.

Se cumprido este roteiro, o PDTIC terá grandes chances de apresentar o sucesso esperado.

A metodologia para o desenvolvimento deve ser:

- Definição das etapas de cada projeto;
- Definição das atividades de cada etapa;
- Determinação dos produtos e dos pontos de controle dos projetos;
- Definição das responsabilidades de cada produto (usuário);
- Documentação das etapas, estudando um *case* de *software* ou uma solução de telecomunicação para implementar uma metodologia estruturada de desenvolvimento de sistemas na UNEMAT;
- Obtenção de produtos intermediários para justificar benefícios, produzindo muitas vezes sistemas funcionais antes da conclusão do projeto como um todo.

As etapas do seu desenvolvimento são:

- Levantamento das necessidades da UNEMAT, problemas atuais e descrição das áreas afetadas com os procedimentos atuais;
- Análise das atividades, apresentando a solução e priorizando seu desenvolvimento;
- Dimensionamento dos recursos necessários para desenvolver os projetos (custo de hardware, software, linhas de comunicação, treinamento, etc.);
- Cronograma financeiro com as etapas de desembolso mês a mês, durante a fase de desenvolvimento do projeto.

O PDTIC é de extrema importância porque planeja o crescimento da automação dentro da UNEMAT, permite que ela exerça suas atividades de forma satisfatória, ganhando sempre em produtividade e qualidade de serviço.

A falta de planejamento a nível de automação leva a:

- Desenvolvimento de sistemas sem integração, onde são constantes os problemas de manutenção e a restrição quanto ao atendimento das necessidades do usuário final;
- Mudanças nas prioridades da UNEMAT sem reavaliação dos projetos que estavam organizados;
- Dimensionamento errado dos recursos humanos, mantendo equipes de desenvolvimento de sistemas sem um volume de trabalho justificado;
- Implantações de sistemas malsucedidas, devido à falta de planejamento e ordem de implementação das funções;
- Desmotivação da área de desenvolvimento de sistemas devido ao grande volume de manutenções e princípio de caos na área de administração de dados da UNEMAT, e
- Dificuldade de controle quanto a custos e também à produção das equipes de desenvolvimento/manutenção de sistemas.

O PDTIC tem componentes importantes para os quais faremos uma análise dos erros mais comuns.

Projetos de Sistemas

Abordagens inadequadas:

- Prioridades constantemente alteradas;
- Prazos irrealistas / não definidos;
- Projetos considerados isoladamente;
- PDI da UNEMAT não considerado.

Procedimentos corretos:

- Prioridades estabelecidas com critério;
- Prazos baseados em anteprojetos;
- Nível de integração dos sistemas comparados com a análise das necessidades.

Hardware e Software

Abordagens inadequadas:

- Não há critérios definidos para processamento de dados, aluguel de equipamentos, pacotes, centralização ou descentralização do processamento de dados, desenvolvimento interno e telecomunicações;
- Os equipamentos são dimensionados através de rápidas estimativas de volumes;
- Os equipamentos não são avaliados tecnicamente com relação às peculiaridades da UNEMAT;
- A obsolescência do equipamento não é levada em consideração no projeto dos sistemas.

Procedimentos corretos:

- Estratégias definidas quanto à tecnologia, modalidade de processamento, uso de pacotes;

- Análise criteriosa da necessidade de evolução da estrutura técnica com relação ao período coberto pelo plano;
- Dimensionamento do porte do equipamento considerado com relação às necessidades ao longo do tempo.

Recursos Humanos

Abordagens inadequadas:

- Ausência de critérios para abertura de vagas em concurso público na área de TIC;
- Situação agravada com as qualificações em nível de Recursos Humanos por parte dos Gerentes de Informática.

Procedimentos corretos:

- Os projetos é que determinam os critérios para abertura de vagas;
- Os profissionais são lotados de acordo com políticas de seleção, desenvolvimento, salários;
- Plano de Carreira tem estreita relação com treinamento.

Custos

Abordagens inadequadas:

- Desenvolvimento de projetos sem estimativas nem orçamentos aprovados;
- Os custos crescem sem que haja relação de efeito nos trabalhos em desenvolvimento.

Procedimentos corretos:

- Há um processo para obtenção do custo de um sistema baseado em homem / hora e no custo do processamento estimado pelo diagrama de blocos;
- Os custos referem-se a projetos aprovados e sofrem acompanhamento periódico.

Benefícios

Abordagens inadequadas:

- Os benefícios são indefinidos;
- Confusão entre benefícios e produtos.

Procedimentos corretos:

- Ponderação entre custo e benefício como uma constante;
- Benefícios intangíveis ressaltados no anteprojeto submetido a aprovação.

Fica evidente que o PDTIC tem o envolvimento da UNEMAT como um todo a partir do PDI. A área de Informática, através do pleno conhecimento deste último, estabelecerá suas condições para que haja um suporte sistêmico que dê viabilidade aos novos volumes e tipos de informações. Não é possível este procedimento onde os PDI inexistem ou são incipientes.

A UNEMAT deve desenvolver o PDTIC juntamente com seu PDI, pensando sempre na automação como um meio para atingir seus objetivos principais. Ele deve ser reavaliado ou até mesmo refeito sempre que:

- Houver falta ou mudança da definição de metas da UNEMAT a médio prazo;
- Quando houver mudança das bases organizacionais (verticalização ou horizontalização);
- Houver expansão da UNEMAT, assimilando novos níveis de produção e disponibilização de dados para os usuários.

Na Informática para o setor público, o PDI determina o PDTIC e, conseqüentemente, as dimensões, quadro de lotação, tecnologia utilizada e rumos da área responsável pelos sistemas. Tal postura é fator básico para a estruturação de unidades de negócio da organização.

A elaboração do PDTIC para a atual estrutura da UNEMAT leva em média de três a quatro meses, e sua implantação total, de três a quatro anos.

Participam da elaboração do PDTIC uma equipe técnica interna da UNEMAT composta de gerentes técnicos, líderes de projeto, um comitê de informática com profissionais de suporte técnico, banco de dados e organização e métodos, usuários, e uma empresa de consultoria externa em informática, para transmitir sua experiência em equipamentos e soluções em outras instalações.

O PDTIC proporciona à UNEMAT ordenadas sobre o futuro da informática; produtos básicos para a tomada de decisões, sendo que foram feitos com base nas necessidades da UNEMAT; abordagem sistêmica, verificando se os dados estão compatíveis com as estratégias da UNEMAT; medidas de produtividade e desempenho; visualização de tendências, motivando a UNEMAT para novos projetos e investimentos. O PDTIC afeta também as pessoas que trabalham na UNEMAT porque proporciona um planejamento de seu desenvolvimento profissional com treinamento em informática, mentalidade de participação de metas preestabelecidas, funcionando também como instrumento de divulgação da informática, seus avanços e benefícios dentro da UNEMAT.

Onde estamos? Para onde iremos? Como iremos?

São perguntas que devem ser contempladas no PDTIC. Basicamente suas respostas trazem benefícios gerenciais de que a UNEMAT necessita para visualizar suas metas e o trabalho para alcançá-las. São eles:

- Respostas ordenadas sobre o futuro da área de informática da UNEMAT;
- Os produtos do PDTIC devem ser uma referência para a tomada de decisão;
- Abordagem sistêmica (as informações deverão ser compatíveis com as estratégias da UNEMAT);

- Medidas de desempenho fixadas de forma objetiva;
- O planejamento de execução do PDTIC precede sempre a organização, a direção, a motivação e o controle das partes que executam.

A execução de um PDI abre um canal de comunicação dentro da UNEMAT que deve atingir todas as áreas e fazer com que todos conheçam pelo menos um pouco de cada objetivo principal da organização, ou seja, uma estratégia participativa, além do treinamento dos funcionários para as novas ferramentas que são adquiridas e implementadas a nível de automação.

O resultado após a execução de um PDTIC pode não ser satisfatório. Os motivos são muitos. Todos eles relacionados com a dificuldade de a UNEMAT absorver as mudanças que a informática provoca dentro da organização, o comportamento de seus profissionais e a constante mudança de comportamento do ambiente atuante da UNEMAT.

A equipe que desenvolve o PDTIC deve ser bem informada sobre as tendências de mercado em relação à automação e atualizada quanto aos recursos disponíveis e à sua capacidade, fazendo um estudo para adequação e soluções automatizadas, sem receio de ousar e correr alguns riscos que o investimento em automação tem implícito como qualquer projeto envolvendo tecnologia de ponta. O alto preço durante o decorrer do plano também é um fator problemático.

ETAPA 1: MISSÃO E MACRO-ARQUITETURA DE OPERAÇÕES

- Missão e visão; objetivos e metas;
- Áreas e Unidades Estratégicas de Atuação;
- Macro-arquitetura de atuação : rede de atuação, logística integrada de operação;
- Tendências e obstáculos;
- Estratégias e posicionamento estratégico nas várias Unidades Estratégicas;
- Papel da tecnologia da informação na otimização do atendimento ao usuário.

METODOLOGIA

- Levantamento de documentos específicos e estudos anteriores relevantes;
- Entrevistas com pessoas-chave na UNEMAT;
- Workshop com principais executivos das áreas envolvidas;
- Questionário interno aplicado aos demais níveis gerenciais da organização;
- Análise de organizações congêneres.

ARQUITETURA DE OPERAÇÃO E OBJETOS DE OPERAÇÃO

Refere-se à compreensão clara da macro-arquitetura de operações que a UNEMAT deverá operar. Esta análise será desenvolvida objetivando-se identificar os principais objetos de atuação, de forma a dar base para a concepção de objetos a serem modelados.

OBJETOS DE ATUAÇÃO, ARQUITETURA DE OPERAÇÃO E OBJETOS DE OPERAÇÃO

Será utilizada uma ferramenta de modelagem de objetos de negócios, baseada na UML – Universal Modeling Language. Com este tipo de tratamento, tem-se uma visão profunda e abrangente dos componentes de negócios que a UNEMAT deverá operar, permitindo que os demais componentes de arquitetura possam ser estruturados de forma consolidada e altamente flexível.

IDENTIFICAÇÃO DAS MACRO-FUNÇÕES PLANEJADAS PARA A UNEMAT

Com base na arquitetura de operação, serão estabelecidos macro-processos de base para as operações da UNEMAT, que, por sua vez, darão origem aos sistemas de informações, e à estrutura de dados de suporte às operações da UNEMAT.

ETAPA 2: PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Levantamentos de base

- Arquitetura tecnológica atual;
- Principais sistemas e processos atuais;
- Macro-modelo corporativo de dados atual;
- Entrevistas com pessoal-chave;
- Questionários de levantamento interno de opinião (conjuntamente com levantamentos para outras etapas);
- Estrutura atual da área de T.I.C.;
- Sistemas de gestão, planejamento e controle na área;
- Sistemas de auditoria e segurança atuais em sistemas e dados;
- Processo gerencial e administrativo na área;
- Documentação, suporte, apoio a usuários.

ARQUITETURA DE PROCESSOS

Neste ponto são identificados os processos essenciais operados pela UNEMAT, de forma a focalizar o uso da tecnologia de informação sobre oportunidades de alto impacto em termos de:

- Custos;
- Produtividade;
- Qualidade;
- Tempos de resposta aos usuários;

APLICAÇÕES ESTRATÉGICAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Um dos principais produtos do PDTIC é a busca obstinada de usos estratégicos para a tecnologia de informação, isto é, aplicações da tecnologia capazes de trazer um significativo diferencial

competitivo para a UNEMAT. Este trabalho é feito através de uma sessão de workshops com os principais gestores da UNEMAT

WORKSHOP INFORMÁTICA ESTRATÉGICA

ETAPAS DO TRABALHO DE PESQUISA DE USOS ESTRATÉGICOS PARA A TIC E PESQUISA DE APLICAÇÕES

Paralelamente à pesquisa de aplicações de natureza estratégica para a TIC, são analisadas todas as demais possibilidades de aplicações.

NÍVEIS DE SISTEMAS A SEREM PLANEJADOS

Nos sistemas de infra-estrutura encontram-se todas as necessidades a serem atendidas para capacitar a UNEMAT a operar com formas ágeis de comunicação, de trabalho colaborativo, de gerenciamento eletrônico de documentos, de acesso a redes externas, de disponibilização de seus dados internos, entre outros aspectos.

Os sistemas corporativos básicos são aqueles que dão base às operações essenciais da UNEMAT, destacadamente os sistemas técnicos e os sistemas administrativos relacionados diretamente a essas operações.

São sistemas de apoio aqueles que visam manter as atividades administrativas de suporte ou obrigatórias por lei, tais como contabilização, custeio, gerenciamento de recursos humanos, entre outras.

ARQUITETURA DE APLICAÇÕES

- Pesquisa de aplicações relevantes;
- Aplicações de missão crítica;
- Aplicações de efeito estratégico;

- Aplicações gerenciais;
- Aplicações de impacto organizacional e funcional;
- Demais aplicações operacionais;
- Grau de integração e automação nas aplicações;
- Aproveitamento de aplicações existentes e sua integração com novas aplicações;
- Necessidade e forma de aquisição de novas aplicações.

DECOMPOSIÇÕES PRIMÁRIAS DOS PROCESSOS ESSENCIAIS

PROJETO MACRO DAS APLICAÇÕES

- Aplicações transacionais;
- Aplicações gerenciais;
- Tecnologia de workflow;
- Tecnologia de trabalho de grupo;
- O trabalho deve contemplar a pesquisa de aplicativos existentes no mercado , principalmente os de código aberto e sua adequação à UNEMAT.

ARQUITETURA DE DADOS

METODOLOGIA PARA A MODELAGEM CORPORATIVA DE DADOS

Modelo corporativo - modelo lógico/conceitual que possa nortear os detalhes posteriores para efeito de implementação.

O modelo corporativo de dados será produzido com ferramenta CASE.

Ressalta-se a importância deste aspecto na estrutura de informação para a UNEMAT pela forma com que seus novos sistemas serão desenvolvidos e implementados, com componentes bastante específicos e diferenciados das aplicações convencionais encontradas nas organizações em geral.

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DA ARQUITETURA DE DADOS

- Deve ser perene isto é, estável, pouco sujeito a mudanças;
- Deve permitir flexibilidade na representação dos objetos do modelo;
- Deve ser orientado para performance de processamento, o que muitas vezes é conflitante com flexibilidade e perenidade;
- Deve ser orientado para a facilidade de consulta, o que também, em geral, é conflitante com performance de processamento;
- Integração de sistemas em tempo real;
- Uma única base de dados lógica distribuída;
- Alto nível de automação.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE INTEGRAÇÃO

O uso gerencial da informação pressupõe estruturas baseadas em tecnologia de segregação das informações gerenciais, organizadas em formatos adequados à ação gerencial, e no nível das transações as informações organizadas de acordo com a lógica transacional.

O trabalho incluirá recomendações para a implementação de recursos como *datawarehouse* ou estruturas de compatibilização de diferentes ambientes de dados, bem como a forma de tratar o interfaceamento de sistemas de plataformas diferentes.

COMPONENTES DA ARQUITETURA TECNOLÓGICA

- Hardware;
- Redes internas;
- Conexões com redes abertas / conectividade;
- Redes virtuais;

- Ambiente operacional;
- Gerenciamento de dados;
- Ferramentas para desenvolvimento e testes de aplicações;
- Componentes e métodos de implementação;
- Recursos de suporte às operações de sistemas: monitoração de redes e ambiente, *frameworks*, etc.;
- Interfaces com aplicativos e WEB / Intranet / Extranet;
- Serviços a serem oferecidos na rede.

ETAPA 3: PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE TECNOLOGIA

As ações necessárias ao processo de transformação proposto serão apresentadas num Plano de Ações. Será utilizado software adequado para gerenciamento de projetos.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ECONÔMICO DO PLANO DE TECNOLOGIA

- Orçamento do plano
- Fluxo de caixa
- Análise de retorno



PRÉ-TESE XIV – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- () II – Políticas de Ensino e Graduação;
- () III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- (X) IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- () V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A gestão financeira de recursos públicos deve ser feita de forma responsável. É desejável que cada membro da comunidade acadêmica atue como um fiscal para garantir que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível, com responsabilidade, idoneidade e planejamento. Para que isso possa ocorrer de forma mais freqüente, é necessário que os membros da comunidade acadêmica tenham acesso à gestão, através de uma política de transparência administrativa. Muitos órgãos públicos tem utilizado a ampliação de acesso à Internet como uma forma de consolidar a transparência na administração.

3. PROPOSTA / TESE

Art... Deverá a partir da aprovação do novo regimento da UNEMAT ser criado na página da internet da instituição um sítio (geral e um ícone para cada campus) para ser arquivado e acessível a sociedade todas as informações sobre:

- I- Orçamento anual e mensal, distribuição por campus, detalhamento de todas as receitas e despesas, com notas escaneadas contendo todo tipo de investimento pagos com dinheiro da universidade.
- II- Detalhamento de todo tipo de recursos, licitações e contratos que sejam advindos e ou celebrados tanto de repasses do governo bem como de qualquer outra fonte de convênios, parcerias, projetos etc.
- III- Divulgação de todo lotacionograma de pessoal efetivo e contratado.

§ Primeiro: estas informações são obrigatórias e sob a responsabilidade de todos que possuem cargos de gestão em toda estrutura administrativa para alimentar o banco de dados.

§ Segundo: os dados devem ser disponibilizados trimestralmente, o prazo para o cumprimento desta ação é até no máximo no mês subsequente, sob pena pelo não cumprimento de incorrer em crime de responsabilidade fiscal.

§ Terceiro: a criação do espaço no portal da UNEMAT para a referida divulgação de todas as informações é de responsabilidade da pró-reitoria administrativa.

4. RESUMO

Essa pré-tese aborda a questão da transparência na gestão da Universidade. Seguindo o exemplo de prefeituras e governos estaduais que buscam atingir maior transparência, sugere-se a criação de um sistema de consulta online para a que a comunidade acadêmica possa participar na fiscalização da gestão dos recursos financeiros.



5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor
Gisele Carignani – Professora
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Marfa Roehrs – Professora
Dulcídio Mangureira – Professor
Sonia M. dos Santos Filho - Acadêmica
Osmar de Barros – Acadêmico

TESE XV

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional.

PROPOSTA / TESE:

Art. Todo início do ano letivo há que se fazer uma assembléia geral com toda comunidade acadêmica para definir e eleger as prioridades de investimento para o campus.

AUTORES:

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor
Gisele Carignani – Professora
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Marfa Roehrs – Professora
Dulcídio Mangureira – Professor
Sonia M. dos Santos Filho - Acadêmica
Osmar de Barros – Acadêmico

TESE XXIII

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional

PROPOSTA/TESE:

Correção das deficiências e ineficiência do controle interno para sua efetiva atuação visando a melhoria do gasto público.

AUTORES:

Jardel Ribeiro – Funcionário

Alessandro Costa Ribeiro – Funcionário

Carlos Henrique Martins de Arruda – Funcionário

Emerson Mendonça – Funcionário

Dhiego Silva Brandão – Funcionário.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS DE ALTO ARAGUAIA
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO LOCAL
COMISSÃO ORGANIZADORA

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto, Prof. Dr. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

A duração da mandato de coordenador de campus e reitor da instituição deve ser reduzida para 2 anos, com possibilidade de reeleição por mais 2 anos

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

Estudantes que entrarem na Universidade no mesmo semestre que o coordenador e o reitor, não terão oportunidade de escolha por voto, pois não conhecem o candidato, e se não gostarem de sua administração, não vão ter a oportunidade de mudar esse quadro.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Carlinho Viana de Sousa, Prof. Dr^a. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto: Titulação mínima para alguns cargos de gestão

Hipótese ou Tese:

Os cargos de reitor, vice-reitor e pró-reitores devem ser ocupados por portadores do título de doutor, no mínimo.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)
 Considerando-se a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão e a complexa relação entre as atividades que podem surgir em cada segmento, há de presumir-se experiência dos gestores responsáveis por políticas macro (reitor, vice-reitor e pró-reitores) em Ensino, Extensão e Pesquisa. Tendo o entendimento claro de que o doutoramento é o estágio de amadurecimento da prática de pesquisa é natural que este seja requisito para investidura nos cargos que necessitem competência específica para exercício de tal atividade.



PRÉ-TESE XVIII – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- I – Perfil da Universidade;
 II – Políticas de Ensino e Graduação;
 III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
 IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Caros companheiros de instituição: sejam vocês funcionários, alunos ou docentes, tenho certeza que desejam uma instituição melhor. Muitas vezes, podemos divergir sobre em que aspecto nossa instituição deveria ser melhorada primeiro, mas, não temos dúvidas, queremos, sim, uma instituição que melhore a cada ano.

É natural que os funcionários saibam mais sobre as necessidades que sofrem ao exercer suas funções, bem como é natural que docentes e alunos saibam as principais necessidades que enfrentam para exercer suas funções.

Nenhuma demanda de melhorias dos segmentos é melhor ou mais importante que as outras, mas todas são necessárias para que nossa instituição continue melhorando. Uma das principais formas de manifestação dos desejos de melhora e ferramenta do exercício da vontade política dos integrantes da instituição é o voto. Através do voto elegemos aquele candidato que julgamos dar prioridade às necessidades que acreditamos ser mais importantes. Assim, cada segmento da Universidade, funcionários, alunos e docentes, podem manifestar sua vontade política através da ferramenta do voto.

Atualmente, o sistema de voto adotado pela nossa instituição é o sistema do voto Universal. Apesar de ter certeza que tal sistema foi instituído com o ideal máximo de ser justo no sentido de que qualquer um possa manifestar sua vontade política de forma igual, acredito que, atualmente, esse sistema é injusto e ineficiente, pelas seguintes razões:

- 1) Nossa Universidade é composta de três segmentos: funcionários, professores e alunos, cada um vivenciando uma faceta diferente e igualmente importante da instituição. Entretanto, com o voto Universal, um segmento é responsável por aproximadamente 90% dos votos (alunos, cerca de dez a doze mil alunos), e os outros dois por apenas 10% (funcionários 512, docentes 819, informações do site www.unemat.br). Dessa forma, o poder de manifestação política de um segmento é desproporcionalmente maior que dos outros dois.
- 2) Apesar da idéia de que todos são iguais e devem ter exatamente os mesmos direitos ser bonita e inspirada por sentimentos de justiça, ela falha terrivelmente em fazer justiça neste caso do voto universal. Falha não pela qualidade intrínseca de cada um, mas porque a experiência e o tempo os diferencia. Tomemos o exemplo do aluno que recém ingressou na Universidade: com muita frequência, este aluno não tem certeza absoluta de querer concluir o curso e nem mesmo conhece exatamente as necessidades de sua profissão. Além disso, ainda não teve tempo de conhecer as deficiências de seu Campus, curso e da instituição como um todo. Tomando um exemplo em um outro extremo, pensemos no caso do docente Doutor concursado pela Universidade. Neste caso, o docente estudou seu campo de atuação durante cerca de quatro anos durante a graduação, aprofundou seus estudos durante mais dois anos completando um Mestrado tendo ainda mais quatro anos de pesquisa para finalmente obter o título e a experiência



de um Doutor. Pois bem, após esses 10 anos de estudo ele ainda atuou durante mais quatro nessa instituição para depois efetivar-se no último concurso público. Coordena dois projetos de pesquisa, 5 bolsistas e é responsável por 3 disciplinas no curso de graduação. Se ainda não for notória a diferença na qualificação desses dois exemplos de integrantes (o aluno recém ingressado e o docente concursado) da comunidade universitária, observamos que os alunos permanecem, em sua maioria, apenas quatro ou cinco anos na Universidade, enquanto que o docente tem como plano de vida sua atuação a Universidade. O mesmo pode ser dito com relação aos funcionários, que passam a maior parte de suas vidas dedicando-se ao crescimento institucional, alguns já há mais de 15 anos. Isto não é dizer que o voto do aluno que recém ingressou a Universidade não tenha importância, pelo contrário, ele é importante e nos fornece uma visão da qualidade do ensino oferecido. O que queremos, apenas, é igualar a representação das diferentes visões da Universidade, a visão do aluno, do docente e do funcionário, de forma que os diferentes segmentos tenham igualdade de representação política.

Dessa forma, defendemos que o voto paritário atende melhor as necessidades da instituição por não privilegiar nenhum dos segmentos, dando igual importância a cada um dos segmentos.

Vale mencionar que a maioria das Universidades Federais funciona ainda com um outro sistema, um que atribui uma importância de 70% ao segmento dos docentes e 15% para cada um dos outros segmentos. Nesse sistema o segmento de maior representatividade política é dos docentes, em detrimento dos outros dois segmentos. Buscamos, com essa proposta, dar importância *igual* à todos segmentos e não privilegiar apenas *um* dos segmentos atribuindo-lhe um peso de 90% dos votos de uma eleição.

3. PROPOSTA / TESE

a) Modificação do Artigo 26 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Art. 26 O Reitor é eleito pela comunidade acadêmica através de voto **paritário**, secreto e universal, e nomeado pelo Governador do Estado;*

Para que cada segmento tenha peso exatamente igual na votação, é necessário realizar um cálculo exato de peso dos votos das classes. Se o voto de um aluno for contado como um, o cálculo que deve ser realizado para as outras classes é como segue:

Um voto de classe = (Núm. de elementos na classe de alunos)/ (Num. el. na classe)

Por exemplo, na atual conjuntura, para que os segmentos fossem igualmente representados nas eleições, considerando um número de dez mil alunos teríamos que multiplicar os votos dos funcionários por 20 e dos docentes por 13.



b) Modificação do Artigo 30 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Art. 30 O Vice-Reitor é eleito em chapa única com o Reitor pela comunidade acadêmica, através de voto direto, secreto e **paritário**, e nomeado pelo Governador do Estado.*

c) Modificação do Artigo 40 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Art. 40 O Diretor é eleito através de voto direto, secreto e **paritário**, pela comunidade acadêmica dos departamentos vinculados aos respectivos Institutos/Faculdades e empossado pelo Reitor.*

d) Modificação do Artigo 48 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Art. 48 O Chefe é eleito através de voto direto, secreto e **paritário**, pela comunidade acadêmica vinculada ao respectivo departamento e empossado pelo Reitor.*

e) Modificação do Artigo 63 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Art. 63 O Coordenador é eleito através de voto direto, secreto e **paritário**, pela comunidade acadêmica vinculada ao respectivo Campus e empossado pelo Reitor.*

f) Modificação do parágrafo único do Artigo 78 do Estatuto da Universidade do Estado de Mato Grosso para:

*Parágrafo único: As eleições são realizadas através do voto secreto, direto e **paritário**.*

g) Indicamos ainda que se crie um parágrafo explicitando como se dá o cálculo do peso dos votos dos representantes de cada classe.

Sem mais para o momento, submetemos nossa proposta à comunidade acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso.



4. RESUMO

Pré-tese que aborda a modalidade de eleição na Universidade do Estado de Mato Grosso. Sugere-se a troca do sistema de voto Universal pelo voto paritário, uma vez que com o voto Universal um segmento possui 90% dos votos nas eleições realizadas dentro da Instituição)

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Jair Reck, Marfa Magali Rohers, Kapitango. Luciana M. Elias de Assis (Discentes) Vivianne Santiago Cavalcante. (Fucionário),Ademir Cardoso da Silva.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Carlinho Viana de Sousa, Prof. Dr. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto: Processo eleitoral para cargos eletivos

Hipótese ou Tese:

O voto paritário equaliza a representação dos três segmentos em processos eleitorais.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

O voto paritário, processo de consulta dos segmentos da comunidade universitária que ocorre de forma que cada uma das três categorias represente 1/3 do percentual dos votos válidos, sugere-se ser o mais adequado para a universidade pela sua própria definição. O voto universal distorce a igualdade de direito de decisão entre os segmentos base da universidade, pelo fato de que o número de alunos é muito maior que o número de professores ou de técnicos. Em outras palavras, nem mesmo somando-se todos os votos válidos das categorias docente e técnicos seria possível igualar aos votos válidos do segmento acadêmico, disto decorre a superposição de um segmento sobre outro. Há de considerar-se o agravante de que os segmentos de professores e técnicos são segmentos permanentes na universidade e ainda possuem em média alto nível de formação acadêmica (a despeito da experiência profissional), ao passo que o segmento discente é composto, em sua maioria, por egressos do ensino médio, **iniciando**-se na vivência e observação da carreira acadêmica e adicionalmente não permanecerão mais do que cinco ou seis anos, em média, na universidade.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

Mais autonomia para os *campi*: O Campus local apresenta condições de atender plenamente os requisitos de produzir atividades de pesquisa, ensino e extensão (como destinação e controle de recursos), de forma autônoma, sem a necessidade de submeter às proposições à Sede, buscando agilizar processo decisório administrativo.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

- 1) para evitar a burocratização dos processos, testes para seleção de bolsistas podem ser organizados totalmente no campus local, como também contratação de professores pelo teste seletivo.
- 2) A Desburocratização, sem necessidade de recorrer à sede para organizar os processos, contribui para decisões serem colocadas em prática com agilidade.
- 3) Todo evento que é organizado com recursos depositados na conta da UNEMAT sofre com falta de rapidez na liberação.
- 4) Os campus locais podem propor e gerir cursos de pós-graduação por conhecer com mais propriedade as necessidades locais.



PRÉ-TESE XVII – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- I – Perfil da Universidade;
 II – Políticas de Ensino e Graduação;
 III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
 IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

Essa pré-tese aborda a questão da relação de poderes entre o CONEPE e o CONSUNI e visa dar maior autonomia ao CONEPE e possibilitar uma maior participação da comunidade acadêmica nesse conselho.

3. PROPOSTA / TESE

Art. Em discordância com decisão do CONEPE, o CONSUNI só poderá justificar a negativa, ficando vedada alterações de competência do CONEPE.

I- Toda proposição deliberada e aprovada pelo CONEPE, apreciada e não ratificada pelo CONSUNI, deve retornar ao CONEPE para nova apreciação;

II- Ad referendum dado pelo Reitor por ocasião de tomada de decisão contrária à dada pelo CONEPE, fica sem efeito legal, estando o mesmo sujeito as penalidades legais pertinentes, inclusive improbidade administrativa.

III- Ampliar e assegurar a participação paritária junto ao CONEPE e CONSUNI, dos acadêmicos, funcionários e professores no mínimo de um representante de cada segmento por campus universitário.

IV- As reuniões do CONEPE e CONSUNI deverão, obrigatoriamente num processo de descentralização, acontecer nos diferentes campis, num sistema de rodízio.

V- O cronograma das reuniões do CONEPE e CONSUNI deverá ser definido no início de cada ano letivo, contemplando prioritariamente a maior distância geográfica entre um campus e outro sucessivamente.

VI- Os investimentos de ordem financeira para o custeio decorrente para realização das referidas reuniões conforme inciso V fica sob a responsabilidade da PRPDI e da PRGF. As diárias para os conselheiros deverão ser depositadas com 15 dias de antecedência da reunião do CONEPE ou do CONSUNI.

4. RESUMO

Pré-tese que aborda a questão da relação de poderes entre o CONEPE e o CONSUNI e visa dar maior autonomia ao CONEPE e possibilitar uma maior participação da comunidade acadêmica nesse conselho. São sugeridas medidas como rotatividade de local de execução do CONEPE, maior participação do docentes, calendário de execuções e restrições quanto a deliberações do CONSUNI contra decisões do CONEPE.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor



Gisele Carignani – Professora
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Marfa Roehrs – Professora
Dulcídio Manguiera – Professor
Sonia M. dos Santos Filho - Acadêmica
Osmar de Barros – Acadêmico

TESE XII

LINHA DE REFLEXÃO: Estrutura Organizacional da UNEMAT,

PROBLEMA / JUSTIFICATIVA:

Perfil da Universidade quanto a sua Autonomia didático -pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

PROPOSTA / TESE: Autonomia administrativa

ART....Sempre que houver demanda, as vagas para docentes devem ser supridas através de concurso público.

§ Considerando o art., a universidade poderá contratar professor por um período de um ano, prorrogável por mais um. Passando esse período, é caracteriza uma vaga a ser suprida através de concurso público.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
Gabriel S. Ferrão – Funcionário
Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
Jair Reck - Professor
Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
Cláudia Negreiros – Professora
Dulcídio Manguiera – Professor
Osmar de Barros – Acadêmico
Adailton Alves da Silva - Professor
Emivan F. da Silva – Professor
Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
Fabrício Schwanz da Silva - Professor
Raul Abreu de Assis – Professor
Marfa Magali Roehrs – Professora
Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
 Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
 Vivianne Santiago Cavallante - Acadêmico

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

Mais consideração e respeito para com os professores interinos e contratados. Nesta perspectiva, urge-se a realização de concursos por área, ou seja, para as vagas existentes nos Departamentos e que estão sendo ocupadas por professores interinos, que sejam realizados concursos por Departamento ou por área.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

Há exemplos (casas) de Universidades que adotam procedimentos semelhantes. Além disso, já presenciamos casos de perda de bons profissionais (professores) que literalmente abandonaram nossa instituição, ou por insatisfação pessoal, ou então por terem sido aprovados em concursos públicos de outras IES.



INSCRIÇÃO PARA II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- () II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
- () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- (x) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;**
- () V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

Implementação de Políticas internas que favoreçam o desenvolvimento da Extensão Universitária na UNEMAT de forma a promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

3. PROPOSTA/TESE

“A EXTENSÃO E A CULTURA NA UNEMAT: CONCEITUAÇÃO, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS”.

I – CONCEITUAÇÃO

A partir do Plano Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas, concebe-se a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, possibilitando a interação entre Universidade e comunidade na qual está inserida, viabilizando a relação transformadora entre Universidade e a Sociedade.

A Universidade, ao se comunicar, por meio da Extensão, com a realidade local, regional ou nacional tem a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações criativamente, conduzindo-os para o atendimento da verdadeira realidade do país.

Desta forma, a Extensão, entendida como prática acadêmica que interage a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da sociedade, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez



mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Tomando por base o compromisso social, a democracia e a autonomia como princípios norteadores da UNEMAT, a Extensão Universitária tem como objetivos:

- I-** Fortalecer as ações de interação da universidade com a sociedade;
- II-** Fortalecer as diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão, a saber:
 - a. Impacto e transformação;
 - b. Interação dialógica;
 - c. Interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.
- III-** Mediar o ensino e a pesquisa de acordo com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com seus interesses e necessidades sociais;
- IV-** Garantir uma concepção do espaço acadêmico, entendido como todos os ambientes dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações;
- V-** Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural, priorizando especificidades regionais;
- VI-** Incentivar práticas acadêmicas que promovam a cidadania e a melhoria da qualidade de vida;
- VII-** Estabelecer mecanismos de interação entre o saber acadêmico e o saber popular, visando à geração de novos conhecimentos que devem ser apropriados pela comunidade tanto quanto processos como produtos;
- VIII-** Implementar o processo de socialização do conhecimento acadêmico junto à comunidade externa;
- IX-** Contribuir para (re)formulação de concepções, flexibilização e práticas curriculares da universidade para sistematização e qualidade do



conhecimento produzido no ensino, na pesquisa e na extensão.

II - AÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – PROEC/UNEMAT

A Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT completou, no corrente ano (2008), 30 anos de existência e se configura como a instituição mais importante do interior do Estado, gerando transformações em inúmeros municípios, por meio de mudanças sociais e melhoria de qualidade de vida. Nesse contexto, colocamos à vista a Pró-reitoria de Extensão e Cultura - PROEC como um organismo vivo que, no decorrer de sua existência, tem buscado cumprir com sua função social, apesar das obstâncias cotidianas: “Esse organismo vivo está no cotidiano das pessoas, através da ciência, da cultura e da arte, propiciando reflexões, revelando talentos e abrindo novos horizontes”¹. É isso o que caracteriza a essência das ações extensionistas subsidiadas pela PROEC.

Esta Pró-reitoria surgiu em outubro de 2002, resultante do desmembramento da antiga Pró-reitoria de Ensino e Extensão – PREEX. Dessa data em diante, a PROEC passa a coordenar todas as ações extensionistas da UNEMAT, completando, então, seis anos de existência.

Diante disso, é possível apontar alguns números nessa trajetória:

- No ano de 2002, ainda denominada como PREEX, a UNEMAT contava com 53 projetos de extensão e cultura;
- No ano seguinte, em 2003, já caracterizada como Pró-reitoria de Extensão e Cultura - PROEC, esse contingente foi aumentado para 73 projetos;
- Em 2004, totalizou um montante de 122 projetos, distribuídos entre os diversos *campi* da Universidade e, em virtude desse avanço quantitativo, foi criado o primeiro número do *Caderno de Extensão – Resumo dos Projetos em Desenvolvimento*, publicado pela Editora UNEMAT;

1 Jornal UniVerCidades – editorial - edição especial/30 anos Unemat/2008.



- Em 2005, foram executados 50 projetos oriundos de editais externos e 130 de editais internos, totalizando 180 projetos. Realizaram-se, ainda, 110 eventos na instituição;
- Em 2006, foram desenvolvidos 80 projetos oriundos de editais externos e 138 de editais internos, totalizando 218 projetos de extensão; 174 eventos foram realizados e também disponibilizadas 173 bolsas apoio;
- Em 2007, foram executados 105 projetos, sendo 46 de editais externos e 59 de caráter interno. Foram realizados 138 eventos e concedidas 178 bolsas apoio.
- Em 2008, as ações extensionistas da UNEMAT mantêm-se devido à participação efetiva de professores, técnicos e estudantes, bem como das parcerias firmadas com os movimentos sociais, instituições governamentais e não-governamentais e a sociedade civil organizada.

Tornar as ações de uma Universidade mais eficientes na construção do conhecimento inserido no contexto metodológico da indissociabilidade entre as três dimensões que constituem o fazer universitário ensino, pesquisa e extensão demanda, ao nosso olhar, um aprender a fazer a inclusão social a partir de discussões levantadas no interior das próprias instituições. Nesse sentido, faz-se necessário analisar o ambiente interno e externo da universidade, que deve passar de uma instituição isolada em seus projetos educacionais e de pesquisa para uma universidade interativa e vinculada às questões sócio-econômico-culturais do meio em que se encontra inserida.

Ao falar sobre as ações da extensão e da cultura na UNEMAT, faz-se necessário lembrar e aqui registrar que o primeiro Fórum de Extensão, que ocorreu em 1999, foi um marco histórico, pois foi o momento em que se definiu a política de extensão que passou, desde então, a orientar as ações da UNEMAT. Essas políticas foram definidas por meio da Resolução nº. 036/2000 – CONEPE, que normatizou a extensão na Universidade ainda vinculada à PREEX.

A UNEMAT, por intermédio das ações extensionistas, segue e respeita as



diretrizes e políticas de extensão e cultura preconizadas pelas decisões dos colegiados internos (CONEPE/CONSUNI), bem como as do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, defendendo a proposta das 08 áreas de extensão, além das 53 linhas extensionistas.

A UNEMAT está inserida no Sistema de Informação em Extensão Universitária – SIEX por iniciativa desta Pró-reitoria. Trata-se de um sistema *web* desenvolvido para auxiliar a gestão e a avaliação das ações de extensão nas universidades públicas brasileiras, permitindo, assim, maior transparência e socialização das ações desenvolvidas para a comunidade universitária e para a sociedade, o que possibilita maior interação entre a universidade e a sociedade. A projeção é de que todas as unidades em todos os *campi* se cadastrem no SIEX e o utilizem para registro, gestão, monitoramento e avaliação *on-line* das ações de extensão, através do endereço eletrônico <http://siex.ledes.net>. A consulta ao banco de dados gerado pelo SIEX é aberta a toda a comunidade, sem a necessidade de cadastro prévio.

III – PROBLEMÁTICAS ENCONTRADAS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO NA UNEMAT

- 1) Há um consenso interno de que se faz necessária uma equiparação entre as três dimensões da Universidade para que tanto o ensino, a pesquisa e a extensão sejam contemplados como equíponderantes;
- 2) Percebe-se uma discreta apresentação de políticas por parte do poder público no que diz respeito ao fomento para programas e projetos de extensão, assim como investimentos em infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de ações extensionistas e de assistência estudantil para as Universidades localizadas nas regiões do norte, centro-oeste e nordeste do país;
- 3) Faz-se necessário um maior engajamento da Instituição na articulação de políticas de assistência estudantil; faz-se necessário que a UNEMAT direcione recursos para a criação de restaurantes universitários e casas de estudantes, direcionados a acadêmicos de



baixa renda, tendo em vista que os programas de bolsas na UNEMAT propiciam o desenvolvimento profissional do acadêmico e auxiliam-no na complementação orçamentária, haja vista que o número de bolsas tem decrescido;

- 4) Com base em dados numéricos mostrados anteriormente, percebe-se que houve um decréscimo quanto ao número de projetos financiados a partir do ano de 2007, o que nos leva a uma reflexão sobre a problemática de arrecadação do Estado, visto que a UNEMAT recebia apenas 4,2% do ICMS arrecadado. Nos últimos anos, houve uma queda substancial nessa arrecadação, o que prejudicou consideravelmente os mecanismos de financiamento das atividades de extensão, situação que tende a modificar com as mudanças orçamentárias da UNEMAT a partir da alteração das alíquotas de receita de junho/2008 por meio da Lei nº 319/2008. Necessita-se, assim, de políticas institucionais que viabilizem a extensão universitária na UNEMAT;

IV – PROPOSTAS E PERSPECTIVAS PARA A EXECUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNEMAT

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC propõe que as ações de extensão realizadas através da UNEMAT se mantenham fiéis aos princípios norteadores desta Instituição de Ensino Superior, sendo eles:

- 1) Compromisso Social – A UNEMAT deve contribuir estrategicamente no processo de formação de profissionais por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, assim como promover a extensão universitária e a pesquisa, voltadas ao atendimento das necessidades da população dentro de cada região onde está inserida, cabendo a ela gerar conhecimentos necessários ao desenvolvimento do Estado, respeitando as características sócio-ambientais, construindo o desenvolvimento científico e tecnológico por intermédio de pesquisas que apontem para o melhor aproveitamento dos recursos naturais, construindo a cidadania, o acesso



ao conhecimento, à cultura, à tecnologia, enfim, à qualidade de vida como matriz e razão de existência da Universidade;

2) Democracia - Para que a Universidade possa ser propositora e atuante na realidade circundante com todas as suas contradições humanas e ambientais, interagindo com os sujeitos sociais e conquistando uma competência capaz de se refazer, é necessário que haja democracia em todos os seus segmentos, constituídos por professores, funcionários e alunos, para que possam sentir-se parte desse projeto e que tenham clareza do seu papel social, individual e coletivo. Democracia significa também o compromisso com a igualdade de oportunidade de acesso à Universidade e à socialização dos benefícios educacionais;

3) Autonomia - A Universidade dispõe de autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. A autonomia da Universidade tem por fundamento a liberdade de conhecimento, que se manifesta na liberdade de pesquisar, de ensinar, de aprender e de divulgar o pensamento, a arte e o saber. A autonomia da Instituição na gestão de seus recursos, no direcionamento de sua produção, na composição das instâncias executivas e deliberativas e na escolha de cargos, direção e representação está indissociavelmente vinculada ao preceito da participação nos moldes democráticos efetivos.

Neste espaço ainda registramos a necessidade de continuidade dos fomentos internos de apoio a projetos através de editais, assim como parcerias com entidades não-governamentais e governamentais.

Outro aspecto a ser citado é a disponibilidade de recursos humanos para a realização da extensão, como docentes, técnicos administrativos, acadêmicos bolsistas e também voluntários.

Pretende-se, ainda, intensificar a publicação das ações de pesquisa, ensino e extensão, através da Editora UNEMAT, além de restabelecer a circulação do Caderno de Extensão para fins de difusão e socialização do conhecimento, produzidos por meio das diversas ações de extensão universitária, com pelo menos 01 volume por ano, buscando, com isso, fazer da extensão universitária um conjunto de atividades qualitativas eficientes, eficazes e criativas de interesse social,



fortalecendo e ampliando as relações entre universidade e sociedade, projetando de modo adequado e efetivo a imagem da Instituição.

Seguem abaixo as metas da Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, visando à efetivação das políticas que regulamentam a extensão na Universidade e também a uma verdadeira interação entre as Pró-reitorias fins, buscando a real indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão:

- ⌘ Implementar ações de extensão universitária referentes aos programas e projetos em atendimento às demandas das comunidades acadêmica e externa, considerando as diferentes realidades sócio-econômicas, artísticas e culturais de Mato Grosso;
- ⌘ Integrar a Universidade à sociedade na perspectiva da difusão do conhecimento, por meio da promoção e da participação em cursos e eventos;
- ⌘ Efetivar a Política de Assistência Estudantil e Comunitária na UNEMAT;
- ⌘ Implementar ações de extensão universitária referentes à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;
- ⌘ Implementar ações de extensão universitária referentes à prestação de serviços e publicação institucional;
- ⌘ Publicar e divulgar produção científica e ficcional dos professores e pesquisadores da instituição, bem como de outros autores, por meio da Editora UNEMAT.

Ratificamos que a visão de futuro da PROEC continua calcada no intento de fazer da extensão universitária um conjunto de atividades qualitativas eficientes, eficazes e criativas de interesse social, fortalecendo de modo adequado e efetivo a Universidade no desenvolvimento e na inclusão social.

4. **RESUMO**

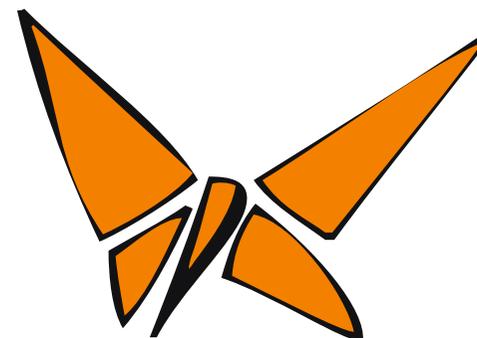
PROBLEMÁTICAS – A Extensão Universitária é vista como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, possibilitando a interação entre Universidade e Sociedade, porém para a execução das ações de extensão na UNEMAT encontramos algumas



problemáticas: Necessidade de equiparação entre as três dimensões da Universidade para que tanto o ensino, a pesquisa e a extensão sejam contempladas equíponderantes; Discreta apresentação de políticas por parte do poder público estadual e federal no que diz respeito ao fomento para programas e projetos de extensão, assim como, investimentos em infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de ações extensionistas e de assistência estudantil; Um maior engajamento da Instituição na articulação de políticas de assistência estudantil, direcionados a acadêmicos de baixa renda; Decréscimo quanto ao número de projetos financiados a partir do ano de 2007. **PROPOSTAS** - A Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, visando a efetivação das políticas que regulamentam a extensão na Universidade e também uma verdadeira interação entre as Pró-reitorias fins, buscando a real indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propõe implementar ações de extensão universitária, referentes aos programas e projetos, em atendimento às demandas das comunidades acadêmica e externa; Integrar a Universidade à sociedade na perspectiva da difusão do conhecimento por meio da promoção e da participação em cursos e eventos; Efetivar a Política de Assistência Estudantil e Comunitária na UNEMAT; Implementar ações de extensão universitária, referentes a Cultura, Esporte e Lazer; Implementar ações de extensão universitária, referentes a prestação de serviços e publicação Institucional; Publicar e divulgar produção científica e ficcional dos professores e pesquisadores da instituição, bem como de outros autores, por meio da Editora UNEMAT.

5. **AUTORES**

Prof. Ms. Ilário Straub; Prof^ª. Ms. Leila Cristine Delmadi; Prof. Ms. Josivaldo Constantino dos Santos; Prof^ª. Ms. Loriege Pessoa Bitencourt; Prof. Dr. Santino Seabra Júnior; Prof^ª. Ms. Maria José L. de Figueiredo Barbosa; Prof^ª Ms. Maristela Cury Sarian; Prof^ª Ms. Nilce Maria da Silva, Valci Aparecida Barbosa; Pedro José de Lara; Francesco Senadore de Oliveira; Joane Santos Cunha; Maria Izabel dos Santos Ribeiro; Joseane dos Santos Cunha.



LICENCIATURAS PLENAS

Parceladas

**II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO
GROSSO**

**PRÉ-TESE : FORTALECIMENTO DAS
LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS**

23 de Outubro de 2008

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

EQUIPE CENTRAL



LICENCIATURAS PLENAS
Parceladas

Diretora
Profª Drª Ana Lucia Artioli

Coordenador Central da Área Letras
Prof. Dr Jânio Celso Silva Veiga

Coordenadora Central da Área Matemática
Profª Ms Márcia Cristina Dal Toé

Coordenador Central da Área Geografia
Prof. Ms José Araújo Soares

Coordenador Central da Área História
Prof. Ms Adson de Arruda

Coordenadora Central da Área de Pedagogia

Coordenador Central da Área Ciências Biológica

Técnica Universitária/Pedagoga
Rosemeire Vilarinho da Silva

Técnica Universitária/Pedagoga
Rosângela Cabral Rosa Lazarin

Técnico Universitário/ Contador
Jackson Barbosa da Cruz

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

1. LINHAS DE REFLEXÃO

- (X) IV – Diretrizes para o ensino, pesquisa e a extensão;
(X) V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

O Congresso Universitário de 1996 definiu que a formação de professores seria uma de suas prioridades. Com isso, ao longo destes anos, as diversas modalidades de ensino de graduação foram incentivadas pelos gestores da Universidade com o objetivo de cumprir a decisão supramencionada. Cremos que durante o período que nos separa daquele evento, apesar de marchas e contra-marchas, os cursos de graduação não regulares – e aqui incluo as Licenciaturas Plenas Parceladas - foram ministrados com êxito pelos seus executores.

Por outro lado, os dados atuais da Secretaria de Estado de Educação [SEDUC] revelam a necessidade de formação de professores em algumas áreas e em diversas regiões do estado. Ao mesmo tempo o Governo Federal através do Ministério da Educação está implantando um ambicioso projeto denominado PAR [Plano de Ação Articulada] que, juntamente com os governos estaduais e municipais, buscam erradicar a falta de professores qualificados nas escolas e elevar os índices de qualidade da educação brasileira. Com isso, as universidades públicas existentes em Mato Grosso e, conseqüentemente, seus projetos / programas / modalidades de ensino não regulares estão sendo “convocado(as)” para participar deste “esforço”.

As Licenciaturas Plenas Parceladas tem um importante papel neste processo, pois esta construiu nos últimos dezesseis anos uma credibilidade na formação de professores, sobretudo em regiões onde os investimentos públicos na educação, até pouco tempo atrás, eram bastante exíguos.

A sua metodologia inovadora que valoriza os conhecimentos locais associada a uma troca de saberes constante entre professores e estudantes, consubstanciada nos fóruns de preparação das etapas, dentre outras características, foram bem recebidas por um público militante e reivindicativo avesso às formas de conhecimento alheio às suas realidades.

Um dos elementos responsáveis por este sucesso e *esta é a premissa da qual partimos e que queremos ampliar* foi a autonomia didático-científica, administrativa e financeira com que os cursos foram executados sempre respeitando as diversas instâncias de decisão da Universidade e dos órgãos estaduais e federais que regulam o ensino superior no Brasil.

Esta relativa autonomia a que nos referimos diz respeito às decisões do Colegiado das Licenciaturas Plenas Parceladas no que tange aos currículos e periodicidade dos cursos [calendário acadêmico, tempo de integralização, etc.] cuja flexibilidade aponta para as características sociais, econômicas e culturais das regiões em que estes estão inseridos. Uma autonomia pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial para, por exemplo, trazer a contribuição de professores de outras IES; pagar assessorias temporárias / permanentes; criar e manter uma estrutura para dar suporte pedagógico e administrativo nos Núcleos/Campi [GT-Local, Assistente Administrativo, etc.] onde os cursos estão sendo ministrados; comprar materiais e equipamentos para os laboratórios, imprescindíveis para alguns cursos; realizar fóruns de preparação das diversas etapas componentes dos cursos; compor uma equipe de professores e funcionários para coordenar pedagógica e administrativamente os cursos a partir da sede; publicar editais para contratação de professores.

Todas estas ações constam no projeto de graduação proposto pelas Parceladas que, no II Fórum de Ensino de Graduação realizado em maio deste ano foram confirmadas e ampliadas devido às novas experiências que vêm sendo realizadas pela equipe central e consoante às novas demandas [público alvo] existentes no estado atualmente.

3. PROPOSTA/TESE: Fortalecimento das Licenciaturas Plenas Parceladas na Unemat.

Passaremos a detalhar a estrutura e funcionamento das Licenciaturas Plenas Parceladas explicitando sobre: as equipes, a elaboração e o funcionamento dos cursos, o público alvo, a experiência da prática de ensino

e do estágio supervisionado em Poconé, a avaliação, os fóruns e os recursos financeiros.

As Parceladas funcionam em equipes:

A peculiaridade das Parceladas está desde a possibilidade de atendimento das particularidades regionais, como também na maneira como desenvolve pedagogicamente e administrativamente as suas atividades.

Para isso é constituída por duas equipes: equipe central e equipe local.

A *equipe central* é formada por um coordenador político-administrativo e por coordenadores pedagógicos, sendo um para cada área, ou seja, biologia, pedagogia, geografia, matemática, história e letras. Além desses, compõem a equipe um contador que ocupa a divisão financeira, dois servidores como equipe de apoio.

Esse grupo funciona efetivamente de maneira democrática e autônoma. Nesse sentido, o Regimento Interno das Parceladas estabelece no seu artigo 2º que as Parceladas “é coordenada de forma colegiada no que diz respeito à deliberação das questões políticas, pedagógicas e administrativas”.

A *equipe local* é formada pelos coordenadores pedagógicos (GT local), sendo um professor da área de cada curso ofertado e a equipe de apoio é composta por técnicos administrativos contratados e cedidos pelas prefeituras conveniadas.

A elaboração e o desenvolvimento dos cursos de licenciatura:

As demandas para formação de professores existem, quer por levantamento da SEDUC, quer pela iniciativa dos movimentos sociais, e as Parceladas atende especificamente esse pleito de acordo com a sua capacidade de processamento.

Dessa forma, para que um curso seja oferecido em uma região é realizado um estudo da realidade local e as necessidades verificadas são contempladas tanto na matriz curricular como no calendário acadêmico, ambos

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

elaborados com autonomia pelas Parceladas, sem, no entanto, deixar de atender a legislação federal e estadual em vigor.

O tempo curricular dos cursos pelas Parceladas está dividido em duas etapas: formação fundamental e formação específica. No entanto, é realizada a etapa zero para contextualizar e discutir as Parceladas e a região onde foi decidido realizar os cursos. Esse período de uma semana é suficiente para ser explorado os objetivos das parceladas, as expectativas dos alunos, a formação escolar e particular de cada estudante. Desse modo, tem-se um levantamento da realidade dos cursistas e os conhecimentos já elaborados, o que servirá de referência para ser verificada posteriormente as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento das etapas.

As etapas fundamental e específica estão distribuídas em calendário próprio, com períodos intensivos e intermediários. Receberam esses nomes visto que as disciplinas são desenvolvidas pelos professores de maneira intensiva nos meses de férias (janeiro, fevereiro e julho), ou seja, pela manhã, à tarde e por vezes à noite. As etapas intermediárias são realizadas nos meses intermediários, com propostas de atividades deixadas pelos docentes a serem desenvolvidas pelos alunos e acompanhadas pelos coordenadores locais (GTs). Além disso, nessa etapa, os discentes são estimulados a escreverem uma proposta de investigação para ser desenvolvida na etapa fundamental e específica, como veremos a seguir.

A etapa de formação fundamental, que pode ser realizada em até um ano e meio, é constituída por disciplinas que darão uma formação geral, permite ao sujeito aluno apropriar-se de uma consciência histórica que o leve a analisar e compreender a si mesmo e a realidade a sua volta, cujo eixo central é levá-lo a desenvolver um espírito investigativo. Albuquerque (1999)¹ afirma o seguinte:

¹ Albuquerque, J. O que é o Projeto Parceladas? In: MATO GROSSO. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Projeto de Formação em Rede, em Serviço e Continuada: Licenciatura Plenas Parceladas. Uma proposta de integração entre ensino e pesquisa*. Cuiabá: Unemat, 1999, pp. 11-22.

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

“No Projeto, pensa-se a formação acadêmica como um processo pessoal de investigação, na constante interação com os outros, especialistas, colegas cursistas, comunidade envolvida: todos se sentem convocados a desenvolver uma postura de investigadores”. (Albuquerque, 1999, p.16)

Assim, os alunos são levados a realizar em grupo uma investigação da realidade local onde percebam um problema, uma questão a ser respondida, cuja fundamentação, procedimentos de coleta de dados e análise estejam contempladas nas disciplinas que são ministradas e nas atividades pedagógicas planejadas na etapa fundamental. Ao seu final é realizado um seminário de transição com apresentação das produções dos alunos aos colegas e comunidade, que permitirá seu ingresso na formação específica.

A etapa de formação específica, que pode ser realizada em pelo menos três anos, objetiva oferecer ao cursista um aprofundamento na especificidade do curso por ele escolhido. De acordo com Albuquerque (1999):

“A pesquisa, neste período, além de continuar sendo um valioso instrumento pedagógico, adquire um caráter mais direcionado à produção de conhecimentos e será consubstanciada em um projeto que o acadêmico será estimulado a ir desenvolvendo no decorrer do curso, buscando um objeto ligado a algum dos aspectos visto pelas lentes das diferentes disciplinas ou, se preferir, a algum aspecto do seu trabalho”. (Albuquerque, 1999, p. 18)

O final da etapa culmina com a elaboração de uma monografia e a realização do Encontro de Jovens Pesquisadores, onde os alunos farão a comunicação dos resultados à comunidade acadêmica e local.

Público Alvo:

As Parceladas forma professores principalmente em serviço da rede estadual e municipal de ensino e, atualmente oferece em regime de experiência, cursos de licenciaturas com 50% das vagas para egressos do ensino médio em virtude do interesse da comunidade. O andamento das atividades estão sendo acompanhadas e constantemente avaliadas para resolução da sua continuidade.

Programa de Licenciaturas Plenas Parceladas em Poconé: Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado

É um Projeto que visa à formação de professores em serviço por meio de cursos de licenciaturas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Atualmente, atendendo às demandas por ensino superior dos alunos egressos do ensino médio no interior de Mato Grosso, o Programa Parceladas ampliou sua atuação, oferecendo vagas também à comunidade em geral, sendo o município de Poconé pioneiro nesta modalidade. Em Poconé estão sendo ofertados dois cursos: Geografia e Ciências Biológicas, e com os procedimentos teóricos metodológico baseando-se na investigação.

No Programa Parceladas, desde sua origem, a prática de ensino e o estágio supervisionado têm características especiais, tendo em vista que os participantes dos cursos oferecidos eram todos professores em exercício, portanto não eram inexperientes em relação à prática docente. Nesse caso, para os professores, o estágio não se configurou uma iniciação à profissão, como ocorre com a maioria dos acadêmicos dos cursos regulares.

Na presente proposta de estágio, os acadêmicos são iniciantes na profissão, porém, partiu-se de que a instituição Escola não é desconhecida dos acadêmicos, visto que todos passaram pelo processo de escolarização. O primeiro contato com a profissão, pode-se constituir um momento de lançar novos olhares com outras perspectivas, não mais como alunado dos sistemas educacionais e agora como professores que atuarão profissionalmente nestes lugares. Considerou-se, também, que, quando alunos, poucos participam ativamente da construção dos currículos escolares e compreender o contexto

escolar profundamente será o primeiro passo para a iniciação da Prática Curricular.

As atividades de Prática de Ensino iniciam-se na primeira etapa da formação fundamental, trazendo uma proposta para a prática de ensino que pretende transformar o lugar comum do cotidiano escolar no laboratório vivencial², lugar a ser encarado como campo constante de pesquisa.

Aliada a idéia do laboratório vivencial, a Prática de Ensino e o Estágio Curricular Supervisionado buscarão o conhecimento experiencial contextualizado em situações educacionais.

A prática de ensino e o estágio supervisionado podem ser momentos chave em que se unam as ações mestras da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Propor, realizar, refletir, analisar... são ações que levam à sistematização do saber adquirido, propiciam a produção de conhecimento na prática docente, quando em contato constante com referenciais teóricos que fundamentem essas discussões. Essa prática durante o período de estágio, aliada a tudo o que se estuda nas etapas intensivas deverá levar o acadêmico a uma postura: a de constante indagação sobre a prática de ensino, sobre o contexto escolar e buscar respostas, além de investigar e buscar novos conhecimentos.

Desse modo, a prática de ensino e o estágio supervisionado são elementos do curso que possibilitam de maneira especial, porque organizada para isso, sistematizar, avaliar e socializar experiências fundamentando-as teoricamente. O estágio e a prática de ensino realizados com essa perspectiva reforçam a idéia da pesquisa também como instrumento potencializador de análise de situações cotidianas das escolas, assim como instrumento para o desenho, implementação e evolução de estratégias superadoras, ou seja, de transformação.

Os cursos de licenciatura do Programa Parceladas se configuram num espaço privilegiado para a execução das atividades fins da Universidade, pois não há porque existir competição³ entre as três ações.

² Cf. conceito em CAMARGO, D. P. de. Mundos Entrecruzados

³ Marlene Ribeiro comenta sobre essa competição e alguns autores defendem a prevalência de um ou outro aspecto (Maria das Graças M. Tevares – Fórum de Extensão da Unemat)

A idéia básica que fundamenta a proposta de prática de ensino e do estágio supervisionado do Programa Parceladas pode ser encontrada na relação entre formação de professores, conhecimento e pesquisa.

Muitas são as discussões a respeito do lugar da pesquisa na graduação e no Programa tem-se a seguinte visão da pesquisa: é o eixo do trabalho com o conhecimento e é ferramenta pedagógica no processo de aprendizagem e construção de conhecimento.

A prática, por si só, pode conter elementos preciosos e de grande interesse para a pesquisa, porém só se torna alvo de uma investigação quando reconstruída sob o enfoque de objeto de pesquisa. Para tanto é necessário um trabalho por parte do acadêmico no intuito de inquirir essa prática, buscar algum referencial teórico que sustente, dê apoio às questões formuladas a partir das inquietações e às possíveis respostas que vai encontrar. Não queremos com isso converter os acadêmicos em pesquisadores profissionais. O que pretendemos é o desenvolvimento de uma dada relação com o conhecimento, uma relação de construção contínua.

A avaliação nas Parceladas:

A avaliação do aluno nos cursos das Parceladas acontece em formato de relatório descritivo, elaborado pelo professor desde o início do período de suas aulas com uma determinada turma, e visa apontar ao professor e ao aluno os caminhos que este último deve percorrer no processo do ensino-aprendizagem. O professor poderá aprovar ou manter temporariamente em suspenso a aprovação do aluno. A suspensão temporária da aprovação do aluno implica no acompanhamento deste pelo professor após o período de aulas, ao indicar ao aluno atividades (leitura e escrita) que o ajudem a superar suas dificuldades e carências. Portanto o objetivo da avaliação do aluno pelo professor é diagnosticadora, com implicações no compromisso entre ambos de máxima dedicação e franqueza no processo do ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, o que se propõe para a organização dos projetos pedagógicos das Licenciaturas Plenas Parceladas é fruto de uma reestruturação interna na academia, quanto a sua forma de avaliação.

Sobretudo, na avaliação que é contínua e formativa na perspectiva do desenvolvimento integral do aluno. O importante é estabelecer um diagnóstico para cada estudante e identificar as possíveis causas de seus fracassos e/ou dificuldades, visando uma maior qualificação e não somente uma quantificação da aprendizagem. O que se propõe é uma avaliação formativa, que não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. Este enfoque tem um princípio fundamental: deve-se avaliar que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o acadêmico e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático). Se a avaliação contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, pode-se dizer que ela se converte em uma ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este é, para nós nas Parceladas, o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa.

A avaliação nas Parceladas se faz perene inclusive em relação a equipe central e os GTs, pois ao realizarmos o Fórum, são avaliadas as ações e os encaminhamentos dados.

O Fórum nas Parceladas:

O Fórum de preparação das etapas é planejado pela equipe central, mas não se restringe a esta atividade, avalia o desempenho das equipes, a gestão democrática, a universidade como um todo.

Recursos e Administração Financeira:

Os convênios estabelecidos entre a Unemat e as possíveis instituições parceiras, ou seja, consórcio de prefeituras e Secretaria Estadual de Educação se articulam de maneira a dar condições para a realização dos

ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE GESTÃO LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

curso, de forma que, na elaboração dos convênios devem estar presentes tanto representantes da área pedagógica como da administrativa. Assim, todas as ações devem estar previstas no plano de trabalho e os recursos financeiros devem garantir a sua execução do curso.

Durante a vigência do convênio, o recurso financeiro é depositado em uma conta corrente do convênio pela instituição parceira, a qual é administrada pela FAESP, executando o pagamento das despesas enviadas organizadamente pelo setor financeiro das Parceladas.

Como vimos, a organização e acompanhamento das despesas são realizados pelo setor financeiro das Parceladas com atividades tais como: verificação do repasse financeiro dos convênios pelas instituições parceiras e, quando necessário, a cobrança, organização das despesas para envio de pagamento pela Faesp etc, o que justifica a necessidade desse cargo com função gratificada.

4. RESUMO

Considerando as Linhas de Reflexão e os objetivos do 2º Congresso Universitário da Unemat, estabelecidos em seu Regimento, especialmente no artigo IV sobre "Deliberar sobre estratégias de fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como de gestão voltadas aos interesses gerais da sociedade", as Licenciaturas Plenas Parceladas, com a sua experiência de dezesseis anos, contribuem concretamente para efetivação dessas finalidades quando visa à formação de professores em serviço por meio de cursos de licenciaturas nas mais diversas áreas do conhecimento, contribuindo para uma melhoria significativa da qualidade do ensino oferecido na rede básica da educação.

5. AUTORES:

Prof. Ms. Adson de Arruda
Profª Drª Ana Lucia Artioli
Prof. Ms. Flávio Luís Paula de Almeida
Prof. Ms. Fernando Ferreira de Moraes
Prof. Dr. Jânio Celso Silva Veiga
Prof. Ms. José Araújo Soares
Profª Ms. Márcia Cristina Dal Toé

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
FÓRUM DE ENSINO SUPERIOR

O ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO: INDICATIVOS DE NOVAS POLÍTICAS

Linha de Reflexão Congresso Universitário: Diretrizes para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Pró-Reitor Dr. Agnaldo Rodrigues da Silva
Profª Dra. Vani Maria de Melo Costa
Profª Drª Carla Cristina de Paula
Prof. Dr. Valdir Silva
Prof. Dr. Elias Januário
Profª Ms Geyhsa Gomes Curvo Atala
Profª Ms. Sandra Raquel de Almeida Cabral
Prof. Ms. Flávio Roberto Benites

Cáceres - MT
MAIO/2008

SUMÁRIO

RESUMO 3

ABSTRACT 4

JUSTIFICATIVA 5

1 FÓRUM DE ENSINO SUPERIOR NA UNEMAT: PLENÁRIA FINAL 6

1.1 DIRETRIZES APROVADAS PELA PLENÁRIA 6

1.2 Graduação pelos Cursos Regulares 6

1.3 Graduação pela Educação à Distância 6

1.4 Graduação pela Educação Superior Indígena 7

1.5 Graduação pelas Licenciaturas Plenas Parceladas 7

1.6 Graduação pela Educação do Campo e Turmas Fora de Sede 7

1.7 Avaliação do Desempenho Discente e Docente 8

1.8 Políticas de Acompanhamento de Egressos 8

1.9 Políticas para Ingresso na Educação Superior, nível de graduação - Vestibular 9

1.10 Políticas Afirmativas 9

1.11 Políticas para preenchimento de vagas ociosas nos cursos de graduação 9

1.12 Fortalecimento da Graduação 10

CONSIDERAÇÕES FINAIS 11

BIBLIOGRAFIAS FUNDAMENTAIS 12

RESUMO

Esta tese constitui a compilação dos anseios da Comunidade Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso em relação às Diretrizes para o Ensino de Graduação frente às Políticas que têm sido desenvolvidas ao longo da história da Instituição. A Graduação é a atividade fim sobre a qual repousa a reivindicação da população que tem acesso à Educação Superior, extraindo dele a possibilidade de almejar outras qualificações em níveis de *lato* e *stricto sensu*. Desse modo, a Graduação precisa receber uma atenção especial e mais direcionada dos gestores da UNEMAT para que a qualidade do Ensino seja uma realidade concreta, pautada na responsabilidade de oferecer à sociedade profissionais-especialistas competentes, com uma formação humana coerente, capazes de fazer a diferença no mercado de trabalho. Três momentos fundamentam esta tese: as políticas de Ensino de Graduação que têm sido desenvolvidas na UNEMAT na Gestão 2002-2006; o Diagnóstico sobre o Ensino de Graduação desenvolvido no ano de 2007; e o II Fórum de Ensino Superior, realizado em maio de 2008, com a participação maciça de todos os segmentos da Universidade. Nessa direção, esta tese deve se tornar pública e analisada pelo Congresso Universitário/2008, como respaldo às exigências de uma Graduação de excelência na Instituição.

ABSTRACT

This thesis constitutes a compilation and analysis of students from the University of the State of Mato Grosso – Brazil in relation to the policies of the Graduation Teaching and Continuous Education which have been developed throughout the history of this Institution. The Graduation Teaching is the main activity of the population who has the opportunity to study in the university getting from it the opportunity of having other qualifications in *lato* and *stricto sensu* levels. In this manner, the Graduation courses need to get a special and more orientated attention from the managers of the Institutions of superior teaching so that the quality of teaching becomes a concrete reality based on the responsibility of providing to society with competent professional-specialists with a coherent human formation capable to make the difference in the work market. Three moments give support to this thesis: the policies of Graduation Teaching that have been developed in the UNEMAT in Management 2002-2006; the Diagnosis on Graduation Teaching developed in 2007; and the 2nd forum of Superior Education carried through in May of 2008, with the massive participation of all the segments of the University. Having this in mind, this thesis must become public and must be sent to the University Congress/2008 as endorsement for the requirements of a Graduation of Excellency in the Institution.

JUSTIFICATIVA

Com a finalidade de atribuir diretrizes ao Ensino de Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso, visando o realinhamento das licenciaturas e dos bacharelados ao ritmo dos tempos atuais frente aos imperativos da sociedade moderna, a prática acadêmica e todos os seus processos circundantes passaram por sérios e responsáveis momentos de discussões, em que foram apontadas metas para avanços significativos.

Assim, por meio de reflexões acerca do papel social da Instituição, do papel do docente atuante na Educação Superior, do perfil do profissional, dos currículos, dos recursos financeiros, dos materiais e recursos tecnológicos dos cursos, bem como dos princípios político-pedagógicos que dão suporte às iniciativas educativas, o propósito desse Fórum foi discutir, apontar indicativos de mudanças e reformular, de forma consistente, as Políticas de Ensino de Graduação da Universidade.

O processo de discussão foi árduo e refletiu a diversidade de idéias e opiniões, o que, evidentemente, marcou a pluralidade da comunidade acadêmica, em uma universidade moderna, articulada ao seu tempo e ao seu espaço. Em geral, os cursos ofertados pela Unemat vêm, há tempos, passando por reformulações, tanto para atender às determinações de âmbito federal quanto para tornar sólidas as bases da formação profissional, visando formar uma docência respaldada nas transformações por que passa a escola fundamental e média, e a superação da dicotomia professor *versus* especialista, a formação dos docentes e dos bacharéis pesquisadores. Os momentos de debates foram basicamente três: Ciclo de Intercâmbios e Reflexões/2007, Planejamento Institucional/2007 e o II Fórum de Ensino/2008. Do primeiro momento, resultaram relatórios de 11 *Campi* e 15 Núcleos Pedagógicos, apresentados após as discussões dos ciclos/2007. Também resultaram 24 artigos, elaborados a partir das discussões dos 24 GTs que compuseram as áreas temáticas do II FES/2008.

Portanto, a presente tese foi concebida e elaborada a partir da compilação dos relatórios, assim como de outros documentos que representam a participação coletiva da comunidade interna e externa, nos momentos de debate sobre a melhoria do ensino acadêmico. Também reflete um conjunto de leitura crítica de tais

documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa, considerando o seu compromisso social, sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

1 FÓRUM DE ENSINO SUPERIOR NA UNEMAT: PLENÁRIA FINAL

1.1 DIRETRIZES APROVADAS PELA PLENÁRIA

1.2.1 Graduação pelos Cursos Regulares

* Criação de um núcleo comum de disciplinas para o Bacharelado e para a Licenciatura, respeitando as especificidades de cada área.

* Revisão das matrizes curriculares para que não haja sobrecarga para os acadêmicos dos últimos semestres, em função dos estágios e das monografias. Para isso, sugere-se que a pesquisa monográfica (TCC) se inicie em semestres anteriores (a partir da segunda metade do curso), através de disciplinas que favoreçam a sua realização.

* Elaboração de uma política de estágio que contemple ações de extensão como práticas de ensino. Essas atividades podem não acontecer somente/necessariamente na escola, mas, através de parcerias com organizações sociais, desde que não ultrapassem 30% fora de sala de aula.

* Implantação de cursos de verão, para suprir as deficiências dos alunos. Os cursos podem ser abertos à comunidade e ter caráter interdisciplinar.

* Elaboração de pesquisas sobre as demandas locais, visando à oferta de cursos seqüenciais e tecnológicos.

* Inclusão de disciplinas nas matrizes curriculares, que atendam as necessidades dos portadores de necessidades especiais.

* Estabelecimento de convênios institucionais com instituições públicas e/ou privadas, visando o favorecimento do estágio.

* Destinação de recursos financeiros, na forma de seguro de vida, aos alunos e professores em atividades vinculadas aos estágios.

1.3 Graduação pela Educação à Distância

* Inclusão de políticas públicas para a educação à distância, nos planos do Governo do Estado;

* Produção de materiais didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento de práticas na EAD; Criação de um centro tecnológico para suporte das atividades em EAD (a produção de materiais didáticos, videoconferência e tele-aula), que funcione em rede com todas as unidades;

* Estabelecimento de políticas de formação de professores e profissionais para atuar em EAD;

* Constituição de uma equipe pedagógica permanente para o Ensino à Distância, em regime de Tempo Integral, com representações das grandes áreas do conhecimento;

1.4 Graduação pela Educação Superior Indígena

* Fortalecimento Programa de Educação Superior Indígena, com o oferecimento de cursos de graduação específicos que atendam às necessidades das comunidades indígenas.

* Participação efetiva das comunidades indígenas na oferta dos cursos nessa modalidade de ensino.

* Garantia de capacitação dos profissionais que atuam na formação acadêmica de diferentes grupos culturais.

* Garantia de que os cursos regulares da UNEMAT contemplem em seus currículos conteúdos sobre a realidade indígena, a fim de possibilitar uma formação que permita a atuação com essa população;

* Avaliação dos egressos do programa, observando a repercussão dos resultados de sua formação acadêmica na comunidade indígena.

1.5 Graduação pelas Licenciaturas Plenas Parceladas

* Garantia de um vestibular diferenciado para as Licenciaturas Plenas Parceladas

* Constituição de uma equipe administrativa e pedagógica permanente, em regime de Tempo Integral

* Manutenção do processo de seleção de professores, através de apresentação de propostas que atendam as especificidades das disciplinas

* Garantia de que o público-alvo do programa sejam professores em serviço, da Educação Básica (ou Discussão sobre a legalidade de ofertar 50% das vagas do programa para professores em serviço e 50% para o público em geral).

* Criação de uma secretaria acadêmica específica para o programa

* Criação de recursos tecnológicos para a construção de uma rede de informação, de comunicação e de pesquisa, concebendo-a como um instrumento e um suporte para os cursos.

1.6 Graduação pela Educação do Campo e Turmas Fora de Sede

* Proposição, em conjunto com os movimentos sociais, de políticas de Ensino diferenciado voltadas aos sujeitos do campo.

* Desenvolvimento, apoio e estímulo aos programas de alfabetização de jovens e adultos do campo, bem como de cursos de graduação.

* Integração das ações da UNEMAT à Educação do Campo, através da criação de um Programa de Educação do Campo que contemple ações de ensino, pesquisa e extensão, incorporando as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais do campo.

* Criar turmas Fora de Sede sem mais jogar os financiamentos para os municípios. Eles reclamam que a UNEMAT os exploram no financiamento dessas turmas de graduação.

* Definir uma política para as Turmas Fora de Sede, sem que haja prejuízo nos Cursos Regulares, com ausência de docentes.

1.7 Avaliação do Desempenho Discente e Docente

* Desenvolvimento de uma cultura de avaliação formativa, com definição e informação prévia dos alunos acerca dos métodos a serem adotados.

* Apresentação do plano de ensino de cada disciplina, nos primeiros dias de aula, com vistas a informar ao aluno sobre o trabalho docente a ser realizado.

* Participação efetiva dos alunos na avaliação dos docentes.

* Garantia da institucionalização da avaliação docente, que deve ocorrer ao final de cada semestre, observando os seguintes aspectos: científico-técnico (domínio de conteúdo); didático-pedagógico (capacidade de adequação e transposição didática); relação professor/aluno; cumprimento das atribuições funcionais; assiduidade nas aulas e reuniões; entrega de planos e notas.

* Garantia de que a avaliação do professor interino seja considerada em um novo processo de seleção.

1.8 Políticas de Acompanhamento de Egressos

* Instituição de uma política de acompanhamento de egressos dos cursos regulares e modalidades diferenciadas. Desenvolvimento de um instrumental diagnóstico e avaliativo, que seja capaz de traçar o perfil do egresso;

- * Promoção de uma política de educação continuada para que o profissional formado pela UNEMAT mantenha-se atualizado na sua área de atuação.
- * Criação de um banco de currículos que possibilite às empresas encontrar o perfil ideal de estagiários e/ou profissionais.
- * Aplicação de questionários para obtenção de informações acerca do curso concluído, a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades no exercício da profissão, o perfil de profissional exigido pelas empresas e a necessidade de qualificação em nível de pós-graduação.
- * Incentivo à participação de egressos em eventos culturais da UNEMAT, quer seja proferindo palestras, ministrando oficinas ou cursos de curta e média duração.
- * Oferta de atividades extracurriculares (cursos de verão) para egressos;
- * Formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas.

1.9 Políticas para Ingresso na Educação Superior, nível de graduação – Vestibular

- * Execução de um único vestibular, com duas entradas (janeiro e agosto).
- * Implementação do Sistema de Avaliação Seriada.
- * Substituição da prova de interpretação de texto pela prova de redação.
- * Divulgação ampla, para escolas da rede pública estadual e municipal e escolas federais (cursos técnicos), das mudanças no vestibular da UNEMAT, em termos de cursos oferecidos, *campi*, mercado de trabalho, visando a ampliação do número de inscritos.
- * Distribuição de peso maior para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.
- * Estabelecimento de uma nota de corte, superior a 0,5 (meio ponto).
- * Implementação de política de extensão para nivelamento de pré-requisitos dos ingressantes.

1.10 Políticas Afirmativas

- * Criar o Programa de Políticas Afirmativas que integrem as ações desenvolvidas com os índios e os negros.
- * Criação de uma comissão para avaliação semestral do PIIEER (Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial).

- * Política de destinação de bolsas para alunos cotistas relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão e cultura.
- * Criação de cursos pré-vestibulares comunitários, reservando vagas para estudantes negros.
- * Inclusão de estudos sobre a história africana, nos conteúdos das matrizes curriculares dos cursos da UNEMAT.
- * Criação de políticas de intercâmbio para alunos cotistas, nacional e internacional.
- * Extensão das políticas afirmativas para estudantes com necessidades especiais e com ascendência indígena.

1.10 Políticas para preenchimento de vagas ociosas nos cursos de graduação

- * Estabelecimento de critério para avaliar, através de prova escrita, as transferências externas entre cursos
- * Divulgação das vagas ociosas da UNEMAT nas Instituições de Ensino Superior públicas do país.
- * Aumento do número de bolsas de monitoria, tendo um total mínimo de 150 bolsas permanentes.

1.12 Fortalecimento da Graduação

- * Destinação de recursos financeiros, obrigatórios, à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, a fim de ter autonomia no fomento das diversas políticas de auxílio e desenvolvimento da Graduação.
- * Destinação de recursos financeiros para os departamentos, de acordo com as especificidades didático-pedagógicas de cada curso.
- * Adequação da infra-estrutura de cada *campi*, visando a boa qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade da Educação Superior no Estado de Mato Grosso e das Ações e Vivências construídas pela Universidade do Estado de Mato Grosso, nos seus 30 anos, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação propôs, por meio de um Fórum de Ensino, um espaço para discussão e sistematização de novas políticas que melhor qualifiquem seus Cursos de Graduação. Do II Fórum de Ensino Superior/2008 resultou a presente tese, em que a Graduação apresenta uma proposta de reestruturação que deverá marcar positivamente o seu futuro como forma de estabelecer a excelência no seu ensino. Após um sério processo, que envolveu toda a comunidade acadêmica, emergiram, em plenária, os indicativos para as novas Políticas de norteamento do Ensino de Graduação da Universidade. Importante reafirmar que as áreas temáticas foram propostas em um trabalho de base, em todos os *Campi* e Departamentos de licenciaturas e bacharelados da Instituição.

A Universidade concluiu o fórum de debates com a convicção de ter alcançado um objetivo comum a todas as áreas temáticas, que é o de oferecer um ensino de qualidade, de forma democrática, competente e comprometida com o desenvolvimento da sociedade, do estado e do país. Contudo, a sua concepção de qualidade não implica em juntada de conteúdos indefinidos nem de mensuração simplista, mas em uma consciência de atribuir excelências em todas as ações desenvolvidas.

Desse modo, A qualidade do ensino, tratada em sua complexidade, deve ser capaz de definir e valorar o *mérito acadêmico conjugado com o papel contemporâneo e estratégico que a educação deve desempenhar no desenvolvimento econômico e social de uma nação* (R. Mota, CNE, 2005). Esta é uma concepção defendida pela Universidade do Estado de Mato Grosso e deve se tornar uma meta nas suas políticas.

Os desafios não cessam, já que a cada conquista novos horizontes se abrem com novas exigências. A Instituição agora está mais amadurecida e conquistou um

patamar evolutivo que lhe permite se desatrelar das amarras das determinações do mercado de trabalho e evoluir em consequência das próprias conquistas.

Este é o tempo da UNEMAT, uma Universidade que se constrói no presente, em condições de definir o seu próprio futuro, com uma Graduação mais fortalecida e atuante nas Comunidades do Estado de Mato Grosso.

BIBLIOGRAFIAS FUNDAMENTAIS

- ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: 2005.
- BESSA, Marcelo. **Cotas contra a desigualdade**. Jornal O Entrevista. <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0211.html>. Acesso em: 27/07/2008
- BRASIL. MEC/INEP. *Censo da Educação Superior*: 1991-2004. Brasília: INEP, 2006.
- _____, INEP/MEC. *Sinopse da Educação Superior 2005*. Brasília: 2006.
- ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, Resolução 022/2003 – CONSUNI. Cáceres: UNEMAT Editora, 2005.
- LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, MEC/CNE, números 4024/61, 5692/71, 9394/96.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. Universidade do Estado de Mato Grosso: UNEMAT/PRPDI, 2008.
- PLANO PLURIANUAL DA UNEMAT 2004/2007. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: Unemat, 2003.
- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (3º). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: s/d.
- RELATÓRIO DO ENADE 2008. Ministério da Educação. Brasília, 2008.
- RESOLUÇÕES DAS DIRETRIZES GERAIS DA UNEMAT – Conepe, Consumi. Cáceres: Unemat, 2002.

TESE XIII

LINHA DE REFLEXÃO: Políticas de Ensino e Graduação

PROBLEMA / JUSTIFICATIVA:

Perfil da Universidade quanto a sua Autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

PROPOSTA / TESE: Autonomia didático-pedagógica

ART.. A fim de melhorar a qualidade de ensino, propõe-se que o Campus tenha autonomia para estipular o número de alunos matriculados por disciplina, aceitando além das vagas disponíveis (40), apenas 20% a mais deste número, totalizando em 48 alunos e somente em casos que houver um número de 20 alunos sem matrícula o campus tenha autonomia de criar uma nova turma.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora
 Gabriel S. Ferrão – Funcionário
 Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica
 Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário
 Jair Reck - Professor
 Renata Barros Abelha Kabeya – Professora
 Cláudia Negreiros – Professora
 Dulcídio Manguiera – Professor
 Osmar de Barros – Acadêmico
 Adailton Alves da Silva - Professor
 Emivan F. da Silva – Professor
 Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora
 Fabrício Schwanz da Silva - Professor
 Raul Abreu de Assis – Professor
 Marfa Magali Roehrs – Professora
 Kilwang Kya Kapitango-a-Samba
 Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora
 Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário
 Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico
 Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

ESTADO DE MATO GROSSO
 SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
 CAMPUS DE ALTO ARAGUAIA
 CONGRESSO UNIVERSITÁRIO LOCAL
 COMISSÃO ORGANIZADORA

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr.ª. Patrícia Vasconcelos Almeida, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto e Prof.ª. Me. Shirlene Rohr de Souza.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto

Criar estratégias que divulguem a diversidade cultural de Mato Grosso.

Hipótese ou Tese

A UNEMAT é também responsável pela compilação (estratégia), o estudo (pesquisa) e a divulgação (extensão) da diversidade cultural de Mato Grosso.

Argumentos

A Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso já está investindo no mapeamento do patrimônio cultural, material e imaterial deste Estado, tendo a própria Unemat como parceira neste projeto. Será de interesse da própria Universidade e também do Estado que, após a conclusão do levantamento realizado pela Secretaria de Educação e Cultura, a Unemat possa oferecer linhas de Extensão e Cultura que visem a divulgação desses patrimônios dentro das microrregiões em que estão inseridos os *campi* da Unemat e também no entorno delas.

Uma linha de projetos de extensão e cultura que vise o patrimônio cultural pode fortalecer os laços da Universidade com a comunidade, o que é fundamental, e criar mecanismos de preservação de manifestações populares que estão condenadas a se extinguirem.

Além disso, projetos que visem especificamente a divulgação do patrimônio cultural do MT podem fornecer rico material para teses de pesquisa no campo da lingüística, da antropologia, das ciências sociais, da história, da comunicação social e outros.

Por fim, é preciso valorizar a diversidade cultural fruto das culturas que se convergem no Mato Grosso. É legítimo falar em “cultura típica do cuiabano”, contudo, é preciso estender a idéia para aquilo que é “típico do estado de Mato Grosso”, a fim de desconstruir a idéia de que toda a cultura mato-grossense está concentrada em uma região. É preciso reconhecer que há ricas manifestações que se adentram no imenso território deste estado e

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS DE ALTO ARAGUAIA
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO LOCAL
COMISSÃO ORGANIZADORA

que, legitimadas ou não pelo reforço da mídia, integram o patrimônio material e imaterial do Mato Grosso.

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO:

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (I) Perfil Da Universidade e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica ...
- (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (V) Planejamento Institucional

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

REFORMULAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA UNEMAT E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CALENDÁRIO DE EVENTOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Em recente seminário sobre **Estágio Supervisionado na Unemat**, realizado nos dias 16 e 17/10/2008 no auditório do Hospital Regional de Cáceres, onde teve a participação de professores dos cursos de licenciaturas e bacharelados, deu-se início a discussão sobre a formulação de uma política responsável para a condução das atividades de estágio vinculados aos cursos de licenciaturas, bacharelados e modalidades diferenciadas (3º grau indígena, Parceladas, MST).

Nesse encontro ficou escancaradamente apontada a forma como está sendo conduzida a “confusa” e “inconstante” política de estágio na Unemat, o que vem gerando um quadro de insatisfação por parte de acadêmicos das licenciaturas e bacharelados, como também de professores e discentes das escolas públicas do Estado e dos municípios onde a instituição possui *campi* avançado.

A apresentação da resolução 040/2004 que trata sobre o Estágio Supervisionado na Unemat, a sua formulação apresenta uma “distante” compreensão sobre como vem sendo conduzido o trabalho de estágio nas licenciaturas e bacharelados da Unemat. Se avaliarmos, *grosso modo*, o andamento dos trabalhos desenvolvidos nas licenciaturas e bacharelados, durante a formação discente para atuação nas escolas públicas (estaduais e municipais) existem díspares interpretações e encaminhamentos de como realizar essa formação.

Concordemos, que cada curso (licenciatura ou bacharelado), possui especificidades que devem ser compreendidas a luz da estrutura curricular existente. No entanto, o resultado esperado do investimento feito pelos professores do estágio nas mais diferentes modalidades (licenciaturas regulares e diferenciadas), do ponto de vista do conhecimento científico (coletâneas, cadernos didáticos, relatos de experiências, registros áudio-visuais, etc), muito pouco tem sido divulgado.

Compreendemos que esforços têm sido empreendidos para que haja “produto” do investimento feito em sala de aula, na condução da formação acadêmica vinculada ao estágio supervisionado. Os resultados, porém, aparecem esparsos, como ventos circulando em diferentes direções. O que sugere, *a priori*, a ausência de um planejamento sistêmico da administração da Universidade na criação de uma política coesa (com recursos financeiros), com a participação efetiva dos professores de Estágio Supervisionado e demais professores das Licenciaturas e Bacharelados na Unemat.

Compreendemos que a UNEMAT precisa com urgência criar uma efetiva política voltada para o Estágio Supervisionado, com autonomia administrativa e financeira, para atender as demandas decorrentes da formação dos seus acadêmicos e dos professores envolvidos nesse processo. Trata-se de um compromisso coletivo entre todos os docentes dos cursos mencionados durante a elaboração e execução de uma política de estágio que funcione de fato. A questão que se coloca não está na ausência do empenho dos professores ligados ao estágio supervisionado, mas, o eixo central dessa discussão passa, indiscutivelmente, pela própria concepção de Universidade que temos nos apegado durante os últimos anos. Concepção de Universidade que, de forma direta, está vinculada a concepção de Estágio que acreditamos tem que ser reformulada.

3. PROPOSTA

A atuação dos professores do Estágio Supervisionado, nas licenciaturas regulares e modalidades diferenciadas, encontram-se diretamente vinculada a parâmetros jurídico-legais. Ou seja, existem exigências normativas que estipulam carga horária, período em que se deve dar início ao estágio supervisionado, enfim, legislação essa que abrange todo território nacional. No entanto, se partirmos da concepção de estágio supervisionado que queremos construir, um aspecto que consideramos central para norteamos essa discussão **trata-se de perceber a formação discente, vinculada à prática do estágio, no decorrer de toda a graduação**. Não mais somente nos 5º, 6º semestres (isso se aplica tanto para as licenciaturas e bacharelados). Nesse sentido, compreendemos, em primeiro momento, que somente deverão atuar no Núcleo de Estágio Supervisionado

professores com Dedicção Exclusiva, salvo as especificidades exigidas por cada curso (licenciaturas e bacharelados).

O Estágio Supervisionado poderá ter o seu início no 1º ou 2º semestres (licenciatura, bacharelado e modalidades diferenciadas). A formação do discente vinculada à experiência do estágio não deve estar unicamente restrita a observação, investigação da dinâmica (em seus vários aspectos) das “realidades” das escolas públicas ou privadas. Isso é um grande equívoco. **A escola a ser alvo de pesquisa por parte do discente deve ser apenas um dos possíveis cenários a ser investigado**. Primeiramente, a escola não está dissociada do bairro, do município, do Estado, dos discursos normativos, das práticas culturais, dos arquivos, dos centros de produção cinematográficas, dos movimentos sociais, etc. Se o acadêmico, a partir da sua formação não conseguir obter relativa compreensão sobre a formulação, a historicidade dessas instituições e sobre as contradições existentes nos diferentes setores da sociedade, provavelmente, terá dificuldades de atuar como educador.

A formação discente nas licenciaturas (em especial) não pode estar voltada somente para a educação “formal” nas escolas públicas ou privadas. O acadêmico depois de longos anos na universidade, tem deixar de se apoiar em antigos receituários (ortodoxos, diga-se de passagem), que o conduzam a perceber e desenvolver durante o “seu” estágio “leituras” com base em questionários sobre quantas teias de aranha tem nas escolas, carteiras, se o telhado está quebrado, enfim, – se ele não consegue pensar sobre qual é a função da Escola na sociedade capitalista contemporânea, sobre quais discursos são produzidos em seu interior (relação escola x professor) e nem sobre e a formação “idealizada” que se espera ter nesses ambientes normatizados, disciplinarizados, enfim, pouco contribuirá para esse debate.

O acadêmico deve ser estimulado a pensar essas diferentes “realidades” a partir de uma postura crítica, sendo a pesquisa o instrumento principal de sua ação. Estágio significa pesquisar, se debruçar sobre os diferentes objetos a serem investigados. O ato de pesquisar, produzir conhecimento, não é responsabilidade única do discente, mas, do docente-orientador do Estágio Supervisionado.

O acadêmico deverá estar preparado para atuar em diferentes projetos sócio-educativos. Além da formação para atuar no ensino “regular”, o acadêmico poderá participar em projetos ligados a sua área específica de formação acadêmica ou em parcerias com áreas afins. O curso de licenciatura não deve ser camisa-de-força propositando ao acadêmico o único caminho: ser professor em um único lugar social.

Nesse sentido, compreendemos que o Estágio Supervisionado deverá ser organizado desde o 1º semestre (licenciaturas e modalidades diferenciadas). O Núcleo de professores e discentes envolvidos no produzir/fazer o Estágio Supervisionado deverá atuar em conjunto, com todas as áreas de conhecimento do seu curso (licenciatura e bacharelado). Caberá a esse núcleo, com base na legislação vigente, criar espaços de discussões envolvendo todos os docentes/discentes de cada curso.

A formação durante o Estágio Supervisionado não deve estar direcionada somente ao discente, mas, em especial, aos docentes das escolas públicas estaduais e municipais. Se um dos cenários para o desenvolvimento do estágio é a escola pública (e privada, em menor número), cabe ao núcleo de estágio de cada curso procurar envolver os professores (de cada área de conhecimento) nas discussões que deverão ser empreendidas ao longo desse período de formação. Estágio não é sinônimo de “passagem”, “experiência temporária”, mas resultado de formação continuada. Quando fazemos referência à formação continuada, discussão em voga nos dias atuais (propositada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal), na prática, o que se observa é uma formação descontínua, fragmentada, sem resultados efetivos. Isso se complica ainda mais se pensarmos na relação Universidade x Escolas Públicas.

O núcleo de estágio de cada curso da Unemat) poderá estar vinculado a uma coordenação geral a ser criada. O coordenador poderá ser um técnico especializado. Deverá ser formado um colegiado, onde os professores que atuam na área de estágio poderão ter assento (voz e voto). Essa questão (coordenação geral) foi proposta pelo prof. Dr. Irton Milanessi na última reunião realizada no período já mencionado. A participação docente/discente, como também dos professores da rede pública (por cada área de conhecimento) nas discussões, planejamento das atividades de estágio, deverão ser realizadas em parceria.

Para que essas ações sejam realizadas proponho que os eventos ligados diretamente a ensino, pesquisa e extensão, sejam definidos no calendário acadêmico a cada início de semestre. Ou seja, que durante duas semanas do 1º semestre e outras duas do 2º semestre sejam realizados os eventos planejados por cada curso da Unemat. A participação dos docentes da rede pública estadual e municipal será imprescindível nesses eventos. A coordenação geral do estágio deverá organizar durante esse período eventos que possam apresentar resultados da sua produção científica. A organização dos eventos programados pelos cursos (licenciaturas e bacharelados), em cada semestre, principalmente, os eventos específicos de cada área de conhecimento, poderão agregar maior participação dos professores da rede pública e docentes e acadêmicos da Unemat. Investimentos deverão ser feitos em parcerias com a secretaria de educação do estado de MT e secretarias municipais para que os professores da rede pública não paguem o ônus da sua participação nesses eventos (custos financeiros). A conhecida retórica dos governos estaduais e municipais já é bastante conhecida quando se trata de formação continuada.

O Núcleo do Estágio Supervisionado poderá servir como “termômetro” das atividades de ensino e extensão, realizados em cada curso (licenciatura e bacharelado). A formação continuada (tanto a voltada para os discentes da Unemat) como para os docentes das escolas públicas deverá ser organizada em parceria. Como afirmamos, a formação continuada poderá envolver professores e discentes da Unemat e da Rede Pública (e discentes interessados). O Estágio Supervisionado será o ponto de convergência dessas ações.

3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AUTONOMIA FINANCEIRA

- Para que os Núcleos de Estágio Supervisionado vinculados a uma Coordenação geral funcionem adequadamente, será necessário alojar recursos financeiros. A estrutura desse órgão deverá funcionar sob a coordenação de um técnico especializado. Deverá ser formado um colegiado com a participação dos professores ligados aos núcleos de estágios de cada curso.
- Os recursos serão provenientes das fontes destinadas pelos governos federal, estadual e convênios com o governo municipal. O financiamento dessas ações será de responsabilidade exclusiva da UNEMAT.
- O colegiado que será formado (para a execução das atividades ligadas à coordenação de Estágio) poderá ser de um professor de cada curso (licenciatura e bacharelado), com a participação discente e de professores da rede pública estadual e municipal. Esse colegiado funcionará de forma descentralizada, em cada campi. Será paritário, com a participação de representantes de cada segmento mencionado.

4. RESUMO

Os pontos apresentados não se esgotam na elaboração desta pré-tese. No entanto, aponta para a organicidade pedagógica e financeira do Estágio Supervisionado da Unemat.

Estabelecemos a idéia de formação continuada a partir do estágio, envolvendo professores e discentes das licenciaturas e bacharelados, e discentes e professores da rede pública (estadual e municipal).

Propomos a elaboração de um calendário de eventos (ensino, pesquisa e extensão) para a Unemat. A coordenação geral de estágio deverá apresentar a cada semestre o resultado de sua produção. Os eventos da Unemat (Pesquisa/Extensão) deverão constar no calendário acadêmico da Instituição, visando agregar professores e discentes da instituição, da rede pública de ensino (estadual e municipal).

DELEGADOS:

Otávio Ribeiro Chaves (Departamento de História - campus de Cáceres)
 Irton Milanesi (Departamento de Pedagogia - campus de Cáceres)
 Ilma Ferreira Machado (departamento de Pedagogia – Campus de Cáceres)
 Ronaldo José Neves (departamento de Geografia – campus de Cáceres)
 Maria Stefani Rocha (Departamento de Pedagogia – campus de Cáceres)

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO:

5. LINHA DE REFLEXÃO:

- (I) Perfil Da Universidade e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica ...
- (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (V) Planejamento Institucional

6. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

REFORMULAÇÃO DO CONCURSO VESTIBULAR E ISENÇÃO DE TAXAS

Os alunos que ingressam na Unemat são, em sua maioria, provenientes das escolas públicas do Estado de Mato Grosso e de outras regiões do país. Originam-se das camadas populares, sendo a renda familiar variável entre um a três salários mínimos. O custo para inscrição do concurso vestibular tem, surpreendentemente, aumentado a cada ano. Se a oferta de vagas para o concurso vestibular vem sendo oferecida por uma instituição de ensino superior pública e gratuita como se justifica a cobrança de taxas abusivas para o concurso vestibular realizado em todos os campi da Unemat? Se o discurso instituído e propagado pela administração da universidade e demais categorias como a docente, estudantes e técnico-administrativos, é de que a universidade está comprometida, em todos os níveis, com o "social", com as camadas populares existentes nas diferentes regiões do Estado de Mato Grosso, como se justifica a

cobrança de taxas abusivas dos filhos/filhas das famílias mais pobres que aspiram uma vaga na Universidade?

Uma outra questão: trata-se sobre a elaboração de provas (concurso vestibular) com conteúdos específicos, direcionado para a área do conhecimento escolhido pelo candidato. A realização do concurso vestibular vem sendo feita a partir do entendimento que o candidato possui formação em conhecimentos gerais (matemática, história, física, química, etc); e, que, este encontra-se *habilitado* a prestar exames para essas diferentes disciplinas. No entanto, o que vem sendo diagnosticado nos cursos de graduação é que os ingressos apresentam deficiências nessas áreas, não havendo a formação esperada. Essa desejada formação "universalizante" esperada pelos construtores do Concurso Vestibular da Unemat, na prática, esvazia-se devido a lacunas existentes na formação desses candidatos. O círculo é vicioso – Universidade x escola pública x universidade.

A questão central desta pré-tese consiste em atribuir peso específico (pontuação) para as provas realizadas pelo candidato para o curso escolhido (e áreas afins). Atribuir notas somente para as disciplinas (e área afins), para o curso escolhido.

7. PROPOSTA

A presente proposta trata-se da reformulação do Concurso Vestibular da UNEMAT, realizado periodicamente pela COVEST. A realização deverá ser feita com base em provas específicas do curso em que o candidato inscrito optar. Se for feita a inscrição para o curso de geografia, o candidato deverá fazer as provas (exames) nas áreas de Geografia, História e Letras (literatura, línguas, etc). As notas deverão ser atribuídas para o curso escolhido (e áreas afins). Se optar para o curso de Letras, o candidato terá que fazer as provas específicas nessa área e áreas afins (história e geografia). Não precisará realizar provas em outras áreas como matemática, química, física, etc.

3. CONCURSO VESTIBULAR E AUTONOMIA FINANCEIRA

- **As taxas que anualmente, a cada vestibular, são cobradas dos candidatos inscritos para os cursos da Unemat deverão ser extintas.** Na condição de Universidade Pública e Gratuita a instituição não poderá cobrar nenhum tipo de taxa referente à realização do exame de vestibular dos candidatos inscritos.
- Toda a manutenção do Concurso Vestibular (impressão, elaboração de provas, divulgação, etc), deverá ser feito com base no Orçamento da UNEMAT.

8. RESUMO

- O candidato deverá realizar provas, apenas, com base nas disciplinas relativas ao curso escolhido: Exemplo>curso escolhido: História - provas complementares (áreas afins: geografia, letras (literatura, línguas, etc.).
- Para cada curso escolhido o candidato fará provas específicas (por área de conhecimento).
- Não haverá taxa de inscrição. **A inscrição será gratuita.**

DELEGADOS:

Otávio Ribeiro Chaves (campus de Cáceres, Departamento de História – docente).

Mário Quidá (Presidente do DCE – campus de Cáceres)

Renato Fonseca de Arruda (discente - Curso de História – campus de Cáceres)

Manoel F. da Silva (técnico-adm. lotado Departamento de História, Campus de Cáceres)

Ronaldo José Neves (departamento de Geografia – campus de Cáceres)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT



PROPOSIÇÃO DE PRÉ-TESE PARA O II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa, e de gestão financeira e patrimonial;
- () II Orçamento e financiamento da Universidade;
- () III Gestão democrática, transparente e participativa;
- (X) IV Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- () V Política de expansão da Universidade.

2. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA (Diagnóstico/leitura de contexto)

O estágio supervisionado faz parte de todos os cursos de licenciatura, e deve ser considerado como mecanismo primordial no processo de formação profissional de professores. Assim, é segmento importante na relação entre trabalho acadêmico e a aplicação das teorias, representando a articulação dos futuros professores com o espaço de trabalho, a escola, a sala de aula e as relações a serem construídas.

É significativo nos cursos de licenciaturas, e não deveria ser realizado apenas como um cumprimento da grade curricular, mas sim contextualizado e comprometido com a transformação social, unindo formação profissional e pessoal, responsabilidade individual e social (SAIKI & GODOI, 2007).

A atual forma como o estágio vem sendo conduzido, a nosso ver, destoa do comprometido com essa transformação, uma vez que, nossos alunos se deparam com a realidade da sala de aula apenas no final do curso (7º e 8º semestres), ou seja, passam-se praticamente três anos para perceberem que serão professores.

Une-se a esse fato, a dicotomia existente entre a teoria e prática, pois observamos que a dificuldade de integração é revelada a esses alunos apenas na disciplina de estágio. Neste sentido, os mesmos relatam que durante todo o curso as orientações quanto como colocar em prática toda a teoria aprendida na realidade da educação básica (planos da escola, de ensino e de aula, aulas simuladas, análise de livro didático, práticas pedagógicas) foram incipientes e desarticuladas, não havendo integração entre o conteúdo visto e a prática em sala de aula.

Portanto, o maior desafio encontrado pelos alunos estagiários é a efetiva articulação entre o conhecimento adquirido durante a graduação e as necessidades dos alunos do ensino fundamental e médio. A dificuldade não é apenas a de transposição didática, mas também do conhecimento dos conteúdos mínimos, principalmente devido à falta de experiência com a rotina e dinâmica de uma sala de aula com os alunos de 11-17 anos. Somam-se a esses fatos outros que também são pertinentes a essa discussão:

- Os alunos, na sua maioria, se sentem obrigados/pressionados a darem aula, uma vez que despertam para a sua formação somente no final do curso. Isso faz com que os mesmos se sintam desmotivados a darem boas aulas e a buscarem incentivo para tal;
- Devido ao tempo ser breve de início e término do estágio, tanto alunos como professores de estágio se sentem invasores de um espaço que não é o seu;
- Como muitos estagiários não fazem seu estágio de regência na mesma escola e/ou turma na qual haviam realizado as observações e regências, a relação entre os estagiários e os alunos não é construída com fluidez. O tempo que os estagiários permanecem na escola não é suficiente para conhecerem a realidade da escola (administrativa, estrutural, organizacional, social, etc.);
- A parceria entre a universidade e a escola, a nosso ver é precária, pois a universidade não consegue elaborar atividades que envolvam os professores da rede pública e privada, fazendo com que, haja por parte dos professores do estágio uma dificuldade em construir uma relação efetiva na hora de discutir o planejamento escolar e elaborar os planos de ensino e de aula em parceria com os professores da educação básica;

- Os estagiários elaboram seus planos de aula sem considerar o cotidiano da escola e as características da turma, uma vez que são transeuntes temporários;
- Não ocorre transversalidade da discussão metodológica entre todas as disciplinas do curso de licenciatura para uma formação plena do estagiário enquanto futuro professor, ou seja, não há o envolvimento maior entre professores da graduação, professores do estágio e alunos estagiários;
- Os estagiários, no final do curso, demonstram muitas dificuldades na transposição didática do conhecimento científico aos alunos, reproduzindo no estágio, o modelo de aula expositiva, meramente descritiva e com o uso do livro didático, pois como é possível adquirir “prática” apenas no último período acadêmico?

Diante de tais problemáticas, questiona-se:

Será isso problema de alunos passivos, desinteressados? Ou será problema da grade curricular que possui disciplinas com ementas não claras e objetivas e/ou até mesmo não possui disciplinas voltadas para a prática de ensino? Desatenção por parte de professores que ministram essas disciplinas? Ou até mesmo a ausência de um trabalho coletivo e iniciado desde o 1º ou 2º semestres dos cursos?

3. PROPOSTA/TESE

As propostas sugeridas baseiam-se em leituras de experiências vivenciadas por outras instituições públicas de ensino superior, que reelaboraram as propostas de estágio a partir dos seguintes questionamentos (PASSINI, 2007):

- * Será o estágio, na forma como tem sido realizado, uma experiência significativa e construtiva para os futuros professores de Geografia?
- * Que crescimento os estagiários conseguem ter com nossas experiências de sala de aula?
- * Qual o significado do estágio para professores e alunos da educação básica?
- * Por que a experiência de estágio parece desmotivadora para muitos estagiários e alunos?
- * Para que o aluno entenda a atual produção do espaço como processo de construção da sociedade, deve-se partir do conhecimento empírico que possui.

Como o aluno estagiário conseguirá traçar esse caminho, construir uma relação de parceria com os alunos uma vez que é apenas um transeunte temporário e não conhece o nível de raciocínio tanto emocional como intelectual da turma?

Acreditamos que as concepções que norteiam o estágio supervisionado, devem partir primeiramente do crescimento no processo de construção do conhecimento, criando alternativas de trabalho que considerem a realidade da educação básica e permitam ao aluno a compreensão da organização e produção do espaço social.

Um projeto de estágio deve ser um projeto em parceria entre a escola básica e a universidade, para que haja colaboração mútua entre as duas instituições, no sentido de que nas pesquisas em ensino tomemos a realidade da escola básica como objeto de investigação, para, lado a lado, discutirmos possibilidades de mudanças.

Portanto, a nosso ver, o estágio em parceria universidade-educação básica, passa por alguns desafios que são:

- maior tempo de permanência dos estagiários na escola, ou seja, deve-se iniciar desde o 2º semestre letivo;
- estágio realizado em duplas de alunos, uma vez que a quantidade de alunos por turma é grande e isso possibilitaria uma melhor orientação e acompanhamento dos mesmos pelos professores de estágio. Além disso, os estagiários contribuiriam com a melhoria da qualidade do ensino, trazendo novas experiências para a educação básica e dispondo de mais tempo para os alunos;
- possibilidades de estagiários como regentes nas aulas (formação inicial) para que os professores da escola participem de momentos de discussão e reflexão com professores de estágio seja através de encontros, seminários, oficinas oferecidas pela universidade (formação continuada);
- planejamento das aulas da regência em conjunto entre estagiários, professores de estágio, professores da educação básica com a contribuição dos professores dos conteúdos específicos para aprimoramento teórico da ciência;
- aplicação de outras modalidades de estágio:

- estagiário como auxiliar: em que o professor regente sugere o conteúdo e o estagiário atua como auxiliar em suas aulas, tendo a liberdade de escolher técnicas e recursos para enriquecimento da aula;

- estagiário como parceiro: em que o professor regente discute o plano de aula com o estagiário para adequá-lo ao nível de conhecimento e raciocínio da turma e também para que o período de estágio não interfira no planejamento do ano. O estagiário tem liberdade de ação e o professor regente fica disponível para atendê-lo nas necessidades circunstanciais como perda de controle da disciplina e outras;

- estagiário como regente: em que o professor regente se ausenta e deixa a sala totalmente sob a responsabilidade do estagiário, com o conteúdo e a forma da aula anteriormente discutidos e definidos.

Essas modalidades de estágio permitirá que o professor da educação básica deixe de ser um mero espectador do estágio para se envolver com o trabalho, orientar o grupo de estagiários, suscitar a busca de novas estratégias de ensino-aprendizagem, discutir conceitos e instrumentos de avaliação. E, além disso, disporá de mais tempo para refletir e avaliar as próprias estratégias de ensino-aprendizagem e realizar uma releitura tanto do conteúdo como da forma da aula;

Permitirá também a formação do aluno investigador no ensino básico, o qual contribuirá para que na universidade ocorra a continuidade do processo de melhoramento do profissional que não separe o ensino da pesquisa.

4. RESUMO

Esta pré-tese apresenta sugestões para a prática do estágio supervisionado, na perspectiva de que se faça uma reelaboração da atual política de estágio da Unemat.

Neste sentido, propomos a reconstrução coletiva da lei que rege o estágio supervisionado dos cursos de licenciatura e bacharelado da instituição.

5. AUTORES

Prof^ª. Ms. Suzethe Costa Souza; Prof. Ms. Matheus Mesquita; Prof^ª. Ms. Tânia Paula da Silva; Prof. Dr. Ronaldo José Neves; Prof^ª. Ms. Geyhsa Atala Gomes Curvo; Prof^ª. Ms. Olinda Brito Leão Torres; Prof^ª. Ms. Josefa Pereira da Silva.

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto, Prof. Dr. Patrícia Vasconcelos Almeida e Prof. Me. Shirlene Rohr de Souza.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
- Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
- Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
- Políticas de Extensão e Cultura;
- Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- Planejamento Institucional;
- Outros.

Assunto

Mais autonomia para os Centros de Pesquisa.

Hipótese ou Tese

A centralização das pesquisas pela PRPPG inibe a proposição de pesquisas. É preciso criar mecanismos que estimulem a apresentação de projetos, como o fortalecimento dos regimentos de cada Centro de Pesquisa e de seu Conselho Científico. Dessa forma, os projetos atenderão ao perfil acadêmico de cada *campus* e, conseqüentemente, de cada microrregião na qual o *campus* está inserido.

Argumentos

Atualmente, a PRPPG centraliza as políticas que decidem os rumos das pesquisas que se desenvolvem na Unemat. Levando-se em conta o antigo Plano de Carreira, essa centralização, de certa forma, era produzida sentido. Contudo, com o atual PCCS, todos os professores Mestres e Doutores puderam optar pela Dedicção Exclusiva, do que se conclui que todos estarão (ou pelo menos deveria ser assim) envolvidos com pesquisas, independentemente de serem ou não vinculadas a um órgão de fomento.

Se cada *campus* possui um Centro de Pesquisa e cada Centro de Pesquisa possui um Conselho Científico, subentende-se que cada Centro de Pesquisa está preparado para receber, e posteriormente avaliar, as propostas de projetos de pesquisas que se lhe apresentam.

Sabe-se que na Unemat muitos professores estão envolvidos em pesquisas que não demandam investimentos financeiros por se fundarem em metodologias de pesquisa bibliográfica. Dessa forma, essas pesquisas que concretamente existem, mas que são invisíveis porque não possuem vínculos com órgãos de fomento, poderiam ser legitimadas ao menos na esfera da Universidade. O resultado dessa política seria um maior de número de pesquisas (o que justifica o novo PCCS) e também mais publicação.

Uma ação concreta no sentido é dar mais autonomia aos Centros de Pesquisa é reconhecer os regimentos aprovados nos *campi* que disciplinam as atividades de pesquisa e os critérios de renovação dos projetos. Seria uma forma de se inclinar para as particularidades sociais, econômicas e culturais das microrregiões em que a Unemat está presente. Obviamente, esses regimentos não devem ferir o regimento maior da PRPPG.



TESE PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UNEMAT

Proponentes:

Prof. Dr. Valdir Silva¹
Prof.ª. Anapaula Rodrigues Vargas²
Prof.ª. Ms. Giselda Dias da Cunha³
Prof. Ms. Ilário Straub⁴
Prof.ª. Dr.ª. Patrícia V. Almeida⁵
Prof. Dr. Vitório Jabur Maluf⁶
Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues da Silva⁷
Prof.ª. Dr.ª. Carla Cristina de Paula⁸

1 - DA EaD QUE TEMOS A EaD QUE QUEREMOS PARA A UNEMAT: *distâncias que precisam ser encurtadas*

Antes de discorrer sobre a modalidade de Educação a Distância (EaD) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), faz-se necessário definir a concepção de EaD que norteará a presente documento. A EaD, é um processo de ensino e aprendizagem, em que alunos e professores, diferentemente da modalidade presencial, podem estar separados espaço-temporalmente, mas conectados e interligados por recursos didáticos sistematicamente organizados e apresentados em diferentes suportes de informação e comunicação, utilizados isoladamente ou combinados, desde que se tenha assegurado o efetivo processo de interlocução entre professor e alunos. São características fundamentais da EaD:

1. flexibilidade de organização, de modo a permitir condições de tempo, espaço e interatividade condizentes com esta modalidade de educação previamente estabelecido no seu projeto pedagógico;
2. organização sistemática dos recursos metodológicos e técnicos utilizados na mediação do processo de ensino e aprendizagem;
3. interatividade, sob diferentes formas entre os agentes do processo da aprendizagem e de ensino;
4. apoio por meio de um Sistema de Orientação de Aprendizagem, que deve se estruturar de *forma presencial, a distância ou combinada*, com vistas ao desenvolvimento, acompanhamento e à avaliação do

1 Coordenador da Educação Aberta e a Distância da UNEMAT (CEAD)

2 Pró-Reitora de Administração

3 Chefe do Depto. de Turismo do Campus de Nova Xavantina.

4 Pró-reitor de Extensão e Cultura.

5 Chefe do Depto de Letras do Campus de Alto Araguaia

6 Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

7 Pró-Reitor de Ensino de Graduação

8 Diretora de Gestão Acadêmica

processo de ensino e aprendizagem.

A EaD pode ser realizada através de livros, rádio, televisão, vídeo, CD-ROM, telefone, fax e, particularmente, por meio da Internet em função das diferentes possibilidades de convergências de mídias de informação, comunicação e a construção de Ambientes Virtuais de Aprendizagem customizados para atenderem as mais diferentes necessidades de produção de conhecimento.

A EaD, torna-se preciso observar, não surgiu no vácuo e nem é uma modalidade de educação emergida no contexto da sociedade contemporânea, pelo contrário, sua origem histórica, por exemplo, encontra-se nas cartas de Platão e nas epístolas de São Paulo. Há registros de experiências de educação por correspondência iniciadas no final do século XVIII, e com largo desenvolvimento dos meados do século. Este tipo de educação já é usado com grande repercussão em dezenas de países, desde a Rússia, onde há programas que se iniciaram em 1850, até aos Estados Unidos, passando por França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Costa Rica, Venezuela, Colômbia, Moçambique, Angola, Nigéria, Zaire, Filipinas, Nova Zelândia, Austrália, China, entre muitos outros. No Brasil, temos, por exemplo, no Brasil, do Instituto Universal Brasileiro, que desde 1941 oferece os mais diferentes cursos profissionalizantes.

Com o surgimento do rádio e da televisão, e as suas apropriações pela EaD, as informações e o conhecimento puderam chegar mais rapidamente à casa do aluno, diminuindo a barreira da distância entre ele e professor. No entanto, a metodologia do ensino continuava sendo a de um curso por correspondência, visto que a única diferença era marcada por uma maior diversidade de material didático e de fácil obtenção. No entanto, a comunicação continuava essencialmente unidirecional, escassa e lenta. Desta forma, a educação a distância carecia de um meio de comunicação que possibilitasse uma interatividade mais intensa e rápida entre alunos e professores, pois através do sistema postal, do rádio e da televisão o referido processo se apresentava insatisfatório. Com o advento e a popularização do computador e, fundamentalmente da Internet, no início da década de 90, a EaD acabou por ser fortemente impulsionada, pois, todos os recursos tecnológicos de que se valia a EAD tradicional – correio, rádio, telefone e televisão – não apenas se convergiram no computador, mas também somou-se a ele os mecanismos de comunicação síncronos (chat e vídeos-conferência) e os assíncronos (e-mails, Listas

de Discussões, Fóruns, etc).

É este contexto tecnológico possibilitado pelas tecnologias telemáticas da informação e comunicação que está possibilitando um redimensionamento não apenas da EaD, mas também da Educação em geral. As novas tecnologias da educação, além de possibilitarem o acesso à informação, facilitam também a produção de conhecimento geral, ou seja, aquele, científico ou não, que se adquire na práxis da vida cotidiana, mas fundamentalmente o formal, isto é, aquele cuja aquisição exige determinados procedimentos sistemáticos. Esse novo cenário sócio-pedagógico, ainda que virtual, pode contribuir para a construção de uma sociedade mais globalizada e também mais justa e igualitária, no que concerne a produção do conhecimento. São tecnologias que precisam ser tomadas como instrumentos-meios que se configuram em ferramentas pedagógicas, cuja qualidade de uso, depende unicamente dos responsáveis pelas proposições dos cursos, na qualidade do material pedagógico construído, do professor e do aluno.

A modalidade EaD assumiu contornos tais, que hoje não se sustenta mais o debate de que ela é melhor ou pior que a modalidade presencial. Elas se configuram em duas modalidades de educação com características próprias, cuja excelência e qualidade de ensino estão diretamente relacionadas com a seriedade da instituição que a propõe. A EaD é hoje uma modalidade de educação que se encontra presente em praticamente todas as universidades, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. De acordo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2005 – a primeira pesquisa a contabilizar números dessa modalidade de educação em âmbito federal, estadual e municipal – existem quase 310 mil alunos fazendo curso a distância no país. Na graduação e na pós-graduação, dobrou o número de estudantes matriculados nessa modalidade entre 2003 e 2004. Esses são alguns dados do primeiro levantamento amplo de educação não-presencial no país. Segundo o anuário, são 309.957 alunos matriculados em instituições credenciadas oficialmente a ministrar cursos a distância em que são emitidos certificados ou diplomas válidos no sistema nacional. Estima-se que, consideradas as modalidades que não necessitam de autorização, o número chegue a 1,1 milhão. As principais modalidades oferecidas são pós-graduação, graduação, educação de jovens e adultos (antigo supletivo) e técnico. Como a graduação e a pós-graduação a distância já possuíam levantamentos anteriores, feitos pelo MEC, é possível fazer um comparativo do setor: em 2003, havia 76.769 alunos matriculados

nessas modalidades; no ano seguinte, o número saltou para 159.366. É este crescimento que está conduzindo a Secretaria de Educação a Distância (SEED-MEC) a estabelecer políticas públicas mais eficientes de controle para a referida modalidade de educação.

Os bem sucedidos programas de EaD ofertados pelas Instituições de ensino refletiu diretamente no MEC e, em 2006, ainda que com um grande atraso quando comparado com outros países, fez com que o governo federal, através do SEED, lançasse o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. A UAB é um projeto do MEC em associação com instituições públicas (federais e estaduais) para a oferta de cursos e programas de educação superior à distância, por meio de consórcios com municípios e estados da Federação. A UAB faz parte de um projeto atual de políticas públicas desenvolvidas pelo atual Governo Federal para a área de educação, especialmente na área de programas voltados para a expansão da educação superior com qualidade e promoção de inclusão social, se caracterizando pela reafirmação do caráter estratégico da educação superior e do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o crescimento sustentado do país.

A UAB surge, portanto, com o compromisso de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, com os seguintes objetivos principais: oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada a professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados e dos municípios; ofertar cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento, ampliando o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; estabelecer um amplo sistema nacional de educação superior a distância e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Como podemos perceber, a EaD já não é mais uma modalidade de educação circunscrita às instituições públicas e privadas, ela é também uma proposição de políticas públicas de educação do Governo Federal, que não pode se negligenciada sobre nenhuma hipótese do ponto de vista das políticas institucionais.

1.2 - A UNEMAT e a modalidade EaD

No Estado de Mato Grosso a formação de professores, entendida como política pública, teve sua expressão no Programa Interinstitucional de Qualificação Docente, envolvendo a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), as Secretarias Municipais de Educação e, ainda, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso (SINTEP). Foi a partir da participação efetiva nesse programa que se criou a Divisão de Educação a Distância (DEAD) da UNEMAT, visando concretizar atividades de um programa de educação a distância para professores em exercício, a fim de melhorar os índices de produtividade e a qualidade de educação oferecida. Desta forma, a UNEMAT buscou, a partir de março de 1999, a aprovação do mérito do “Projeto Político Administrativo da Divisão de Educação a Distância (DEAD)”, o qual define as decisões para a organização, implantação e implementação sua infra-estrutura para oferecimento de cursos em EAD.

Este programa deu origem ao curso de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª série – na modalidade à distância, implantado na UNEMAT em 1999, oportunidade em que foi criada uma infra-estrutura para proporcionar autonomia na gestão de cursos a distância. Oferecido no Campus Universitário de Nova Xavantina/Pólo Pedagógico de Nova Xavantina e no Campus de Pontes e Lacerda/Pólo Pedagógico de Jauru, ofereceu 424 e 491 vagas, respectivamente, no período 2000-2004, para docentes em serviço. Atualmente, hoje a denominada Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância - CEAD - oferece dois cursos, ambos de formação de professores: o Curso de Pedagogia: Licenciatura em Pedagogia - Educação Básica – 1ª a 4ª série (Resoluções 9 e 10/2005-CONSUNI) e o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia: Docência na Educação Infantil (Resolução nº 011/2005-CONSUNI), este último ofertado através da parceria interinstitucional firmada pelo consórcio Pró-Formar, cujos dados encontram-se apresentados na tabela abaixo:

CURSOS	POLOS	Nº ALUNOS
Pedagogia com habilitação em Educação Básica	Juaru	433
	Nova Xavantina	355
	São Félix do Araguaia	589
sub-total		1.377

Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	Juaru	162
	Nova Xavantina	108
	São Félix do Araguaia	115
sub-total		270
TOTAL		1.647

Fonte: CEAD/2008

Em 2008 a UNEMAT passou a integrar o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir do próximo ano (2009/1) passa a oferecer, nos pólos presenciais da UAB, os cursos de Licenciatura em Física e em Ciências Biológicas. Para o município de Nova Xavantina será ofertado o curso de Licenciatura em Física. Já para as cidades de Sorriso, Jauru, Alta Araguaia e Barra do Bugres serão oferecidas as duas graduações, a partir março de 2009.

CURSOS	POLOS	VAGAS
Licenciatura em Ciências Biológicas	Sorriso	35
	Jauru	35
	Alta Araguaia	35
sub-total		105
Licenciatura em Física	Sorriso	35
	Nova Xavantina	35
	Jauru	35
	Alto Araguaia	35
	Barra do Bugres	35
sub-total		175
TOTAL		280

Fonte: CEAD/2008

Um olhar desatento, com base no exposto acima, pode conduzir a uma interpretação equivocada de que a UNEMAT tem um programa efetivo e próprio de práticas na modalidade à distância. No entanto, torna-se importante assinalar que ela não tem. Este entendimento encontra-se amparado no fato de ser os dois cursos da área da Pedagogia (Educação Infantil e Educação Básica) e os cursos da UAB, propostas de projetos de EaD advindas de outras instituições, ou seja, o primeiro caso refere-se a uma proposta desenvolvida pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UFMT) e o segundo, pelo Ministério da Educação. Em síntese, são ações em que a CEAD/UNEMAT atua como executora das referidas proposições na modalidade EaD. Não que isto não tenha validade, pelo contrário, pois tanto o programa desenvolvido pela UFMT como o da UAB, têm possibilitado a UNEMAT um exercício prático e reflexivo sobre a referida modalidade de educação e contribuído para a

ampliação da oferta de cursos para a formação de professores em diferentes regiões do Estado. Frente ao exposto, torna-se urgente a elaboração, proposição e execução de um Projeto Institucional de EaD para a UNEMAT.

2 - Projeto Institucional da modalidade EaD da UNEMAT: uma proposição

Pensar um Projeto Institucional na modalidade EaD para a UNEMAT é, antes de tudo, acreditar em sua exequibilidade, em decorrência, por exemplo, da existência de um corpo docente qualificado nas mais diferentes áreas do conhecimento, sobretudo na área das licenciaturas; das facilidades proporcionadas pela forma com que a UNEMAT encontra-se organizada dentro do Estado, através de sua estrutura multi-campi; dos acessos de conectividade propiciados pelas tecnologias telemáticas atualmente disponíveis; e fundamentalmente, da existência de uma demanda ainda bastante alta de se formar e qualificar professores nas mais diferentes áreas do conhecimento e nas mais diferentes regiões de Mato Grosso. Uma demanda que se encontra totalmente respaldada nos dados apontados pela Secretaria de Estado de Educação e que vem sendo reforçados pelo Plano de Ações Articuladas⁹ (PAR) proposto pelo Ministério da Educação em parceria com o Governo e Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso. Conforme apontam os dados da SEDUC, atualmente existe um total de 26.005 professores (municipais e estaduais), destes, 14.288 encontram-se atuando em suas áreas de formação, 9.389 professores trabalham fora de suas áreas (maioria bacharelado) e 2.328 professores não possuem formação superior. Se somarmos estas duas últimas categorias chegaremos a uma demanda de 11.717 professores. É um número extremamente alto de pessoas que precisam ser formadas, terem suas formações complementadas e qualificadas. É um universo que as instituições públicas formadoras do Estado (UNEMAT e UFMT) não conseguem suprir. Soma-se a isto, o fato de que, entre os formados, muitos optam em realizar outros trabalhos, em decorrência da falta de uma política de educação mais bem delineada tanto pelo governo estadual como pelos governos municipais.

O Projeto Institucional da EaD/UNEMAT precisa assegurar todas as condições

⁹ O PAR é um Plano do Governo Federal, que através do MEC, e dentro do contexto do PDE Nacional, lançado em abril de 2007, assumi a dianteira do processo de coordenação e financiamento do atendimento da demanda de formação dos profissionais da educação junto aos Estados e Municípios que aderiram ao Compromisso Todos pela Educação.

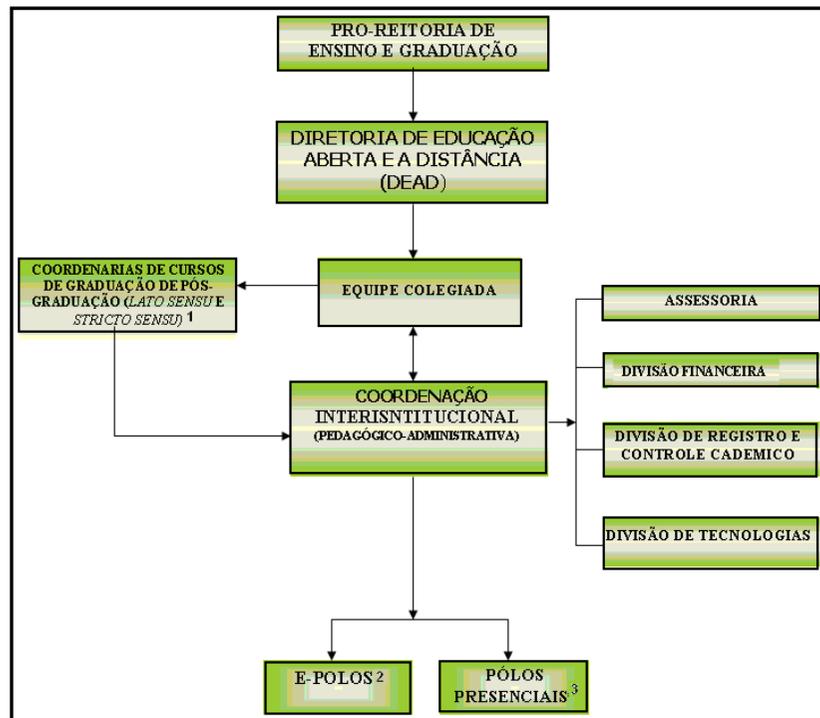
institucionais necessárias para a sua efetivação e assim, inscrever a UNEMAT no contexto em que hoje encontram-se todas as Instituições formadoras do País que se encontram em consonância com as novas exigências emergidas na contemporaneidade. É um projeto que deve deixar claro um conceito de EaD que se afine com as preocupações históricas que sempre permearam as ações propositivas da UNEMAT, ou seja, projetos que visem a democratização, a excelência e a qualidade do ensino e da aprendizagem. Neste contexto, é preciso que a CEAD/UNEMAT não seja apenas uma coordenadoria em condições de propor e executar programas de cursos de formação docente, técnicos entre outros, mas também em um espaço de produção efetiva de elaboração e produção de materiais didático-pedagógicos de qualidade, tanto no formato impresso como digital, e que se configurem, por si só, em objetos de mediação para a produção autônoma dos alunos nas situações de estudos não-presenciais. São objetos educacionais que podem contribuir com o aumento dos índices de produção científica tanto de quem os produz como também para a UNEMAT em seu todo. São proposições que requerem, necessariamente, a constituição de uma equipe permanente e qualificada, formada por um representante das diferentes áreas de conhecimento e que estejam, acima de tudo, dispostos a trabalharem na construção de um projeto institucional de EaD para a UNEMAT.

É mais uma vez, a exemplo do ocorrido com as Parceladas e o 3º Grau Indígena, uma oportunidade de exercício de criatividade coletiva em torno de um projeto em que todos podem se beneficiar, particularmente a parcela da população que precisa e deve estudar e que compete a UNEMAT propiciar e garantir em toda a sua extensão. É, pois, um projeto de Políticas Públicas que inscreve a UNEMAT como uma das grandes responsáveis, ao lado das políticas educacionais que vem sendo implementadas pelo Governo Federal e Estadual, na formação de profissionais qualificados e capazes de contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento sócio-educacional e econômico com vista a patamares mais aceitáveis de qualidade de vida para a população do Estado de Mato Grosso.

Embora as questões centrais que conformam as proposições para a Educação a Distância defendida para a UNEMAT tenham sido delineadas acima, torna-se pertinente apontar aqui as propostas apresentadas no GT de Educação a Distância do II Fórum de Ensino Superior, promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UNEMAT, realizado em maio de 2008.

- Criação de estrutura destinada a promover a convergência das diversas instâncias da instituição, com vistas a promover ações voltadas para a regulamentação, operacionalização e avaliação das atividades da EAD;
- Implementação de políticas de fomento próprias para a EAD;
- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino de excelência, nacional e internacional, que se apresentam como referência na modalidade de EAD;
- Apoio à pesquisa e aos projetos de extensão sobre EAD;
- Produção de materiais didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento de práticas na EAD;
- Criação de um centro para produção de materiais didáticos, videoconferência e tele-aula, que funcione em rede com todos os pólos presenciais;
- Elaboração dos indicadores de avaliação para a EAD
- Estabelecimento de políticas de formação de professores e profissionais para atuar em EAD (currículo);
- Oferecimento de disciplinas que contemplem o uso pedagógico dos recursos tecnológicos;
- introdução na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores reconhecidos, a oferta de até 20% da carga horária, conforme previsto na Portaria do MEC Nº 4059/04, de 10/12/04.
- Constituição de uma equipe pedagógica e técnico-administrativa permanente para a CEAD (ver proposta de organograma na página seguinte).

3 - PROPOSTA DE ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL PARA A DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA DA UNEMAT



¹As Coordenarias de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação serão instituídas à medida que os projetos forem aprovados pelas instâncias competentes da UNEMAT.

²E-Pólos: configuram-se os espaços virtuais criados para a oferta de cursos totalmente a distância e com cargas horárias de no máximo 140 horas.

³Pólos Presenciais: referem-se aos espaços presenciais existentes em cada localidade de inserção da UNEMAT para as atividades presenciais dos cursos ofertados. Estes espaços configuram-se espaços físicos, equipados de todas as formas de infra-estruturas de apoio para os cursos ofertados (biblioteca, laboratórios de experimentos, laboratórios de computação conectados a Internet, sistemas de vídeos-conferência, etc.)

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () (I) Perfil Da Universidade ...
- (x) (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- () (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (x) (V) Planejamento Institucional

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

Convivência Acadêmica e Assistência Estudantil:

Uma política consistente de apoio aos estudantes, não deve ser fruto do espontaneísmo, resultando ações pontuais, desconexas e sem continuidade. A universidade precisa garantir acesso e permanência aos alunos, em especial alunos cujas condições econômicas sejam desfavoráveis. No entanto, a assistência estudantil deve ter caráter coletivo, universal, não individual, deve assegurar as condições mínimas de permanência e aproveitamento dos alunos. Para isso, são essenciais as políticas de moradia estudantil e alimentação e, quando couber, apoio ao transporte de estudantes.

Para que a universidade possa desenvolver políticas de acordo com as necessidades da comunidade estudantil, é necessário profissionalizar o planejamento, criando condições de identificação da necessidade real imediata e

mediata de cada *campus* e grupo de estudantes, traçando os perfis sócio-econômicos, as preferências ou tendências vocacionais, de modo a servir como base e parâmetro às políticas voltadas à melhoria da vivência estudantil na universidade. Observando ainda os princípios da gestão democrática, ressaltamos a importância de que toda política estudantil seja construída com ampla participação estudantil e suas entidades.

3. PROPOSTAS

a) Fazer o debate dentro da universidade de qual a verdadeira função das bolsas universitárias, sendo elas de iniciação científica, bolsa apoio, bolsa monitoria e estágios. Destacando a importância das bolsas para a formação acadêmica e permanência do estudante na graduação e pós-graduação;

b) Consolidar o sistema diferenciado de acesso à educação superior às populações definidas como cotistas (negros, índios, sem terras, assentados, etc.);

c) Definir políticas de ingresso que supere o vestibular, através de estratégias de avaliação de desempenho durante o curso de segundo grau;

d) Desenvolver política cultural envolvendo acadêmicos, professores e funcionários e comunidade externa, como forma de valorização e integração da vida acadêmica, da elevação e socialização dos diferentes tipos de cultura: Erudita, popular, de grupos étnicos, dentre outras.

e) Garantia de creche e pré-escola em tempo integral para filhos de professores, acadêmicos e funcionários.

g) Destinar 5% (cinco por cento) do orçamento da UNEMAT (fonte – 121), para atendimento à assistência estudantil. Sendo desse montante distribuído:

- i. 50% (cinquenta por cento) destinados à concessão de bolsas aos acadêmicos, selecionados via edital;

- ii. 25% (vinte e cinco por cento) destinados à viabilização de estrutura física para a implantação dos restaurantes e moradias para estudantes universitários. Garantindo a Construção de 01 (uma) Casa de Estudante e 01 (um) Restaurante Universitário por ano, contemplando 01 (um) Campi por ano de acordo com a maior demanda. Sendo que até o ano 10 (dez) anos todos os Campi devem ter essas estruturas físicas construídas.

- iii. 25% (vinte e cinco por cento), para subsidiar a manutenção e custeio de dos Restaurantes Universitários e Casa dos Estudantes.

h) Os Restaurantes Universitários devem oferecer alimentação de qualidade com preços acessíveis a todos os Estudantes, esses valores devem ser iguais aos das outras Universidades Públicas e restaurantes populares.

i) Criar condições para viabilizar intercâmbios de professores, acadêmicos e funcionários com outras universidades do país e exterior principalmente na América latina tornando possível a ida e a vinda de pessoas de instituições conveniadas com a UNEMAT em condições que assegurem moradia, alimentação, assistência à saúde, acesso e permanência no ensino, pesquisa e atividades culturais.

j) Instituir bolsas de intercâmbio que assegurem a vinda de estudantes e professores estrangeiros para a UNEMAT, desde que o mesmo tratamento seja dado aos estudantes e professores da UNEMAT na mesma instituição estrangeira (princípio da Reciprocidade);

k) Prover espaços para o funcionamento das entidades representativas dos segmentos: DCE, CA's, Sindicato dos professores e funcionários nos campi, já que a articulação e o debate propositivo de estudantes, professores e funcionários são condições básicas fundamentais para que a democracia funcione.

3. RESUMO

Esta pré-tese trata das demandas por políticas consistentes e perenes de acesso e permanência dos estudantes na Universidade. Nela estão retratadas muitas das demandas do movimento estudantil da UNEMAT e tem como eixo central o desenvolvimento de melhores condições de vivência e convivência acadêmica na UNEMAT, o que certamente deve impactar positivamente as relações dos estudantes com toda a universidade.

4. Autores.

1. Anézio (Sinop)
2. André Milhomem (Colider)
3. Dirceu da Silva (Sinop)
4. Denizalde Pereira (Sinop)
5. Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
6. Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
7. Egeslaine (Colider)
8. Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
9. Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
10. Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
11. Ivone Cella da Silva (Sinop)
12. Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
13. Jaqueline Pasuch (Sinop)
14. João Ivo Puhl (Cáceres)
15. Josete Cangussu (Tangará da Serra)
16. Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
17. Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
18. Leni Hack (Cáceres)
19. Lisanil Pereira (Juara)
20. Maria de Fátima Castilho (Sinop)
21. Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
22. Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
23. Otávio (Cáceres)
24. Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
25. Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)
26. Raquel (Colider)
27. Regis Queiroz Gonçalves
28. Tiago (Sinop)

Pré-Tese apresentada pelo DCE Livre *Paulo Freire* e Delegados Eleitos do *campus Jane Vanini – Cáceres - MT*

EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA COM ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da universidade;
- () II – Orçamento e financiamento da universidade;
- () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- (x) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- (x) V – Política de expansão da universidade.

PROBLEMA/ JUSTIFICATIVA

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem a conclusão do curso e até desistam dele. Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: "Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...". A LDB, determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento aos estudantes e egressos.

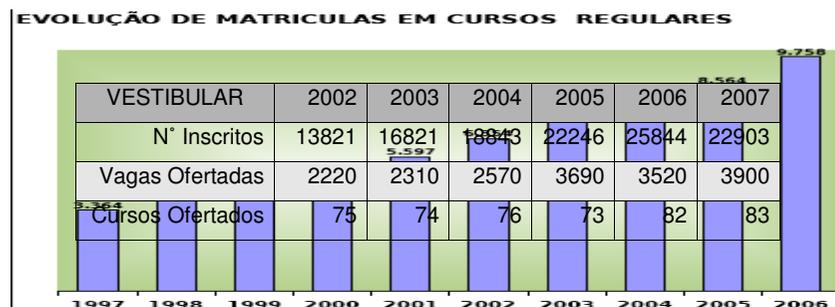
Nesse contexto, pode-se dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e as iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento e considerada no plano institucional-orçamentário das IES uma questão de investimento para que se garantam recursos para a sua execução.

Estamos vivendo, nestas duas últimas décadas, um momento histórico quanto às transformações e desafios do Ensino Público Superior. Os desafios da UNEMAT no contexto regional são muitos, dentre eles: a definição de programas de apoio e assistência estudantil mediante a demanda do perfil socioeconômico de seus alunos. Prover as condições de permanência dos estudantes carentes nas Instituições de Ensino Superior é investir em cidadania e em justiça social.

Urgente e estrategicamente a UNEMAT deve desenvolver projetos e programas na área da assistência estudantil, os quais sejam mecanismos de prevenção e garantia da não evasão e desistência estudantil. Afinal, as péssimas condições alimentares e de moradia afetam diretamente o cotidiano dos estudantes, interferindo diretamente no desempenho da vida acadêmica.

Assim, a aplicação dos recursos públicos faz-se necessário, mediante desenvolvimento de políticas institucionais capazes de reduzir os índices de desistência e evasão estudantil.

De acordo com a tabela abaixo, de 2002 a 2007 - houve um aumento de 64,4% de vagas ofertadas.



Fonte: Anuário Estatístico da UNEMAT/2006

A UNEMAT cresce em número de acadêmicos matriculados, porém, a Assistência Estudantil (bolsas, R.U, moradias, etc.) não acompanha de modo algum a evolução de matrículas dos cursos regulares. Conseqüências: Evasão e Desistência.

De acordo com o III Relatório de Avaliação Institucional da UNEMAT:

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
N° de alunos evadidos*	124	121	180	163	155	317
N° de desistentes*	241	278	279	281	279	218
Concluintes Cursos Regulares	742	862	929	862	851	732

Fonte: CHR,PRPPG,

PROEC, PROEG, COVEST, DAA's

*Evadido: aluno que abandona o curso sem nenhuma justificativa ou satisfação ao Depto/ Coordenação.

* Desistente: aluno que declara sua desistência.

Conforme tabela acima, em 2005 tivemos no somatório geral de alunos *evadidos e desistentes* quase o equivalente ao geral de *concluintes*. Pasmem!

A política oscilatória decrescente de concessão bolsas não acompanha de modo algum a crescente evolução de matrículas dos cursos regulares a cada ano que passa.

Tipos de Bolsa	Caráter de concessão	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Apoio	Assistencial	79	38	29	95	178	195
Extensão	Méritocrático	42	99	217	187	229	134
Cultura	Méritocrático	-----	-----	-----	-----	34	16
Pesquisa	Méritocrático	-----	87	304	240	141	97
Monitoria	Méritocrático	34	47	58	244	104	83

E ainda apenas as Bolsas Apoio (de caráter assistencial) é que de fato, em sua totalidade, cumprem o papel objetivo de ajuda socioeconômica ao estudante.

Bolsas de Caráter	200	200	200	200	200	200
	2	3	4	5	6	7
Assistencial (apoio)	79	38	29	95	178	195
Méritocrático (demais)	76	233	579	671	508	330

Devido necessidade de se conhecer melhor o *Perfil Socioeconômico e Cultural do estudante de graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso*, para que assim houvesse definições por programas de apoio e assistência estudantil a CACE - Coordenadoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, sob assessoria da UNB - Universidade de Brasília, no período de setembro a dezembro de 2003, realizaram uma Pesquisa de amostragem de classificação socioeconômica dos acadêmicos.

Lembrando que na tabela da pesquisa do perfil socioeconômico (apresentada abaixo), um mesmo aluno pode necessitar concomitantemente de mais de tipo de programas citado e outros aqui não citados.

Assim sendo, no geral de todos os programas apontados na pesquisa, incluindo os aqui não citados, 63,5% é a demanda por programas assistenciais - identificação do perfil sócio-econômico dos estudantes da UNEMAT.

UNEMAT - Demanda por Programas de Assistência Estudantil	
Participação em:	% de Alunos
Alimentação	53%
Moradia	42%
Bolsa Trabalho / Manutenção	33,4%
Bolsa Transporte	23%

Assim sendo, estes apontamentos servem de subsídios e justificativa inegável para formulação de projetos permanentes de assistência estudantil, em regime de extrema urgência.

Estivemos a frente de muitas universidades ao realizar esta pesquisa do perfil socioeconômico. Agora, perderemos tempo em fazer novamente outra pesquisa em menos de cinco anos. Salientamos que temos indicadores da demanda e o caso é de extrema urgência. Não precisamos pesquisar o que já sabemos e assim gastarmos desnecessariamente tempo e recursos, importantíssimos. Até porque, como muitas universidades fazem, a demanda pode ser suprida paulatinamente para que não onere sobre os recursos da instituição.

Não necessitamos fazer outra pesquisa, para iniciarmos a construção de um restaurante e ou refeitório, ou alojamentos/casas estudantis, ou adquirirmos um ônibus para atender a demanda dos *campi* da UNEMAT com mais de dois cursos regulares.

ASSITÊNCIA ESTUDANTIL

Políticas permanentes de assistência estudantil em caráter *socioeconômico* são àquelas que atendam os estudantes de acordo com o perfil socioeconômico, contribuindo para o ingresso e permanência dos estudantes carentes até a conclusão da graduação. Do tipo: Alimentação (R.U); Moradia (C.E.U.) e transporte. “... preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (FONAPRACE, 1993, p. 301).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que congrega as 56 Instituições Federais de Ensino Superior presentes em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, entende a educação como um bem público e o conhecimento como um patrimônio social. Com base nesses dois princípios, defende o acesso e a permanência universal à Educação Superior. Em 2004, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) realizou estudos que demonstram que o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES. Esse trabalho identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas da evasão e da retenção. Questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde

tornam-se demandas primordiais para garantir a permanência desses estudantes nas IES. Dessa forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte dos estudantes carentes, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

Quanto a assistência moradia o Encontro Nacional de Casas de Estudantes é a instância máxima de deliberação da SENCE (Secretaria Nacional de Casas de Estudantes), onde os estudantes residentes se organizam para lutar por melhorias em suas moradias, por assistência estudantil e justiça social. Desde 1975, o ENCE vem sendo promovido pelo movimento de casas de estudantes e realizado, anualmente, em vários estados do país. De 20 a 23 de abril de 2006, Goiânia será a sede do Encontro e, portanto, as casas de estudante deste município serão os responsáveis pela organização do evento. Entretanto, a SENCE e outros residentes participantes da lista de discussão desta mesma secretaria estarão participando da construção do Encontro.

A Casa de Estudantes Universitários (CEU) constitui-se em um importante espaço de democratização do Ensino Superior Brasileiro. É, também, um espaço onde se dão relações de caráter educativo, politizador e de participação real no fortalecimento da cidadania. A CEU representa um equipamento social de fundamental importância na aplicação da assistência estudantil, visto que viabiliza a permanência de estudantes de baixa renda nas Universidades.

Os cortes de verbas destinadas às Universidades Públicas e a ausência de políticas que buscam criar condições reais de permanência do aluno de baixa renda em uma Universidade, agravam cada vez mais essa situação, fazendo com que muitos desses alunos desistam de seus cursos ou na maioria das vezes retardem sua conclusão. A evasão escolar é um problema presente nas universidades públicas e privadas. Segundo o MEC, o índice de desistência chega a 40% ao ano. Isso implica em prejuízos sociais e financeiros resultantes de duas vagas ociosas: a do estudante que evadiu e a daquele que não entrou na universidade por causa da oferta de vaga.

Assim estabelecemos eixos norteadores inspirados nas fontes citadas:

- Com base nas metas do Plano Nacional de Assistência Estudantil para 2007, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, buscando satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes. Nele tem-se um

marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IES;

- Com base nas discussões do Encontro Nacional de Casas de Estudantes - instância máxima de deliberação da SENCE (Secretaria Nacional de Casas de Estudantes) - e na proposta de adequação do Projeto Preliminar da construção da Casa do Estudante no Campus do Vale - UFRGS.

EIXOS NORTEADORES PARA A ASSISTÊNCIA:

- promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes da UNEMAT, na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino;
- viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes da UNEMAT, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a desistência e a evasão;
- consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IES por meio da implantação de um banco de dados estadual;
- realizar pesquisa, a cada 4 (cinco) anos, para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da UNEMAT, a título de criação de um banco de dados;
- definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência x evasão/desistência, assistência x rendimento acadêmico.

EIXOS NORTEADORES PARA OS PROJETOS

1 - Restaurantes

- devem funcionar como espaços multifuncionais, aptos a realizar atividades de desenvolvimento comunitário, de promoção da saúde e da educação alimentar, espaço para campanhas educativas, como por exemplo, palestras e oficinas por acadêmicos e profissionais da área.
- oferecer refeições adequadas do ponto de vista sanitário e nutricional, em local confortável e de fácil acesso, a preços acessíveis (acompanhando o valor do programa dos restaurantes populares), destinadas preferencialmente, ao público em

situação de risco alimentar. Devendo a universidade subsidiar o custo adicional das refeições.

- beneficiar os agricultores familiares da região e garantir o fornecimento de gêneros alimentícios de boa qualidade.
- a forma de gestão do restaurante deverá ser discutida amplamente em cada localidade.
- para o caso de restaurantes universitários (não de refeitórios), usar como referencial de construção e estruturação o modelo das exigências do projeto de restaurantes populares do governo federal.

2 - Moradias estudantis:

- Garantir o acesso e permanência de estudantes no ensino superior;
- diminuir o déficit habitacional por Moradia Estudantil;
- atender os estudantes de baixa renda oriundos de outras cidades e de outros estados brasileiros e de outros países;
- a edificação deverá levar em consideração o melhor dimensionamento e posicionamento das aberturas. O conforto térmico da casa deverá nortear o projeto;
- o dimensionamento dos dormitórios é determinante para a qualidade de vida dos moradores.
- o dormitório deverá levar em consideração o melhor aproveitamento do espaço com ampla área de parede para eventual uso com prateleiras, ampla abertura de janela. Os armários embutidos são essenciais a otimização do uso do espaço, bem como diminuir os custos com mobiliário;
- em caso de mais de um pavimento, as cozinhas deverão ser distribuídas, uma por pavimento, para suprir a demanda dos moradores de cada bloco;
- a moradia estudantil terá ampla área coberta por telhado, que permitirá a captação das águas da chuva. Após a canalização, a filtragem e o armazenamento estas águas podem ser aproveitadas para uso nas lavanderias e descargas dos vasos sanitários;
- é essencial que a edificação viabilize a instalação de um sistema que substitua a utilização dos chuveiros elétricos por um sistema de energia mais sustentável. Sistemas que utilizam a energia solar para aquecimento de águas de banho são os mais indicados, podendo ter um sistema auxiliar de aquecimento a gás para eventuais dias sem incidência solar suficiente para suprir a demanda da moradia.

3 - Transporte

- Garantia do transporte do estudante de baixa renda que estuda na UNEMAT e utiliza-se do transporte coletivo diariamente para ir e vir à aula.

PROPOSTAS

1 - Estrutura

- viabilizar uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria, com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;

- Vincular a política de expansão universitária com a política de assistência estudantil, onde a assistência moradia e alimentar esteja vinculada de acordo por um percentual fixo referente às vagas ofertadas em cursos regulares;

- Não projetar criação campus universitário sem projeto de assistência estudantil garantida.

2 - Recursos e manutenção

- Garantia de recursos para os projetos e programas e previsão de implantação no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pelos *campi*.

3 - Alimentação

- 1 (um) Restaurante Universitário, ou Refeitório, em cada *campi* com mais de dois cursos regulares com capacidade inicial para ofertar, por dia, o número de refeições equivalente a 1/3 do total geral de estudantes de cada localidade.

- Bolsas apoio para auxílio alimentação aos alunos dos *campi* com menos de 2 (dois) cursos regulares.

4 - Moradias

- 1 (um) Alojamento estudantil em cada localidade com mais de dois cursos regulares, ofertando o equivalente a 10 (dez) leitos para cada 320 (trezentos e vinte) estudantes. Obs.: Esse 320 (trezentos e vinte) estudantes são referem-se à multiplicação de 40 (quarenta) alunos por semestre pelo número total de 8 (oito) semestres.

- Bolsas apoio para auxílio moradia aos alunos dos *campi* com menos de 2 (dois) cursos regulares.

5 - Transporte

- 1 (um) Ônibus de 48 (quarenta e oito) lugares, com ar condicionado, para os *campi* com mais de dois cursos regulares para as de aulas campo e viagens a congressos.

- Auxílio Transporte em parceria com Prefeituras Municipais na garantia do transporte ao acadêmico que estudam na UNEMAT e utiliza-se do transporte coletivo diariamente para ir e vir à aula.

Ação

Planejamento - Todos os projetos elaborados em 2009.

Implantação: a partir de 2010.

Excussão: por ordem de prioridade, de no mínimo 2 (dois) *campi* atendidos/ano.

Meta de conclusão: até 2016.

RESUMO

Problema: Por pesquisa de identificação do perfil sócio-econômico dos estudantes da UNEMAT: 63,5% é a demanda potencial por programas assistenciais, sendo a maior necessidade a alimentação, moradia e o transporte, respectivamente.

Justificativa: De 2002 a 2007 - Aumento de 64,4% de vagas ofertadas. A UNEMAT cresce em número de acadêmicos matriculados, porém a Assistência Estudantil não acompanha de modo algum a evolução de matrículas dos cursos regulares. Conseqüências: *Evasão e Desistência*.

Propostas:

1 - Estrutura: Criar uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

2 - Recursos: Vincular a política de expansão universitária com a política de assistência estudantil, onde a concessão de número de leitos/semestre e número de refeições dia esteja vinculada por um percentual fixo, referente das vagas ofertadas em cursos regulares, com garantia de recursos e previsão de implantação no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pelos *campi*.

3 - Alimentação: 1 (um) Restaurante/Refeitório Universitário, para cada *campi* com mais de dois cursos regulares com capacidade inicial para ofertar/dia, o número de refeições equivalente a 1/3 do total geral de estudantes de cada localidade.

4 - Moradias: 1 (um) Alojamento estudantil para cada localidade com mais de dois cursos regulares, ofertando o equivalente a 10 (dez) leitos para cada 320 (trezentos e vinte) estudantes;

5 - Transporte: 1 (um) Ônibus para cada um dos *campi* com mais de dois cursos regulares para as de aulas campo; Parceria com Prefeituras Municipais na

garantia do transporte ao acadêmico que estudam na UNEMAT e utiliza-se do transporte coletivo diariamente para ir e vir à aula.

6 - Campus com menos de 2 (dois) cursos regulares, um número fixo anual de Bolsas Apoio, estabelecido por resolução, para auxílio alimentação e moradia.

AÇÃO: Planejamento: Projetos elaborados em 2009. Excussão por ordem de demanda a partir de 2010, do maior campus para o menor, meta do término das obras: 2015.

AUTORES

REINALDO DE SOUZA MARCHESI	Delegado Pedagogia
MÁRIO QUIDÁ NETO	Delegado Organização Central
RAFAEL DE MELO COSTA ZANELATO	Delegado Organização Central
SERGIO ROBERTO M DUTKIEVICZ	Delegado Organização Central
JOSÉ RODOLFO FESNANDES DE SOUZA	Delegado Organização Central
THAIS CRISTINA DE REZENDE COSTA	Delegada Campus <i>Jane Vanini</i>
HUGO FRANCO DE MIRANDA	Delegado Campus <i>Jane Vanini</i>
VINICIUS RONDON DE ARRUDA	Delegado Agronomia
DIOGO PEIXOTO BOTELHO	Delegado Direito
AUDÁLIO RODRIGUES DE MELLO	Delegado Biologia
JUNIO DE OLIVEIRA CRUZ	Delegado Matemática
FELIPE RICARDO S FALCO	Delegado Ed. Física
WALMIR DIAS BARBOSA	Delegado Geografia

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ANDIFES. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2004.

XXX ENCONTRO NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTES. Assistência Estudantil: Direito de acesso e permanência na Universidade. Um encontro de realidades, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Manual - Programa Restaurante Popular, 2005.

TESE IV

LINHA DE REFLEXÃO: Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia

PROPOSTA / TESE:

Inserir a comunidade acadêmica de forma coerente às exigências curriculares determinadas ao curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, conform e o artigo que regulamenta o *estágio curricular supervisionado*, Art. 7, Resolução N°.: 6 de 2 de fevereiro de 2006, regulamentado pelo Ministério de Educação e atendendo também às necessidades acadêmicas e exigências de qualificação para o mercado de trabalho para os discentes em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da UNEMAT.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabricao Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Carlinho Viana de Sousa, Prof. Dr^a. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto: Elaboração de Política de Assistência Estudantil para provimento de moradia ao acadêmico.

Hipótese ou Tese:

A disponibilização de vagas para moradia para estudantes universitários contribui para a permanência dos mesmos até o final dos cursos, bem como potencializa a vinda de potenciais interessados que não têm condição financeira suficiente para estudar fora da cidade dos pais ou familiares.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)
 Há de considerar-se a baixa concorrência de vários cursos em vários *Campi*, e nos semestres mais avançados um número crescente e esmagador de vagas ociosas.
 Podem ser considerados padrões de comportamento social que sub-valorizam a Educação, casos em que a família não quer oferecer e, também, casos em que não pode oferecer ajuda financeira suficiente para alimentação e moradia (sem contar outros gastos) do acadêmico. A diminuição de gastos correspondentes ao período de formação profissional na UNEMAT pode favorecer a ida e fixação de alunos com talento, mas que não têm suporte financeiro suficiente.
 Assumindo que o preenchimento, mesmo que parcial, das vagas ociosas dos cursos nos anos finais representa um uso mais adequado dos recursos da universidade, a construção de moradias estudantis vai além de uma política *necessária* de assistência estudantil à medida que demonstra a responsabilidade com que a universidade emprega seu recurso financeiro considerando suas atividades fim, em especial o ensino de graduação.

ANEXO III

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) I – Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 () II – Orçamento e Financiamento da Universidade;
 () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
 (X) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
 () V – Política de expansão da universidade.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

O objetivo deste texto é trazer algumas contribuições e propor reflexões a partir de experiência recente na UNEMAT. Perseguimos também o objetivo de que tais contribuições e reflexões encontrem terreno fértil no interior dos debates, encaminhamentos e deliberações previstos para este II Congresso Universitário que ocorrerá em dezembro de 2008, envolvendo toda a universidade e toda a Comunidade Acadêmica. Tais contribuições têm recorte específico, pois se refere à adoção e a implementação de ações afirmativas com recorte racial a partir de 2004, quando em sessão ordinária, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) aprovou a Resolução 200/2004-CONEPE, que instituiu o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial da Universidade do Estado de Mato Grosso (PIIER/UNEMAT), tratado doravante, aqui, como Programa de Ações Afirmativas (PAA) no Ensino Regular da UNEMAT.

Deve-se ressaltar que o PAA aprofunda as dimensões existentes em Programas de Ações Afirmativas já existentes no interior da universidade – como é o caso do Terceiro Grau Indígena – pois que os optantes pelo PAA são inseridos no ensino regular. Esta característica desafia o conjunto dos atores universitários existentes, bem como toda a estrutura, dos recursos humanos, passando pelos materiais e financeiros, alcançando, sobretudo a estrutura política e de gestão presentes no interior desta IES.

Como é do conhecimento de toda a Comunidade Acadêmica o PAA resultou de esforços empreendidos por professores, pesquisadores, estudantes, servidores técnico-administrativos, movimento social, organização do terceiro setor, enfim por uma miríade de agentes que convergiram em torno da validade da implementação de políticas afirmativas centradas no recorte racial. Instituída pela reitoria a Comissão para Elaboração do Programa Institucional Cores e Saberes (CEPICS), constituída por todos os segmentos universitários e com representação de todas as Pró-Reitorias existentes à época, encontrou ambiente pouco favorável à ampliação das ações afirmativas, particularmente quando no interior da CEPICS ganha relevância a temática de cotas para estudantes autodeclarados negros (pretos+pardos). O intenso trabalho da CEPICS desenvolvido entre os meses de março e novembro de 2004 possibilitou que muitos dos atores, inicialmente contrários àquelas propostas, pudessem contribuir sobremaneira para a aprovação do PAA. Merece registro neste aspecto todo envolvimento encontrado no *Campus* Universitário de Tangará da Serra, onde realizaram-se algumas das atividades coordenadas pela CEPICS em parceria com Departamentos de Ensino e Núcleos daquele *campus*. Evidentemente, não foi exclusivamente em Tangará da Serra que a CEPICS conseguiu reunir e congregar posições favoráveis e que foram decisivas ao longo da sessão já citada do CONEPE.

Apesar de ampla margem de aprovação, que refletiu na proporção de 3:1 na contagem final dos votos – sem que houvesse um único voto contrário – era sabido que a implementação encontraria dificuldades, entretanto o que não podia ser vislumbrado àquela época era que os detratores das políticas afirmativas utilizariam estratégias que visavam a desgastar toda a construção realizada. Estes setores buscaram de alguma maneira se rearticularem para adotar procedimentos que colocaram, e ainda colocam, em risco permanente o PAA; do contrário, como explicar a solicitação de pertença racial por parte dos que deveriam esclarecer a adoção do PAA; como explicar a impossibilidade dos pesquisadores da temática poderem estabelecer contatos com as equipes que desenvolvem atividades em cada um dos vestibulares realizados pela UNEMAT. Questões desta natureza e tantas outras que poderiam ser formuladas apenas põem a nu os extraordinários desafios enfrentados

cotidianamente por aqueles que querem fazer valer o que foi aprovado por um dos Conselhos Superiores da UNEMAT.

Situações como esta e tantas outras análogas, podem explicar em parte os reais motivos pelos quais nem todas as vagas disponibilizadas por essa forma de ingresso sejam ocupadas, concomitantemente também podem explicar, razoavelmente, eventuais fraudes existentes. O único caso comprovado explicitou como determinados atores universitários utilizam de suas funções para desmoralizar o PAA. O olhar vigilante de professores, pesquisadores, estudantes, servidores técnico-administrativos e os demais parceiros reunidos, ainda ao tempo da CEPICS (que vigorou entre março de 2004 e fevereiro de 2005), tem sido uma das principais garantias para a vigência da Resolução 200/2004-CONEPE. Ademais, é necessário relembrar que aproximadamente 55% da população do estado de Mato Grosso se autodeclara negra, de acordo com o mais recente censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Na linha de raciocínio anterior, também merece registro negativo a burocracia existente no interior da universidade que tem dificultado e, no limite, impedido a implementação plena da Resolução 200/2004-CONEPE. Como explicar que aproximadamente 04 (quatro) anos após a aprovação da mesma não tenha sido criado a Ouvidoria, nem conste dos materiais de divulgação interna e externa aspectos alusivos à Resolução, como está previsto em seu corpo.

3. PROPOSTA / TESE

O PAA da UNEMAT reúnem-se situações outras que afetam diretamente todos os estudantes. A ausência de ações mais firmes no campo da assistência estudantil – creche, morada estudantil e restaurante universitário – tornam mais complexas as relações que se estabelecem entre os diversos agentes. Apenas como breve exemplo, vale destacar a agressiva política de oferta e concessão de bolsas de estudo da universidade, que caba esbarrando e sua própria miopia acarretando hierarquias entre os estudantes que são, simplesmente, inadmissíveis, porém não tenhamos dúvidas, o que está refletido no comportamento dos estudantes é fruto, em larga medida, das compreensões tidas e formuladas por parte do corpo docente que ainda insiste

em hierarquizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Situação esta que parece ter sido corrigida pelo mais recente PCCS, apesar das polêmicas existentes no interior da categoria docente, como todos pudemos acompanhar recentemente.

Este ambiente complexo e reativo, impeditivo da implementação plena do PAA, chegou aos limites do razoável quando houve manifestação, ainda que informal, acerca da suspensão do PAA. Esta situação levou a que a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), maior e mais importante fórum nacional de discussões sobre a temática da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas, manifestasse sua preocupação junto a reitoria da UNEMAT.

Às vésperas do II Congresso Universitário importa que se assegure a plenitude do PAA, considerando a existência, neste momento, de Instruções Normativas que versam sobre a temática das relações étnico-raciais, das ações afirmativas e da Lei 10.639/03, que, ao alterar a LDB, institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede de ensino.

Neste sentido, algumas propostas devem ser avaliadas e submetidas às planárias do Congresso Universitário de modo que as diretrizes e princípios do PAA recebam a devida atenção, de modo a que os obstáculos até aqui encontrados, e já diagnosticados, sejam superados. Seguem a seguir algumas proponentes:

1. cumprir integral e em caráter de urgência a Resolução 200/2004-CONEP
2. cumprir integral e em caráter de urgência as Instruções Normativas relativas ao tema em tela
3. inserir os princípios da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEMAT
4. propor substanciais alterações na política de oferta e concessão de bolsas de estudo
5. criar mecanismos para que as bolsas na modalidade atividades, sejam exercidas em projetos de pesquisa e extensão, sem prejuízo dos princípios que norteiam os processos seletivos

6. criar condições para que todos os estudantes ingressantes tenham acesso a atividades complementares de informática, língua estrangeira, materna e portuguesa
7. estimular a realização do I Encontro de Estudantes Cotistas da UNEMAT
8. assegurar recursos humanos, materiais e financeiros para a realização do seminário anual sobre políticas de ação afirmativa na UNEMAT
9. fomentar a criação de cursos preparatórios aos exames de seleção das universidades públicas
10. assegurar, junto a EdUNEMAT, linha de publicação sobre esta temática
11. divulgar e fazer divulgar as principais características do PAA, nos materiais de divulgação interno e/ou externo
12. prestar informações detalhadas, particularmente sobre o quantitativo e o rendimento dos estudantes cotistas, a SECITEC/MT, SEDUC/MT e CEP/IR/MT
13. estimular a criação de Linhas de Pesquisa nos Departamentos de Ensino e nos Programas de Pós-Graduação
14. assegurar, junto a COVEST, que pesquisadores da temática participem das capacitações e treinamentos para os exames vestibulares, de qualquer modalidade e a qualquer tempo
15. propor a criação de uma Coordenadoria Geral (vinculada a PROEG) e Coordenadorias Locais (vinculada aos *campi*) de acompanhamento, análise, produção de dados e estudos acerca dos estudantes cotistas
16. promover eventos no início de cada semestre letivo que informe a toda a Comunidade Acadêmica acerca dos objetivos e principais características do PAA
17. assegurar espaço físico para o NEGRA
18. estimular a PROEG a tabular e divulgar dados, relativos ao rendimento, prazo de integralização, obtenção de bolsas etc dos estudantes cotistas
19. elaborar material permanente, sob a forma de cartilha, que atribua suporte a propositura 16

20. produzir, até agosto de 2009, documentário com a trajetória pessoal e acadêmica dos primeiros cotistas ingressantes em 2005/2.

4. RESUMO

A aprovação do Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial da Universidade do Estado de Mato Grosso (PIIER/UNEMAT) pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), tratado doravante, aqui, como Programa de Ações Afirmativas (PAA) no Ensino Regular da UNEMAT, demonstrou à comunidade acadêmica um amadurecimento institucional e o reconhecimento das desigualdades raciais e sociais que impedem à população negra ao gozo pleno aos direitos sociais. Embora, saibamos da importância que o PAA apresenta na vida dos estudantes que dele se beneficiam, é cabível dizer que é necessário o seu aprimoramento, no sentido de criar condições de acesso como também da permanência desses estudantes. Para tanto propomos; O cumprimento total da Resolução 200-/2004 – CONEPE e demais resoluções e instruções normativas que contemplam a pauta do Programa de Ações Afirmativas (PAA) e da Educação das Relações Étnico Raciais (ERER); Inserir os princípios da educação das relações étnico-raciais e das ações afirmativas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNEMAT; Propor substanciais alterações na política de oferta e concessão de bolsas de estudo e criar mecanismos para que as bolsas na modalidade atividades, sejam exercidas em projetos de pesquisa e extensão, sem prejuízo dos princípios que norteiam os processos seletivos; Criar condições para que todo o estudante ingressante tenham acesso a atividades complementares de informática, língua estrangeira, materna e portuguesa; Estimular a realização do I Encontro de Estudantes Cotistas da UNEMAT e assegurar recursos humanos, materiais e financeiros para a realização do seminário anual sobre políticas de ação afirmativa na UNEMAT; Assegurar, junto a EdUNEMAT, linha de publicação sobre esta temática e estimular a publicação das principais características do PAA, nos materiais de divulgação interno e/ou externo; assegurar, junto a COVEST, que pesquisadores da temática participem das capacitações e treinamentos para os exames vestibulares, de qualquer modalidade e a qualquer tempo; propor a criação de uma Coordenadoria Geral (vinculada a PROEG) e Coordenadorias Locais (vinculada aos *campi*) de

acompanhamento, análise, produção de dados e estudos acerca dos estudantes cotistas e estimular a tabulação e divulgação dos dados, relativos ao rendimento, prazo de integralização, obtenção de bolsas etc, dos estudantes cotistas; Assegurar espaço físico para o NEGRA; Produzir, até o mês de agosto de 2009, documentário com a trajetória pessoal e acadêmica dos primeiros cotistas ingressantes em 2005/2.

5. AUTORES

- 1) Patrícia da Silva – Técnica – Sede Administrativa.
- 2) Prof. Ms. Paulo Alberto dos Santos Vieira – Campus de Cáceres.
- 3) Profª. Ms. Maristela Abadia Guimarães – Campus de Sinop.
- 4) Profª. Ms. Maria Ivonete de Souza - Campus de Sinop.
- 5) Profª. Ms. Lori Hack de Jesus - Campus de Juara.
- 6) Prof. Dr. Kilwangy kya Kapitango-a-Samba – Campus de Barra do Bugres
- 7) Profª. Ms. Maristela Cury Sarian – Campus de Cáceres
- 8) Profa. Drª. Carla Cristina de Paula - Campus de Cáceres
- 9) Profª Ms. Tânia Paula da Silva - Campus de Cáceres
- 10) Jacqueline Albino – Técnica – Sede Administrativa
- 11) Gilmar Oliveira Gomes – Acadêmica de História – Campus de Cáceres.
- 12) Gislaïne do N. Silva - Acadêmica de História – Campus de Cáceres.
- 13) Aline Figueiredo de Oliveira – Acad. de Enfermagem – Campus de Cáceres.
- 14) Pétala Pereira da Silva – Acadêmica de História – Campus de Cáceres.

TESE IX

LINHA DE REFLEXÃO: Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia.

PROPOSTA / TESE:

Art. - Viabilizar de forma planejada a criação e manutenção de curso de pós-graduação nível de lato sensu e stricto sensu.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

PRÉ-TESE: GESTÃO DE PESSOAS EFETIVA E EFICAZ

AUTORES: Ana Aparecida Moraes de Oliveira, Leticia de Castro e Souza, Miguel Rodrigues Netto, Marcelo Pereira Dantas da Silva, Rui Ogawa.

LINHA DE REFLEXÃO:

➤ Diretrizes Para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: **Política de Qualificação e Avaliação dos Profissionais da UNEMAT.**

RESUMO: Tem esta pré-tese a intenção de apresentar uma proposta dentro da temática **Política de Qualificação e Avaliação dos Profissionais da UNEMAT.** Entendemos que há a necessidade de um acompanhamento continuado da qualidade de vida dos profissionais da educação superior, bem como o investimento na melhor qualificação profissional de modo a refletir diretamente na qualidade dos serviços prestados pela UNEMAT quer seja em setores e/ou atividades do ensino, pesquisa ou extensão. Nesse sentido, é importante observar que o trabalho desempenhado pelo servidor não se resume tão somente ao seu esforço na execução das tarefas de seu setor de lotação ou ao recebimento do seu subsídio. Ao contrário, é resultado de um conjunto de situações que interferem diretamente no cotidiano do profissional da educação superior, tais como condições do ambiente físico de trabalho como espaço, disposição de equipamentos, luz, som, calor excessivo e condições de inter-relação entre colegas de trabalho, chefes, interface entre setores, atenção por parte dos gestores às necessidades do servidor com diálogo estabelecido entre os mesmos. Ademais das situações ligadas diretamente ao exercício da função, como qualificação continuada, condições para participação em eventos dentro e fora da instituição, cursos de aperfeiçoamento e capacitação, acompanhamento psicológico e atividades de motivação física e de interação social na UNEMAT, é necessário ainda, clareza quanto à estrutura organizacional e funcionamento dos setores, buscando a otimização dos trabalhos.

PROBLEMA/JUSTIFICATIVA: Ao observar algumas deficiências na prestação de serviços prestados pela UNEMAT à comunidade interna e externa, como resultados diretos de problemas de condições de trabalho, quer sejam por causa de falta de estrutura ou de políticas eficazes de qualificação e avaliação dos técnicos da educação superior e dos professores, propomos uma gestão de pessoas eficiente e eficaz que trace planejamentos a curto e longo prazo, com estudos sobre as demandas dos PTES e professores e que permita através desse planejamento que todos tenham oportunidade de qualificação e conseqüentemente melhor prestação de serviços.

PROPOSTA:

- Definição das atividades a serem desenvolvidas pela Gestão de Pessoas da SEDE.
- Instauração de Gestão de Pessoas nos Campus, podendo ser associado ao Recursos Humanos do Campus ou executado pelo mesmo.

As atividades a serem desenvolvidas pela Gestão de Pessoas, consistiria, dentre outras, em:

- Levantamento das dificuldades dos setores, respeitadas as especificidades dos mesmos, quanto à estrutura física, problemas com o desempenho da função e doenças ocupacionais, acompanhamento psicológico e desenvolvimento de atividades físicas (esportes, ginástica, lazer...).
- Alocação dos funcionários, aproveitando sua formação acadêmica e experiência profissional.
- Planejamento de participação em eventos dentro e fora da instituição e em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com garantia financeira para a mesma, de modo que haja uma periodicidade que permita que todos participem e seja contado para a avaliação. É válido garantir a mesma proporcionalidade de participação para todos os técnicos, de modo que todos sejam contemplados e ninguém seja privilegiado, por isso a necessidade de um planejamento e mapeamento de onde estão alocados

os servidores e quais os cursos e eventos que servem para complementar o desempenho das atividades.

- Estabelecimento de diálogo entre os setores, particularmente com a gestão, de modo a que sejam consideradas as observações das pessoas que executam as tarefas, particularmente quando da mudança de sistemas, procedimentos, dentre outros.

RESULTADO ESPERADO: Em se considerando a preocupação com a qualidade de vida do profissional no exercício da função pública, levando em conta a necessidade de qualificação, treinamento e capacitação, bem como condições do ambiente de trabalho, espera-se alcançar qualidade e excelência nos serviços prestados pela UNEMAT, de modo que a avaliação do profissional, do professor e da instituição por parte da comunidade interna e externa possa refletir aspectos positivos e de maturidade que consolide à satisfação por parte da sociedade em relação à UNEMAT

FORMULÁRIO PARA PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES OU TESES

Autores: Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Prof. Me. Osmar Quim, Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto, Prof. Dr. Patrícia Vasconcelos Almeida e Fernando Thiago.

Setor de Aplicação

- Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
 Políticas de Ensino de Graduação regular e modalidades diferenciadas;
 Políticas de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência e Tecnologia compreendendo investimentos, educação, planos e metas;
 Políticas de Extensão e Cultura;
 Estrutura Organizacional da UNEMAT;
 Planejamento Institucional;
 Outros.

Assunto (Descrever resumidamente a hipótese ou tese)

Hipótese ou Tese:

Contratação de Consultoria de Comunicação para desenvolvimento de um plano de divulgação do concurso vestibular para novas vagas. Também a criação de processo seletivo para preenchimento de vagas ociosas.

Neste cenário, o Plano Seria estruturado desde a Prospecção de microrregional com potenciais acadêmicos (público alvo) passando pela escolha da mídia e formas de divulgação. Estender o trabalho em nível regional e nacional.

Argumentos (Inserir base legal, normativa, epistemológica, baseado em senso comum, etc.)

É fato que o vestibular do campus de Alto Araguaia em específico de Comunicação Social apresenta relação candidato/vaga muito inferior ao relacionado por outras instituições de Ensino Superior Público. Com a ampliação da Visibilidade da Instituição, amplia demanda.

Com isso resulta em melhoria da qualidade dos aprovados, em consequência, melhores profissionais formados pela UNEMAT.

Em relação aos investimentos na campanha, será compensado com a arrecadação de mais candidatos concorrendo ao vestibular.

Propor para os Gestores, a hipótese dos vestibulares anuais, mesmo com os cursos semestrais, analisando a estrutura dos cursos que muitas vezes se encontram desestruturadas.

TESE VIII

LINHA DE REFLEXÃO: Políticas de Ensino e Graduação

PROPOSTA / TESE:

Art. - Política de acesso à universidade:

I – O aluno que cursa a escola pública faz o vestibular com uma porcentagem na média a ser estabelecida.

III – Quem realiza ENEM entra com porcentagem na média a ser estabelecida.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabrizio Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

V- POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UNEMAT

A Reestruturação Organizacional é o cerne que vai garantir a expansão da UNEMAT.

De acordo com ANDES (2006), o ensino público vive um encolhimento em contrapartida o financiamento/concessões/isenções fiscais, em favor das instituições privadas, tem garantido a sua expansão. “A instituição particular de natureza mercantil adota um modelo de educação que está na contramão do que é exigência da sociedade e do país” (ANDES, 2006, p. 9).

O censo escolar de 2003, apontava que 9 milhões de jovens estavam matriculados no ensino médio. O cruzamento das informações, aponta que 6 milhões de jovens estão fora da escola. Dos nove milhões matriculados no ensino médio regular, concluem por ano, apenas 1,8 milhões (INEP, 2003). O número de vagas nos vestibulares já supera 1,8 milhão, mas destas apenas 14% são públicas ANDES (2006).

ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A BAIXADA CUIABANA

Segundo o art. 9º da Lei 319, de 30 junho de 2008, o orçamento da UNEMAT é oriundo do tesouro do Estado de Mato Grosso composto de:

4,2% Do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e do ITCD (Imposto Transmissão Causa Mortis e Doação).

1,2% do FPE (Fundo de participação dos Estados) e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

ICMS de Cuiabá, representa 41% do estado.

ICMS de Várzea Grande, representa 6% do estado. Ou seja praticamente 50% do imposto que mantém hoje a UNEMAT é oriundo de municípios que são beneficiados por este serviço educacional.

Acorizal – ICMS: 25.309,80 e IPVA: 26.569,30

Chapada dos Guimarães- ICMS: 1.093.384,23 e IPVA: 406.184,68

Cuiabá – ICMS: 1.244.979.181,16 e IPVA: 37.582.048,00

Jangada – ICMS: 165.425,02 e IPVA: 110.540,61

Nossa Senhora do Livramento – ICMS: 367.605,45 e IPVA: 95.166,26

Poconé – ICMS: 1.597.885,83 e IPVA: 494.142,70

Rosário Oeste – ICMS: 733.361,61 e IPVA: 179.160,86

Santo Antonio do Leverger – ICMS: 552.056 e IPVA: 207.697,17

Várzea Grande – ICMS: 168.658.033,72 e IPVA: 9.670.264,15 .

Total ICMS do estado no ano de 2005: 3.085.369.804,80 (SEPLAN, 2007, p.607).

POPULAÇÃO DA BAIXADA CUIABANA

Acorizal – 5.817

Chapada dos Guimarães- 15.755

Cuiabá é de 483.346 mil habitantes

Jangada – 7.134

Nossa Senhora do Livramento – 12.141

Poconé- 30.773

Rosário Oeste – 18.755

Santo Antonio do Leverger – 15.435

Várzea Grande é de 215.298 mil habitantes (IBGE Apud SEPLAN, 2007).

Todos estes municípios apresentam uma população de 904.455¹. Perfazendo em torno de 1/3 da população do estado hoje em torno de 2.807.482 (milhões) (IBGE Apud SEPLAN, 2007, p. 75).

Foram inscritos no vestibular da UFMT para entrada em 2009, um total de 28.751 alunos, para concorrer a 4.403. Ou seja, mais de 24 mil alunos ficarão fora da sala de aula, para onde vão estes alunos? Enriquecer ainda mais as Privadas? Não. Por que nem todos (as) podem arcar com o valor de um curso superior pago.

Por isso defendemos a instalação de um Pólo Educacional da UNEMAT em Cuiabá e ou Várzea Grande, para ser parceiro do PAR (Projeto de Ação Articulada) do MEC (Ministério da Educação) bem como do Plano Nacional de Formação de professores. Para formar professores através da modalidade Parceladas aproveitando assim, a demanda de alunos (as) e dos professores que existem hoje na UNEMAT na área de formação de professores.

¹ Vale lembrar que estamos trabalhando com dados da SEPLAN (2007), que por sua vez trabalha com dados do IBGE do ano 2000.

Referência Bibliográfica

ANDES. *EDUCAÇÃO SUPERIOR: Uma proposta para enfrentar a crise*. 2 ed. Revista e ampliada. Brasília: ANDES, 2006.

SEPLAN. *Anuário Estatístico de Mato Grosso 2006*. Vol. 28. Cuiabá-MT: SEPLAN, Central de Texto, 2007.

Assinam este texto:

Prof. Dr. Jair Hech – Campus da Barra do Bugres

Acadêmico Lauro Migliavacca – Pedagogia – Campus de Juara

Prof. MS. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira – Campus de Juara

Prof. MS. Marfa Magali Rohers – Campus da Barra do Bugres

Mestrando Michelangelo Henrique Batista – Campus de Sinop

TESE V

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Art. - A universidade deve expandir primeiro onde há maior demanda regional.

I – Infra-estrutura para o bom funcionamento dos cursos a serem oferecidos.

II – Estudo de demanda para escolha dos cursos a serem oferecidos.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

TESE VI

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Art. – Abertura de cursos modulares, turmas especiais para atender demandas específicas.

I - Realizar parcerias com prefeituras e SEDUC para formação inicial em licenciaturas.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalcante - Acadêmico

LINHA DE REFLEXÃO:

- ✓ Política de expansão da Universidade.

JUSTIFICATIVA

O processo de desenvolvimento da educação formal universitária no Brasil tem na sua origem o objetivo de preparar intelectuais e profissionais para o projeto liberal. Atualmente tem na sua base institucional a perspectiva de preparar profissionais para o mercado de trabalho em uma lógica que fortalece o individualismo e estimula a concorrência, desvinculando as pessoas de suas comunidades.

Ao longo deste processo de educação as formas de inserção no mundo acadêmico sempre foram realizadas com base em processos seletivos, privando do acesso ao ensino superior, em especial, os indivíduos de origem camponesa: ribeirinhos, quilombolas, assentados da Reforma Agrária, quebradeiras de coco babaçu, pequenos produtores rurais, povos da floresta, indígenas, dentre outros. Este grupo social configura-se como uma grande parcela da sociedade, que tem na sua base de formação uma deficiência pela precariedade do ensino fundamental a que tem acesso, quando tem, que por si configura-se como uma barreira que impede chegar à Universidade. Além disso, há uma particularidade de demandas a serem atendidas pela diversidade cultural de cada uma e pela característica de cada espaço em que se inserem estas comunidades.

Neste sentido, é necessário que as instituições públicas que ofertam ensino, pesquisa e extensão, como a UNEMAT, transforme os projetos específicos de acesso ao ensino superior público/gratuito das comunidades da agricultura familiar camponesa, em modalidades permanentes com base numa política de expansão da Universidade e numa metodologia de ensino-aprendizagem que potencialize a práxis camponesa e a sua sustentabilidade, econômica, social e ambiental, aproximando de forma concreta o mundo acadêmico da realidade do campo.

PROPOSTA/TESE

Tendo a UNEMAT como princípio, em seu artigo 2 (dois), item 4 (quatro) do seu Estatuto “o estabelecimento de diálogos e metodologias que visem à construção de uma sociedade democrática, justa, social, econômica e culturalmente, participativa, sustentável, solidária e pacífica”, propomos constituir a partir do 2º Congresso Universitário novas diretrizes estatutárias que transforme os projetos específicos como: Pedagogia da Terra, 3º grau Indígena e Bacharelado em Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC), entre outros, em modalidades permanentes para a sociedade, em especial, o campesinato, independente da existência de programas especiais de financiamento, de modo que sejam uma política de inserção ao ensino superior direcionado as áreas de

Reforma Agrária e comunidades tradicionais, permeando todas as áreas do conhecimento. E mais ainda, tendo como metodologia o regime de alternância que é um elemento fundamental para que os educandos (as) possam manter o vínculo direto com as suas comunidades de origem, através da práxis.

Também propomos que essa relação com o campesinato se estenda para além da oferta de ensino, pesquisa e extensão, na produção e consumo solidário a partir da produção agrícola nessas comunidades para alimentação do conjunto dos estudantes através da criação do restaurante universitário.

RESUMO

O pouco acesso dos sujeitos da agricultura familiar camponesa ao mundo universitário, a não ser pela realização de projetos pontuais em parcerias com o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), tem sido a única forma de inserção destes nos cursos de graduação, deste modo é preciso no processo de construção da Universidade transformar os projetos pontuais em uma política permanente de desenvolvimento de uma educação voltada para os camponeses, numa perspectiva de ensino diferenciado (especial), voltada para as demandas sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas da agricultura familiar.

ASSINATURAS

Educandos (as)	
Adenilson M. Catelan	
Alain José Marcon	
Alex Teodoro Martello	
Alexandre J. da Silva	
André Martins da Silva	
Angélica Danielli J. P. Ferreira	
Antônia Elionete de Oliveira	
Antônio Estancalim de Castilhos	
Ariovaldo Ciriaco	
Arlindo Dias Pereira	
Celina Rodrigues	
Claudinéia L. Oliveira	
Cléia Pawlak	
Clemilson Gomes de Souza	
Devanir Oliveira de Araujo	
Dorvalino Savi Voronézi	
Dulcimeire de Lurdes	

Edite Prates de Souza	
Edson da Costa Ramos	
Edvaldo C. Angola	
Elenice Oliveira Alves Silva	
Fabiano Venturole	
Fabio da Silva	
Gesabel L. de Souza	
Gilmar Andrade da Silva	
Gilmar L. da Silva	
Gilson Aparecido Bonfim	
João Batista M. de Lima	
Juliana da Silva Bispo	
Juscelaine Casemiro Fernandes	
Lazaro Primo Pereira	
Leandra Carla Fernandes	
Lindomar Oliveira Alves	
Marcos Chaves	
Maria Aparecida Leal	
Milaine Souza Lopes	
Regiane Aparecida Moura	
Reulimar da Silva Pereira	
Sidnei Martins Neves	
Silvana Cipriano	
Valdeir Alves de Souza	
Valdemir F. dos Santos	
Valdinei Rodrigues	
Valdir Alves	
Valdir Alves da Silva	
Valter de Souza Mello	
Vilmar Costa Aguiar	
Wildiney A de Almeida	
Zezito Antonio de Souza	

**PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSO
UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT**

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () (I) Perfil Da Universidade e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica ...
- () (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia
- () (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (x) (V) Diretrizes para Política de Expansão

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

DIRETRIZES PARA POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA UNEMAT

A expansão da UNEMAT acontece em grande parte a partir de junções e interesses políticos, sendo permitida a criação de Cursos e Campi sem estrutura (física, didático-científica, de pessoal, e outras) apenas para satisfazer demandas político-eleitorais. A inobservância de critérios, tais como estudos de demandas regionais e de um planejamento consubstanciado com outras instâncias de governo, no que tange à abrangência de atuação da universidade, traz conseqüências que posteriormente a instituição têm de administrar, pois que o compromisso social de oferta de cursos e vagas está pactuado, e o atendimento à sociedade tem de ser cumprido, ainda que precariamente.

3. PROPOSTA

Para começar a discussão e propor uma sugestão, deve-se tentar compreender o papel da Universidade e da Educação como um direito e não como moeda de troca ou mercadoria de políticos. Nesta perspectiva, nossa principal tarefa enquanto universidade é a formação de cidadãos que sejam mais do que ferramentas descartáveis nessa dura realidade do mercado.

Quanto a política de expansão, acreditamos que é necessário abandonar o discurso de fechamento ou redução de número de campi já existentes na UNEMAT, pois há que se considerar o incentivo financeiro do governo federal para ampliação da oferta de vagas para a educação superior.

Neste sentido, o governo estadual deveria promover o mesmo movimento de ampliação, uma vez que fechar um campi significa reduzir a quantidade de vagas e a abrangência no atendimento a comunidade, enfraquecendo a missão precípua da universidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

Portanto, cremos que a proposta inicial para as diretrizes da política de expansão da Universidade seja a consolidação dos Campi já existentes, reforçando e dando-lhes estrutura e qualidade necessária.

A consolidação deve se dar a partir do fortalecimento dos campi, sendo que cada um deles deverá ter no mínimo três cursos regulares na área de formação escolhida. Com relação à abertura de novos cursos, é necessário um levantamento da demanda regional, bem como a afinidade existente entre os cursos já implantados no campus e os novos a serem criados, visando aproveitar a infra-estrutura e os recursos humanos e físicos disponíveis, buscando atingir a missão da Universidade que é a formação de cidadãos comprometidos com transformação social.

Além disso, deve-se estabelecer critérios (democracia, autonomia e compromisso social) para essa expansão. Desse modo, ela deveria estar vinculada também a substanciais análises de conjuntura sócio-econômica, política e cultural, compreendida não apenas na proposta da expansão do capital, mas no desenvolvimento socialmente justo e equilibrado, que beneficie a maioria da população e não apenas indivíduos isolados no processo.

Neste sentido, há critérios externos que podem ser considerados tais como o número de habitantes ou cidades atendidas com a implantação de um

curso em um local estratégico, uma vez que "não podemos perder de vista que somos uma Universidade Pública e que deve ser vista como direito e não como mercadoria".

Juntamente com a expansão, deve-se pensar as perspectivas orçamentárias para este movimento. A criação de novos cursos e a expansão da instituição dependerá da qualificação do corpo docente efetivo juntamente com a expectativa de concurso público para docentes por área do conhecimento.

Em termos de tramitação nas instâncias competentes, sugere-se que a criação de cursos de graduação seja realizada por meio da instituição de comissões, que por sua vez deverão realizar estudos de viabilidade com base em análises mapeadas de demanda. Nessas comissões será prevista a participação, enquanto membros, do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Com essas diretrizes, evitar-se-á a abertura de cursos mediante resoluções ad referendum sem que hajam discussões com a comunidade acadêmica que validem esse processo.

Concluindo, então vale complementar com a seguinte indicação: Na criação de instituições de ensino superior, de seus cursos e habilitações, serão observados os seguintes critérios prévios: I – Estudo de caracterização da necessidade social de sua criação, relacionado com aspectos de ordem social, econômica, demográfica, de serviços, todos relativos à região geo-educacional correspondente; II – estudo de viabilidade, mediante verificação de recursos financeiros à disposição da entidade mantenedora; III- projeto pedagógico e de estrutura acadêmica e administrativa; IV- atendimento satisfatório das necessidades locais de ensino básico.

Desta forma, as propostas de criação de novos cursos somente poderão ser apreciadas pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONEPE, após encaminhamento de relatório substanciado nos estudos diagnósticos acima referidos, bem como projeto político-pedagógico, compondo um conjunto que dever ser apresentado pela Reitoria para apreciação e deliberação do conselho.

O encaminhamento ao CONEPE cumprirá, no mínimo, 03 sessões/reuniões: a) A primeira para leitura do projeto em plenário e encaminhamento às Câmaras Setoriais competentes para estudo e

oficialmente constituída pelo CONEPE; b) A segunda sessão para apresentação do parecer das Câmaras sobre o processo de abertura de novos cursos e a discussão do mérito e viabilidade do projeto, podendo os conselheiros reivindicar mais tempo para a discussão; d) A terceira para votação do projeto.

Também é necessário se pontuar que a aprovação de funcionamento dos cursos de graduação devem obedecer ao princípio da anualidade, ou seja: os cursos aprovados num ano somente poderão iniciar suas atividades de ensino no ano subsequente.

A expansão através da criação de novos campi, deve ser pensada impreterivelmente somente após o fortalecimento dos já existentes e principalmente aqueles que tem até um curso regular (Colider, Juara e Luciana), numa construção coerente a partir da concepção do projeto de universidade que se quer implementar.

Para isso, é necessária uma postura firme do administrador (e dos Conselhos) e a clareza de princípios que são condições essenciais para essa criação. Quaisquer propostas de criação encaminhadas pela UNEMAT, para serem aprovadas, deverão tramitar no Conselho Curador, no CONSUNI e no CONEPE. Destaca-se também a necessidade de se repensar as fontes financeiras, para a análise dos impactos destes novos campi.

Em última proposta, mas não menos importante, há que se pensar também as ações de pós-graduação como expansão da oferta de ensino. Para isto, é necessário angariar recursos, investimentos em estrutura e em pessoal que precisam constar no planejamento da UNEMAT para serem cumpridos.

4. ASSINANTES DA PRE-TESE

Anézio Martins Santana (Sinop)
 André Milhomem (Colider)
 Dirceu da Silva (Sinop)
 Denizalde Jesiel Rodrigues Pereira (Sinop)
 Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
 Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
 Egeslaine (Colider)

Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
 Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
 Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
 Ivone Cella da Silva (Sinop)
 Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
 Jaqueline Pasuch (Sinop)
 João Ivo Puhl (Cáceres)
 Josete Cangussu (Tangará da Serra)
 Julio César dos Santos Brandão
 Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
 Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
 Leni Hack (Cáceres)
 Lisanil Pereira (Juara)
 Marcos Fábio da Silva (Sinop)
 Maria de Fátima Castilho (Sinop)
 Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
 Maria Madalena de Lima Silva
 Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
 Otávio (Cáceres)
 Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
 Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)
 Raquel (Colider)
 Regis Queiroz Gonçalves
 Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
 Tiago Oliveira (Sinop)



PRÉ-TESE XXI – Barra do Bugres

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da Universidade;
- (X) II – Políticas de Ensino e Graduação;
- () III – Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia;
- () IV – Estrutura Organizacional da UNEMAT;
- (X) V – Planejamento Institucional.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

É notório o fato de que muitos dos problemas que hoje nossa instituição atravessa são de ordem financeira. A dificuldade na implementação dos novos planos de carreira, a falta de estrutura para cursos em processo de reconhecimento, as precárias instalações em que funcionários realizam seus serviços e salas em que alunos frequentam aulas são exemplos dessas dificuldades.

Em parte isso se deve ao crescimento desordenado e irresponsável de nossa Universidade que está diretamente relacionado com a forma que os cursos são abertos. De acordo com nosso atual estatuto, o CONEPE é responsável pela análise de propostas de novos cursos, concentrando a discussão em torno do aspecto científico-pedagógico da proposta, que pode, então, ser homologada pelo CONSUNI. Tais atribuições são encontradas nos seguintes artigos do estatuto da UNEMAT:

(Artigo 14 – Atribuições do CONSUNI)

VII – propor com 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, a criação ou extinção de Campus, Núcleos, Institutos ou Faculdades e Cursos;

(Artigo 21 – Atribuições do CONEPE)

II – deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de cursos para posterior homologação do CONSUNI;

Claramente, não é citado em nenhum momento a questão do planejamento e responsabilidade financeira, de modo que é fácil abrir um curso sem que os recursos financeiros para a boa execução do mesmo estejam garantidos.

3. PROPOSTA / TESE

Para tornar mais difícil a abertura de cursos sem que exista o planejamento financeiro adequado, sugerimos que a condição de garantia de financiamento seja clara e garantida desde a aprovação do mesmo, sendo que a responsabilidade de disponibilização de recurso cabe aos membros do CONSUNI que votaram pela abertura do curso.

Para que isso seja incluso no estatuto, propomos as seguintes modificações:

(Artigo 21 – Atribuições do CONEPE)

II – deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de cursos para posterior homologação do CONSUNI, toda proposta de abertura de novo curso deverá vir acompanhada de um detalhado planejamento financeiro demonstrando qual deve



ser todo e qualquer custo que o curso irá exigir durante os 8 primeiros anos de sua abertura.

(Artigo 14 – Atribuições do CONSUNI)

VII – propor com 3/4 (dois quartos) da totalidade dos seus membros, a criação ou extinção de Campus, Núcleos, Institutos ou Faculdades e Cursos; após a análise e a aprovação do planejamento financeiro de investimentos em um novo curso, o CONSUNI torna-se o órgão legalmente responsável em garantir o repasse da verba aprovada pelo mesmo.

Dessa forma, buscamos fazer com que exista mais responsabilidade na abertura de novos cursos, uma vez que os membros do CONSUNI serão obrigados a responder legalmente por suas decisões. Os membros que aprovarem propostas inexecutáveis terão que responder legalmente por tal ato irresponsável, sendo cabível um processo administrativo contra seus integrantes.

4. RESUMO

Pré-tese que aborda o problema da abertura de novos cursos sme um planejamento financeiro, fator que leva à desordem financeira da instituição. A proposta inclui no estatuto a exigência de um planejamento financeiro para a abertura de novos cursos desde sua apresentação para a apreciação no CONEPE e identifica o CONSUNI como órgão legamente responsável pelo repasse de verbas para os cursos aprovados.

5. AUTORES (Mínimo de 5 autores da comunidade acadêmica)

(Docentes) Raul Abreu de Assis, Luciana Mafalda Elias de Assis, Robinson Alves Lemos, (Discentes) Fabiano da Silva de Ávila, Vivianne Santiago Cavalcante. (Fucionário),Ademir Cardoso da Silva.

TESE VII

LINHA DE REFLEXÃO: Planejamento Institucional

PROPOSTA / TESE:

Art. – Criar uma comissão para realizar a continuidade ou realocação de cursos e campi, observando-se os seguintes critérios:

I - Características do pólo regional: geográfico, demanda pelo curso e populacional.

II – Otimizar a infra estrutura física e pessoal já existente.

§ Para realizar esta reavaliação será formado um conselho com representante de seguimentos da universidade deliberando e da sociedade civil organizada consultando.

§ Trabalhar para a implementação de infra estrutura para manutenção de estudantes carentes na cidade e universidade, através da edificação de restaurantes e moradias universitários acessíveis, evitando a evasão por deficiência de infra estrutura.

AUTORES:

Gisele Carignani – Professora

Gabriel S. Ferrão – Funcionário

Sonia Maria dos Santos Filho - Acadêmica

Dhyego Silva Domingos Brandão - Funcionário

Jair Reck - Professor

Renata Barros Abelha Kabeya – Professora

Cláudia Negreiros – Professora

Dulcídio Manguiera – Professor

Osmar de Barros – Acadêmico

Adailton Alves da Silva - Professor

Emivan F. da Silva – Professor

Edinéia Aparecida dos Santos Galvanin – Professora

Fabício Schwanz da Silva - Professor

Raul Abreu de Assis – Professor

Marfa Magali Roehrs – Professora

Kilwang Kya Kapitango-a-Samba

Luciana Mafalda Elias de Assis – Professora

Robinson Alves Lemos – Professor

Ademir Cardoso da Silva – Funcionário

Fabiano da Silva de Ávila – Acadêmico

Vivianne Santiago Cavalvante - Acadêmico

**PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- () (I) transporte de Qualidade para os Acadêmicos.
- () (II) Avaliação Docente.
- () (III) Padronização das carteiras ou assentos.

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA (Diagnóstico / leitura de contexto)

A) TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

O Campus Universitário de Pontes e Lacerda está localizado a mais de 15 quilômetros do centro urbano de Pontes e Lacerda onde cerca de seiscentos acadêmicos estão em processo de graduação. A comunidade acadêmica de Pontes e Lacerda têm sido prejudicada pela inexistência de transporte universitário legalizado.

O transporte universitário em Pontes e Lacerda é realizado com utilização de ônibus cedidos pela Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda à **Universidade do Estado de Mato Grosso**. O Diretório Central dos Estudantes GESTÃO: DCE SOMOS TODOS NÓS! Mantém o transporte até fim do semestre letivo. Os veículos apresentam elevada frequência de problemas resultante do excessivo desgaste que sofreram antes de serem utilizados no transporte acadêmico.

Um dos veículos anteriormente foi utilizado pela coordenação do Campus no transporte de funcionários, no entanto as atividades deste foram interrompidas sob a alegação de NÃO HAVER CONDIÇÕES FINANCEIRAS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA SUBSIDIAR A MANUTENÇÃO DESTE VEICULO, MESMO TENDO A DISPOSIÇÃO MOTORISTAS PAGOS PELA INSTITUIÇÃO. Como haveria condições de os acadêmicos sem apoio da UNEMAT conseguir então custear o funcionamento deste e dos outros três veículos.

Hoje todo o estado de Mato Grosso necessita da atuação dos profissionais que são formados na UNEMAT de Pontes e Lacerda para desenvolvimento da Agropecuária na região Centro-oeste e norte de nosso país; além dos peritos em formação educacional e científica da população e desenvolvimento da tecnologia computacional.

Todo potencial da UNEMAT em nossa região está comprometido com o transporte.

**PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

B) Avaliação Docente Semestral

Entendemos não ser apropriado professores que não assistem às aulas de seus colegas avaliarem a qualidade dos serviços docente. Compreendendo a necessidade de verificar-se o cumprimento da legislação estadual que rege a avaliação dos servidores, que não abrange a particularidade dos servidores docentes universitários. Os atuais avaliadores (professores) são pessoas que desconhecem a qualidade do serviço oferecido por seu colega professor, produto da avaliação além de o Público alvo da Instituição (discentes), que irá refletir a qualidade dos serviços de ensino da instituição não serem ouvidos na avaliação dos servidores docentes.

**C) Constituição Paritaria nos Colegiados Superiores
Consuni e Conepe.**

A Universidade é composta por três seguimentos de pessoas (discentes, docentes e técnicos), cada seguimento vê e enfrenta os problemas da universidade por diferentes ângulos. Qualquer conselho que represente toda universidade deverá então ser composto de forma paritária pelos três seguimentos a fim de se obter decisões eficientes, em prol a desenvolvimento saudável da instituição.

D) Normatização das Carteiras ou Assentos.

Toda a Universidade do Estado de Mato Grosso realiza aquisição e reformas das acomodações discentes sem atentar à necessidade de carteiras para os discentes de diferentes alturas e pesos. Criando a possibilidade de problemas físicos aos estudantes.

3. PROPOSTA / TESE.

A) TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO

Criação da Cooperativa de Transporte de Universitários do Vale do Guaporé; organização sem fins lucrativos, administrados por acadêmicos e em favor da formação profissional regional. Encontrando um único problema para iniciar plano de implantação, a substituição dos veículos supra citados que não apresentam condições de trafegabilidade segura e eficiente, necessários nesta situação. Onde quatro veículos em condições adequadas de uso seria a peça que falta para iniciar um novo momento de organização, eficiência e funcionamento do transporte acadêmico necessário a expansão das atividades da Universidade do Estado de Mato Grosso no Vale do Guaporé.

**PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

A manutenção de veículos deste porte se torna muito oneroso aos usuários que já irão subsidiar o combustível que recentemente sofreu altas e os salários de motoristas e cobradores. Cabendo a UNEMAT observar quanto à manutenção dos veículos.

B) Avaliação Docente e Semestral

Criação de uma avaliação docente semestral através de uma comissão designada especial para este tipo de avaliação, constituída de peritos em didática e postura educacional e acadêmicos das respectivas áreas de ensino a serem avaliadas. Visando principalmente a capacitação em pontos específicos de dificuldades docentes.

Cabendo a possibilidade do enquadrando desta avaliação como Avaliação dos Servidores Públicos Docente que já ocorre periodicamente.

Professores principalmente dos cursos de **bacharelado** devem ser avaliados e instruídos periodicamente quanto à metodologia de ensino através treinamentos, fóruns, discussões periódicas e avaliações que abordem a ministração de aulas na academia.

**C) Constituição Paritaria nos Colegiados Superiores
Consuni e Conepe.**

Composição homogênea dos colegiados superiores em relação ao número de discentes, docentes e PTES.

D) Normatização das Carteiras ou Assentos.

Formação de comissão composta de discentes e peritos em saúde humana (ortopedistas, fisioterapeutas, etc.) para parametrizar os pontos a serem abordados por uma normatização acadêmica que delimite as características dos novos assentos ou carteiras a serem adquiridos pela UNEMAT.

Gaspar Ferreira Lima
Delegado Discente Zootecnia
ferreirazootec@yahoo.com.br

Jonilson Pinto de Miranda
Delegado Discente Letras
jonilson_miranda@hotmail.com

Mérik Rocha Silva
Delegado Discente Campus
merikrocha@gmail.com.br

Wend Rocha da Silva
Presidente do Diretório Central dos Estudantes
Campus Universitário de Pontes e Lacerda

Thiago de Oliveira Coelho
Vice-Presidente do Diretório Central dos Estudantes
Campus Universitário de Pontes e Lacerda

**PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O
CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**PRÉ-TESE
PONTES E LACERDA**

LINHA TEMÁTICA I: PERFIL DA UNIVERSIDADE QUANTO A SUA AUTONOMIA DIDÁTICO – CIENTÍFICA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

A autonomia universitária é uma dentre outras disposições constitucionais sobre a educação, que inclui também os preceitos de garantia da qualidade do ensino, gestão democrática, regime jurídico único e plano de carreira para o magistério público, gratuidade do ensino público, acesso universal, e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Autonomia didático-científica: deve ter plena liberdade de definir currículos, abrir e fechar cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação e de extensão. Elas devem ter, também, plena liberdade de definir suas linhas prioritárias e mecanismos de financiamento da pesquisa, conforme regras internas.

Autonomia administrativa: supõe que a universidade poderá se organizar internamente como melhor lhes convier, aprovando seus próprios estatutos, normas próprias no que concerne a recursos humanos, materiais e patrimoniais e escolha de gestores, respeitando as normas legais vigentes.

Autonomia de gestão financeira e patrimonial: o princípio básico da dotação orçamentária é assegurar a liberdade de autogestão dos recursos postos à disposição da UNEMAT pelo mantenedor, bem como os gerados pela própria universidade, cabendo ao Conselho Universitário deliberar sobre as questões gerais e as normas para o exercício desta forma de autonomia.

Metas:

- Alteração do estatuto da UNEMAT, para que ocorra a autonomia efetiva (controle total sobre administração, gestão financeira e patrimonial);
- Autonomia exercida por meio dos órgãos colegiados da UNEMAT;
- Participação, através da sua representação colegiada, da formulação das políticas estaduais de educação, ciência, tecnologia e cultura;
- Fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais;
- Oferecer gratuitamente cursos de graduação em todas as suas modalidades e pósgraduação *lato e stricto sensu*;
- Elaborar, reformar e aprovar seus Estatutos e Regimentos, bem como de suas Unidades;
- Assegurar a dotação necessária ao pagamento de pessoal e dotações globais para outros custeios e despesas de capital, oriundos do órgão mantenedor e receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, que definir em regulamento próprio, suas normas e procedimentos de proposição, discussão e controle orçamentário;
- Garantia de gestão do seu patrimônio;
- Realizar operações de crédito ou de financiamento com aprovação do Poder Público competente, para investimento de capital em obras, imóveis, instalações, equipamentos, dentre outras;

- Regulamentação em estatuto, que os bens adquiridos por meio de parcerias com outros órgãos, ou instituições, ao término destas, os bens fiquem obrigatoriamente vinculado ao campus da parceria;

LINHA TEMÁTICA II - ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE.

O financiamento e as definições relativas aos investimentos em ensino, pesquisa e extensão devem estar submetidas às definições do Conselho Universitário e dos Colegiados Regionais, de acordo com o PDI e normas autonomamente definidas, garantida a liberdade de pensamento e de expressão acadêmica.

- Definição, em regulamento próprio, das normas e procedimentos de proposição, discussão, execução e controle orçamentário;
- Garantia de investimentos permanentes para melhoria da estrutura necessária ao pleno desenvolvimento do ensino;

Metas:

- Definir o percentual de financiamento da UNEMAT com vinculação a arrecadação total do estado diminuindo a vulnerabilidade diante das oscilações dos impostos;
- Previsão de transporte para os campi que sejam afastados da cidade.

DESCENTRALIZAÇÃO NO REPASSE FINANCEIRO DOS CAMPI

Os campi universitários são estruturas imprescindíveis para o bom andamento de todas as metas estabelecidas pela UNEMAT através de seus órgãos colegiados, pois eles lidam cotidianamente com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. É nos campi que as carências e debilidades aparecem primeiro e deveria ser lá mesmo que elas deveriam ser devidamente solucionadas.

Porém a UNEMAT apresenta hoje um formato de gestão dos seus recursos orçamentários demasiadamente centralizador, o que impede o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas e sobrecarrega a atividade meio.

Defendemos que os *campi* tenham maior autonomia de gestão financeira e que recebam repasses baseados em critérios claros e objetivos, que contemplem as diversas realidades regionais e que possam ser aplicados sem deixar dúvidas sobre favorecimento a este ou aquele gestor e criação de CNPJ para cada campi.

LINHA TEMÁTICA III - GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA.

Os gestores da UNEMAT devem desenvolver suas ações de modo a garantir o pleno cumprimento da função social de ensinar, pesquisar e praticar a extensão universitária com vistas ao desenvolvimento sustentado do Estado e do País. Além disso, deve ser meta constante a ser perseguida pelos gestores a interação permanente da UNEMAT com a sociedade e o mundo do trabalho, garantida a autonomia institucional.

- Respeito a pluralidade e a livre expressão de orientações e opiniões;

- Promover a participação de toda a comunidade universitária na vida acadêmica e institucional;
- Garantia da liberdade de criação científica, cultural e tecnológica;
- Valorização dos docentes e técnico-administrativos incentivando-os a participarem efetivamente das decisões a serem tomadas pela gestão;

Metas:

- Promover a avaliação permanente dos seus cursos, programas e projetos com a efetiva participação dos segmentos docente, técnico-administrativo e discente;
- Tornar público, anualmente, o balanço das receitas auferidas das despesas efetuadas e a avaliação da execução orçamentária, independentemente das obrigações legais pertinentes, visando a otimização dos mecanismos de administração e as formas de revigorar o planejamento;
- Padronização das funções de confiança (gratificadas), entre os campi da UNEMAT.

PROCESSOS ELETIVOS PARA ESCOLHA DE DIRIGENTES

Uma universidade autônoma e democrática se constrói garantindo a ampla participação dos seus três segmentos nas decisões mais importantes para o seu pleno desenvolvimento. Para nós, essa participação começa pela eleição dos dirigentes, para os quais defendemos como princípio norteador a PARIDADE, ou seja, que os votos dos docentes, estudantes e técnico-

administrativos representem cada um deles um terço do montante total necessário para eleger o gestor.

Metas:

- Processo eletivo, para escolha do Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Administração Regionalizada, com voto paritário.

CONSELHOS: FUNCIONAMENTO, ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO

Funcionamento:

- Reuniões semestrais para o Conselho Curador, CONSUNI e CONEPE e mensais para os Colegiados Regionais e Colegiados de Curso.

Atribuições:

- Ter capacidade decisória sobre os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento;
- Deliberar sobre as questões gerais e as normas para o exercício da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

Composição:

- O CONSUNI deverá ser presidido pelo Reitor da UNEMAT, sendo garantida a vaga do Vice-Reitor, mais as representações dos Pró-Reitores, dos Institutos e Faculdades, dos Coordenadores de Campi e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.

- O CONEPE deverá ser presidido pelo Vice-Reitor da UNEMAT, sendo garantida a vaga do Reitor, mais as representações dos Pró-Reitores, dos Institutos e Faculdades, dos Departamentos (divididos em bacharelado e licenciatura) e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.
- Os Colegiados Regionais deverão ser presididos pelos Diretores de Administração Regionalizada, sendo garantidas as representações dos departamentos (divididos em bacharelado e licenciatura) e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.

LINHA TEMÁTICA IV - DIRETRIZES PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Entendemos por Assistência Estudantil o conjunto de medidas sócio-econômicas que a universidade desenvolve com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento de seus acadêmicos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão garantindo a permanência dos estudantes nos cursos e combatendo a evasão.

- Políticas de permanência amplas e que sejam capazes de contemplar a maior diversidade possível de acadêmicos dentro das características dos cursos, como turno de funcionamento, poder aquisitivo, procedência dos estudantes (localidade), etc.

- Alocação permanente de recursos orçamentários para o pleno desenvolvimento de programas e planejamento de atividades de curto, médio e longo prazo.
- Participação no planejamento, execução e fiscalização dos programas e ações de Assistência Estudantil entre a Administração da UNEMAT e as representações de classe dos estudantes.
- Incentivo à participação em eventos esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e políticos, sobretudo os vinculados às áreas de atuação profissional, bem como os promovidos pelas executivas nacionais de curso e entidades de representação geral dos estudantes.

Metas:

- Garantia de oferta de bolsas das mais variadas modalidades aos acadêmicos, sobretudo as bolsas de pesquisa e extensão que devem ser ofertadas como prioridade, com a obrigatoriedade de atendimento de no mínimo de 5% do total de acadêmicos matriculados nos cursos de graduação de todas as modalidades em 2009 por *campi* com acréscimo de 1% ao ano até atingir o patamar de 10% dos acadêmicos matriculados com valores nunca inferiores aos já praticados e com jornada de 20 horas/semanais.
- Construção de espaços para abrigar as instalações das entidades representativas dos estudantes, como os Diretórios Centrais de Estudantes – DCE's e os Centros Acadêmicos – CA's com garantia de recursos e previsão de implantação no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pelos *campi*.

POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA UNEMAT

Os profissionais da UNEMAT (professores e técnicos) têm em seus respectivos planos de carreira as diretrizes gerais dos programas de qualificação e avaliação. Porém, o direito de se qualificar garantido nas leis precisa ser regulamentado e, sobretudo fomentado pela UNEMAT.

Com relação à avaliação, tanto docentes quanto técnicos obtiveram avanços significativos com os novos planos de carreira, que garantem sistemas de avaliação mais adequados e consideram de forma mais abrangente as complexidades do trabalho universitário, abrindo assim uma perspectiva de avaliação menos alicerçada no desempenho como conceituação mercadológica e sim baseado na produção, difusão e socialização do conhecimento.

- Contribuição para elevar a qualidade do atendimento aos clientes-cidadãos, bem como elevar os padrões de efetividade, eficácia e eficiência da administração pública;
- Contribuição para o pleno desenvolvimento dos profissionais da UNEMAT em todas as suas áreas de atuação;
- Política institucional de financiamento para formação continuada;
- Definição das áreas prioritárias para qualificação de pessoal técnico e docente.
- Avaliação dos profissionais realizada de forma democrática com a participação das entidades de classe na formulação, execução e fiscalização dos processos.

Metas:

- Garantir recursos do orçamento da UNEMAT para implantar e manter um Programa Permanente de Qualificação para docentes e técnico-administrativos;
- Realizar amplo estudo para orientar abertura de mestrados e doutorados Interinstitucionais em áreas onde existe maior contingente de profissionais sem esta titulação;
- Promover cursos de pós-graduação *lato sensu* institucionais para garantir progressão na carreira dos técnico-administrativos;
- Elaborar o mecanismo de avaliação funcional considerando os diversos perfis profissionográficos e os diversos ambientes organizacionais da UNEMAT;
- Política de avaliação dos PTES, balizada pelo critério de avaliação por PTES lotados no mesmo setor e/ou com conhecimento do trabalho, e específico, quando for o caso, e da mesma categoria;
- Programa Servidor Estudante – horário especial para servidores que cursam graduação, fazendo adaptação do horário de trabalho conforme o período de seu curso;
- Criação de um fórum, regular, para discussão sobre gestão e qualificação profissional, com reuniões semestrais;
- Regulamentação de política de qualificação dos PTES, com afastamento e bolsa para qualificação, mas com política específica na distribuição de bolsa entre os campi, quando houver um número elevado de pedido de afastamento para qualificação.

MEMBROS:

Claudinei da Silva Lara
 Eder Salomão Correa
 Eliana Maria Quintino
 Leidismar Furtado da Silva
 Luiz Messias Pierangelli

Pontes e Lacerda – MT, 28 de outubro de 2008.

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (x) (I) Perfil Da Universidade ...
- (x) (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- (x) (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- (x) (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (x) (V) Planejamento Institucional

PROBLEMÁTICA:

Inscriver a UNEMAT no espectro das grandes Universidades brasileiras, com foco na indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Justificativa:

A UNEMAT passa por um momento ímpar na sua trajetória histórica. O grande crescimento na última década já suscitava a demanda por reformulações profundas. A conquista do Plano de Carreira, Cargos e Salários, em 2008, nos impulsiona decididamente na direção da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; a Universidade vai crescer ainda mais e haverá de ficar ainda mais complexa do que já se encontra.

A UNEMAT, em sua natureza multicampi e em estágio inicial, constituiu-se como uma Universidade fragilizada do ponto de vista institucional e do Planejamento. O quadro docente hegemonicamente com qualificação em estágio inicial, percorreu um caminho de descobertas, de crescimento, porém desordenado. Isto se refletiu profundamente nos modos de Gestão de sucessivas administrações. O crescimento de que falamos, embora reconhecido, trouxe consigo uma gama de problemas institucionais que impuseram constrangimentos tanto do ponto de vista da qualidade da formação dos nossos estudantes, quanto do irrisório índice de serviços prestados à sociedade no campo da Pesquisa e da Extensão Universitária. Ainda que admirável o crescimento do número de Mestres e Doutores formados na última década, a qualificação docente ainda se limita ao valor de troca da mercadoria

força de trabalho potenciada; o valor de uso, ou seja, a qualificação que transcende a titulação só poderá se efetivar com a reorganização do trabalho docente, que pressupõe indissociabilidade não somente da expressão “Ensino-Pesquisa-Extensão”, mas trabalho docente indissociável da participação de estudantes, técnicos-administrativos e sociedade civil organizada.

Portanto, as condições gerais de produção de Ciência, Tecnologia e desenvolvimento humano, na UNEMAT, devem vir acompanhadas de uma profunda reformulação de princípios e reformulação organizacional.

TESES

- **Autonomia:** financeira, administrativa e pedagógica dos *campi*;
- **Democracia:** pelo princípio fundamental da **Paridade** nos processos eleitorais em geral;
- **Indissociabilidade:** a Universidade pautada pela Ciência tem o dever ético e político de promover Ensino-Pesquisa-Extensão como um todo referenciado no desenvolvimento humano;
- **Transparência:** publicidade das gestões, particularmente das contas da UNEMAT. Pelo fim imediato da FAESP com auditoria financeira. Pela impossibilidade de criação de novas Fundações.
- **Acesso e Permanência:** a Universidade Democrática deve assumir como imprescindível não somente o Acesso, com mais verbas e ampliação do número de vagas com estrutura pertinente, mas também a Permanência, ou seja, **Dotação Orçamentária** e apresentação de **Políticas e Programas de Assistência Estudantil** tanto do ponto de vista financeiro (RU, Moradia, Bolsas, Escola Infantil) como pedagógico (acompanhamento didático, monitorias, maior respeito e responsabilidade com alunos cotistas)

AUTONOMIA

Nesta nova fase que recém se inicia na perspectiva de alçarmos a UNEMAT a uma condição do que nacionalmente se entende por uma grande universidade, faz-se necessário referenciarmo-nos nestas. As grandes universidades brasileiras, particularmente as estaduais, primam pela autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Considerando a realidade de organização *multicampi* da UNEMAT, tal autonomia deve inserir-se na construção de uma estrutura que seja econômica e politicamente viável. A organização de distribuição dos recursos financeiros da universidade deve acontecer de forma que não se

permita a configuração da mesma como espaço de utilidade política nas relações de poder que se constituem na instituição.

Para potencializar as aptidões regionais, e viabilizar uma gestão que aconteça de forma mais participativa e transparente, é necessário que os repasses de recursos financeiros sejam destinados diretamente aos *campi* universitários, que dentro de determinado organograma administrativo, terão as devidas condições de gerir tais recursos de forma que as demandas regionais sejam eficientemente atendidas e que o projeto de trabalho da instituição como um todo tenha mais espaço de desenvolvimento.

DEMOCRACIA

Partamos do título que nos confere a sociedade: Universidade. A sociedade capitalista, dividida em classes antagônicas, promove conflitos de interesses particulares em todas as áreas da atividade humana, resultando em diversas tendências sociais. A universidade atrai para si, quando se associa ao nome, a responsabilidade de gerar e gerir espaços baseados na alteridade. Numa perspectiva da Universidade como espaço de formação humana é necessário garantir espaços de vivências democráticas nas relações constitutivas dos saberes articulados nas ações de Ensino-Pesquisa-Extensão, de maneira indissociável. A formação humana será vivida pela coletividade em debates acadêmicos, participação em órgãos colegiados, comissões, e demais locais de representatividade dos sujeitos que compõem a comunidade universitária. Neste sentido, há que se avançar em termos de paridade em eleições representativas.

INDISSOCIABILIDADE

“Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”
BRASIL. Constituição (1988).

O paradigma moderno de Ciência fragmentou os conhecimentos de tal maneira que, em seus dualismos (corpo/mente; homem/natureza; razão /emoção; trabalho/capital) separou o conhecimento em unidades cada vez menores, hiperespecializações que refletem na perda do contexto mais geral, de interconexões que suscitam a possibilidade de novos conhecimentos. Na Universidade, a organização disciplinar, desarticulada dos fazeres da pesquisa e extensão, conduz a um quadro negativo onde não somente estas são deficitárias, mas o próprio Ensino. A Ciência da Educação já provou inúmeras vezes que o conhecimento é produzido em redes de relações sociais. A Pesquisa e a Extensão, vistas por este prisma, incidem necessariamente na qualidade do Ensino, à medida que professores, estudantes e técnicos-administrativos haverão de se articular sob um Planejamento Político Pedagógico, construído coletiva e democraticamente. A sala de aula, desta forma, torna-se um espaço privilegiado de produção estudantil, local de reflexão das ações externas articuladas pelos diversos deveres normativos da Universidade, quais sejam, Atividades Complementares, Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso. A atmosfera reinante burocrática, desta forma, perde lugar para uma ação que supera dialeticamente a estratificação infecunda; as ações passam a ser pensadas e planejadas ao nível do Departamento, fazendo com que os antigos estratos convirjam para um movimento único onde o saber é construído: uma atividade complementar pode e deve servir como fonte de pesquisa e de formação profissional, por exemplo.

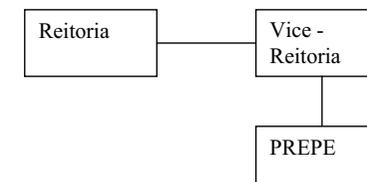
O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, este saber retorna à universidade, testado e reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão, como via de interação entre

universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática. (UFMG/PROEX, 2005)

Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/diretrizes2005.doc>>

Porém não descuidemos da realidade factual. Não estamos propondo políticas de reformulação para qualquer outra Universidade. Referimo-nos à UNEMAT com seus déficits e seus construtos, com sua peculiaridade. Nosso corpo docente recém qualificado precisa ser considerado. A estrutura da Universidade deve levar em conta a formação continuada do professor não apenas enquanto titulação, mas fundamentalmente enquanto praticas científicas cotidianas. O trabalho de pesquisa indissociável dos estudantes haverá de encontrar terreno fértil na Pesquisa docente em comunidades científicas em níveis nacional e internacional.

A indissociabilidade de que falamos não é algo novo, surgiu praticamente junto com a Universidade. Entretanto, poucas práticas efetivas fazem jus ao significado que a expressão comporta. Embora demarcada na Constituição Brasileira de 1988 e frequentemente pronunciada em discursos acadêmicos, ainda necessita constituir-se enquanto prática que transcende os documentos oficiais. Considerar o caráter indissociável das ações de Pesquisa-Ensino-Extensão na UNEMAT, especificamente, significa pautar os Planos de Trabalho docente articulados aos Departamentos, aos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, às Linhas de Pesquisa das diversas áreas do conhecimento, em consonância com uma Política de Indissociabilidade da Universidade. Pensamos em estruturar uma Pró-Reitoria de Pesquisa-Ensino-Extensão (PREPE) ligada a Vice-Reitoria da UNEMAT, por considerar que este tripé é a base de sustentação da Universidade. A partir desta grande articulação de uma Pró-Reitoria da Indissociabilidade com as Unidades de Ensino-Pesquisa-Extensão, o orçamento seria definido de maneira a garantir a qualidade de excelência em suas execuções. As relações institucionais na estruturação da Universidade podem ser melhor visualizadas no seguinte organograma:



TRANSPARÊNCIA

O princípio da Transparência das ações desenvolvidas pelos gestores da Universidade em todas as funções deverão obrigatoriamente ser publicizadas, via *síte* da UNEMAT e documentos remetidos a todos os setores e Órgãos Colegiados. É imprescindível que haja rigor na transparência das ações porque são pressupostos fundamentais da democratização das relações ético-políticas e profissionais, uma vez que entende-se que as ações de gestão pautam-se pelas decisões coletivas, participativas e planejadas, de maneira a consolidar as políticas públicas da Universidade em seus princípios fundamentais, quais sejam: Autonomia, Democracia, Indissociabilidade, Transparência, Acesso e Permanência. Neste sentido, fica extinta qualquer possibilidade de Fundações gerirem os recursos da Universidade. Pelo fim imediato da FAESP com auditoria financeira. Pela impossibilidade de criação de novas Fundações.

ACESSO E PERMANÊNCIA

O Exame Vestibular tradicionalmente reflete a séria crise da educação nacional. Jovens são submetidos desde a tenra idade à fragmentação do saber, fórmulas estanques, não somente na área da Matemática, mas da Ciência em geral, cujo único significado é a própria submissão em troca da promessa da ascensão social. Não é de se surpreender que esta mesma juventude acesse a Universidade com a base de conhecimentos extremamente frágil, porosa, dificultando o desenvolvimento dos conteúdos de nível superior, dessa forma, sua profissionalização fica comprometida, em alguns casos,

deficitária. Anualmente presenciamos profissionais participando dos rituais de apropriação da mais-valia produzida na Universidade, a Formatura, a privatização do trabalho coletivo através do Diploma, porém o valor de uso da mercadoria força de trabalho potenciada nem sempre apresenta garantias acerca da qualidade demandada pela sociedade. Nossos jovens são alçados ao mercado com qualificação duvidosa, com lacunas de conhecimentos às vezes em níveis primários e enfrentam sérias dificuldades em suas trajetórias profissionais.

O fenômeno acima descrito certamente não é de fácil solução, pois não se trata de um problema local, mas de uma tradição nacional. O Vestibular privilegia uma estética de classe dominante, de acesso para aqueles que reproduzem tais valores ideológicos, já que negligencia, desconsidera, uma gama de saberes criativos, populares, que parecem não importar às demandas do capital, limitando a Universidade tão somente à reprodução das condições da produção, de formações discursivas e de inculcação ideológica, na melhor das hipóteses, de geração de tecnologia. Particularmente, no setor das Licenciaturas, nossos jovens professores chegam às salas de aulas dos filhos das classes trabalhadoras com a ingrata tarefa de reproduzir falsos conhecimentos desconexos, impertinentes, aprofundando ainda mais a crise da educação, suportando, portanto, contradições que levam o profissional, ao longo dos anos, a sérios problemas de saúde, principalmente de ordem emocional.

Enquanto política de Acesso, propomos a promoção de debates e estudos na direção de uma ação cientificamente elaborada na construção do Vestibular, que valorize potenciais criativos e desafiadores da epistemologia dos conhecimentos. É preciso que todas as pessoas tenham garantido o seu direito constitucional de acesso ao Ensino Superior, para além do ritual de entrada e saída hiperconectados ao mundo do trabalho, mas ao mundo dos conhecimentos historicamente construídos. É preciso garantir aos estudantes a experiência da construção dos conhecimentos, das relações com os saberes, com sentido identitário, epistemológico e sociológico. A aventura do fazer ciência no mundo contemporâneo requer uma postura criativa, inovadora e

emancipadora do ser humano em conexão com a vida. Precisamos interações qualificadoras da formação humana no espaço-tempo da Universidade Pública. Só é possível pensarmos ações entre sujeitos de conhecimentos numa perspectiva ético-estética e política de cuidados educativos, pautados na indissociabilidade dos fazeres da Pesquisa-Ensino-Extensão. Ou seja, são os significados construídos na práxis educacional o cimento da Comunidade Universitária.

Uma Universidade não excludente precisa olhar para as diversidades dos sujeitos em formação, ou seja, estudantes, professores e demais profissionais, com diferentes histórias e culturas, além das necessidades educacionais especiais: surdos, mudos, deficientes físicos e visuais. É preciso garantir espaços físicos, tecnológicos e pedagógicos para que as pessoas tenham as mesmas condições de acesso e permanência na Universidade. Para tanto, a UNEMAT terá de realizar um levantamento de demandas desses sujeitos e das reais condições de execução.

RESUMO

Estas teses visam reformular as condições gerais de produção de ciência, tecnologia e desenvolvimento humano da UNEMAT. Nesse sentido, mudanças significativas nos campos estrutural e organizacional da Universidade devem ser efetivadas através de pressupostos básicos, tais como: Democracia, Indissociabilidade, Transparência, Acesso e Permanência.

Lista de Autores do Campus de Sinop

- Maria Madalena de Lima Silva
- Anézio Martins Santana
- Julio Cesar dos Santos Brandão
- Marcos Fábio da Silva
- Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira
- Jaqueline Pasuch
- Tiago Oliveira
- Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
- Irene Beber
- Isabela Souza

- Cristinne Leus Tomé
- Ivone Cella
- Maria Ivonete de Souza
- Joangela Moura
- Juliane Moura
- Paulo Vilela Marques
- Henrique Alves
- Ilza Polini
- Edna Sampaio (**Cáceres**)

**PRÉ-TESE AO II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT -
CAMPUS DE JUARA**

Apresentação

O Campus Universitário de Juara está instalado no município de Juara, localizado ao noroeste do estado, situado na região denominada Vale do Arinos, constituída pelos municípios: Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã e Juara. A população regional é de 52.425 habitantes, sendo a de Juara 32.023 de acordo com dados do IBGE (2007)¹. Em 2005, a arrecadação deste município somou os seguintes montantes: ICMS: R\$ 13.928.344,35 e IPVA: R\$ 1.289.519,75 (SEPLAN, 2007)².

Em 2007 a região do Vale do Arinos contava com 2088 alunos matriculados no ensino médio. Dos alunos que concluem o ensino médio na região, a maioria não tem possibilidade de dar continuidade aos estudos, pela considerada distância de centros educacionais, resultando em prejuízos de ordem sócio-econômica, política, cultural e educacional afetando o desenvolvimento regional, qualidade de vida da população e, sobretudo, na permanência dos jovens na região, considerando aqueles que em condições diferenciadas, estariam impossibilitados de cursar o ensino superior.

Para promover o desenvolvimento da região do Vale do Arinos, é necessário potencializar os recursos humanos existentes. A solução imediata para esta problemática educacional, é a oferta de outros cursos além, do curso regular já existente, que atendam as necessidades e especificidades regionais. A implantação da UNEMAT na região primeiro como núcleo pedagógico, depois como Campus Universitário, sinalizou a criação de um espaço público de educação que muito tem contribuído para o desenvolvimento regional, através dos princípios indissociáveis ensino, pesquisa e extensão, que visam promover o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico da região do Vale do Arinos, respeitando as características sócio-ambientais para uso responsável dos recursos naturais existentes, promovendo a qualidade social de vida da população regional.

A implantação do Campus Universitário de Juara significa o compromisso com o processo de democratização do ensino superior no Estado de Mato

¹ Dados do IBGE 2007 <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acessado em 20/10/2008.

² Apud - Anuário Estatístico de Mato Grosso
DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
NO ESTADO DE MATO GROSSO

Grosso e, ao mesmo tempo, cria alternativas de viabilização de projetos de ensino, extensão e produção científica, de modo a possibilitar a construção do espírito crítico-reflexivo, a valorização e o exercício da cidadania, a identificação dos problemas sócio-econômicos da região e a busca de alternativas de superação.

O curso de pedagogia do Campus de Juara representa uma destas alternativas, uma vez que, o desenvolvimento de toda e qualquer região perpassa necessariamente, pelo compromisso político e social, com a formação de educadores. Contudo, é necessário avançar na proposição de alternativas voltadas à criação de programas e projetos educacionais que atendam o perfil sócio-econômico da região.

Nesta perspectiva, a comunidade acadêmica do Campus Universitário de Juara propõe esta pré-tese em defesa da **DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO.**

1 - LINHA TEMÁTICA I: PERFIL DA UNIVERSIDADE QUANTO A SUA AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

A autonomia é compreendida como direito e encontra-se associada ao princípio de liberdade, de pensamento, de produção de conhecimento e de autogestão. Princípio este, fundamental para o desenvolvimento individual e social. Portanto, a UNEMAT enquanto instituição pública deve ser dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, para assegurar a qualidade da atividade fim (ensino, pesquisa e extensão) e meio dos Campi, norteadas pela indissociabilidade deste tripé, visando o "desenvolvimento pleno e o exercício da cidadania". Contribuindo assim, para a consolidação da UNEMAT como Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática, de referência na educação superior e na produção e difusão do conhecimento, imprescindível ao desenvolvimento consciente e solidário do Estado de Mato Grosso.

Neste sentido, a autonomia deve ser compreendida como um instrumento voltado para atender aos fins da UNEMAT enquanto instituição pública e gratuita, levando em conta as normas gerais na gestão dos recursos públicos essenciais para a consolidação da autonomia dos Campi Universitários.

Autonomia didático-científica: com liberdade para definir currículos, abrir e fechar cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação e de extensão, como também, definir linhas prioritárias de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades e especificidades regionais. Sendo necessário a criação de mecanismos de financiamentos de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, conforme regras internas.

É fundamental a garantia da autonomia da UNEMAT, evitando interferências externas sobre a definição do ensino e da pesquisa.

- **Autonomia administrativa:** a autonomia administrativa supõe a auto-organização interna com a aprovação de normas próprias concernentes a recursos humanos, materiais e patrimoniais e na escolha de gestores.
- **Autonomia de gestão financeira e patrimonial:** compreende a liberdade de autogestão de recursos disponibilizados para a UNEMAT, cabendo ao conselho universitário deliberar sobre as normas gerais e específicas para a consolidação da aspirada autonomia sob a égide da liberdade de remanejar

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

recursos de forma a atender às necessidades existentes.

- Realização do Concurso Público para Profissionais Técnicos de Ensino Superior e garantia quanto à formação continuada dos servidores.

2 - LINHA TEMÁTICA II: ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão devem ser submetidos à apreciação do conselho universitário e dos colegiados regionais, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assegurando o investimento necessário ao desenvolvimento das atividades fim e meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Meta:

- Implantação da **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA** em cada Campus.
- Descentralização Orçamentária para o Campus Universitário de Juara.
- Redefinição do percentual de recursos repassados aos *campi*, levando em conta as especificidades regionais e critérios a serem redefinidos pelos conselhos universitários.
- Garantia de provisão orçamentária para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão no orçamento global da instituição UNEMAT.

3 - LINHA TEMÁTICA III: GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRASPARENTE E PARTICIPATIVA.

3.1 - ELEIÇÃO PARA REITOR, INSTITUTO/FACULDADE, COORDENAÇÃO DE CAMPUS E CHEFIA DE DEPARTAMENTO:

- VOTO PARITÁRIO PARA TODOS OS CARGOS

As eleições deverão ser realizadas sempre no último mês do semestre letivo em que ocorrer a eleição, mesmo que o mandato de quem está no cargo termine no próximo semestre letivo. Podendo candidatar-se para todos os cargos, professores com a titulação mínima de mestre. Com exceção do cargo de Reitor (a), que deverá ter titulação mínima de doutor (a).

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

Tempo de mandato:

- 02 (dois) anos para chefia de Departamento, com reeleição.
- 03 (três) anos para coordenação de Campus, sem reeleição.
- 04 (quatro) anos para diretor de Instituto/Faculdade e Reitoria, sem reeleição.

3.2 - CONSELHO CURADOR, CONSUNI, CONEPE.

- Cada Conselho deliberará somente sobre SUAS FUNÇÕES, o presidente do CONSUNI não poderá fazer *ad referendum* sobre atribuições do CONEPE.

- Cada Campus terá um docente e um discente como representantes nos referidos Conselhos.

3.3 – CONGRESSO UNIVERSITÁRIO.

- Deverá acontecer de dois em dois anos.

4 – LINHA TEMÁTICA IV: DIRETRIZES PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

4.1 – CRIAÇÃO DO PROGRAMA EDUCAÇÃO AGRO-AMBIENTAL.

Com base no compromisso social, a Universidade visa estabelecer novos parâmetros de educação universitária voltados ao desenvolvimento de ações efetivas para a superação dos problemas sócio-ambientais regionais e nacionais. Neste sentido, cabe a Universidade contribuir estrategicamente através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atender as necessidades específicas da população. Para isto é fundamental a democratização do ensino superior de modo que seja atuante na realidade circundante com todas as contradições sociais, econômicas e ambientais.

Frente à realidade apresentada, o Campus Universitário de Juara propõe, através do curso de Pedagogia, a criação do **Programa Educação Agro-ambiental**, objetivando oportunizar a formação profissional técnico-científica e pedagógica com vista ao atendimento das reivindicações e das necessidades regionais, caracterizando assim o compromisso político e social da universidade do Estado de Mato Grosso - DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

UNEMAT.

O município de Juara faz parte da Amazônia legal e, de acordo com as políticas nacionais e internacionais de ações de preservação ambiental, faz-se necessário à busca de estratégias através da oferta de cursos voltados para as ciências da terra e agrárias. É preciso considerar a existência de perspectivas de integração do transporte modal, chegada de asfalto, complexo sucroalcooleiro, intensificação da cadeia do biodiesel, dinamizando economicamente esta região.

4.2 – CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS – NUPED.

Para fortalecer a pesquisa no Campus Universitário de Juara, será criado o NUPED – Núcleo de Pesquisas Educacionais a fim de estimular a produção de conhecimentos através de pesquisas científicas que subsidiem o ensino de Graduação e Pós-Graduação, bem como, contribuir com estudos sobre Educação, Movimentos Sociais e Sociedade. O NUPED estará aberto a outros Departamentos da UNEMAT e a outras Instituições, nacionais e internacionais.

4.3 – CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA – PAEC.

Criação do Programa de Atividades de Extensão e Cultura – PAEC – O programa visa fomentar espaços de participação em atividades de extensão e cultura que valorize a diversidade cultural e a construção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento multidimensional do ser humano na inter-relação com o seu meio. O Programa consistirá em oportunizar a comunidade acadêmica e comunidade em geral, o acesso a cursos que promovam a análise crítica da realidade contextual, buscando a superação das dificuldades vivenciadas pelos atores, direta e indiretamente envolvidos.

4.4 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

A assistência estudantil: compreende um conjunto de políticas voltadas para melhoria nas condições de permanência e de aproveitamento do ensino, através do DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

desenvolvimento de ações contextualizadas que além de oportunizarem o acesso e inclusão na educação superior, garanta as condições necessárias para que o acadêmico possa participar efetivamente na vida da academia, favorecendo sua permanência bem sucedida na educação superior, levando em conta as necessidades dos Campi. Para isto, é necessário viabilizar condições favoráveis quanto:

- Desenvolvimento de programas de assistência estudantil, através de bolsas de extensão, cultura e iniciação científica;
- Garantir a construção de alojamentos, restaurantes e lanchonetes universitárias;
- Desenvolver programas de integração acadêmica e de minimização da evasão acadêmica;
- Divulgar e efetivar e amplamente os programas nacionais, estaduais e institucionais de assistência estudantil;
- Assegurar condições estruturais para o desenvolvimento das atividades fins da UNEMAT;
- Incentivar a produção científica, com a divulgação das produções realizadas dentro do Campus, fomentando o intercâmbio científico e intensificando o envolvimento de acadêmicos em projetos de iniciação científica.

Promover alternativas de inserção da comunidade não-acadêmica à Universidade, implementando cursos de extensão destinados à comunidade regional, privilegiando aos setores menos favorecidos a inserção ao espaço universitário;

- Desenvolver mecanismos de articulação interna e externa para a promoção e difusão cultural e do conhecimento científico;

Incentivar a participação da comunidade acadêmica nos eventos extensionistas promovidos pelos Campi e por outras instituições públicas de ensino superior;

- Divulgar os conhecimentos gerados e acumulados nos Campi, promovendo o intercâmbio institucional.

5 – POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UNEMAT

Como política de expansão propõem-se:

- A inserção da UNEMAT no Plano de Ações Articuladas – PAR, envolvendo MEC, Estados e Municípios, visando à oferta de cursos de formação de professores que atendam as necessidades regionalizadas.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

- Oferta do Curso de Pedagogia em modalidade diferenciada para atender professores não habilitados da região, que não podem cursa-lo na modalidade regular.
- Oferta de cursos no campus Universitário de Juara de acordo com demanda apontada pela comunidade acadêmica nas diferentes modalidades, apresentados nos quadros a seguir:

5.1 – CRIAÇÃO DOS CURSOS REGULARES ATENDENDO O CRONOGRAMA

ANO	CURSOS A SEREM IMPLANTADOS
2009	Administração com ênfase em gestão ambiental e agroindustrial
2010	Biologia e Ciências da Natureza com habilitação em Física, Química e Matemática.
2013	Agronomia

5.2- IMPLANTAÇÃO DE CURSOS PELO PROGRAMA DAS PARCELADAS

ANO	CURSOS A SEREM IMPLANTADOS
2009	Letras (habilitação em espanhol)
2010	Ciências Sociais
2011	Geografia e História
2012	Licenciatura em Computação

5.3 - CURSOS EM MODALIDADE ESPECIAL

Os cursos elencados poderão ser ofertados através de rodízio de cursos, que consiste na criação de um Programa Institucional em parcerias com os poderes públicos locais, com a extensão de cursos já existentes em outros Campi (alguns com demanda mínima) assim, poder-se-á atender as necessidades regionalizadas, promovendo, a consolidação da política institucional de democratização do ensino superior no interior no Estado de Mato Grosso.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

ANO	CURSOS ESPECIAIS A SEREM IMPLANTADOS
2009	Educação Física e Enfermagem
2010	Matemática, Química e Direito.
2011	Geografia e Psicologia
2012	Engenharia Florestal
2013	Engenharia de Alimentos e Arquitetura
2014	História, Agronomia e Turismo.
2015	Engenharia Civil e Ciências da Computação

5.4 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

ANO	CURSOS A SEREM IMPLANTADOS
2009	Educação Infantil, Informática em Educação, Gestão de micro e pequenas empresas e Administração em Agronegócio
2010	Relações Raciais e Educação
2011	Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Gestão em Saúde Pública

5.5 - MESTRADO

2012 – Em Educação (próprio da UNEMAT).

Pré-Tese elaborada pela comunidade acadêmica do Campus Universitário de Juara.

Juara – MT., 23 de Outubro de 2008.

Autores:

ALBINA PEREIRA DE PINHO SILVA, ADEMILDE APARECIDA GABRIEL KATO, CLEUZA REGINA BALAN TABORDA, LORI HACK DE JESUS, ANA PAULA KUHN, ANGELA RITA CHRISTOFOLLO DE MELO, CLÁUDIO ARI HENZ, EDNEUZA ALVES TRUGILLO, ENAIDE TEREZA REMPEL, OSEIAS CARMO NEVES, RENATA CRISTINA DE LACERDA CINTRA BATISTA NASCIMENTO; ROBERTO ALVES DE ARRUDA; ROSANA MARIA CHRISTOFOLLO DA SILVA; ROBSON RAFAEL M. ROCHA; ROSANA MARIA CHRISTOFOLLO DA SILVA, SANDRA AP. CAVALLARI, WALDINÉIA ANTUNES DE ALCÂNTARA FERREIRA WEDER CAMILLO DE SOUZA, DIRCE NEIDE FORMIGONI, HOWENDA NIBETAD BAGANHA, ANDRÉIA DOS SANTOS MOURA, MÁRCIA ALVES, ELIAS NASCIMENTO SILVA, JOICE EMANUELE

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

DA COSTA; MARIA BEZERRA TEJADA SANTOS, MAICON DIEGO DA SILVA OLGADO, MARIO RODRIGUES NOGUEIRA, ADENILDE VICENTINI DOS SANTOS, ALINE FERREIRA DA SILVA, ANA PAULA BARBOSA, ANDRESSA KETLI MOREIRA, ANNA CAROLINA DE MIRANDA BELLINI, CRISLIAN QUEILA ROCHA PEREIRA LISBOA, CRISTIANE APARECIDA PACHECO, DEBORA DE OLIVEIRA, DENISE WURZLER, ELEUSA ACIOLI SILVA, ELIZABETH GONÇALVES AMORIM, EMERSON DOS SANTOS, FABIANE PEREIRA DA SILVA MOTA, GLEICILENE DELLATESTA DIAS, ISABEL APARECIDA GOMES, IVONE FERREIRA DO NASCIMENTO, JENNIFER BEATRIZ UVEDA, JOANA DA COSTA, JOICE DAIANE QUINTELA, LEANDRO KREIN BERNARDI, LEANDRO RAFAEL DE CAMARGO BARBOSA, LEILA CRISTIANE DE FREITAS, LUCIA LOURENÇO, LUCIANA KOCHHANN HOLANDA, MARCIA ADRIANA LEITZKE, MARCIA ALVES DA SILVA, MARCIA RODRIGUES DA SILVA, MARIA APARECIDA DA COSTA FLORES, MARIA APARECIDA DA COSTA FLORES, MARIA APARECIDA DE ANDRADE, MARIA GISLENE DA COSTA BARBOSA, MARIA MAGNA FEITOSA DOS SANTOS, MARISA DINIZ DE OLIVEIRA, MARIZA GOUVEIA MORAES, MIRIA GARCIA DE MATTOS CERQUEIRA, PAULO OTAVIANO, RENATA FERNANDES TUCHINSKI, RENATA SOUTO, ROBERTA KELLY DA COSTA GALDINO PERES, ROSANA SOARES CANGUSSU, ROSEMERY MARTINS SILVEIRA, SANDRA ALMEIDA TORSI GALVÃO, SANDRA DIAS CORREIA XAVIER, SANDRA DR ARAÚJO KRELS, SILENE REGINA DA COSTA MARMOL, SILVESTRE CALVACANTE ZAU, SUSILAINE DE JESUS, VALDIR APARECIDO DA SILVA, EVERALDO MIRANDA GALDINO, NORMA LIMA SANTANA, FABIANA BATISTA DA SILVA, SELMA DA SILVA ROCHA, ARMELINDA MEIRELES, MARIA ROSA BENTO MACEDO, ELIANA BARBOSA DRASZESKI, VALDINETE ANGÉLICA RODRIGUES, JUCILEIDE FERRERIA E SILVA, JUSILAINE ESPIRIDIÃO DA SILVA, ERONDINA FERREIRA DOS SANTOS SIMÕES, SUZANE APARECIDA DUTRA SIMÕES, MIRIAN REGINA, FABIANO PEREIRA DE MELO, RODRIGO GARCIA DE SOUZA, CLARICE FEROLDI, PABLO ALEXANDRE PILOCELLI, NEIVA DOS SANTOS BEZERRA, SAMARA JULIANA DA COSTA, KLEBER EDUARDO MIRANDA BOBBO, MIRIAN REGINA FUHR

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNEMAT CONSOLIDANDO A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE MATO GROSSO

Propostas Teses Alto Araguaia – Curso de Licenciatura em Computação

Autores: Prof. Me. Hélio Clementino, Prof. Dr. Gleber Nelson Marques, Edmar Fernandes Porto, Niulian Rodrigues Carrijo.

Item I)

- Cargo de Reitor e Vice-Reitor: Título mínimo de Doutor para concorrer ao cargo;
- Pró-Reitor: Título mínimo de Doutor para ocupar o cargo;
- Limitar e definir número de Pró-Reitorias;
- Limitar qtd de assessorias pró-reitorias e definir quais;
- Limitar número de docentes como assessores em pró-reitorias;
- Criação de um conselho curador/deliberativo com resolução própria, composta pelos coordenadores regionais de campi, reitor, vice-reitor, pró-reitorias, com o objetivo de decidir as principais decisões da universidade, tipo, abertura de cursos, abertura de campus, etc, limitando o poder supremo do reitor.

Item II)

- Orçamento da universidade aprovado no conselho curador;
- Autonomia de Gestão Financeira do Orçamento previsto para os Campi pelos Campi;
- Distribuição do Orçamento definida por regra justa, clara e de consenso no conselho curador;
- Orçamento do Campus aprovado no conselho superior do Campus;
- Criação dos Cargos de Vice-Coordenador e de Vice-Chefe de Depto;
- Rever papel e estatuto do CONEPE e CONSUNI.

Item III)

- Voto Proporcional e não mais igualitário;
- Avaliação Periódica de Professores, Funcionários e Alunos, criando um sistema próprio de avaliação da instituição principalmente para os cursos;

Item IV)

- Realização Periódica de um Fórum Temático para os cursos de computação da UNEMAT para discutirem questões em comum;
- Instalação de Restaurante Universitário e Moradia estudantil em alguns campi;
- Definição de Diretrizes de uma política séria de qualificação de corpo funcional e docente.

Item V)

- Definir uma política séria de abertura de cursos e campi, aprovada em conselho curador;
- Criação do Estatuto do Professor;
- Criação do Estatuto do Funcionário Técnico Administrativo.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTA FLORESTA



I) PERFIL DA UNIVERSIDADE QUANTO A SUA AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL;

a) Estrutura organizacional.

Pré-teses:

- **Proposta:** Dar mais estrutura à controladoria interna, fazendo com que a mesma funcione, oferecendo suporte às dúvidas e necessidades quanto às legislações vigentes para os campi.

Autores PTES: Giancarlo Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho

- **Proposta:** Planejar o investimento em infra-estrutura dando condições de todos os campi possuírem estrutura semelhante, proporcionando o mesmo atendimento à toda comunidade acadêmica.

Autores PTES: Giancarlo Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho

- **Proposta:** Normatização do funcionamento das supervisões da universidade.

II – Congresso Universitário Pré-teses



Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

• **Proposta:** Abertura de concurso de vagas já existentes para apoio, técnicos e docentes para a universidade

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

• **Proposta:** Criação de vagas de PTES e docentes que atendam as demandas de cada campus (inclusive para atendimento aos portadores de necessidades especiais).

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

• **Proposta:** Criar atribuições padronizadas para os DGA's de todos os campi e sede administrativa.

Justificativa: Foram criados os cargos comissionados de acordo com a lei 319/2008, porém não foram definidas as atribuições de cada cargo.

II – Congresso Universitário

Pré-teses



Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

• **Proposta:** Com o advento da implantação de novos cursos faz-se necessário a equiparação no número de DGA's em cada campus.

Justificativa: Quando da elaboração dos projetos para a implantação de novos cursos é essencial à previsão de PTES que serão necessários para suprir a demanda de trabalho gerado, bem como das respectivas funções comissionadas.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

II) ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE.

a) Fundações de apoio;

Pré-teses:

• **Proposta:** Definir em estatuto as atribuições e administração da COVEST e da FAESP, indicando elaboração de regimento próprio com transparência na prestação de contas e de forma democrática.

Justificativa: A COVEST e FAESP não estão regimentadas no estatuto da UNEMAT e tampouco possuem regimento próprio. Mesmo no caso destas serem de direito privado, suas atribuições e gestão devem estar em regimento

II – Congresso Universitário

Pré-teses



próprio e devem prestar contas para a assessoria jurídica da UNEMAT ou a uma auditoria independente e externa à UNEMAT, e divulgada ao público geral.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

- **Proposta:** Criação de novas fundações para cada campus ficando esta encarregada de prestar conta aos colegiados regionais.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

b) Descentralização no repasse financeiro dos campi

Pré-teses:

- **Proposta:** Financeiro e orçamento sendo fornecidos antecipadamente para que se tenha condições de se planejar a aplicação dos mesmos.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho

- **Proposta:** Padronizar os gastos da universidade criando práticas licitatórias próprias, abrangendo toda a universidade, trazendo maior facilidade e economicidade nas aquisições.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades



Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho

- **Proposta:** Ter um caixa de emergência com normatização de uso, para que possa atender pequenos custos esporádicos e urgentes sem a burocracia hoje existente.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho

- **Proposta:** O repasse de recursos deve ser de acordo com a especificidade e proporcional ao custo de cada curso/campus.

Justificativa: Os cursos que demandam da utilização de laboratórios, equipamentos específicos, vidrarias, reagentes químicos e produtos biológicos, áreas experimentais, viveiros, aulas de campo, maquinários e implementos agrícolas, possuem o custo/acadêmico maior do que aqueles que necessitam apenas de espaço físico, laboratório de informática e biblioteca.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

Docente: Marco Antonio Camillo de Carvalho



III. GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA.

a) Processos eletivos para escolha de dirigentes;

Pré-teses:

• **Proposta:** Composição paritária nos conselhos.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

• **Proposta:** Alteração do parágrafo único do artigo 78 do estatuto da UNEMAT, para constar: “as eleições são realizadas através do voto secreto, direto e proporcional equitativo entre os segmentos da comunidade acadêmica, a saber, corpo docente, discente e técnico.” (docente 33,33%; PTES 33,33%; Acadêmicos 33,33%).

Justificativa: os interesses dos segmentos da comunidade acadêmica são diferentes, mesmo que não contraditórios, e com o voto universal, como é hoje, a representatividade docente e técnica não é significativa, sendo que o corpo discente é que é transitório e sem vínculo empregatício.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** alteração do artigo 9 do estatuto da UNEMAT, retirando o poder de voto das pró-reitorias no CONSUNI e CONEPE.

Justificativa: pró-reitores são cargos indicados e executivos, e não eleitos e deliberativos, portanto não devem representar democraticamente os interesses da comunidade acadêmica nos conselhos superiores.



Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** a) Alteração do artigo 45 do estatuto da UNEMAT, incluindo item III – assessor pedagógico do departamento. Incluir subseção III para atribuições do assessor e alterar competências do chefe de departamento.

B) Inclusive com possibilidade de ministrar no máximo 8 horas aulas semanais, tanto quanto o chefe.

Justificativa: segundo a normativa 004/2008/2 da PROEG, as atuais atribuições da chefia do departamento devem ser divididas com o assessor pedagógico. E como é este último quem fará as principais intermediações pedagógicas entre os discentes e docentes, dividirá responsabilidades com o chefe de departamento, facilitando a gestão da unidade básica da universidade.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** A eleição do assessor pedagógico deverá ocorrer em chapa única com o chefe de departamento, de igual duração de mandato, de dois anos. O coordenador pedagógico, de pesquisa e pós-graduação e de extensão e cultura do campus também deveria concorrer em chapa única com o coordenador do campus, de igual duração de mandato, de dois anos.

Justificativa: democratização da escolha das duas frentes de trabalho do departamento, uma política e administrativa, e outra científica e pedagógica.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** Os PTES terão direito de concorrer a cargos eletivos, conforme a Lei complementar 321/2008.



Justificativa:

-A lei complementar 321/2008, em seu artigo 9º estabelece o direito dos PTES a pleitearem cargos eletivos.

-Os PTES ocupantes de cargos eletivos podem exercer a atividade para a qual foi eleito contribuindo para a diminuição de despesas originadas da contratação de docentes interinos para substituir o docente que está em cargo eletivo. Além de perceber a metade da remuneração de um professor doutor.

-Professores mestres e doutores são fundamentais nas atividades de ensino, pesquisa e extensão ficando a instituição prejudicada quando estes estão a frente de cargos eletivos.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

b) Conselhos: funcionamento, atribuições e composição;

Pré-tese:

• **Proposta:** definir em estatuto as atribuições e administração da COVEST e da FAESP, indicando elaboração de regimento próprio com transparência na prestação de contas e de forma democrática.

Justificativa: a COVEST e FAESP não estão regimentadas no estatuto da UNEMAT e tampouco possuem regimento próprio. Mesmo no caso destas serem de direito privado, suas atribuições e gestão devem estar em regimento próprio e devem prestar contas para a assessoria jurídica da UNEMAT ou a uma auditoria independente e externa à UNEMAT, e divulgada ao público geral.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.



• **Proposta:** alteração do artigo 29, item ix, do estatuto da UNEMAT que possibilita o ad referendum pelo reitor, para constar: “estabelecer em caso de urgência, *ad referendum* dos conselhos superiores, os atos necessários à realização de atividades acadêmicas, submetendo-os à aprovação do conselho competente na reunião imediatamente posterior ao ato, com exceção de deliberações em matérias previstas nos itens V, VII, VIII, IX, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII do artigo 14, e dos itens II, III, VI, X, XIII, XIV do artigo 21.”

Justificativa: limitar o uso do mecanismo de gestão *ad referendum* com o objetivo de primar pelas decisões democráticas e transparentes em matérias de suma importância para a comunidade acadêmica.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** Alteração do artigo 22 do estatuto da UNEMAT, incluindo parágrafo único como se segue: “funções e cargos ocupados por membros indicados nos órgãos de administração central e regionalizada não poderão ser ocupados por parentes em até o terceiro grau com o reitor, o vice-reitor ou algum pró-reitor.”

Justificativa: eliminar o nepotismo da administração da UNEMAT.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

• **Proposta:** Reformulação das atribuições do conselho regional e da coordenação de campus para atribuir maior autonomia na gestão administrativa, científica, financeira e pedagógica da UNEMAT, a partir de regimentos internos próprios para cada campus, analisados e deliberados pelo CONSUNI ou CONEPE.

Justificativa: descentralização, desburocratização e transparência na gestão dos *campi*.



Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

- **Proposta:** inclusão, em calendário anual, das reuniões do CONSUNI e CONEPE e colegiados.

Justificativa: democratização e compromisso na gestão universitária.

Autores Docentes: Amanda F. Mortati, Thiago José, Nilton Sousa, Marco Leandro Garcia e Walmor Moyá Peres.

Proposta: Paridade de membros nos conselhos, observando a proporcionalidade de cada segmento (docente 33,33%; PTES 33,33%; Acadêmicos 33,33%).

Justificativa: Sendo os conselhos o espaço democrático de discussão da universidade a proporcionalidade de membros vem de encontro ao princípio básico e fundamental das IES que se fundamenta na formação e exercício da cidadania.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

- **Proposta:** Obrigatoriedade de divulgação de data e pauta das reuniões dos colegiados para a comunidade acadêmica.

Justificativa: Tendo como base o CONEPE e CONSUNI que tem suas datas e pautas divulgadas com antecedência, da mesma forma sejam as reuniões dos Conselhos Superiores e Colegiados de Curso.



Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

c) Avaliação institucional.

- **Proposta:** Ser realizada anualmente, com amostragem aleatória de 33,33% de cada seguimento.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

- **Proposta:** A partir da avaliação, os pontos considerados deficientes sejam prioridades na aplicação de recursos.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho.

IV. DIRETRIZES PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

A) Fóruns temáticos;

B) Assistência estudantil;

C) Política de qualificação e avaliação dos profissionais da UNEMAT.

Pré-teses:



• **Proposta:** Institucionalização dos projetos vinculados a aprovação do colegiado de curso.

• **Proposta: Geração de política continuada interna de financiamento para projetos de baixo custo em pesquisa e extensão (fidpex).**

Justificativa: investimento institucional em ciência e infra-estrutura, a partir de edital anual.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta: Estabelecimento de uma política de publicações dentro da instituição.**

-Recursos para as revistas institucionais que tenham pelo menos 3 (três) indexações – auxílio na tiragem.

-Garantir recursos para a publicação dos docentes através de subsídios para as publicações em revistas que realizam cobranças.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta: Estabelecer uma política de pesquisa na instituição.**

Destinar recursos para o trabalho de conclusão de curso

-Disponibilização de verbas para os departamentos apoiarem o desenvolvimento de pequenos projetos de monografias de conclusão de curso, quando os estudantes não estiverem em nenhum dos projetos em desenvolvimento.



-Periodicidade e isonomia nos editais de pesquisa/extensão fomentados pela instituição e garantia do repasse dos recursos ao projeto. O recurso devera ser repassado ao pesquisador integralmente, devendo o mesmo prestar contas a instituição. Alteração da fonte 121 para uma fonte especifica.

-Aquisição permanente e universalização do portal de publicação da capes.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta: Fóruns de pesquisa, ensino e extensão.**

-Regionalização dos fóruns de pesquisa, ensino e extensão e discussão final com delegados eleitos pelos seus pares no termino do ano letivo.

Periodicidade: anual

-Mudança na ordem da resolução 115/2003, onde os grupos de trabalhos serão de cunho regional e as conferências realizadas em um evento global.

-Rotatividade da sede do evento geral

-Evento custeado com recurso das pró-reitorias.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta: Fortalecimento e divulgação do teleduc.**

-Reestruturação e modernização dos laboratórios de informática e implementação da central do teleduc em cada campus.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva



• **Proposta: Política de qualificação**

- prioridade aos docentes de menor grau de titulação para saírem para qualificação, o mesmo tempo destinado a qualificação deverá ser cumprido no campus de origem em atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo vetado concorrer a cargo de gestão.

- o departamento é responsável pela decisão das áreas contempladas para o afastamento para a qualificação, respeitando a política da universidade.

- o critério para o desempate em caso de igualdade será a barema, que deverá contemplar as áreas de ensino, pesquisa e extensão de forma eqüitativa.

- elaboração de uma regulamentação para a participação em eventos e captação de recursos destinados para que o docente possa representar a instituição em eventos regionais, nacionais e internacionais.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta: Mudança na política de distribuição de disciplinas inter e intradepartamental, visando o aproveitamento dos diversos saberes, e altas capacidades/habilidades dentro das áreas de conhecimento.**

- um professor muitas vezes atua em uma determinada disciplina mais possui capacidade técnica comprovada para atuar em outras de forma interdisciplinar, então porque não aproveitar este potencial? A nova forma de distribuir disciplina funciona da seguinte maneira: um professor torna-se o coordenador da disciplina, mais outros professores podem atuar no desenvolvimento da mesma durante o semestre. A carga horária atribuída ao professor é contabilizada na sua carga horária semestral. Os créditos e carga horária são compartilhadas/distribuídas entre os professores atuantes naquela disciplina, de modo que possibilite ao professor durante o semestre letivo se organizar de tal



forma que o mesmo possa desenvolver suas pesquisas, em períodos em que não estará na sala de aula. Assim, os professores pesquisadores terão mais tempo para desenvolver as demais atividades de pesquisa e extensão, fortalecendo os cursos e a universidade.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta:** Curso de formação continuada (treinamentos, cursos *lato sensu* e *stricto sensu*) para cada área de atuação, ofertados e/ou financiados pela UNEMAT.

Justificativa: A formação continuada é de fundamental importância para a qualidade dos serviços prestados a comunidade, tendo em vista que a todo momento vivenciamos constantes alterações estruturais, legais e tecnológicas.

Autores Docentes: Luis Fernando Caldeira Ribeiro, Julio Cesar Wojciechowski, Jair Figueiredo do Carmo, Kelli Cristina Ap. Munhoz, Célia Regina Araujo Soares e Solange Aparecida Arrolho da Silva

• **Proposta:** Editais de projetos de pesquisa e extensão que contemple a coordenação aos PTES.

Justificativa: Atualmente a UNEMAT dispõe de inúmeros PTES capacitados para desenvolver atividades de pesquisa e extensão que beneficiará tanto a comunidade acadêmica como a comunidade local.

Autores PTES: Giancarlo Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho



• **Proposta:** Adequação das normas que regulamentam o TCC contemplando além de docentes, PTES que possuam nível de formação suficiente para orientar Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação.

Justificativa: Como o orientador é convidado pelo discente e existem PTES com titulação em muitos casos igual ou superior aos docentes não existe amparo legal para tal distinção haja vista, que a lei complementar 321/2008 assegura em seu art. 9º a execução de atividades de ensino pesquisa e extensão.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho

V. POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE

a) Diretrizes gerais para abertura de novos cursos e/ou campi

Pré-teses:

• **Proposta:** Levantamento de demanda para novos cursos de acordo com a realidade de cada região.

Diagnóstico/justificativa: aparentemente, a região norte do estado de mato grosso é carente de profissionais na área de licenciatura, fato este justificado pela freqüente falta de professores nas diferentes áreas do conhecimento. Assim, faz-se necessário o levantamento, através de metodologias de amostragem adequadas, dessa aparente carência de profissionais na área de ensino. Esse diagnóstico irá gerar embasamento para o desenvolvimento de um plano de abertura de novos cursos.

Além do levantamento para gerar informações que irão subsidiar a criação de cursos na área de licenciatura, nesse mesmo estudo, é possível levantar a



demanda em relação a outros cursos, principalmente aqueles que venham a formar profissionais que irão suprir uma natural tendência da região.

Autores Docentes: Ostenildo Ribeiro Campos, Oscar Mitsuo Yamashita, Divina Sueide de Godoi, Kelte Resende Arantes e Ana Aparecida Bandini Rossi.

• **Proposta:** Criação de novos campi/cursos vinculada a investimentos em infraestrutura e aumento do repasse (vinculado a abertura de novos cursos/campus após estruturação dos já existentes).

Diagnóstico/justificativa: mesmo após o diagnóstico das reais necessidades locais e regionais da abertura de novos cursos, sua implantação ficará vinculada ao aumento do repasse financeiro para a UNEMAT e investimento em infra-estrutura.

Autores Docentes: Ostenildo Ribeiro Campos, Oscar Mitsuo Yamashita, Divina Sueide de Godoi, Kelte Resende Arantes e Ana Aparecida Bandini Rossi.

• **Proposta:** Não serão abertos novos cursos por *ad referendum*.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho

• **Proposta:** Os cursos fora de sede devem ser ofertados no período de férias acadêmicas dos cursos regulares. Não havendo possibilidade, que seja descontado da folha de pagamento os valores pertinentes aos dias que o profissional estiver afastado de suas atividades no seu campus de origem, uma vez que esses cursos são totalmente custeados por recursos externos.

Autores PTES: Giancarlos Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades



Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho

• **Proposta:** Para abertura de novos cursos/Campi deveram ser levados em consideração os seguintes pontos:

- a) Que venham ao encontro das necessidades sócio-econômicas da região;
 - b) Que se orientem por uma análise recente e prospectiva da profissão, em que sejam incluídas tendências e políticas gerais e específicas, levando em consideração, primordialmente:
 - O número de profissionais formados e instalados na região;
 - O número de cursos (públicos) existentes no Estado e série demonstrativa da demanda à educação superior;
 - A proximidade geográfica com outros cursos (públicos) similares, a demanda social, o que inclui o potencial do mercado de trabalho;
 - c) Que apresente uma análise comprobatória da otimização do aproveitamento dos recursos humanos envolvidos e qualificação profissional;
 - d) Que comprovem a existência e a disponibilidade de salas de aula, instalações administrativas, laboratórios, equipamentos, acervo bibliográfico especializado e outras condições físicas e materiais necessários ao desenvolvimento do curso, assim como a garantia de sua atualização e reposição;
 - e) Que demonstrem as necessidades e apresentem um cronograma para a aquisição de materiais, assim como a origem dos recursos pertinentes;
- Autores PTES:** Giancarlo Benetti, Dirceu da Rosa Martins, Anderson Paulo Rossi, Mairo Fabio Camargo, Sergio Alessandro S. Fragoso, Clades Zimmermann, Alcina Alves de Araujo, Wagner Domingos de Sousa, José Carlos



Antunes de Oliveira, Vanderson Ricardo Jorge, Jesus Ap. Pedroga, Lygia Ebúrneo, Viviane G. Fraga e Rosemeire Coelho

PRÉ-TESES PARA O
II CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

I. Perfil da Universidade quanto a sua autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

a) Estrutura organizacional

TESE: Acrescentar ao o organograma do *Campus* de Nova Xavantina (atualmente tem 4 supervisões) mais duas Supervisões sendo uma Supervisão para Laboratórios de ensino (englobando laboratórios de áreas afins) e uma Supervisão para Tecnologia da Informação (englobando a gestão de toda a estrutura tecnológica do *Campus*).

JUSTIFICATIVA: Para atender as novas necessidades do *Campus* de Nova Xavantina, são necessários mais duas supervisões. A prioridade é a supervisão de TI, a qual necessita alguém com esta responsabilidade e capacitado para planejar e executar um desenvolvimento ordenado do *Campus* nesta área, pois nosso *Campus* está crescendo e a parte de TI não tem acompanhado este crescimento. Já a Supervisão de laboratórios de ensino torna-se necessário, pois com o aumento de cursos e conseqüentemente de laboratórios de ensino, torna-se necessário alguém supervisionar o andamento dos trabalhos dos mesmos.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: A Unemat deverá implantar *Intranet* e sistema de protocolo para acompanhamento dos processos.

JUSTIFICATIVA: Muitos problemas com a tramitação dos processos ocorrem por não existir um sistema que permita o rastreamento dos mesmos. Tem-se a sensação de estar diante de uma caixa-preta, pois as informações acerca da tramitação são de difícil acesso. O interessado em saber como anda determinado processo tem sempre que realizar ligações interurbanas em horário comercial, o que significa desperdício de dinheiro público. Uma intranet vai proporcionar economia e ganho de agilidade ao mesmo tempo em que tornará transparente esta tarefa da gestão. Por último, o aspecto da igualdade quanto ao tratamento dos trabalhadores da instituição também estará garantido, uma vez que existirá uma fila de processos a serem atendidos.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: função de chefia de departamento deve ser exercida pelos PTES.

JUSTIFICATIVA: Com a implantação do PCCS docente, todos os professores podem ter D.E. Desta forma, o cargo de Chefia de Departamento torna-se desinteressante ao docente de carreira, porque é preferível lecionar uma disciplina a mais que ter os problemas administrativo-pedagógicos de um Departamento. Assim temos, por um lado, o desinteresse docente em Chefiar um Departamento e por outro, o Assessor de Gestão Pedagógica nos termos da Instrução Normativa Nº 004/2008/2 – PROE. Diante disso, verifica-se que o PTES se encaixa perfeitamente no perfil para chefiar departamentos, uma vez que sua função é administrativa. Se a função do Departamento é Administrativo-Pedagógica, a parte administrativa será desenvolvida pelo PTES, sendo a parte pedagógica desenvolvida pelo Assessor Pedagógico e Colegiado do Curso. Nesse caso, para ser Chefe de Departamento, o PTES não necessita de ter um perfil conforme o curso, pois os órgãos colegiados são estruturados por profissionais da área, e conforme Resolução nº 018/2008 – CONSUNI, Regimento dos Colegiados de Cursos dos Departamentos, Art. 5º, item I a XXI, as competências do Colegiado do Curso são didático-científicas e as competências do presidente do Colegiado de Curso, conforme Art. 6º, itens I a VI, são meramente técnico-administrativa. A função de Chefia a ser exercida pelo PTES deve ser eletiva e concomitante com o Assessor Pedagógico, ou seja: formar-se-á uma chapa – Chefe de Departamento e Assessor Pedagógico - assim não corre o risco do Departamento funcionar apenas administrativamente. Assim, o professor deixa de exercer funções administrativas e passa a exercer o seu verdadeiro papel que é a sala de aula, projetos de pesquisa e extensão. Observando a Resolução Nº. 022/2003 – CONSUNI, verificamos que conforme Art. 47 “A Chefia do Departamento é o órgão executivo que coordena, acompanha, orienta e superintende direta e indiretamente as atividades didático-científica e técnico-administrativa. do Departamento”(SIC) (Sublinhamos). Neste caso a parte didático-científica será função do Assessor Pedagógico e do Colegiado de Curso e o PTES, exercerá a função técnico-administrativa, propondo, elaborando, promovendo encaminhamentos ao bom andamento do curso. Importante verificar que conforme Art. 51 da Resolução Nº. 022/2003 – CONSUNI mencionada acima, com exceção do item IV, as restantes competências são puramente

administrativas. Quanto à remuneração, os PTES farão jus à verba de representação da função em tabela a ser estudada conforme qualificação. Já para o Assessor Pedagógico, deverá ser revisto o Art. 8º da Instrução Normativa Nº 004/2008/2 – PROE, devendo ser oferecido alguma vantagem ou compensação, pois o professor que se encaixa no perfil exigido, não se interessa em candidatar-se simplesmente pelo “amor à educação” sendo mais vantajoso para o docente a participação ou desenvolvimento de um projeto ou apenas dedicar-se à sala de aula.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

II. Orçamento e Financiamento da Universidade.

a) Fundações de Apoio;

TESE: Destinar dos recursos do FIDPEX aos PTES desenvolverem projetos de pesquisa e extensão.

JUSTIFICATIVA: Hoje, os Profissionais e Técnicos do Ensino Superior – PTES da UNEMAT não são mais apenas servidores, mas colaboradores no desenvolvimento desta Instituição. Desta forma, a qualificação é uma meta de todos os PTES, nos quais buscam sempre desenvolver suas funções com mais eficiência e excelência. Mesmo assim, muitos PTES querem e tem potencial de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, no entanto por falta de políticas de incentivo neste sentido, não desenvolvem, o que por um lado desmotiva-os. Por isso, destinar recursos aos PTES e criar um regimento para regulamentar esta atividade é de suma importância.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Fidpex deverá lançar editais destinados ao financiamento de pesquisas de baixo custo.

JUSTIFICATIVA: Atualmente a Unemat não conta com nenhum programa de incentivo que impulse pesquisas básicas, isto é, que não visem resultados imediatos mas o aparato fundamental para futuras pesquisas de maior aplicabilidade. Tais pesquisas, sobretudo de cunho teórico, não dependem de tantos recursos, como materiais de consumo, combustível, deslocamentos, diárias, etc. No entanto, são indispensáveis para a consolidação e fundamentação de projetos de ponta, uma vez que grandes projetos se fazem com bases teóricas firmes.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: A Universidade com a estrutura que possui deveria proporcionar um número maior de bolsas.

JUSTIFICATIVA: Para que alunos possam ter em um determinado período de sua jornada acadêmica recursos para compra de material ou até mesmo para manter seus custos em alimentação, pois é visto que muitos iniciam suas atividades acadêmicas e devido a motivos financeiros são obrigados a desistir de estudar. Além disso, este auxílio beneficiaria ambas as partes, dando origem ao desenvolvimento científico tanto da Universidade quanto do acadêmico, sendo função das fundações. É preciso criação novas fundações de apoio, para descentralizar as funções, até então exercidas pela FAESPE, ou fundações específicas por área. Uma Fundação de Apoio ao Ensino Superior é essencial para captação de recursos oriundos de outras fontes e instituições, mas a mesma tem que ser ágil, transparente e eficaz no pagamento aos fornecedores, para de apoio dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais. que os coordenadores de projetos possam trabalhar e executar os mesmos, sem se preocupar com pagamento aos fornecedores, prejudicando assim o andamento dos projetos de pesquisa e extensão.

Autores:

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

b) Descentralização no repasse financeiro dos *Campi*.

TESE: Rever a política de licitação para a compra de livros, de forma a permitir a aquisição de obras disponíveis em catálogos de distribuidoras de todo o país, incluindo-se títulos importados.

JUSTIFICATIVA: Atualmente a gama de distribuidoras que podem participar de licitações da UNEMAT é pequeno, restrito às empresas presentes no estado de Mato Grosso, o que diminui significativamente a possibilidade de ampliar significativamente o número de títulos possíveis de serem adquiridos.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Descentralizar o repasse financeiro do governo, no qual venha uma porcentagem pré-estabelecida diretamente para os *Campi*.

JUSTIFICATIVA: A descentralização possibilita democratizar a aplicação dos recursos, no qual cada Campus tem mais liberdade no planejamento e aplicação dos mesmos.

Autores:

Prof.: Cesar Enrique de Melo

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

Profª. Roberta Raye

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

TESE: descentralização no repasse financeiro dos campi .

JUSTIFICATIVA:Podemos verificar que a comunidade acadêmica está cada vez mais exigente e cobrando resultados que signifiquem a otimização do uso dos recursos da instituição, portanto seria importante a realização da descentralização no repasse financeiro dos campi, pois desta forma cada *Campus* buscaria os conhecimentos necessários para gerenciar bem seu recurso e obteria bons resultados, otimizando desta forma o uso dos recursos e atuando como agente alavancador e mantedor de um processo de gestão descentralizado, melhorando a estrutura física e didático.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

III. Gestão democrática, transparente e participativa.

a) Processos eletivos para escolha de dirigentes;

TESE: O cargo de Diretor de Unidade Regionalizada, função desempenhada por um PTES, deve ser um cargo eletivo e de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito. O colégio eleitoral para o Diretor de Unidade Regionalizada deve ser o *Campus* em que atua, tendo direito a voto, os PTES, os docentes e os discentes, sendo o voto paritário.

JUSTIFICATIVA: Para melhor desempenho, autonomia e democracia na determinação de suas atribuições, este cargo deve ser eletivo, visto que todo o funcionamento da estrutura técnico-administrativa será deste e, tendo sido eleito, terá mais “força” para exercer suas atividades.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

b) Conselhos: Funcionamento, atribuições e composição.

TESE: Criar uma comissão de ética (por *Campus*), com representação de discentes, docentes e PTES para julgar as ações técnico-administrativo. Esta comissão terá também a função de avaliar o trabalho de todos os PTES e Supervisores.

JUSTIFICATIVA: Nos Campus não existe nenhuma comissão de ética para avaliar problemas e procedimentos anti-éticos de docentes e PTES. A criação desta comissão é importante para avaliar e se for o caso punir procedimentos que não condizem com a ética profissional, o qual prejudica a Instituição.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: O Diretor de Unidade Regionalizada deve ter uma cadeira nata no CONSUNI.

JUSTIFICATIVA: Por conhecer a realidade técnico-administrativo, cada Diretor de Unidade Regionalizada deve ter uma cadeira no CONSUNI e assim defender melhorias aos *Campi*,

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Os membros representativos do PTES nos Colegiados de Curso deverão ser eleitos pela categoria.

JUSTIFICATIVA: Para melhor desempenho, transparência e democracia nos respectivos colegiados de curso, o PTES membro do colegiado de curso, deve ser eleito por sua categoria e não ter uma cadeira nata.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Criar conselho o qual deve discutir as prioridades de aplicação dos recursos

JUSTIFICATIVA: a falta de um PTA tem levado a aplicação dos recursos em obras menos prioritárias ou em alguns casos conduzidas para benefícios próprios.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Os conselhos superiores (CONEPE e CONSUNI) devem ter representação paritária entre docentes e PTES.

JUSTIFICATIVA: A igualdade na participação e atribuição na composição destes conselhos o tornará mais democrático, justo e ético.

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

c) **Avaliação Institucional.**

TESE: Os supervisores de todas as Supervisões de Apoio Acadêmico – SAA juntamente com a DIRCA e os responsáveis pelo sistema eletrônico acadêmico devem ter no mínimo 1 (uma) reunião por ano.

JUSTIFICATIVA: Para avaliar o andamento dos trabalhos desse setor, assim como buscar soluções para os problemas cotidiano, buscando sempre atender a eficiência dos serviços deste setor.

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Os supervisores de todas as Supervisões de Biblioteca –devem ter no mínimo 1 (uma) reunião por ano.

JUSTIFICATIVA: Para avaliar o andamento dos trabalhos desse setor, assim como buscar soluções para os problemas cotidiano, buscando sempre atender a eficiência dos serviços deste setor.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

TESE: a) Avaliação de diagnóstico (contínua e permanente – identificação da necessidade de mudança);b) Formulação de objetivos e metas ;c) Decisão política; d) Reformulação.

JUSTIFICATIVA: A avaliação institucional é importante, sendo uma destas formas de avaliação o Provão que é um exame obrigatório para os estudantes de ensino superior que estejam cursando o último ano letivo. Entretanto, não existe apenas uma única metodologia capaz de medir e garantir a qualidade de ensino da aprendizagem e da gestão possível de ser utilizada em qualquer tipo de instituição, assim sempre será necessário ter algum padrão de referência - o paradigma- em relação ao qual o sujeito da avaliação será comparado. Para que se tenha uma formulação ou implementação de políticas públicas é necessário; a) Avaliação de diagnóstico (contínua e permanente – identificação da necessidade de mudança);b) Formulação de objetivos e metas ;c) Decisão política;d) Reformulação. A avaliação institucional torna-se valiosa, quando compreendida como dimensão do processo de desenvolvimento de uma universidade comprometida com a sociedade. Também dentro da avaliação institucional pode observar questões múltiplas como de estrutura, organização e funcionamento, e expectativas, mas, sobretudo, a construção do conhecimento, visto que a finalidade da avaliação institucional é perseguir um ensino cada vez melhor que traduza com clareza seus compromissos com a sociedade brasileira. Portanto, a Avaliação Institucional não pode se transformar em um transtorno para a instituição, sugadores de recursos, dispendiosa e pesada, cabendo desta forma aos especialistas em avaliação, em parceria com os profissionais envolvidos, planejar e executar juntos o processo de avaliação.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

IV. Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão.

a) Fóruns Temáticos;

TESE: realização de Fóruns temáticos para mostrar a sociedade os trabalhos realizados pela Universidade.

JUSTIFICATIVA: Levar as novas tecnologias e conhecimentos desenvolvidas pela pesquisa para a extensão e ou apresentar para instituições que possam aproveitá-las, Assim podemos oferecer o retorno à comunidade e não apenas deixar esses resultados nas nossas bibliotecas.

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

Prof^a. Giselma Dias da Cunha

Prof^a. Roberta Raye

b) Assistência Estudantil;

TESE: Criação de Restaurante Universitário (RU).

JUSTIFICATIVA: A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condições de vida, muitos dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar, ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. No que concerne à alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária. Torna-se necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral. Dada a sua importância para a vida acadêmica, é fundamental que o RU seja, também, em espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

TESE: melhores condições em desenvolvimento e estrutura no que se refere a aula de campo e laboratoriais,

JUSTIFICATIVA: Trabalhar e estudar é uma condição que se constata em todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares. A tendência para a busca da automanutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, apontavam para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico. Proporcionar aos acadêmicos melhores condições em desenvolvimento e estrutura no que se refere a aula de campo e laboratoriais, visto que, muitas disciplinas apresentam créditos e os professores alegam a ausência de infra-estrutura adequada para a prática das atividades.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

TESE: políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de garantir acesso aos *campi* a custos baixos

JUSTIFICATIVA: A maioria dos estudantes utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de garantir acesso aos *campi* a custos baixos. Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais freqüentam os serviços públicos de saúde. Outra demanda importante a ser considerada refere-se à prevenção de acidentes no exercício de atividades curriculares. A aquisição de equipamentos de proteção individual para os usuários de laboratórios e em atividades de risco é uma necessidade imperiosa. Torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, os legisladores e a Comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem a função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes." Nesse sentido a assistência estudantil é compreendida como um investimento.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

c) Política de Qualificação e Avaliação dos profissionais da UNEMAT.

TESE: Oferecer cursos de pós-graduação em *lato-sensu* e *strito-sensu* periodicamente aos PTES, podendo estes ser oferecidos pela própria IES ou em parcerias com outras IES podendo ser Minter e/ou Dinter.

JUSTIFICATIVA: Segundo o artigo 35 da Lei Complementar 321 que rege o PCCS dos PTES, é assegurado o direito a qualificação dos PTES. E, uma proposta de qualificação que seja acessível a maioria dos PTES e seu custo é menor, são as parcerias Minter e Dinter, o qual o PTES se qualifica com o afastamento parcial de suas atividades, pois geralmente estes cursos são oferecidos em módulos. Desta forma, teremos profissionais mais qualificados para desenvolverem suas atividades e sem necessidades da Instituição ter custos com a contratação de outro funcionário.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Oferecer cursos superiores de curta duração aos PTES da categoria Auxiliar administrativo, podendo estes ser cursos na modalidade de Educação à Distância EaD.

JUSTIFICATIVA: Também temos que pensar nos PTES da categoria Auxiliar Administrativo. Uma grande parte deles já possuem o ensino médio completo, porém os cursos dos Campus que atuam muitas vezes não os interessa ou não atendem a necessidade de qualificação que necessitam. A proposta com esta tese é que a UNEMAT ofereça cursos superiores de curta duração a esta categoria. Pensando na redução de custos, esta proposta torna-se viável tendo na modalidade de Educação a Distancia – EaD. Poderia se pensar em utilizar a infra-estrutura do CEAD nos Campus que possuem esta estrutura.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: Tirar o interstício de 3 anos para os PTES mudarem de classe. Após cumprir o estágio probatório, o PTES pode mudar para a classe que sua escolaridade for compatível e/ou no momento que concluir a nova escolaridade, a elevação de classe é imediata.

JUSTIFICATIVA: Esta tese estimularia a qualificação e a formação continuada do PTES. Uma coisa muito discutida é porque da existência deste interstício. Sabe-se que um dos motivos é para que a Instituição faça o planejamento financeiro. Porém, este prazo para elevação de classe de ser num prazo menor e mais automática, pois mesmo que a Instituição não tenha programas de formação continuada, a retirada do interstício motiva o PTES a buscar esta qualificação por iniciativa própria, porque sabe que vai ser beneficiado e também irá beneficiar a Instituição.

Autores:

PTE: Odair José da Silva

PTE: Lourivaldo Amâncio de Castro

PTE: Marcelo Araújo

PTE: Marcelo Nunes

PTE: Ivor Prolo

TESE: A Universidade deve realizar semestralmente uma avaliação do corpo docente, verificando desta forma se o processo de ensino encontra-se no mesmo nível didático-pedagógico.

JUSTIFICATIVA: A importância da educação e da formação profissional para o desenvolvimento econômico é inquestionável. Cada vez mais há necessidade de maiores níveis de escolaridade, para que sejam ensinadas as habilidades básicas para o desempenho de sua função, e também porque possibilitam o aperfeiçoamento contínuo do profissional — exigência do novo paradigma. As instituições de formação profissional têm grande dificuldade de se manterem tecnologicamente atualizadas, o que obriga as empresas a investirem seus recursos próprios, além daqueles compulsoriamente recolhidos para esse fim, na qualificação de seus profissionais. Paralelamente, a estratégia das instituições de formação profissional tem sido a de investir em áreas de alta densidade tecnológica, o que consome boa parte de seus investimentos e implica o treinamento de poucos a um custo elevado, seria importante que a Universidade realizasse semestralmente uma avaliação do corpo docente, verificando desta forma se o processo de ensino encontra-se no mesmo nível didático-pedagógico.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

V- Política de expansão da universidade

a- Diretrizes para abertura de novos cursos e/ou campi

TESE: Não há necessidade social para a abertura de novos cursos, o que deve ser feito é melhorar e adequar às estruturas contidas no *Campus*.

JUSTIFICATIVA:A abertura de novos cursos é interessante, mas em primeiro lugar é importante a estruturação dos cursos que a instituição já possui, estruturando a Universidade forma profissionais mais capacitados e com isto apresentará um maior valorização dos cursos.

É importante manter a visibilidade e debater com a sociedade um problema que há muito vem sendo denunciado: a possibilidade de proliferação desordenada e irresponsável de faculdades no Brasil.

Não há necessidade social para a abertura de novos cursos, o que deve ser feito é melhorar e adequar às estruturas contidas no *Campus*, tais como:

(i)- anfiteatro: aquisição de cadeiras, aparelho de som e multimídia;

(ii)- quadra poliesportiva: realizar a cobertura para melhor desenvolvimento e aproveitamento das aulas e aquisição de materiais esportivos (bolas, rede, material didático);

(iii)- laboratórios de ensino: aquisição de equipamentos didáticos e de materiais de consumo, para melhor estruturação das aulas práticas e também para proporcionar aos docentes melhores condições de trabalho.

Estas estruturas citadas acima são de grande valia para o ensino, pois verifica que muitos profissionais chegam hoje despreparados ao mercado de trabalho, em grande parte, resultado da má formação dada pela instituição que foram abertas sem as mínimas condições de formar bons profissionais. A formação precária e o excesso colocam em risco a saúde da população, pois estão relacionados ao aumento das infrações éticas, à aceitação de salários irrisórios, honorários abaixo da média e condições de trabalho desfavoráveis. Portanto, a sociedade não necessita de mais cursos e, sim, de bons profissionais, preparados, formados de acordo com as necessidades da população, comprometidos com a ética e com o desenvolvimento do País.

Autores

Discente: Luciana Midori

Discente: Wandaira Schneider de Souza

Discente: Luciana Takamori

Discente: Silvana Breitenbach

Discente: Leandro carvalho Lima

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) (I) Perfil Da Universidade ...
- () (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E
Tecnologia ...
- (X) (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (X) (V) Planejamento Institucional

Gestão Democrática e Arranjo Institucional

2. JUSTIFICATIVA

“O planejamento é um esforço humano permanente de ampliação da liberdade, no sentido de controlar e governar o curso das coisas, para não ser controlado e governado por elas.”(Carlos Matus)

A universidade teve uma importância significativa no desenvolvimento brasileiro, especialmente a partir da década de 40 a 70 quando o *boom* de crescimento econômico é dirigido pelo ideário desenvolvimentista. É também um período de florescimento do planejamento no Brasil, com a instituição dos planos de desenvolvimento: Plano Trienal – Governo João Goulart (1961-1964), Plano de Ação Econômica – PAEG – Governo Castelo Branco (1964-1966), Plano

Estratégico de Desenvolvimento – PED – Governo Costa e SILVA (1967-1970), I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – Governo Médici (1971-1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – Governo Geisel (1975-1978). Considerado auge do planejamento no país, esse período se encerra com o fim da ditadura e a crise inflacionária do início dos anos 80. Toda expansão do parque científico e tecnológico do Brasil das universidades se deu aí. As funções de produção de Ciência e Tecnologia, organizada principalmente nas universidades, uma vez que o desenvolvimento capitalista brasileiro foi tardio, fizeram com que as universidades se tornassem importantes instituições para o projeto desenvolvimentista em curso. A ideia de universidade era, portanto utilitarista e submetida aos ditames governamentais e, sua expansão reflete o modelo de desenvolvimento desigual tanto do ponto de vista social quanto regional. Nesse sentido, as desigualdades permeiam o coração do sistema de ensino superior no Brasil, bem como o sistema de Ciência e Tecnologia. Essas desigualdades distinguem diferentes regiões do país a partir de suas funções na produção capitalista. Tal situação define em cada região diferentes tipos de universidades, com diferentes padrões de qualidade. Esta é uma contradição da qual a própria universidade não pode fugir, pois, enquanto produtora de cultura, ela se insere no campo de luta hegemônica ou, se quisermos utilizar um conceito de P. Bourdieu, no campo de lutas pela distinção social:

“Enquanto aparelho de hegemonia, a universidade encontra-se sujeita ela própria a uma luta hegemônica que se desenvolve em seu próprio seio, o que explica muitas das crises de identidade desse aparelho. Ao contrário de outros aparelhos de hegemonia, a universidade encontra-se, no Brasil, no cruzamento da Sociedade Política com a Sociedade Civil, combinando de modo próprio a coerção com a hegemonia.”(Cunha, 1988: 10).

As universidades públicas têm sido, no Brasil, importantes produtoras de C&T, no entanto, grande parte dos investimentos em C&T incidem sobre regiões restritas e contribui para desigualdades regionais ainda maiores. Torna-se um desafio o fortalecimento de iniciativas que possam alterar a realidade em favor de um tipo de desenvolvimento que signifique a melhoria das condições e dos direitos

das massas da população e a redução da “*distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados*” (Sachs, 1993: 25), tanto do ponto de vista dos grupos sociais quanto das regiões do país. Superar esse quadro implica em democratizar os investimentos em Ciência & T, garantindo a excelência em ensino, pesquisa e extensão para todo o sistema, em todas as regiões do país. Uma política desse tipo serviria como instrumento de reversão do quadro perverso do sistema dual de ensino superior brasileiro: Para os mais abastados as boas universidades dos grandes centros, aos mais pobres escolas de terceiro grau precárias e/ou ensino privado. A definição de um padrão unitário de qualidade das universidades brasileiras e do ensino superior é, portanto, uma luta importante a ser empreendida dentro e fora da universidade.

A responsabilização do poder público pela definição de padrão mínimo de qualidade das IES's, com conseqüências sobre o financiamento público dessas instituições, é especialmente importante no caso das universidades estaduais e municipais, pois, o grande crescimento do ingresso no ensino superior se deveu, nos últimos anos, à expansão acelerada destas universidades, paralelo ao crescimento vertiginoso das instituições privadas, conforme podemos observar no quadro que segue:

Evolução do Número de Ingressos pelo Vestibular, por Dependência Administrativa - Brasil 1980-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	356.667	62.044	30.704	24.666	239.253
1981	357.043	63.039	36.113	28.111	229.780
1982	361.558	62.446	36.504	31.030	231.578
1985	346.380	60.443	37.418	25.883	222.636
1986	378.828	62.800	40.105	33.721	242.202
1987	395.418	60.498	44.322	29.217	261.381
1988	395.189	57.703	47.958	25.514	264.014
1989	382.221	58.491	43.074	23.438	257.218
1990	407.148	57.748	44.470	23.921	281.009
1991	426.558	69.279	47.685	25.893	283.701

1992	410.910	72.063	50.201	27.462	261.184
1993	439.801	73.925	51.419	28.345	286.112
1994	463.240	76.130	54.953	28.703	303.454
1995	510.377	72.623	56.703	28.686	352.365
1996	513.842	78.077	58.294	30.123	347.348
1997	573.900	86.387	60.537	34.935	392.041
1998	651.353	89.160	67.888	39.317	454.988
88/98 (%)	64,8	54,5	41,6	54,1	72,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC
Disponível em
www.inep.gov.br

Se considerarmos as reformas que ocorreram ao longo das décadas de 80 e 90, o advento da Constituição de 88, seguida pela descentralização das políticas sociais aos Estados e Municípios, a vinculação de recursos às políticas de Saúde e Educação Básica e a manutenção da concentração de competências fiscais na União, estes dados acima apontam para um grande problema de financiamento gerado pela expansão do ensino superior nos estados sub-nacionais, sem a co-participação do Governo Federal.

O crescimento das universidades estaduais precisa ser entendido a partir de um contexto de ampliação das responsabilidades sociais dos entes federativos, o que coloca o ensino superior como um custo adicional à governança local/regional, mas, também precisa ser entendido como estratégica de afirmação das forças políticas regionais/locais. Não por acaso, as realidades das universidades estaduais¹, são muito próximas tanto no que diz respeito às insuficiências de estruturas de ensino, pesquisa e extensão, quanto no que esta vulnerabilidade de financiamento significa em termos de captura da universidade por interesses políticos exógenos à sua finalidade.

¹ É preciso ressaltar o fato de que as condições das universidades estaduais, no geral, não se aplicam às condições das estaduais paulistas, que possuem outra dinâmica por se encontrarem no centro do Capitalismo Industrial, dispondo de recursos incomparavelmente maiores que aqueles a que têm direito as demais universidades estaduais e por estarem ligadas a burguesia industrial enquanto as universidades do interior do país estão vinculadas a grupos políticos oligarquizados, ligados aos interesses do capitalismo baseado no Agro-negócio, nas classes rurais tradicionais ou metamorfoseadas de modernidade.

A despeito das vicissitudes que integram a construção da universidade, a posição fronteira entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, permite a esta instituição uma riqueza de elementos que nenhuma outra poderia oferecer. Ela pode dar contribuições muito significativas e abrangentes, pois, conta com elevado capital intelectual, expresso em seus quadros profissionais que dificilmente encontraremos em outro espaço. De outro lado, ela pode dinamizar a correlação de forças em favor dos interesses da maioria da sociedade, trazendo para os espaços públicos conteúdos éticos, estéticos e culturais, seja na formação de profissionais, seja produzindo saberes que respondam às necessidades sociais, estimulando os processos participativos em projetos que venha desenvolver. Nesse sentido, a vocação da universidade deve ser a liberdade. Não a liberdade do liberalismo, da desresponsabilização com a coisa pública, do individualismo oportunista e atomizado. Mas, a liberdade ética, na qual se assuma coletivamente a responsabilidade sobre sua história. Para isso, a universidade precisa ela própria ser conduzida de forma democrática e transparente, imbuída da profunda responsabilidade de elevar a cultura de seu tempo e de transformar suas experiências institucionais em cada ação, em cada espaço, em processos pedagógicos de liberdade. Tudo isso sem excluir a contradição e o conflito; dando qualidade aos embates para nos permitir responder aos desafios de nosso tempo, nos colocando a frente dele.

Cristóvam Buarque atribui à Universidade uma dimensão libertária, uma instituição que, por natureza, busca liberação do homem de todas as formas de opressão, ou impedimento à liberdade. Para ele a Universidade pode contribuir de 03 maneiras para a realização humana:

- "... avanço técnico-científico, comprometido com a busca de maior eficiência na dominação da natureza, para ampliar o bem-estar e conquistar tempo livre, graças à redução do trabalho social necessário à sobrevivência do conjunto da sociedade;*
- prática constante das atividades estéticas em todas as áreas das artes...;*
- definição e exercício de ética de propósitos e prática na condução do processo histórico, corrigindo os freios no avanço da liberdade tais como: distribuição desigual, entre os indivíduos, da liberdade social e dos seus benefícios; ameaça*

pela ganância das gerações presentes, do equilíbrio ecológico necessário para viabilizar o projeto de liberdade nas próximas gerações." (1989: 12)

Uma universidade assim só é possível com esforço institucional. Ela não acontece *per sí*, no espontaneísmo ou no voluntarismo dos indivíduos que queiram fazê-la. Construir uma universidade produtora de C&T, que contribua para elevação cultural, para a liberdade e que seja ela própria um espaço ético libertário, exige fortes recursos institucionais, principalmente, capacidade de planejar suas ações, mais ainda quando o grande nó crítico para sua construção é o estrangulamento financeiro, a não responsabilização do Governo Federal e os interesses políticos que capturam a universidade e a escravizam. Mas, o Planejamento deve ser entendido não como estrutura na burocracia, mas, como prática e cultura que deve se fazer presente em todas as ações institucionais, em todas as unidades.

Planejamento não significa a elaboração de um plano tecnicamente perfeito, disposto em alguma prateleira, sob uma bela capa dura. Planejamento é um processo técnico e político que envolve a *práxis*, a ação política revestida de intencionalidade, cuja mediação exige a técnica, mas, não se basta nela. É preciso romper com a visão tradicional do planejamento normativo e tecnicista, que destitui o caráter eminentemente político e dialógico do ato de planejar.

Uma instituição com o potencial que tem a Universidade, em especial a UNEMAT, deve possuir capacidade de relacionar-se de forma crítica e propositiva com todos os setores da sociedade sem, contudo, perder de vista a Autonomia², esse relacionamento implica a convivência com o outro, com o diferente, situações de

² "A autonomia compreende, basicamente, a autonormatização, o autogoverno e a auto-organização, com vistas às atividades-fins da universidade, quais sejam: o planejamento de suas atividades e de seu desenvolvimento institucional; a regulamentação do estudo e do ensino nos limites da legislação em vigor (...); a criação e a dissolução de cursos e de unidades acadêmico-administrativas; o livre estabelecimento de relações de intercâmbio científico e cultural com instituições nacionais e estrangeiras; o estabelecimento de contratos e convênios, visando a realização de pesquisas ou cursos especiais." (INFORMANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. ANDES-SN. Ano X, nº 93. Agosto/setembro, 1999. Encarte: Autonomia. Proposta da Diretoria da ANDES para a Universidade Autônoma. p. 9)

conflito e a contradição persistente de construção de um projeto que se antagoniza com o que está posto. A universidade precisa construir sínteses que possam elevar as relações sociais a um outro patamar: mais respeitoso, mais comprometido com a coletiva, mais disposto a convivência, mais democrático, onde o conhecimento não tenha fim estritamente funcional à cultura do individualismo consumista.

Nada disso ocorre na UNEMAT de hoje, ao contrário, temos um ambiente extremamente anti-democrático, as relações profissionais estão profundamente deterioradas e o adoecimento por fatores emocionais tem sido um fenômeno cada vez mais constante entre os professores.

As relações, a cultura e os mecanismos de participação (ou de veto a participação) não correspondem a realidade de uma universidade que tem grande importância no cenário regional. Dados oficiais³ informam que são mais de 10 mil alunos, onze campi, 82 cursos, quase quinhentos técnicos do ensino superior, cerca de 660 professores concursados, destes temos 119 doutores, 328 mestres e 51 professores afastados para doutorado, neste ano de 2008 a UNEMAT deve fechar o seu orçamento na casa dos 100 milhões de reais, oriundos de fontes do Tesouro do Estado. Como é possível pensar todo esse potencial de realização com uma cultura de baixa responsabilização institucional, baixo nível organizacional e poucos estímulos positivos ao desenvolvimento das carreiras, da pesquisa, do ensino e, especialmente, da participação da comunidade nos destinos dessa universidade?

Pensando nisso, a prioridade máxima da UNEMAT deve ser o de construir arranjos institucionais que permitam a participação democrática⁴ na gestão da universidade, o controle público sobre seus fins, garantindo que os espaços de

³ Anuário Estatístico 2007. Universidade do Estado de Mato Grosso, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Cáceres, 2007.

⁴ Necessário se distinguir a participação delegativa que hoje permeia as relações na UNEMAT, cujo termo foi atribuído por Guilherme O'Donnell em seu famoso e clássico ensaio: Democracia Delegativa? In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: 1991, daquele que denominamos Democracia Participativa, termo atribuído por Pateman, no seu também clássico trabalho sobre a Democracia. Ver: PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. São Paulo, Paz e Terra, 1987

tomada de decisão sejam também espaço de aprendizado político e acadêmico. A estrutura da administração deve ser composta por órgãos colegiados e executivos, sendo o poder de deliberação destes subordinado ao dos colegiados. É necessária a existência de estatutos e regimentos elaborados e aprovados em processos democráticos. Para tanto, devem ser realizados Congressos Estatuintes com a participação paritária dos segmentos.

Para fazer isso a UNEMAT precisa afirmar convicções que são fundamentais e que devem perpassar as suas estruturas, seus colegiados seus estatutos, mas, fundamentalmente sua cultura e suas práticas:

- 1) Democratização das decisões institucionais
- 2) Responsabilização dos agentes de direção e dos indivíduos
- 3) Despersonalização do poder, através de decisões colegiadas e execução em equipe em todos os níveis de gestão;
- 4) Respeito às relações institucionais e decisões colegiadas;
- 5) Autonomia e liberdade à organização da produção acadêmica, artística, cultural.

3. PROPOSTAS.

3.1. Ampliação da Participação Social nos Espaços de Deliberação Superior.

3.1.1. Instituir, imediatamente, o Conselho Curador, com representação da Reitoria, segmentos Docente, Discente e Técnicos, bem como representação do Governo e da Sociedade Civil, garantindo que a universidade exerça o princípio democrático de se submeter, como organização pública estatal, ao controle social;

- 3.1.2 Alterar a Lei 319, para a ampliar a composição do Conselho Curador, passando a incluir representação de instituições públicas de Ensino e Pesquisa que atuam no Estado, desde que não sejam órgãos da administração estadual, representantes dos movimentos sociais ligados a defesa do meio ambiente e minorias étnico-culturais.
- 3.1.3 Reforçar, nos estatutos da Universidade, o importante papel do Congresso Universitário, como espaço de Deliberação Máxima da Universidade, conforme preconiza a Lei no. 319, de 30/06/2008, com ampla participação da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do poder público, devendo ocorrer a cada 05 anos.
- 3.1.4 **Implantação do orçamento participativo** em todos os níveis da administração (reitoria, campi e departamentos). A Unemat deve propiciar o mais amplo debate e participação na definição das origens e aplicação dos recursos, bem como na eleição das prioridades institucionais. O orçamento participativo é um instrumento ideal de gestão democrática, hoje utilizado nas democracias mais consolidadas.

3.2. Democratização da estrutura dos Conselhos

A UNEMAT instituirá a separação das funções e poderes Legislativo e Executivo no seu interior, como forma de democratizar os espaços de decisão colegiada ampliando a participação na gestão, especialmente no nível da direção superior, garantindo que o planejamento e sua execução sejam processos de ampla participação e co-responsabilidade da comunidade acadêmica, superando a cultura de delegação aos cargos gestão, o monopólio da função planejamento. Desse modo, respeitadas as funções previstas no Art. 4º da Lei 319 e, o que prevê a Lei Federal nº 9.394 de 20.12.96, em seu artigo 70, propomos:

- 3.2.1. Os Conselhos na UNEMAT devem ser compostos por representantes das unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, eleitos por seus pares em suas respectivas unidades;

- 3.2.2. O Conselho e Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE e o Conselho Universitário – CONSUNI, terão seus membros eleitos para exercer mandato de conselheiro, não devendo acumular cargos de gestão e mandato de Conselheiro, salvo nos casos de Reitor, Pró-reitor de Pesquisa, Pró-reitor de Ensino para o CONEPE e Reitor, Vice-reitor e Pró-reitor de Administração e Finanças para o CONSUNI, que serão representantes natos nestes conselhos.
- 3.2.3. O CONEPE e o CONSUNI criarão em seu interior Câmaras Setoriais, de caráter técnico-científico e não deliberativo, responsáveis pela apreciação das matérias a serem deliberadas pelo respectivo Conselho, cabendo às estas Câmaras a apreciação consubstanciada em relatório que indique o resultado dos estudos sobre a matéria, viabilidade técnico-financeira, adequação às políticas da universidade, adequação jurídica. Os relatórios das Câmaras Setoriais subsidiarão as decisões dos Conselhos, devendo esses relatórios ser antecipadamente encaminhados para apreciação dos conselheiros.
- 3.2.4. As Câmaras Setoriais serão compostas por membros dos respectivos conselhos e contará com assessoria técnica e condições adequadas para o funcionamento que deverá ser garantido pela reitoria.
- 3.2.5. As Câmaras Setoriais poderão propor ao Conselho, dentro de sua competência, temas e políticas gerais desde que estas não impliquem custo financeiro às unidades de execução.
- 3.2.6. A reitoria, composta pela Vice-reitoria, assessorias e Pró-reitorias, tem a prerrogativa privativa de encaminhar planos, programas e projetos que impliquem custo financeiro à universidade, para apreciação dos Conselhos, cabendo a estes as alterações e ajustes que se fizerem necessários, dentro de sua competência institucional.
- 3.2.7. A criação e extinção de cursos, campi e unidades de ensino, pesquisa e extensão devem obedecer ao que dispõe o artigo 56, parágrafo 5º, da Lei 9.394, de 20.12.96 além de critérios adicionais definidos pelo CONEPE e CONSUNI, cuja deliberação somente será feita após apreciação do mérito

e estudos de viabilidade técnico-científico e financeira pelas Câmaras Setoriais, seguido de amplo debate nas instâncias de deliberação.

3.2.8. A atividade de Conselheiro é considerada de relevância pública, por compor a direção do Governo da Universidade, devendo ter precedência sobre as demais atividades e compor o Plano de Atividades dos Docentes e Técnicos que exerçam tal função, prevendo tempo de dedicação às atividades de Conselheiro, com desoneração ou liberação de atividades concorrentes.

3.2.9. Aos conselheiros representantes do segmento estudantil não serão imputadas sanções quando suas faltas se justificarem pelas atividades de Conselheiro, devendo este registrar sua condição de conselheiro no Conselho do Departamento.

3.2.10. A função precípua dos conselhos é garantir a participação da comunidade acadêmica no planejamento das ações. A UNEMAT deve ser pensada e discutida a longo prazo, eliminando a figura cultural do imediatismo e das benesses pessoais. A UNEMAT, assim como toda instituição educacional é a casa do saber, onde deve ser fomentadas as discussões e o pensar, na busca de solidificar proposta viáveis na formação de uma sociedade mais justa, crítica, livre e solidária, voltada para a preservação e melhoramento do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o planejamento aqui sugerido, não é apenas financeiro, mas trata-se de um instrumento norteador de ações e perspectivas da universidade, elaborado com a participação e comprometimento de toda a comunidade acadêmica.

3.2.11. A direção da UNEMAT, deve se pautar pelos princípios da gestão democrática que pressupõe transparência nas ações. Nesse sentido, os relatórios de gestão, bem como, os demonstrativos contábeis são fundamentais para redução da assimetria informacional, ao mesmo tempo em que capacita para a participação democrática e intervenção nas decisões sobre os rumos da

universidade. Portanto, é **obrigatória** a publicização das contas e ações de cada unidade político-administrativo da Unemat.

3.2.12. Para avaliação da gestão, da aplicação dos recursos pela comunidade acadêmica, do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como das condições para sua realização, a UNEMAT instituirá Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Os resultados dessas avaliações serão expressos em relatórios circunstanciados sobre aspectos econômicos, financeiros, sociais e científicos, os quais possam subsidiar discussões com a comunidade, através da instituição de audiências públicas que envolva a comunidade interna e externa.

3.3. Descentralização e Fortalecimento das áreas de Conhecimento: Conselho de Centro, Centros e Institutos, Conselhos de Departamento, Departamentos, Cursos.

A ampliação da democracia na UNEMAT deve ser aliada a um amplo processo de responsabilização, promovendo para isso a participação em todos os níveis de gestão acadêmica, organizando condições para o trabalho docente e técnico e assunção de responsabilidades mútuas em todos os níveis, ao mesmo tempo em que oferece ricas possibilidades de processos pedagógicos de aprendizado político envolvendo também os estudantes. É nesse sentido que são pensados os Colegiados, os Centros, os Institutos e os Departamentos, como segue:

3.3.1. Os Centros - são unidades de articulação dos planos, programas e projetos de áreas afins que reúnem vários departamentos, localizados em uma determinada região/campus, cujos objetivos são:

- i) promover esforços conjuntos para melhoria da qualidade do ensino em sua respectiva área;
- ii) normatizar as relações institucionais dentro da área para o uso de equipamentos comuns: laboratórios, biblioteca, museus, etc,
- iii) manutenção de estruturas comuns, procedimentos administrativo-científico-pedagógicos comuns etc),
- iv) priorizar investimentos na área e departamentos, a partir de programas de pesquisa e pós-graduação que integrem diferentes departamentos da área e potencialize o uso de recursos econômicos, de pessoal e demais recursos institucionais.

O espaço de deliberação das políticas do Centro é o **Conselho de Centro**, constituído por representantes eleitos: docentes, técnicos, estudantes dos departamentos que o compõe e representantes dos Institutos a ele vinculados. O coordenador de Centro é o articulador da política do Centro, responsável pela organização dos recursos institucionais para a implementação das políticas definidas pelo Conselho, contando com equipes de trabalho que envolve: equipe técnica de apoio e, professores dos departamentos, cujas responsabilidades são partilhadas no âmbito das deliberações do Conselho de Centro.

3.3.2. Os Institutos - são unidades vinculadas aos Centros, que congregam docentes e pesquisadores dos diferentes departamentos do Centro e de outros centros/campi e instituições externas, o que significa democratizar a universidade também no âmbito da produção do conhecimento. São objetivos dos institutos:

- i) Planejamento e execução de programas e projetos coletivos de pesquisa multi/interdisciplinar e interinstitucional, de interesse do respectivo Centro ao qual se vincula e dos professores/pesquisadores que se associam para constituí-lo;
- ii) o desenvolvimento de projetos especiais de Educação Permanente envolvendo grupos sociais e categorias profissionais relacionados às temáticas de atuação do Instituto;
- iii) programas de pós-graduação vinculados à atividade de pesquisa do Instituto.

3.3.3. Departamento - é a subdivisão da grande área de conhecimento que compõe um Centro. Agrega professores de uma mesma sub-área (matemática, geografia, direito, etc..), que reúne disciplinas afins e conta com equipe de apoio técnico-administrativo suficiente à gestão dos meios de administração geral, necessários ao seu funcionamento.

Cabe aos departamentos o planejamento e execução de planos, programas e projetos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, que envolvam os interesses de sua sub-área, bem como a organização do trabalho docente nas diferentes frentes de atuação do departamento, expresso nos respectivos planos de trabalho docente.

3.3.4. Cursos são programas de ensino sob responsabilidade de 01 ou mais departamentos, dentro de um mesmo Centro.

3.3.5. O colegiado de departamento é a instância de deliberação do planejamento e acompanhamento da execução das políticas departamentais, devendo ser composto por membros eleitos, representantes dos segmentos existentes no departamento: estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos lotados no departamento

Os colegiados são unidades de planejamento, de pactuação de interesses nos mais diversos níveis de política acadêmica e, uma vez deliberada, delegam a cada unidade executiva a autonomia necessária para implementar seus planos e ações, sendo garantida as condições mínimas de financiamento e recursos institucionais que permitam às unidades a consecução de seus fins.

3.4. Descentralização da Gestão Orçamentária e Financeira como estratégia de fortalecimento do Ensino Pesquisa e Extensão.

3.4.1. As políticas gerais da Universidade, os estatutos e regimentos que normatizam a vida acadêmica, garantirão a descentralização, a autonomia e a liberdade das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão; sem perder de vista o papel de coordenação e articulação geral que devem ter as instâncias superiores, para o desenvolvimento institucional, a implementação de mecanismos de incentivo à qualificação e avaliação docente, a melhoria da qualidade de ensino, o desenvolvimento da pesquisa e extensão, da pós-graduação, a integração entre os campi, bem como a instituição de mecanismos de cooperação interinstitucional com organizações regionais, nacionais e internacionais no campo da C&T e das artes.

3.4.2. A Administração Central deve implementar mecanismos de coordenação, execução e avaliação dos planos, programas e projetos institucionais, de modo a promover a articulação entre as unidades, ao mesmo tempo em que garante a autonomia da gestão acadêmica dos Departamentos, dos Centros e Institutos, com vistas aos resultados institucionais desejados e aprovados pelas instâncias superiores.

3.4.3. O financiamento interno das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e das unidades de gestão, deve ser fixado por Resolução aprovada pelo CONEPE e homologado pelo CONSUNI, não cabendo *ad referendum* sobre esta matéria.

3.4.4. Para a descentralização da gestão orçamentária e financeira no âmbito das unidades da UNEMAT (centros, institutos, deptos) se estabelecerão critérios de repartição dos recursos para as atividades finalísticas e de gestão, devendo levar em conta o planejamento institucional integrado, priorização das atividades finalísticas, o fortalecendo as áreas de conhecimento: Departamentos, Centros e Institutos em cada região/campus e dentro dessas áreas devem se considerar entre outros critérios:

- a) N. de Alunos de graduação
- b) N. de alunos de pós-graduação
- c) N. de professores
- d) N. de professores em Dedicção Exclusiva
- e) N. de professor doutor
- f) N. de professor Mestre
- g) N. de projetos de pesquisas em andamento;
- h) Resultados das pesquisas realizadas (num período a ser determinado pelos regimentos)
- i) Cursos implantados e necessidades de infra-estrutura
- j) Existência de Unidades complementares de ensino e pesquisa (museu, biblioteca, etc.)

4. Resumo

Este documento discute a universidade do ponto de vista de seu papel numa sociedade desigual, onde ela própria se coloca como parte dos instrumentos de promoção dessa desigualdade. Faz reflexões sobre o lugar das lutas que ocorrem no espaço dessa instituição, situada na fronteira entre Sociedade Civil e Sociedade Política, para utilizar termos gramscinianos.

No percurso dessa reflexão aponta a necessidade de trazer para as práticas e a cultura da universidade, possibilidades libertárias. Onde os sujeitos envolvidos na construção da universidade, tomem para si a responsabilidade de fazê-la.

Identifica na UNEMAT mecanismos que impedem essas possibilidades e, desse modo, apresentada uma série de propostas de ampliação da democracia na UNEMAT, através de processos de descentralização das estruturas e do financiamento, da ampliação dos espaços de tomada de decisões no planejamento e execução das políticas e da participação nos colegiados, procurando resignificar o seu papel.

5. Autores:

Anézio Martins Santana (Sinop)
 André Milhomem (Colider)
 Dirceu da Silva (Sinop)
 Denivalde Jesiel Rodrigues Pereira (Sinop)
 Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
 Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
 Egeslaine (Colider)
 Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
 Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
 Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
 Ivone Cella da Silva (Sinop)
 Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)
 Jaqueline Pasuch (Sinop)
 João Ivo Puhl (Cáceres)
 Josete Cangussu (Tangará da Serra)
 Julio César dos Santos Brandão
 Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
 Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
 Leni Hack (Cáceres)
 Marcos Fábio da Silva (Sinop)
 Maria de Fátima Castilho (Sinop)
 Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
 Maria Madalena de Lima Silva
 Marinês da Rosa (Tangará da Serra)
 Otávio (Cáceres)
 Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
 Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)
 Raquel (Colider)
 Regis Queiroz Gonçalves
 Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
 Tiago Oliveira (Sinop)

PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

IDENTIFICAÇÃO

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (X) (I) Perfil Da Universidade e autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica ...
 () (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
 () (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
 () (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
 () (V) Planejamento Institucional

2. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

A centralização das decisões administrativas, financeiras e pedagógicas revelam um modelo de gestão autocrática e contrapõe aos princípios de autonomia e de gestão democrática sobre os quais devem-se efetivar os processos de gestão das instituições educacionais nos diversos níveis de ensino tais como:

1. Falta de democratização e transparência na gestão financeira da Unemat
2. Falta de conhecimento, sistematização e garantia de valor aluno ano levando em conta o princípio da equidade entre os campi e garantia de qualidade
3. Falta de planejamento equilibrado e democrático no processo de expansão da Unemat com implicações sobre o seu equilíbrio orçamentário
4. Recursos insuficientes para uma expansão de caráter inclusivo, com qualidade e responsabilidade social assumida
5. Alto índice de dependência, evasão e abandono

6. Falta de inovações no contexto das matrizes curriculares e suas práticas pedagógicas, além de variados conflitos na relação professor(a) aluno(a) especialmente nos processos avaliativos.
7. Distanciamento entre teoria e prática. Reclamações de setores e instâncias públicas quanto a atuação dos acadêmicos estagiários.
8. Falta de informações quanto a participação da Unemat nos fóruns de definições das políticas públicas de Educação Básica.
9. Ausência na região médio norte de cursos de formação inicial e continuada para formação e qualificação dos profissionais para Educação Básica Pública
10. Falta de democratização das informações e de uma política de disseminação dos saberes produzidos pela instituição
11. Falta de quadro capacitado a nível de mestres e doutores para atender a demanda atual e futura de conformidade com as metas traçadas no plano nacional e estadual de educação
12. Modelo de universidade excludente destituída do compromisso com a democratização do saber para todos e todas.

3. PROPOSTA

AUTONOMIA FINANCEIRA

- O financiamento ordinário da UNEMAT deve ser Público, oriundo do Tesouro do Estado de Mato Grosso, que deverá garantir plenamente e com qualidade, suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão tanto nas despesas correntes de pessoal e manutenção geral quanto nas despesas de capital para investimentos em infra-estrutura adequada às suas atividades fins;
- Poderá compor o orçamento da UNEMAT os recursos provenientes de programas e projetos de cooperação com o Governo Federal, Estado e Municípios, configurando recursos extraordinários, **não** substituindo os recursos ordinários do Tesouro Estado destinados por Lei ao financiamento da Universidade;

- A UNEMAT, através de sua direção superior, zelará pela garantia de sua autonomia, pela vinculação automática dos repasses de recursos ordinários pelo Governo do Estado, não podendo os órgãos superiores transgredir esta prerrogativa sob pena de responsabilização legal;
- O recurso de financiamento da universidade deverão ter por base de cálculo, percentual legalmente instituído sobre as receitas tributárias oriundas de impostos, taxas e contribuições, além das transferências voluntárias do Governo Federal ao Estado de Mato Grosso,
- A UNEMAT poderá firmar parcerias com instituições privadas e organizações da sociedade civil para realização de projetos de interesse social, cujos resultados devem ser obrigatoriamente públicos.
- **Extinção da FAESP** e sua substituição por um **Fundo Público**, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão, com obrigatoriedade de prestação de contas, controle público pelos conselhos superiores, editais públicos para acesso aos recursos, que devem ser destinados ao financiamento das atividades de Pesquisa e Extensão, bem como projetos especiais de Ensino nos níveis de graduação e pós-graduação.
- O financiamento deve ser para toda a universidade e não por campus: Definição de um valor aluno – ano comum aos campi levando em conta a equidade (igualdade na distribuição dos recursos levando em conta as diferenças de manutenção dos cursos nas suas funções de ensino – pesquisa e extensão)
- Estabelecer critérios para a destinação de recursos prioritários para as atividades fins (ensino, pesquisa, pós-graduação, orientação, participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais, publicação e extensão) meios de gestão (despesas da gestão, infra-estrutura, equipamentos, manutenção, ampliação de estruturas físicas, material de consumo, transportes, hospedagens, alimentação em reuniões) e meios de deliberação (Congressos, reuniões de conselhos e colegiados, etc.);

3

- O ensino, pesquisa e extensão na UNEMAT tem que ter financiamento institucional, não só pessoal ao executor e de origem externa, de modo a reforçar as estruturas básicas da instituição na realização da sua missão e metas de médio e longo prazos
- Constituir conselhos local e multicamp.(câmara de financiamento ou sub comissões de financiamento dentro da estrutura do conselho) com a participação dos vários segmentos da comunidade acadêmica e da sede administrativa para acompanhamento e controle dos recursos financeiros repassados pelas instâncias públicas ou recebidos de outras fontes
- Constituir grupos de estudos e investigação para definição de valores aluno ano levando em conta o princípio qualidade conforme a natureza formativa de cada curso
- Instituto das Licenciaturas e Instituto dos bacharelados, cada um com seus recursos próprios cf. número de cursos, alunos, professores e estruturas básicas para o funcionamento (laboratórios, campos experimentais e de visitação, bibliotecas, centros de documentação, incubadoras, empresas Junior, etc.);
- Colegiado de curso e do departamento com autonomia e recursos próprios para o desenvolvimento do ensino e atividades afins;

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA – CIENTÍFICA E PEDAGÓGICA

- Aperfeiçoar o sistema de administração definindo melhor as competências e responsabilidades de cada instância e gestor para cobrar responsabilidades legais dos gestores por falhas, omissões, desvios ou não cumprimento de metas estabelecidas pelas instâncias deliberativas;
- Departamentos com autonomia científica, pedagógica, financeira e administrativa por área de conhecimento;
- Coordenador pedagógico de curso eleito no lugar do atual chefe de departamento, coordenará e articulará o coletivo dos professores do curso nas atividades de avaliação, planejamento, monitoramento do ensino;

4

- Coordenador do departamento (área de conhecimento) articulará os professores nas atividades de pesquisa (linhas, programas, projetos), Pós-graduação (lato e stricto sensu) e extensão (programas, projetos e atividades);
- Chefia ou Secretaria executiva do curso e departamento será exercida por um profissional técnico do quadro permanente e qualificado;
- Assegurada a dedicação exclusiva dos professores como regime de trabalho exige-se um plano de trabalho para todos os profissionais que inclua suas atividades de ensino, pesquisa, orientação, extensão e gestão;
- Superar as contradições entre as práticas individuais e coletivas, exigindo-se responsabilidades em ambos os casos e estimulando as ações coletivas no ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;
- Cuidar para que haja uma relação orgânica entre os PPPs dos cursos e departamentos com as políticas mais gerais dos Centros, Institutos ou unidades, pró-reitorias;
- Nos cursos de formação de profissionais licenciados e bacharéis valorizar mais os estágios práticos, ampliando a preocupação pedagógica com eles e envolvendo mais profissionais.
- Criar comissões em cada campi articulada com uma comissão central para definição de planos de expansão em cada região com a participação da sociedade organizada governamental e não governamental nas várias esferas públicas
- Criar Sub comissão extraída da comissão anterior com o papel de proceder a interlocução com as instituições governamentais das esferas governamentais federal, estadual e municipal, do poder executivo e legislativo, a fim de garantir os recursos públicos suficientes ao seu plano de expansão, bem como novas fontes de recursos públicos, tendo em vista Cumprir com as metas estipuladas para o ensino superior no âmbito do Plano Nacional, Estadual e Municipais de educação
- Criar Grupos de trabalho em cada campi para estudo e investigação das taxas de dependência e abandono com o objetivo de propor debates, conferências e fóruns para definição de uma política de Educação superior inclusiva. Cada evasão de acadêmico são recursos desperdiçados.

- Criar grupos de trabalho com a participação de todas as faculdades e departamentos, no âmbito central e local, para avaliações, reflexões e proposições de currículos comprometidos com a construção do saber, com métodos pedagógicos integradores das funções ensino-pesquisa e extensão e de natureza inter/mult e transdisciplinar..
- Repensar a política de práticas e estágios supervisionados. Maior aproximação dos acadêmicos(as) com a realidade vivenciada em suas áreas de profissionalização. Criar Grupos de Trabalho com esta finalidade.
- Democratizar as informações quanto a participação e os compromissos assumidos pela Unemat na política de formação continuada dos profissionais da Educação Pública Básica.
- Definir e executar juntamente com a Seduc uma política consistente, com aporte financeiro garantido, para formação inicial qualificação continuada e permanente, pautada nos princípios de ensino, pesquisa e extensão, destinada aos profissionais da Educação Básica Pública a fim de atender a demanda das regiões.
- Estruturar uma política de comunicação, democratizar as informações e canalizar recursos para disseminar o conhecimento produzido pela instituição de forma conectada : pesquisa e extensão
- Definir, e viabilizar de forma articulada com as instâncias governamentais do poder executivo e legislativo os recursos necessários para cumprir o plano de qualificação dos profissionais da Educação para o Ensino Superior (docentes e funcionários) da esfera estadual no Estado de Mato Grosso
- Assumir compromissos com o plano de ações afirmativas e destinar no mínimo 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas

DIRETRIZES DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

- - A UNEMAT reafirma seu compromisso com as minorias, através do aprofundamento das políticas de valorização da diversidade étnico-cultural, das formas de ingresso diferenciada para grupos sociais específicos, sistemas de cotas, políticas de permanência e assistência estudantil, programas especiais de ensino e pós-graduação, em cooperação com entidades públicas, da sociedade civil, dos movimentos sociais e organizações não governamentais.
- - A UNEMAT instituirá em seu calendário, de modo permanente e com periodicidade bienal O Fórum de Pesquisa e Extensão e O Fórum de Ensino, ambos acontecendo em anos alternados/diferentes, com objetivo de divulgar as pesquisas realizadas, promover debates com a sociedade, avaliar sua política de ensino, pesquisa extensão, para ampliar a agenda de estudos sobre a realidade regional, nacional e internacional e melhoria da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Estes fóruns se constituirão em subsídios para as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade e envolverá toda a comunidade acadêmica, sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas.
- **Universidade - Concepção e Papel:** a Universidade é uma instituição científico-educativa de *caráter público e social* que lida com a sistematização e socialização de conhecimentos, que são referenciados na vida cultural e político-econômica, nos fenômenos e fatos da sociedade. Tem como principal papel problematizar a realidade em seus aspectos multidimensionais, fornecer elementos para melhor compreendê-la e para transformá-la, o que evidencia, portanto, a sua referência social e o caráter de utilidade pública.
- **Princípios:** democracia de acesso e permanência, reafirmando o conhecimento como propriedade coletiva e não privilégio de poucos; publicidade: qualidade técnica e política, que requer investimento financeiro e material e permanente qualificação de pessoal; gestão democrática, concebida como a capacidade de pensar e decidir coletivamente os rumos da instituição, respeitando as decisões tomadas; autonomia, entendida como o exercício da capacidade de pensar a si mesma, de se administrar e avaliar sem interferências externas, e como processo de afirmação da identidade da instituição, conforme suas especificidades e concepções político-administrativas.

- **Linhas de ação para pesquisa e extensão:** pensar o conhecimento científico no plano do desenvolvimento social, contribuindo para a redução dos índices de exclusão social; pautar seus trabalhos em um paradigma de cientificidade e desenvolvimento que não se confunda com simples postulados tecnocráticos, onde a preocupação com a ética e a equidade social esteja sempre posta. No lugar de uma ciência explicativa e causal, uma ciência interpretativa, que possibilite uma maior compreensão do mundo em que vivemos e indique elementos para enfrentamento das problemáticas nele configuradas. Fortalecer e ampliar a prática da pesquisa como princípio integrador do processo de ensino-aprendizagem . Dimensionar as ações de pesquisa e extensão a partir das áreas de conhecimento estruturadas em seu interior, sem privilegiar uma área em detrimento de outras, articular projetos de modo a possibilitar a integração de conhecimentos e a potencialização de recursos financeiros. Rever os atuais “corredores” e “biomas” estabelecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, refletindo se realmente a proposta de articulação da pesquisa da Unemat com o MT+20 corresponde ao nosso projeto de universidade (?). Implementar um sistema permanente de avaliação interna e externa visando a promoção da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.
- **Linhas de ação para o ensino:** para ser coerente com a concepção de universidade explicitada anteriormente, a UNEMAT, através da Pró-Reitoria de Ensino precisa estabelecer como diretrizes dos cursos de formação profissional:
 - a concepção de formação numa dimensão ampla, que extrapole a simples aquisição de domínio técnico de determinada área de conhecimento e que incorpore os aspectos políticos, éticos, estéticos e humanos; que postule a construção da capacidade de ação crítica e autônoma dos estudantes em sua prática social....
 - o currículo globalizado, que possibilite a articulação entre as áreas de conhecimento, e evidencie a natureza interdisciplinar e multidimensional do conhecimento científico, fruto das relações sócio-culturais e econômicas do ser humano; cada disciplina não tem valor apenas em si mesma, mas na totalidade do conhecimento e da formação que se vislumbra...

- a ênfase no aspecto pedagógico por parte dos cursos de licenciaturas, uma vez que o objetivo é a formação de professores, e a profissionalidade docente não pode prescindir da dimensão pedagógica e metodológica que caracteriza a ação docente, sem descuidar das especificidades dos conteúdos técnicos de cada área de formação...
- o rigor e a seriedade na organização e desenvolvimento do ensino são condicionantes essenciais da qualidade dos cursos de formação, que passa pela significativa seleção dos conteúdos (vínculo com a prática social e cultural) e pela adoção de métodos de ensino que possibilitem a comunicação interativa e indagadora entre sujeitos do conhecimentos e mundo social do trabalho, portanto, que permitam articular conteúdos programáticos e realidade atual, explorando suas contradições e conflitos, num processo dinâmico que se assenta nos princípios da educação crítica e transformadora.
- A avaliação de ensino e aprendizagem como mecanismo de acompanhamento e análise do desempenho acadêmico, e de redimensionamento do trabalho pedagógico; deve se pautar em critérios previamente estabelecidos e acordados entre professores e estudantes, ser processo transparente, os resultados da avaliação devem ser periodicamente socializados com os alunos...
- O Estágio Supervisionado é concebido como componente curricular do Projeto Político Pedagógico de cada Curso, elemento indissociável do processo de formação profissional devendo ser assumido como compromisso coletivo. O Estágio Supervisionado é o momento de efetivar, sob a orientação e supervisão do professor, um processo de ensino-aprendizagem que possibilitará ao licenciando vivenciar e atuar em espaços escolares e não escolares, preparando-o para a futura atuação profissional. As atividades do Estágio Supervisionado serão articuladas e fomentadas pelo Centro Integrado de Estágio Supervisionado – CIES, estruturado em cada campus universitário, exceto nos campi com menos de dois cursos de licenciatura. A jornada de trabalho do professor de estágio supervisionado tem como parâmetro em regime de Tempo Integral em Dedicção Exclusiva, compreendendo atividade de ensino na disciplina de Estágio constante no semestre, orientação, supervisão e acompanhamento aos estagiários, atividade de pesquisa e/ou extensão.

4. RESUMO

4. Autores.

1. Anézio (Sinop)
2. André Milhomem (Colider)
3. Dirceu da Silva (Sinop)
4. Denizalde Pereira (Sinop)
5. Domingos Sávio Garcia (Cáceres)
6. Edir Antonia de Almeida (Cáceres)
7. Egeslaine (Colider)
8. Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)
9. Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)
10. Ilma Ferreira Machado (Cáceres)
11. Ivone Cella da Silva (Sinop)
12. Ilza Nunes da Cunha Polimi (Sinop)
13. Jaqueline Pasuch (Sinop)
14. João Ivo Puhl (Cáceres)
15. Joseite Maria Cangussu Ribeiro (Tangará da Serra)
16. Kilwanyi kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)
17. Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)
18. Leni Hack (Cáceres)
19. Maria de Fátima Castilho (Sinop)
20. Maria Ivonete de Sousa (Sinop)
21. Marínés da Rosa (Tangará da Serra)
22. Otávio (Cáceres)
23. Paulo Alberto Vieira (Cáceres)
24. Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)

25. Raquel (Colider)
26. Regis Queiroz Gonçalves
27. Tiago (Simop)



UMA UNEMAT CIDADÃ

É POSSÍVEL !

com qualificação profissional, assistência estudantil
e expansão responsável



Pré-tese ao II Congresso Universitário da Unemat

Título da Pré-tese: **UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXPANSÃO RESPONSÁVEL.**

LINHA DE REFLEXÃO:

- () I – Perfil da universidade;
 () II – Orçamento e financiamento da universidade;
 () III – Gestão democrática, transparente e participativa;
 (x) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
 (x) V – Política de expansão da universidade.

PROBLEMA/JUSTIFICATIVA: No nosso entendimento a pluralidade de idéias em um espaço democrático e livre como o Congresso Universitário, é a grande oportunidade que a UNEMAT tem para repensar seus objetivos e práticas sociais, planejando no presente para colher um futuro de prosperidade, onde acadêmicos, professores, técnicos e sociedade estejam em diálogo constante e se sintam motivados a participar ativamente dos rumos da instituição.

RESUMO: Esta pré-tese, fruto da ampla discussão de dezenas de estudantes, técnicos e professores visa contribuir na discussão dos rumos da UNEMAT à luz das mudanças ocorridas na universidade com a publicação das Leis Complementares nº 319/2008, nº 320/2008 e nº 321/2008.

Quanto à abertura de novos *campi*, defendemos que seja feita com responsabilidade, com recursos que garantam a implantação e desenvolvimento, e principalmente em regiões que ainda não possuam acesso ao ensino superior público.

Propomos também uma ampla política de assistência estudantil, contemplando bolsas, moradias, restaurantes, apoio a eventos estudantis, mas principalmente garantindo que todas estas conquistas estejam em constante avaliação pelos estudantes através da Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE, que terá composição paritária e será um espaço privilegiado de planejamento, execução e fiscalização das políticas de assistências aos nossos estudantes.

Enfim, lançamo-nos no desafio, de contribuir com estas idéias e propostas, porque acreditamos que **UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL!**

AUTORES: Miguel Rodrigues Netto, Iberê Martí Moreira da Silva, Lucas Gonçalves de Oliveira Alves, Cleuza Regina Balan Taborda, Rui Ogawa, Aumeri Carlos Bampi, Hugo Franco de Miranda, Roberto Passos de Oliveira, Anderson Hubner, Luiz Carlos Spicalsck Junior, Ana Carolina França Bogó, Rafhael Mamede Camargo Dutra, Eliel Aparecido as

Silva, Cíntia Michelle da Costa, Letícia Santos Lima de Oliveira, Roseli Ribeiro Mamede, Erick Duclert Stoelben, Luiz Kenji Umeno Alencar, Andréia dos Santos Moura, Anderson Alex Reichert, Reginaldo Lopes Alencar, Ronnie Jefferson Fazollo, Cleberson Roberto Machado da Silva, Kênia Karoline Ribeiro Sodré, Sandra Maria Belluzzi Costa, Sandrielem da Silva Rodrigues, Altares Caetano Aparecido, Hugo Almeida da Silva Jeferson Alexandre Soares Gonçalves, Saily Kotubo Magalhães, Ana Aparecida Moraes de Oliveira, Adriana Arza Malala, Ana Caroline da Cruz Araújo, Jéssica Simplício de Sousa, Lianádia de Fátima Garcia Bruscagin, Jean Carlos Crizóstomo de Souza, Fábio Iser, Ronnie Jeferson Fazzolo, Nair Aparecida dos Santos, Maria Pedra de Aguiar Castro, Jeferson Odair Diel, Eduardo Gimenes Volpini, Ruberval Gomes, Adriana Rieger, Anne Heloise Vargas, Renata Ferreira Rodrigues, Israel Lima Pinheiro, Raudiego da Silva Santos, Euclécio da Silva Barbosa, Howenda Nibetad Baganha, Ary Gertes Carneiro, Ana Paula Banbini Rossi, Anderson Paulo Rossi, Viviane Fraga Gouveia, Fabrícia Bataglia, Rachel Reis Morosine, Marlize Refati Zineti, Daniele Costa, Rafael Mendes Pereira, Maria Helena Kanashiro Ogawa.

LINHA TEMÁTICA IV

DIRETRIZES PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

FÓRUNS TEMÁTICOS

São metas:

- Promover Fóruns temáticos permanentes de ensino, pesquisa e extensão, utilizando os resultados das discussões como subsídios para o aprimoramento constante das políticas dessas Pró-Reitorias;
- O ensino, a pesquisa e a extensão devem ter como estratégia a metodologia participativa, no sentido de levantar a real necessidade da sociedade de acordo com suas demandas locais.
- O tripé do ensino, pesquisa e extensão também deve estar voltado para a discussão interna dos cursos da universidade, sendo esta discussão paritária, no que diz respeito a construção dos projetos políticos pedagógicos e a seleção de profissionais docentes e técnicos que tenha como propósito contribuir numa formação profissional que atenda as demandas sociais.
- Trazer a sociedade para dentro universidade através dos direcionamentos das

atividades de extensão.

- Incentivo a estágios interdisciplinares de vivência, sendo este promovido e financiado pela UNEMAT em parceria com Poder Público e Movimentos Sociais.
- Garantia do seguro de Universitário para todos Acadêmicos da UNEMAT.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Entendemos por Assistência Estudantil o conjunto de medidas sócio-econômicas que a universidade desenvolve com o objetivo de garantir o pleno desenvolvimento de seus acadêmicos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão garantindo a permanência dos estudantes nos cursos e combatendo a evasão.

São eixos norteadores para as políticas de Assistência Estudantil:

- Políticas de permanência amplas e que sejam capazes de contemplar a maior diversidade possível de acadêmicos dentro das características dos cursos, como turno de funcionamento, poder aquisitivo, procedência dos estudantes (localidade).
- Preocupação especial com as camadas mais carentes da classe estudantil, com garantia de parte dos recursos globais destinadas a esses contingentes acadêmicos.
- Participação no planejamento, execução e fiscalização dos programas e ações de Assistência Estudantil entre a Administração da UNEMAT e as representações de classe dos estudantes.
- Alocação permanente de recursos orçamentários para o pleno desenvolvimento de programas e planejamento de atividades de curto, médio e longo prazo.
- Que as bolsas devem ter um caráter de seleção democrático e ter mais transparência na sua divulgação, no sentido de prazos de divulgação e os critérios de seleção.
- Incentivo à participação em eventos esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e políticos, sobretudo os vinculados às áreas de atuação profissional, bem como os promovidos pelas executivas nacionais de curso e entidades de representação geral dos estudantes.

São metas para Assistência Estudantil:

- Garantia de oferta de bolsas das mais variadas modalidades aos acadêmicos,

sobretudo as bolsas de pesquisa e extensão que devem ser ofertadas como prioridade, com a obrigatoriedade de atendimento de no mínimo de 5% do total de acadêmicos matriculados nos cursos de graduação de todas as modalidades em 2009 por *campi* com acréscimo de 1% ao ano até atingir o patamar de 10% dos acadêmicos matriculados com valores nunca inferiores aos já praticados e com jornada de 20 horas/semanais.

- Implantação de Moradias Estudantis a partir de amplo estudo de demanda e de critérios a serem estabelecidos pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE com meta de implantação mínima de uma unidade por ano, com recursos garantidos para sua manutenção.
- Implantação de Restaurantes Universitários a partir de amplo estudo de demanda e critérios também estabelecidos pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE com meta de implantação mínima de um restaurante por ano, com recursos garantidos para sua manutenção e com preço da refeição não superior à média praticada pelas universidades públicas da região centro-oeste.
- Destinação de 0,5% do orçamento anual da UNEMAT para financiamento a eventos promovidos pelos estudantes, bem como a participação destes em congressos, seminários, encontros, bienais, etc.; com critérios de prioridade definidos pela Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE.
- Construção de espaços para abrigar as instalações das entidades representativas dos estudantes, como os Diretórios Centrais de Estudantes – DCE's e os Centros Acadêmicos – CA's com garantia de recursos e previsão de implantação no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI elaborado pelos *campi*.
- Construção de Creches Universitárias em parceria com as Prefeituras Municipais, beneficiando centenas de mães acadêmicas que poderão estar próximas de seus filhos no decorrer das aulas, além de se estender ao corpo docente e administrativo que também poderão utilizar a creche.
- Desenvolver mecanismos mais eficientes de financiamento do Movimento Estudantil da UNEMAT, como o repasse de percentual de inscrições do vestibular aos DCE's fornecendo autonomia do ME.

Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE

Esta comissão terá o papel de planejar, executar e fiscalizar as políticas voltadas à

Assistência Estudantil, trabalhando para que as demandas sejam atendidas utilizando os critérios mais apropriados para cada circunstância e sempre em sintonia com a comunidade acadêmica.

Deverá compor a Comissão Permanente de Assistência Estudantil – COPAE:

- (01) Professor ou Técnico responsável pela área de Assistência Estudantil na UNEMAT, na condição de presidente;
- (01) Professor ou Técnico na condição de secretário;
- (01) Acadêmico eleito pelos integrantes das Moradias Estudantis;
- (02) Professores eleitos por seus pares através de sua entidade representativa;
- (02) Técnicos eleitos por seus pares através de sua entidade representativa;
- (02) Acadêmicos eleitos por seus pares através de sua entidade representativa.

O mandato dos eleitos será de 1 ano sendo permitida uma recondução. O presidente e o secretário da comissão são membros natos.

Será garantida a paridade dos segmentos na comissão, assim, se o presidente e o secretário forem professores somente poderá ser eleito mais um professor, se os dois forem técnicos vale a mesma regra.

POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA UNEMAT

Os profissionais da UNEMAT (professores e técnicos) têm em seus respectivos planos de carreira as diretrizes gerais dos programas de qualificação e avaliação. Porém, o direito de se qualificar garantido nas leis precisa ser regulamentado e, sobretudo fomentado pela UNEMAT.

Sabemos que muito ainda precisa ser feito em matéria de qualificação, pois ainda temos um quadro docente composto por 30% de graduados, que precisam ser contemplados com programas de mestrado; por outro lado, 50% dos docentes possuem mestrado e isso faz aumentar a demanda por programas de doutorado. Além disso as conquistas na carreira como a possibilidade de dedicação integral a UNEMAT, acelerou ainda mais o anseio de docentes que pretendem se dedicar à pesquisa e à extensão, além do ensino.

Entre os técnico-administrativos, as recentes mudanças na carreira colocaram a questão da qualificação como prerrogativa para desenvolvimento nos cargos. Cresce também a convicção de que o técnico deve atuar no desenvolvimento da pesquisa científica e da extensão universitária, ao mesmo tempo em que se qualificando, adquire mais capacidade para administrar com eficácia rotinas institucionais a que está submetido.

Com relação à avaliação, tanto docentes quanto técnicos obtiveram avanços significativos com os novos planos de carreira, que garantem sistemas de avaliação mais adequados e consideram de forma mais abrangente as complexidades do trabalho universitário, abrindo assim uma perspectiva de avaliação menos alicerçada no desempenho como conceituação mercadológica e sim baseado na produção, difusão e socialização do conhecimento.

São eixos norteadores:

- Contribuição para elevar a qualidade do atendimento aos cidadãos, bem como elevar os padrões de efetividade, eficácia e eficiência da administração pública;
- Contribuição para o pleno desenvolvimento dos profissionais da UNEMAT em todas as suas áreas de atuação;
- Política institucional de financiamento para formação continuada;
- Estabelecimento de perfis profissionográficos (cargos, ambientes organizacionais, unidades de atuação e diversidade de formação);
- Definição das áreas prioritárias para qualificação de pessoal técnico e docente.
- Avaliação dos profissionais realizada de forma democrática com a participação das entidades de classe na formulação, execução e fiscalização dos processos.

São Metas:

- garantir recursos do orçamento da UNEMAT para implantar e manter um Programa Permanente de Qualificação para docentes e técnico-administrativos;
- realizar amplo estudo para orientar abertura de mestrados e doutorados interinstitucionais em áreas onde existe maior contingente de profissionais sem esta titulação;

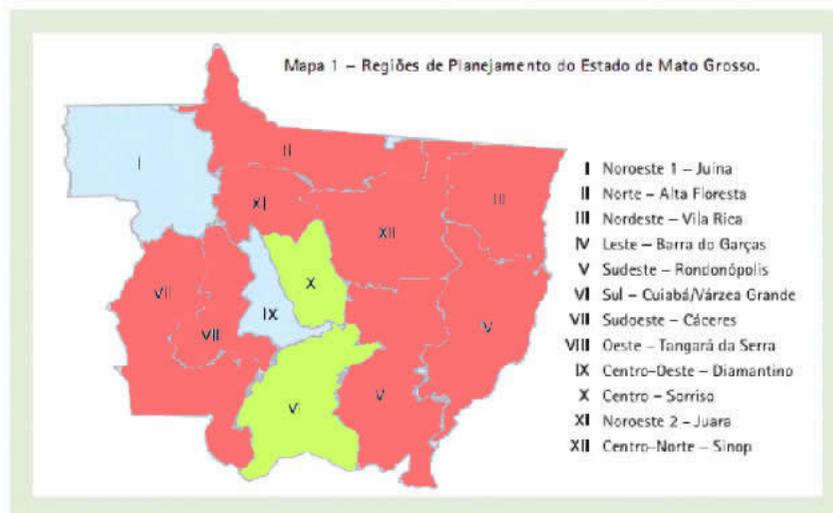
- promover cursos de pós-graduação *lato sensu* institucionais para garantir progressão na carreira dos técnico-administrativos;
- elaborar o mecanismo de avaliação funcional considerando os diversos perfis profissionalgráficos e os diversos ambientes organizacionais da UNEMAT.

LINHA TEMÁTICA V
POLÍTICA DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE

DIRETRIZES PARA ABERTURA DE NOVOS CAMPUS

O mapa da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN divide o estado em 12 regiões de planejamento.

Vejamos no próximo mapa e na tabela a seguir em quais regiões há presença de Campus Universitário da UNEMAT e das outras instituições de ensino superior público de Mato Grosso.



■ Regiões com presença de Campus da UNEMAT.

■ Regiões com presença de IES públicas.

■ Regiões sem presença de IES públicas.

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXPANSÃO RESPONSÁVEL. 8

Região	Município Pólo	Campus UNEMAT	Campus de outra IES Públicas*	Total de IES
I	Juína	-----	-----	-----
II	Alta Floresta	Alta Floresta, Colíder	-----	02
III	Vila Rica	Luciara	-----	01
IV	Barra do Garças	Nova Xavantina	UFMT (Pontal Araguaia)	02
V	Rondonópolis	Alto Araguaia	UFMT (Rondonópolis)	02
VI	Cuiabá/ Várzea Grande	-----	UFMT, CEFET Cuiabá, CEFET/MT (Cuiabá)	03
VII	Cáceres	Cáceres, P. Lacerda	CEFET/MT (P. Lacerda)	03
VIII	Tangará da Serra	Barra Bugres, Tangará da Serra	-----	02
IX	Diamantino	-----	-----	-----
X	Sorriso	-----	Uninova (Nova Mutum)	01
XI	Juara	Juara	-----	01
XII	Sinop	Sinop	UFMT (Sinop)	02

* Existe previsão de abertura de novo *Campus* da UFMT em Várzea Grande e de Unidades de Ensino Descentralizadas do CEFET/MT em Rondonópolis, Juína, Barra do Garça, Confresa e Matupá a partir de 2009.

Considerando o mapa e a tabela, verificamos que a UNEMAT está presente com pelo menos um Campus Universitário em 8 das 12 regiões do estado, e que das 4 regiões onde não há campus da UNEMAT, apenas duas não possuem campus de outra Instituição de Ensino Superior Pública. Além disso, 4 regiões possuem não só a UNEMAT como também outra IES pública.

Com base nesta realidade, são metas:

- Definir critérios objetivos para abertura de novos campi levando em conta as seguintes variáveis:
 - a) disponibilidade orçamentária;
 - b) quantitativo da população regional a ser atendida;

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EXPANSÃO RESPONSÁVEL. 9

- c) natureza sócio-econômica e cultural do município e da região que receberão o novo campus;
- d) contrapartida do poder público municipal para instalação do campus;
- e) patamar do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região, priorizando sempre as de menor desenvolvimento.
- Priorizar a abertura de novos campi da UNEMAT em municípios de regiões onde não há campus da universidade, sobretudo aqueles que também não possuem campus de outras IES públicas;
 - Prever toda infra-estrutura necessária para abertura de um novo *campus*, bem como ampliação do quadro de pessoal docente, técnico-administrativo e recursos para permanência dos estudantes, garantindo estes recursos junto ao Governo do Estado para só em seguida prosseguir com a proposta nas instâncias deliberativas.

DIRETRIZES PARA ABERTURA DE NOVOS CURSOS

Assim como na abertura de novos campi, a abertura de novos cursos requer amplo estudo e garantia de recurso orçamentário para sua implementação. Entendemos que o fortalecimento da UNEMAT passa pela consolidação de seus campi menores, para que junto com os outros que possuem um quadro docente mais numeroso e em condições de desenvolver também a pós-graduação *stricto sensu* com programas institucionais, possamos fazer da UNEMAT uma instituição de excelência em todos os locais onde atua no estado.

Vejamos a tabela com a posição atual dos campi quanto a número de cursos de graduação e nossa proposta:

Campus	Quantidade de cursos regulares	Proposta de criação de cursos	Total de cursos
Cáceres	12	-----	12
Sinop	07	-----	07
Tangará da Serra	07	-----	07
Barra do Bugres	05	-----	05

Alta Floresta	03	01	04
Alto Araguaia	03	01	04
Nova Xavantina	03	01	04
Pontes e Lacerda	02	01	03
Colíder	01	02	03
Juara	01	02	03
Luciara	-----	02	02
Total	44	10	54

Nossa proposta defende a consolidação dos três *campi* menores com a abertura de dois novos cursos de graduação, para os *campi* de porte médio defendemos a abertura de mais um curso para cada um. Já os quatro maiores *campi* ficarão com a mesma quantidade de cursos de graduação. Sendo que para estes, defendemos o esforço concentrado da gestão da UNEMAT em infra-estrutura, no sentido de viabilizar a implantação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em cada um destes quatro *campi*, sendo o segundo para o Campus de Cáceres que já possui um.

Os critérios para abertura de novos cursos deverão levar em conta, sem prejuízo de outros, as seguintes variáveis:

- disponibilidade orçamentária;
- dados do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNEMAT e do campus;
- perfil sócio-econômico da região em que o campus está inserido;
- existência de demanda na região pelo curso que se pretende instalar;
- existência do mesmo curso ou similar na mesma região ou nas cidades circunvizinhas seja em campus da UNEMAT ou de outra IES pública instalada;
- áreas do conhecimento do(s) curso(s) que já estão em oferta no campus.

Pré-Tese apresentada pelo DCE Livre *Paulo Freire* e Delegados Eleitos do *campus Jane Vanini* – Cáceres - MT

LINHA DE REFLEXÃO:

- (x) I – Perfil da universidade;
- (x) II – Orçamento e financiamento da universidade;
- (x) III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- (x) IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- (x) V – Política de expansão da universidade.

1. PROBLEMA / JUSTIFICATIVA

AUTONOMIA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.

PROPOSTA / TESE

Em um passado não tão distante o próprio Movimento Estudantil da UNEMAT, liderado por um único DCE ainda centralizado no *campus Jane Vanini*, o DCE Livre *Paulo Freire*, agindo por interesses inconfessáveis de seus líderes à época, derrubou o meio que financiava e mantinha a independência do Movimento Estudantil.

Após um longo período de inatividade, hoje vemos que as articulações políticas estão de volta na classe estudantil, os Centros Acadêmicos aos poucos voltando à atividade e participando das deliberações do DCE. Estudantes engajando-se nas fileiras partidárias e oxigenando a política no Estado de Mato Grosso, ainda arcaica em seu *modus operandi*.

O Movimento Estudantil da Unemat, mais especificamente em Cáceres, *campus sede* com 12 cursos regulares, possui um DCE devidamente constituído há mais de 10 anos, com Estatuto registrado em Cartório e regularizado perante a UNE

– União Nacional dos Estudantes no último Conselho Nacional de UEEs e DCEs (56º CONEG), realizado no mês de junho deste ano em Brasília-DF.

Ocorre que o DCE Livre Paulo Freire, ao contrário do que ocorre em todas as Universidades no Brasil, não possui qualquer fonte de renda, que lhe proporcione as mínimas condições de promover os deslocamentos necessários e a aquisição de materiais de expediente, tão necessários para as atividades rotineiras de um órgão que representa cerca de 4.000 estudantes.

RESUMO/OBJETIVO

- Seguindo as normas de composição para os Conselhos da UNE, como o CONEG, onde somente têm direito a voto os DCEs que possuem ESTATUTO registrado em cartório e representam NO MÍNIMO 05 CURSOS, propomos que os DCEs da UNEMAT que preencherem estes requisitos, sendo democraticamente eleitos pelos discentes do seu respectivo *campus*, tenham direito a um repasse semestral de 05% (cinco por cento) da arrecadação total da COVEST com as taxas de vestibular dos cursos regulares que o DCE represente.

Este valor deverá ser depositado semestralmente pela COVEST em conta corrente dos DCEs. Atualmente 04 *campus* preencheriam os requisitos para recebimento dos repasses, são eles: Cáceres, Tangará da Serra, Barra do Bugres e Sinop.

- Outro meio de garantir a independência do Movimento Estudantil seria a prestação de contas e repasse do valor arrecadado com o pagamento de multas na biblioteca central.

2. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COVEST E FAESP E RELATÓRIO ANUAL DAS UNIDADES DA UNEMAT E PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA/TESE

A presente tese tem como finalidade apresentar pontos relativos a gestão e aplicação dos recursos públicos captados pela Covest e Faesp, bem como discutir a necessidade de instrumentalizar mecanismos dentro da organização administrativa para a fiel apresentação de relatórios anuais das unidades que compõem a UNEMAT, elaborando assim propostas orçamentárias que comportam os recursos destinados a esta instituição.

Para inserir um modelo de desenvolvimento sustentável em que preze a qualidade na aplicação dos recursos públicos, a prestação de contas indicando a origem dos recursos onde ele foi aplicado e quais foram os motivos determinantes são requisitos indispensáveis para fixar propostas orçamentárias que condizem plenamente com a nossa realidade estrutural, além de demonstrar respeito e moralidade na gestão do dinheiro público.

No entanto, apesar dos esforços contínuos por parte das classes representativas, unidades que compõem a estrutura universitária, Covest e Faesp, insistem em moldar políticas que em nada condizem com princípios imbuídos em nossa Constituição, tais como o da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, EFICIENCIA e PUBLICIDADE.

Nessas estruturas organizacionais, o que se percebe é um manto de políticas escusas, favorecendo interesses particulares e fomentando verdadeiros currais políticos dentro de nossa instituição. Frente a esta realidade indaga-se, até quando permitiremos essa total falta de respeito com o dinheiro público.

Portanto, estender o debate e instituir dentro das diretrizes básicas da Universidade, mecanismos para instrumentalizar a devida prestação de contas da COVEST e FAESP será de grande mérito para revestir esta Universidade com o compromisso ético e moral para com a sociedade.

Aduzindo esta realidade da Covest e Faesp, e com o intuito de prevenir as políticas perniciosas agregadas a interesses particulares, mister se faz englobar não somente as unidades referidas acima num controle ético e moral do dinheiro público, mas também todas as unidades gestoras da Unemat, atribuindo-lhes a obrigação de apresentar relatórios anuais de suas execuções com os recursos destinados para suas competências.

RESUMO/OBJETIVO

Extinguir a Fundação de Amparo ao Ensino Superior Público Estadual – FAESPE ou adotar uma política de gestão coerente com a nova realidade da administração pública, que é o dinamismo e a transparência em seus atos, demonstra ser o caminho cristalino que a nossa universidade deve trilhar, tendo como farol de sua peregrinação os princípios estatuidos pela nossa Constituição, para que mediante tais diretrizes possamos consolidar nos próximos anos, uma Universidade comprometida com as reais necessidades de nossa sociedade, fecundando de maneira justa e democrática o Ensino, Pesquisa e Extensão.

3. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

Democracia na universidade – POR UMA *UNIVERSITAS OMNES* - garantia do voto universal (caso decidam por voto paritário que o seja por representação/eleição de delegados das classes) e paridade nos conselhos.

PROPOSTA/TESE

Direitos políticos formam a base do regime democrático. Com base constitucional podemos afirmar que o sufrágio universal, e o voto livre, secreto, periódico e igual são os princípios basilares da identificação de um Estado como Livre e Democrático de Direito (art. 14, *caput*, CF).

Sufrágio universal é aquele onde todos podem eleger seus representantes, sem qualquer critério econômico, racial, sexual, ou de capacidade especial. Este termo que vem do latim *suffragium*, significa aprovação, ou seja, nos indica que todo

poder emana do povo, que somente com o consentimento do povo é que se legitima o exercício do poder.

Igualdade nos direitos políticos representa a exigência democrática de cada eleitor tenha com seu voto um, voto único, com critérios de paridade, dispondo que todos votos são iguais perante a lei.

Com estas concretizações expostas em nossa Constituição Cidadã, podemos nos questionar como deve ser a Universidade? Claro. Esta que para nós é pública e gratuita deve oferecer modos permanentes de inserção democrática, que se tenha um diálogo aberto com toda a sociedade sobre qual a sua real importância. Uma Universidade em que se mantenha com voto paritário retroage em tudo o que se tem discutido, o que se tem lutado, e o que se tem ganho.

O sufrágio (direito) universal e o voto (exercício) livre e igual, são imprescindíveis da construção de uma Universidade aberta, paritária, sem critérios discriminatórios, abrindo-se assim, a possibilidade de formação, cria espaços de discussões e insere docentes, discentes e técnicos na solução de seus problemas.

Com isso perguntamo-lhes, de quem é o medo do sufrágio universal? O medo é das elites conservadoras que prezam a imobilidade universitária e a manutenção do *status quo*. Não devemos preservar um Ensino Superior que opte pelo corporativismo, que não tenha luta por melhorias, em que não há a transposição de obstáculos, pois, estes necessariamente devem ser a estrutura basilar, a fonte inspirante de qualquer Instituição, como é a nossa UNEMAT.

Aqueles que são verdadeiramente comprometidos com a missão a qual esta tem de cumprir, o porquê de sua existência, tem obrigatoriamente de posicionar-se deste modo. O sufrágio universal e o voto livre e igual são melhores para a instituição como um todo, e principalmente, para a sociedade que a financia. Sem embargos de opinião, cremos que somente deste modo pode haver a realização das políticas administrativas e pedagógicas da Universidade.

RESUMO/OBJETIVO

O sufrágio universal na nação é melhor para a sociedade. O sufrágio universal na universidade é melhor para a comunidade acadêmica. O primeiro é um ato do cidadão, o segundo, além da cidadania, é um ato pedagógico.

4. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

CRIAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

PROPOSTA/TESE

A criação da Pró-Reitoria de assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim sendo ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

- **Programa de Bolsa**, o programa de bolsas tem como objetiva dar condições ao aluno carente de ter acesso a um percentual do salário mínimo por quatro horas de trabalho em um turno inverso ao das suas atividades acadêmicas, de forma a possibilitar-lhe uma ajuda e o desenvolvimento de atitudes.

- **Programa de Auxílio à Alimentação** atende alunos considerados carentes através da triagem do Serviço Social e possibilita que esses estudantes tenham condições de manter as suas necessidades nutricionais satisfeitas. Este serviço conta com a orientação de uma equipe especializada que mantém um cardápio balanceado de acordo com as necessidades da clientela e as condições operacionais da Instituição.

RESUMO/OBJETIVO

A criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil tem como objetivo centralizar e valorizar as questões estudantis, facilitando a resolução de problemas que envolvem a classe acadêmica:

- Edital de bolsas (10% do número de estudantes matriculados);
- Regularizar pagamentos de bolsistas;
- Criação da bolsa-docência;
- Vincular a política de assistência estudantil de acordo com o número de acadêmicos;
- Seguro para os acadêmicos;
- Garantir transporte para aula-campo e Congressos (aquisição de 01 ônibus para cada campus);
- Restaurante Universitário (construção de 01 por ano);
- Casa do Estudante (construção de 01 por ano);
- Construção de espaços para abrigar DCEs e CAs;
- Construção de creches universitárias.

5. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

PROPOSTA/TESE

O propósito principal de um estudo é sua publicação em um diário científico.

Agências de financiamento de pesquisa são instituições importantes, de forma que estudos poderão ser desenvolvidos e poderão ser publicados.

A fundação mais próxima que financia pesquisadores é: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

A missão da Fapemat nada mais é que, apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica em prol do progresso científico, técnico, econômico, e social, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

As Atividades se agrupam em quatro linhas de estratégias diferentes:

1 Linha: avalia o sensu de stricto, ao nível de pós-graduação.

2 Linha: provê acesso e desenvolvimento de pesquisa científica.

3 Linha: provê investimento no desenvolvimento de recursos humanos qualificados no Brasil e no estrangeiro.

4 Linha: promove cooperação científica internacional.

CNPq tem dois propósitos principais: pesquisas financiando e desenvolvimento de recursos humanos.

Proporciona para os pesquisadores ajuda financeira para publicação científica. Especificamente foram criadas as concessões por edital apoiando as publicações nacionais científicas e técnicas por instituições e sociedades.

CNPq também pode apoiar Congressos, Symposiums e cursos a curto prazo.

A Plataforma Lattes também é uma filial de CNPq na qual o Currículo Lattes está disponível.

Este local tem o currículo vitae da comunidade científica e é de grande valor para os pesquisadores.

FAPEMAT também financia publicações de diário, artigos e livros que expõem resultados originais de estudos feitos por pesquisadores do Estado de Mato Grosso. Financia parcialmente as despesas de viagem aos autores de pesquisa em reuniões dentro do país ou no estrangeiro.

Passagem Aérea	América do Norte Central ou do Sul	Até U\$
1,500.00		
Passagem Aérea	Europa e Ásia	Até U\$
2,500.00		
Passagem Aérea	Nacional	Até R\$
1,500.00		
Taxas, inscrições	Internacional	Até U\$
500.00		
Taxas, inscrições	Nacional	Até R\$
500.00		

Autores brasileiros estão aumentando o número de publicações internacionais isso mostra que muitas universidades ou institutos de pesquisas estão se preocupando cada vez mais com as pesquisas e conhecimento de modo geral.

Pesquisadores têm que entender a necessidade de propriedade de conhecimento e as agências de financiamento tenham que considerar as patentes alcançadas como um dos critérios de avaliação de produção científica.

Como sabemos a Fapemat prioriza o auxílio a pesquisa aos professores mestres e doutores,

Sabe se que em muitos casos há envolvimento de acadêmicos nas pesquisas financiadas pela fundação de amparo a pesquisa.

Motivados pelo interesse de pesquisar e desenvolver idéias o estudante voluntariamente inicia estudos paralelos ou atrelados ao seu curso, tendo que custear todo o seu desenvolvimento.

Muitos acadêmicos convivem com a falta de recursos financeiros tendo até mesmo que deixar de pesquisar ou freqüentar a instituição de ensino onde se encontra devidamente matriculado por falta de incentivos.

RESUMO/OBJETIVO

- Criação de uma parceria ou entidade para auxiliar e financiar pesquisas e publicações de trabalhos científicos realizados por estudantes devidamente matriculados na Unemat.
- Criação de uma coordenação vinculada a Fapemat dentro da Unemat, constituída de professores mestres e doutores, visando auxiliar e custear pesquisas acadêmicas após aprovação de projeto.
Após a aprovação, a coordenação indica um professor para auxiliar o acadêmico em suas pesquisas como é feito nas monografias o professor acompanha o desenvolvimento da pesquisa passo a passo.

O acadêmico fica responsável pela prestação de contas do projeto, apresentando gastos por meio de notas fiscais como demanda a instituição financiadora.

- Criar uma pró-reitoria dentro da Unemat não vinculada a Fapemat, constituída de professores mestres e doutores, com a responsabilidade de amparar acadêmicos que estejam no campo da pesquisa, destinando recursos para custear Symposiums, congressos e pesquisa,
O acadêmico fica responsável pela prestação de contas do projeto, apresentando gastos por meio de notas fiscais como demanda a instituição financiadora.

6. PROBLEMA/JUSTIFICATIVA

GARANTIR O TRANSPORTE PARA AULA-CAMPO E O DESLOCAMENTO PARA AULAS ENTRE O CAMPUS JANE VANINI E A CIDADE UNIVERSITÁRIA

PROPOSTA/TESE

É necessidade o transporte dos acadêmicos da UNEMAT para aula-campo e também o deslocamento de alunos do campus Jane Vanini para a Cidade Universitária (percurso entre 5 à 6 km), pois muitos acadêmicos assistem primeiro a aula no campus Jane Vanini e depois vão para a cidade universitária e em seguida retornam novamente para o campus pra assistirem novamente a aula, isso causa um desgaste muito forte para o acadêmico tanto fisicamente como mentalmente, isso prejudica muito o desempenho do aluno, a questão que os acadêmicos chegam atrasados nas aulas, muitos acadêmicos até passam mal indo de bicicleta para a cidade universitária em horário onde a temperatura está muito alta.

Transporte para aula-campo é uma luta antiga dos acadêmicos, pois sem o transporte para aula-campo não temos como desenvolver uma boa pesquisa, pois se não temos condições de ir até o local de estudo não podemos levantar dados

para desenvolver um ensino de qualidade e ter uma extensão ampla dos conhecimentos adquiridos dentro da universidade.

RESUMO/OBJETIVO

Analisando estes problemas (transporte para aula-campo e o deslocamento dos acadêmicos do campus Jane Vanini para a cidade universitária), podemos concluir que é mais viável para a universidade adquirir alguns ônibus ao invés de fretá-los de empresas privadas, combatendo assim contratações irregulares e a corrupção que assola os órgãos públicos neste país. Para uma aula-campo com a distância de 500 km em média, o valor do frete de locação do ônibus pode chegar até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), já um ônibus novo custa em torno de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil) à R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), então o preço que a UNEMAT pagaria por 20 aulas-campo daria pra comprar um ônibus para os acadêmicos do campus Jane Vanini.

AUTORES

MÁRIO QUIDÁ NETO	Delegado Organização Central
RAFAEL DE MELO COSTA ZANELATO	Delegado Organização Central
SERGIO ROBERTO M DUTKIEVICZ	Delegado Organização Central
JOSÉ RODOLFO FESNANDES DE SOUZA	Delegado Organização Central
THAIS CRISTINA DE REZENDE COSTA	Delegada Campus <i>Jane Vanini</i>
HUGO FRANCO DE MIRANDA	Delegado Campus <i>Jane Vanini</i>
VINICIUS RONDON DE ARRUDA	Delegado Agronomia
DIOGO PEIXOTO BOTELHO	Delegado Direito
REINALDO MARCHESI	Delegado Pedagogia
AUDÁLIO RODRIGUES DE MELLO	Delegado Biologia
JUNIO DE OLIVEIRA CRUZ	Delegado Matemática
FELIPE RICARDO S FALCO	Delegado Ed. Física
WALMIR DIAS BARBOSA	Delegado Geografia

ENOQUE RAMOS SANTOS	Delegado Letras
MICHELLE GIRANDELLI	Delegado Enfermagem
VALBER ZACARKIM	Delegado Computação
JACQUES DOUGLAS FRANÇA DE LIRA	Delegado Ciências Contábeis
RENATO FONSECA DE ARRUDA	Delegado História



UMA UNEMAT CIDADÃ

É POSSÍVEL !

com planejamento, democracia e participação



Pré-tese ao II Congresso Universitário da Unemat

Título da Pré-tese: **UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO.**

LINHA DE REFLEXÃO:

- (x) I – Perfil da universidade;
- (x) II – Orçamento e financiamento da universidade;
- (x) III – Gestão democrática, transparente e participativa;
- () IV – Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- () V – Política de expansão da universidade.

PROBLEMA/JUSTIFICATIVA: Esta pré-tese busca apresentar propostas e discutir conceitos sobre a UNEMAT com o objetivo de contribuir para que o II Congresso Universitário seja um rico espaço de debate e que nossas propostas, bem como diversas propostas das teses que serão apresentadas possam ser aprovadas, transformando-se em resoluções que visem melhorar nossa universidade, seja no ensino, na pesquisa e na extensão, seja na gestão administrativa, financeira e patrimonial.

RESUMO: Esta pré-tese, fruto da ampla discussão de dezenas de estudantes, técnicos e professores visa contribuir na discussão dos rumos da UNEMAT à luz das mudanças ocorridas na universidade com a publicação das Leis Complementares nº 319/2008, nº 320/2008 e nº 321/2008.

Defendemos a democratização dos fóruns da universidade com uma ampla reforma no CONSUNI e no CONEPE, que deverá ser paritário; assim como as eleições gerais para escolha de Reitor e Vice-Reitor e nos *campi*, para que os três segmentos da comunidade tenham sua importância reconhecida nas eleições e posteriormente nas decisões que regem a universidade. Defendemos que para os cargos de Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Administração Regionalizada, tanto docentes quanto técnico-administrativos efetivos possam concorrer, mediante critérios estatutários.

Propomos uma ampla reforma nos critérios de repasse financeiro aos *campi*, garantindo mais democracia para que os gestores regionais possam trabalhar sabendo exatamente quanto o campus tem direito a receber.

Enfim, lançamo-nos no desafio, de contribuir com estas idéias e propostas, porque acreditamos que **UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL!**

AUTORES: Rui Ogawa, Aumeri Carlos Bampi, Miguel Rodrigues Netto, Iberê Marti Moreira da Silva, Lucas Gonçalves de Oliveira Alves, Hugo Franco de Miranda, Cleuza Regina Balan Taborda, Jeferson Alexandre Soares Gonçalves, Saidy Kotubo Magalhães, Ana Aparecida Moraes de Oliveira, Adriana Arza Malala, Ana Caroline da Cruz Araújo, Jéssica

Simplicio de Sousa, Lianádia de Fátima Garcia Bruscatin, Jean Carlos Crizóstomo de Souza, Fábio Iser, Ronnie Jeferson Fazzolo, Nair Aparecida dos Santos, Maria Pedra de Aguiar Castro, Jeferson Odair Diel, Eduardo Gimenes Volpini, Ruberval Gomes, Adriana Rieger, Anne Heloise Vargas, Renata Ferreira Rodrigues, Israel Lima Pinheiro, Raudiego da Silva Santos, Roberto Passos de Oliveira, Anderson Hubner, Luiz Carlos Spicalsck Junior, Ana Carolina França Bogó, Raphael Mamede Camargo Dutra, Eliel Aparecido as Silva, Cíntia Michelle da Costa, Letícia Santos Lima de Oliveira, Roseli Ribeiro Mamede, Erick Duclert Stoelben, Luiz Kenji Umeno Alencar, Andréia dos Santos Moura, Anderson Alex Reichert, Reginaldo Lopes Alencar, Ronnie Jefferson Fazollo, Cleberson Roberto Machado da Silva, Kênia Karoline Ribeiro Sodrê, Sandra Maria Belluzzi Costa, Sandrielem da Silva Rodrigues, Altares Caetano Aparecido, Hugo Almeida da Silva, Euclécio da Silva Barbosa, Howenda Nibetad Baganha, Ary Gertes Carneiro, Ana Paula Banbini Rossi, Anderson Paulo Rossi, Viviane Fraga Gouveia, Fabrícia Bataglia, Rachel Reis Morosine, Marlize Refati Zineti, Daniele Costa, Rafael Mendes Pereira.

LINHA TEMÁTICA I

PERFIL DA UNIVERSIDADE QUANTO A SUA AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Entendemos que a autonomia, enquanto direito fundamental, visa garantir a liberdade de pensamento, de produção e transmissão do conhecimento e a autogestão eficaz dos seus recursos e meios para o fiel cumprimento do seu papel social, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

São eixos norteadores:

- Autonomia didático, científica e pedagógica assegurada à UNEMAT a liberdade de estabelecer, em harmonia com o planejamento nacional e estadual da educação, da cultura e da ciência e tecnologia, políticas e concepções pedagógicas em relação à produção, organização e sistematização de conhecimentos, visando o ensino, pesquisa e extensão e a difusão destes.
- A autonomia administrativa assegura a liberdade de auto-organização e de edição de normas próprias no que concerne a recursos humanos, materiais e patrimoniais e escolha de seus dirigentes, respeitados o disposto nas normas legais vigentes

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 3

assegurando a sua efetividade e a sua eficácia.

- A autonomia de gestão orçamentária, financeira e patrimonial deve assegurar a liberdade de autogestão dos recursos postos à disposição da UNEMAT pelo mantenedor, bem como os gerados pela própria universidade, cabendo ao Conselho Universitário deliberar sobre as questões gerais e as normas para o exercício desta forma de autonomia.

São metas:

- Autonomia exercida por meio dos órgãos colegiados da UNEMAT;
- Participação, através da sua representação colegiada, da formulação das políticas estaduais de educação, ciência, tecnologia e cultura;
- Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e cultural, bem como os projetos e atividades de extensão universitária;
- Fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências de seu meio;
- Fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais;
- Oferecer gratuitamente cursos de graduação em todas as suas modalidades e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*;
- Elaborar, reformar e aprovar seus Estatutos e Regimentos, bem como de suas Unidades;
- Estabelecer os quantitativos dos seus quadros de pessoal docente e técnico-administrativo e administrá-los de acordo com o planejamento institucional, nos limites de sua capacidade orçamentária, observando-se a legislação vigente;
- Estabelecer normas complementares e exercer o poder disciplinar relativo ao seu pessoal docente e técnico-administrativo e ao corpo discente, respeitada a legislação vigente;
- Padronizar procedimentos próprios para licitações de compras, alienações e contratações de obras, locações e serviços, respeitados os princípios gerais da legislação específica e observadas obrigações constitucionais;
- Assegurar a dotação necessária ao pagamento de pessoal e dotações globais para outros custeios e despesas de capital, oriundos do órgão mantenedor e receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, que definir em regulamento próprio, suas normas e procedimentos de proposição, discussão e controle orçamentário;
- Garantia de gestão do seu patrimônio;
- Realizar operações de crédito ou de financiamento com aprovação do Poder

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 4

Público competente, para investimento de capital em obras, imóveis, instalações, equipamentos, dentre outras;

LINHA TEMÁTICA II ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

O financiamento e as definições relativas aos investimentos em ensino, pesquisa e extensão devem estar submetidas às definições do Conselho Universitário e dos Colegiados Regionais, de acordo com o PDI e normas autonomamente definidas, garantida a liberdade de pensamento e de expressão acadêmica.

São eixos norteadores:

- Definição, em regulamento próprio, das normas e procedimentos de proposição, discussão, execução e controle orçamentário;
- Zelo pela observância de princípios éticos nas pesquisas;
- Garantia de investimentos permanentes para melhoria da estrutura necessária ao pleno desenvolvimento do ensino;
- Previsão, no seu Orçamento Global, de verbas públicas destinadas ao fortalecimento da pesquisa;
- Definição, sem detrimento de projetos menos abrangentes, de áreas prioritárias de extensão, de modo a concentrar os recursos disponíveis;

São metas:

- definir o percentual de financiamento da UNEMAT com vinculação a arrecadação total do estado diminuindo a vulnerabilidade diante das oscilações dos impostos;
- utilizar os dados do PDI como principal instrumento de norteador na aplicação dos recursos financeiros;

FUNDAÇÕES DE APOIO

As Fundações de Apoio embora sejam, conceitualmente, um patrimônio financeiro ou material privado colocado a serviço de uma causa de interesse social, muitas vezes incorrem em inversões perversas: transformam-se numa causa privada a serviço da formação de patrimônios também privados, valendo-se da credibilidade das instituições públicas às quais se vinculam e de parte de seus recursos, que acabam administrando.

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 5

Em muitas universidades as fundações interferem implicitamente na estrutura acadêmica e administrativa, devido ao poderio econômico que conquistam em pouco tempo. Há inúmeros casos de fundações cuja captação de recursos por meio de cobrança de cursos ou venda de serviços, às vezes à própria instituição pública "apoiada", é milionária. No entanto, é quase uma regra que o repasse às universidades não ultrapasse 5% do total arrecadado. O restante da receita é dividido entre seus dirigentes e os profissionais que participam das pesquisas ou serviços. Isso sem contar as taxas de administração que as fundações cobram sobre os serviços que presta à universidade que em tese, apóia.

Falando especificamente da UNEMAT, a fundação de apoio aqui instalada FAESPE, configura-se como mais uma estrutura burocrática, que pouco contribui na captação de recursos e não consegue dar conta das demandas que lhes são confiadas, gerando um descontentamento dos gestores em todos os níveis da universidade. Há ainda o problema com a transparência na administração dos recursos, fato que leva muitas vezes a desconfiança sobre os métodos aplicados pela fundação na gestão de tais montantes financeiros.

São metas:

- Extinguir a Fundação de Amparo ao Ensino Superior Público Estadual – FAESPE, passando suas atuais atribuições para a própria UNEMAT, que deverá ampliar seu quadro de pessoal para incorporar de forma exitosa estas novas demandas.

DESCENTRALIZAÇÃO NO REPASSE FINANCEIRO DOS CAMPI

Os *campi* universitários são estruturas imprescindíveis para o bom andamento de todas as metas estabelecidas pela UNEMAT através de seus órgãos colegiados, pois eles lidam cotidianamente com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. É nos campi que as carências e debilidades aparecem primeiro e deveria ser lá mesmo que elas deveriam ser devidamente solucionadas.

Porém a UNEMAT apresenta hoje um formato de gestão dos seus recursos orçamentários demasiadamente centralizador, o que impede o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas e sobrecarrega a atividade meio.

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 6

Defendemos que os *campi* tenham maior autonomia de gestão financeira e que recebam repasses baseados em critérios claros e objetivos, que contemplem as diversas realidades regionais e que possam ser aplicados sem deixar dúvidas sobre favorecimento a este ou aquele gestor.

O montante calculado como devido a cada campus, deve ser alocado sob a forma de Orçamento Global, sendo os correspondentes recursos financeiros repassados em duodécimos mensais, no primeiro dia útil de cada mês.

A distribuição dos recursos, destinados diretamente aos *campi* devem obedecer aos seguintes indicadores:

- número de estudantes matriculados nos cursos de graduação;
- número de estudantes matriculados nos cursos de graduação no turno noturno;
- número de estudantes matriculados nos programas de mestrado e/ou doutorado;
- número de estudantes de graduação e pós-graduação desenvolvendo atividades de iniciação científica e extensão em projetos institucionalizados pela UNEMAT;
- proporção do acervo das bibliografias básica e complementar associada à quantidade de acadêmicos;
- número de cursos de graduação regulares e de programas de pós-graduação *stricto sensu* institucionais conforme sua natureza e sua complexidade;
- área construída com finalidade acadêmica;
- índice da produção científica;
- número de cursos de extensão e atualização, em desenvolvimento;
- área rural plantada e/ou tratada com finalidade acadêmica;
- número de animais criados e/ou tratados com finalidade acadêmica;
- área destinada à proteção ambiental;
- percentual do corpo docente com titulação de mestre e/ou doutor;
- percentual do corpo docente em regime de dedicação exclusiva;
- quantitativo de projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento;
- pessoal técnico-administrativo envolvido diretamente na atividade de pesquisa e extensão;
- percentual do corpo técnico-administrativo com titulação de mestre e/ou doutor.

O Conselho Universitário devesa aprovar Barema com pesos atribuídos a cada indicador devendo levar em conta:

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 7

- a realidade social da região e a relação desta com a demanda atendida pela UNEMAT;
- a busca incessante do padrão unitário de qualidade do sistema;
- a necessidade de assegurar os recursos necessários à superação dos problemas dos *campi* que não atingirem o padrão unitário de qualidade;
- o investimento em novas áreas de produção acadêmica socialmente necessárias.

LINHA TEMÁTICA III

GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA.

Os gestores da UNEMAT devem desenvolver suas ações de modo a garantir o pleno cumprimento da função social de ensinar, pesquisar e praticar a extensão universitária com vistas ao desenvolvimento sustentado do Estado e do País. Além disso, deve ser meta constante a ser perseguida pelos gestores a interação permanente da UNEMAT com a sociedade e o mundo do trabalho, garantida a autonomia institucional.

São eixos norteadores da gestão democrática, transparente e participativa:

- respeito a pluralidade e a livre expressão de orientações e opiniões;
- garantia da liberdade de criação científica, cultural e tecnológica;
- promover a participação de toda a comunidade universitária na vida acadêmica e institucional;
- promoção da emancipação dos cidadãos proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes da Sociedade do Conhecimento através das tecnologias da informação e comunicação;
- adoção de um padrão unitário de qualidade, garantindo eficiência, eficácia e efetividade de gestão no cumprimento dos objetivos institucionais e utilização racional dos recursos institucionais;
- valorização dos docentes e técnico-administrativos incentivando-os a participarem efetivamente das decisões a serem tomadas pela gestão;
- respeito, dialogo e cooperação permanente com as entidades de representação dos docentes, dos estudantes e dos técnico-administrativos visando o avanço das conquistas em prol da UNEMAT.

São metas da gestão democrática, transparente e participativa:

- promover a avaliação permanente dos seus cursos, programas e projetos com a

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 8

efetiva participação dos segmentos docente, técnico-administrativo e discente;

- tornar público, anualmente, o balanço das receitas auferidas das despesas efetuadas e a avaliação da execução orçamentária, independentemente das obrigações legais pertinentes, visando a otimização dos mecanismos de administração e as formas de revigorar o planejamento;
- estabelecer critérios objetivos para a ocupação e permanência nas funções de confiança.

PROCESSOS ELETIVOS PARA ESCOLHA DE DIRIGENTES

Uma universidade autônoma e democrática se constrói garantindo a ampla participação dos seus três segmentos nas decisões mais importantes para o seu pleno desenvolvimento. Para nós, essa participação começa pela eleição dos dirigentes, para os quais defendemos como princípio norteador a PARIDADE, ou seja, que os votos dos docentes, estudantes e técnico-administrativos representem cada um deles um terço do montante total necessário para eleger o gestor.

São metas para escolha de dirigentes:

- escolher os dirigentes através de chapas, sendo uma para Reitor e Vice-Reitor, e outra para os Diretores de Administração Regionalizada, não sendo necessariamente eleições concomitantes, sendo imprescindível a apresentação de programas de gestão pelas chapas;
- garantir a paridade entre os três segmentos da comunidade acadêmica nos processos eleitorais para Reitor e Vice-Reitor e para os Diretores de Administração Regionalizada;
- garantir a elegibilidade de docentes ou técnico-administrativos efetivos de suas respectivas carreiras para os cargos de Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Administração Regionalizada de acordo com critérios definidos no novo estatuto da UNEMAT.

CONSELHOS: FUNCIONAMENTO, ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO

Funcionamento:

- reuniões trimestrais para o Conselho Curador, CONSUNI e CONEPE e mensais para os Colegiados Regionais e Colegiados de Curso.

Atribuições:

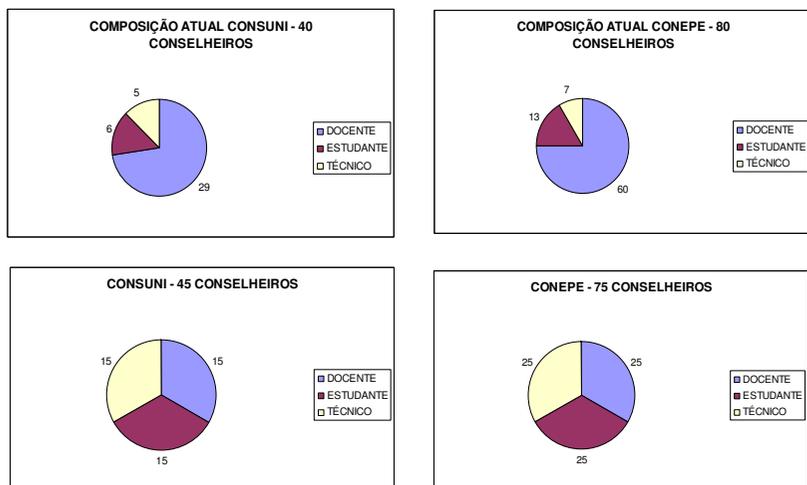
- ter capacidade decisória sobre os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento;
- estimular a participação de representantes das comunidades científica, artística e cultural bem como dos movimentos sociais nos Conselhos;
- deliberar sobre as questões gerais e as normas para o exercício da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- definir as regras de financiamento e os investimentos em ensino, pesquisa e extensão de acordo com o PDI;
- Outras previstas em legislação específica.

Composição:

- O CONSUNI deverá ser presidido pelo Reitor da UNEMAT, sendo garantida a vaga do Vice-Reitor, mais as representações dos Pró-Reitores, dos Institutos e Faculdades, dos Coordenadores de Campi e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.
- O CONEPE deverá ser presidido pelo Vice-Reitor da UNEMAT, sendo garantida a vaga do Reitor, mais as representações dos Pró-Reitores, dos Institutos e Faculdades, dos Departamentos (divididos em bacharelado e licenciatura) e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.
- Os Colegiados Regionais deverão ser presididos pelos Diretores de Administração Regionalizada, sendo garantidas as representações dos departamentos (divididos em bacharelado e licenciatura) e dos demais conselheiros, sendo obrigatória a paridade entre docentes, estudantes e técnico-administrativos.
- Os Colegiados de Curso deverão ser presididos pelos Chefes de departamento, sendo obrigatória a paridade entre docentes e estudantes sendo que o técnico-administrativo vinculado ao departamento deverá ser delegado nato.

Proposta de composição dos Conselhos e Colegiados da UNEMAT

Veja os gráficos e a tabela a seguir:

**COMPOSIÇÃO ATUAL**

CONSUNI – 40 conselheiros			CONEPE – 80 conselheiros		
DOCENTE	ESTUDANTE	TÉCNICO	DOCENTE	ESTUDANTE	TÉCNICO
25 natos	0 nato	01 nato	57 natos	0 natos	1 nato
4 eleitos	6 eleitos	4 eleitos	3 eleitos	13 eleitos	6 eleitos
29	06	05	60	13	07
PROPOSTA DE NOVA COMPOSIÇÃO					
CONSUNI – 45 conselheiros			CONEPE – 75 conselheiros		
DOCENTE	ESTUDANTE	TÉCNICO	DOCENTE	ESTUDANTE	TÉCNICO
3 à 9 natos	0 nato	0 à 6 natos	18 à 21 natos	0 nato	0 à 3 natos
6 à 12 eleitos	15 eleitos	9 à 15 eleitos	4 à 7 eleitos	25 eleitos	22 à 25 eleitos
15	15	15	25	25	25

Veja o detalhamento da proposta:

CONSUNI – 45 conselheiros

- Reitor que poderá ser docente ou técnico-administrativo;
- Vice-Reitor que poderá ser docente ou técnico-administrativo;
- Dois Pró-Reitores, sendo um de Pró-Reitoria de atividade fim e um de Pró-Reitoria de atividade meio, sendo o primeiro docente e o segundo docente ou técnico-administrativo;

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 11

- Um Diretor de Instituto que deverá ser docente;
- Um Diretor de Faculdade que deverá ser docente;
- Três Diretores de Administração Regionalizada que poderão ser docentes ou técnico-administrativos;
- Representantes do segmento docentes eleitos por sua entidade representativa no quantitativo que somado aos membros docentes natos perfaça o total de 15 membros;
- Representantes do segmento técnico-administrativos eleitos por sua entidade representativa no quantitativo que somado aos membros técnico-administrativos natos perfaça o total de 15 membros;
- Quinze representantes do segmento estudantes eleitos por suas entidades representativas.

CONEPE – 75 conselheiros

- Reitor que poderá ser docente ou técnico-administrativo;
- Vice-Reitor que poderá ser docente ou técnico-administrativo;
- Dois Pró-Reitores, sendo um de Pró-Reitoria de atividade fim e um de Pró-Reitoria de Atividade meio, sendo o primeiro docente e o segundo docente ou técnico-administrativo;
- Um Diretor de Instituto que deverá ser docente;
- Um Diretor de Faculdade que deverá ser docente;
- Oito representantes dos departamentos sendo um vinculado a curso de licenciatura e um vinculado a curso de bacharelado no total de dois para os *campi* de Cáceres, Sinop, Tangará da Serra e Barra do Bugres, que deverão ser docentes;
- Sete representantes dos departamentos no total de um para os *campi* de Alta Floresta, Alto Araguaia, Colíder, Juara, Luciara, Nova Xavantina e Pontes e Lacerda.
- Representantes do segmento docentes eleitos por sua entidade representativa no quantitativo que somado aos membros docentes natos perfaça o total de 25 membros;
- Representantes do segmento técnico-administrativos eleitos por sua entidade representativa no quantitativo que somado aos membros técnico-administrativos natos perfaça o total de 25 membros;
- Vinte e cinco representantes do segmento estudantes eleitos por suas entidades representativas.

UMA UNEMAT CIDADÃ É POSSÍVEL! COM PLANEJAMENTO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO. 12

Os signatários da tese abaixo apresentada são representantes da comunidade acadêmica, acadêmicos, docentes e técnicos, na UNEMAT Campus de Tangará da Serra, eleitos pelos seus pares e reunidos em reuniões de plenária para discutir as propostas e aprová-las para dar origem ao documento final, ora apresentado a esta comissão central. Cumprindo o disposto no Regimento do II Congresso Universitário da UNEMAT.

Temática I: perfil da universidade quanto a sua autonomia didáticocientífica,

administrativa e de gestão financeira e patrimonial;

a) Estrutura organizacional.

Extinção dos institutos e faculdades na sede administrativa. Cada campus passa a ser uma unidade político-administrativa e financeira. Cada campus terá sua autonomia de decisão quanto às vagas necessárias para seletivos, fechamentos de convênios, aprovação de lotacionogramas, aprovação de matrizes curriculares. É necessário, para tanto, a criação de um corpo de técnicos habilitados para absorver as atividades hoje desenvolvidas pelos institutos e faculdades centralizados em Cáceres.

Os departamentos se organizarão por área de conhecimento, não por curso, tendo como atribuição: definição de linhas de pesquisa e extensão, atribuição de carga horária, editais seletivos, projetos de pós-graduação, infraestrutura (laboratórios, equipamentos), aprovação de planos de trabalho e projetos de pesquisa e extensão, oferta de disciplinas optativas.

Os coordenadores de curso (a antiga função de assessor pedagógico) terão como atribuição somente assuntos relacionados a cada curso de graduação: reconhecimento de curso, questões legislativas relacionadas ao curso, plano político-pedagógico, questões acadêmicas (disciplinares e pedagógicas), adequação de matriz e coordenação de atividades pedagógicas, complementares e práticas curriculares.

Temática II Orçamento e Financiamento da Universidade.

a) Fundações de Apoio;

b) Descentralização no repasse financeiro dos campi.

Criar um mecanismo de repasse automático da verba destinada à Universidade para cada *Campi*.

Criação de Fundação de Apoio para cada campi (como a FAESPE), deste modo os convênios, prestação de contas e projetos vinculados às Fundações ocorrem de modo otimizado, com mais agilidade e transparência.

Além da criação de Fundações de Apoio, faz-se necessária a apresentação da prestação de contas da FAESPE e das futuras fundações que forem criadas com o mesmo fim, das suas atividades para meio acadêmico.

Em relação aos cursos e ao planejamento da Universidade, defendesse a garantia dos recursos públicos suficientes ao plano de expansão da UNEMAT, bem como buscar novas fontes de recursos públicos, tendo em vista cumprir as metas estipuladas para o Ensino Superior no âmbito dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de educação.

A fim de fomentar a educação continuada e desenvolver a qualificação dos egressos, procurar-se oferecer pós-graduação Lato Sensu gratuita para os mesmos;

No sentido de possibilitar a transparência da gestão financeira da UNEMAT, torna-se indispensável a prestação de Contas de modo acessível a todos, através do *site* da Universidade, na Internet, para comunidade interna e externa.

E, por fim, é fundamental diagnosticar as dificuldades apresentadas nos diversos *Campi* e estabelecer como prioridade financeira seu fortalecimento e a resolução de seus problemas sendo a verba destinada a estas problemáticas não contabilizadas junto àquela repassada anualmente para cada Campus para manutenção.

Temática III: Gestão democrática, transparente e participativa.

- a) Processos eletivos para escolha de dirigentes;**
- b) Conselhos: funcionamento, atribuições e composição;**
- c) Avaliação Institucional.**

As eleições para os cargos de gestão deverão respeitar a proporcionalidade de 35% dos votos para o seguimento docente, 35% dos votos para o seguimento

dos técnicos e 30% para o seguimento discente, considerandoseas respectivas populações dos três segmentos relacionadas com o escopo do cargo (reitor, coordenador regional ou chefe de depto).

Os Cargos eletivos passam a ser não somente Reitor e chefe de departamento, mas também de pró-reitores, para que haja debates entre os pró-reitores, minimizando as conseqüências dessas atitudes em outras instâncias.

Nesse sentido, a eleição para Reitoria passa a ser por chapas, com indicação na chapa dos pró-reitores e seus primeiro e segundo suplentes.

Também são cargos eletivos por chapas, o coordenador campus e a Diretoria de Unidade Regionalizada – Administrativa.

Em relação aos cargos eletivos para órgãos colegiados e conselhos, deve-se rever, para maior, o número de técnicos.

Temática IV: Diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão

- a) Fóruns Temáticos;**
- b) Assistência Estudantil;**
- c) Política de Qualificação e Avaliação dos profissionais da UNEMAT.**

A instituição deverá investir na formação continuada tanto para a comunidade interna e externa da Universidade garantindo recursos para sua efetivação.

Em relação aos cursos de graduação, conforme as tendências atuais, é fundamental possibilitar a flexibilização da matriz curricular para o acadêmico, ou seja, que haja um número de horas aula como núcleo obrigatório da formação da área e um número de horas aula optativo, em que o acadêmico

Tais disciplinas optativas devem ser oferecidas por professores efetivos da universidade, sendo contabilizadas em sua carga horária total. As disciplinas optativas não devem ter número mínimo de alunos matriculados, mas podem ter máximo de vagas menor do que uma turma completa (40 alunos), dependendo de

sua característica e a critério do professor proponente de tal disciplina quando proposta na Matriz Curricular.

As matrículas serão efetuadas por créditos, respeitando-se os pré-requisitos, somente o primeiro semestre será composto por disciplinas obrigatórias.

Quanto ao plano de qualificação docente, cada campus deverá ter a autonomia para liberar os profissionais (docentes e técnicos) que queiram se afastar.

Criação de uma comissão de avaliação da produtividade acadêmica docente, que levará em conta, em suas atividades, as especificidades de cada área.

Dar assistência estudantil, priorizando a criação de restaurantes universitários, a construção de moradias estudantis nos *Campi*.

Aumento de bolsas apoio, de pesquisa (iniciação científica) e extensão para alunos da graduação.

Temática V – Política de Expansão da Universidade;

a) Diretrizes para abertura de novos cursos e/ou campi.

A expansão da Universidade deve priorizar o atendimento ao interior do Estado de

Mato Grosso, sendo necessário criar comissões em cada *campi*, articulada com uma comissão central para definição de planos de expansão em cada região com a participação da sociedade organizada governamental e não-governamental.

Autores

Ariel Lopes Torres
Sérgio Baldinotti
Ivanete Inês Parzianello Carvalho
Éder Eugênio Munhão
Anderson M. Almeida